

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

MANOELA RODRIGUES MUNHOZ

“CONTRA-MOLA QUE RESISTE”: AS OCUPAÇÕES URBANAS, DA LUTA
POR MORADIA AO DIREITO À CIDADE

Porto Alegre
2020

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

MANOELA RODRIGUES MUNHOZ

**“CONTRA-MOLA QUE RESISTE”: AS OCUPAÇÕES URBANAS, DA LUTA POR
MORADIA AO DIREITO À CIDADE**

Tese de Doutorado apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em Serviço Social, à Escola de Humanidades da Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Dr. Francisco Arseli Kern

Porto Alegre

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CPI)

M966c Munhoz, Manoela Rodrigues

“Contra-mola que resiste”: as ocupações urbanas, da luta por moradia ao direito à cidade / Manoela Rodrigues Munhoz. – 2020.
242 f.: il. color.

Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades, PUCRS.

Orientadora: Francisco Arseli Kern.

1. Território. 2. Questão habitacional. 3. Direito à Cidade. 4. Ocupações Urbanas. I. Francisco Arseli Kern. II. Título.

Catálogo na publicação: Marta de Oliveira – CRB 10/2519

MANOELA RODRIGUES MUNHOZ

“CONTRA-MOLA QUE RESISTE”: AS OCUPAÇÕES URBANAS, DA LUTA
POR MORADIA AO DIREITO À CIDADE

Tese de Doutorado apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em Serviço Social, à Escola de Humanidade da Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Profª Dr. Francisco Arseli Kern (Orientador – PUCRS)

Profª Dra. Jane Cruz Prates (PUCRS)

Profª Drª Rosa Maria Castilhos (UFRGS)

Profª Drª Joana Valente Santana (UFPA)

Porto Alegre

2020

À Iolanda, moradora do Assentamento 20 de Novembro, vendedora ambulante (de incensos), amiga querida, inspiração e símbolo da luta pelo direito à cidade em Porto Alegre.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior - Brasil (CAPES).

Ao Maurício, muito obrigada! Esse inverno passou, vamos ver o mar?

Ao Lourenço d'além mar. Voa, passarinho.

Às mães, Helena, Neila e Delta, a fonte. Ancestralidade. A raiz matriarcal.

Beatriz, Camile e Vivian, o presente. Não se nasce, torna-se.

Ao João Pedro, Anahy e Cora, meus amores, o devir, o futuro. Também representado pela nova safra de meninas, Isa, Rafa, Martina, Elis, Olívia, Lauras, Sara, Clara, Antônias e as que ainda hão de chegar.

À Família Urso, origem da consciência crítica.

Às "tias", o afeto é hereditário.

Aos meus muitos amigos e amigas, tantos hermanos/as que no los puedo contar, gente de mano caliente!

Às Quixoteantes, pela presença permanente, a graça, a "taça cheia" e a festividade do nosso encontro.

Bonecrinha e Liana, ninguém soltou a mão de ninguém, seguimos firmes!

À família Parangolé, meu templo sagrado.

À família Passarinho, lá sou amiga do rei.

Ao Miguel, pela ondinha cedida.

À Zoe, Vanessa, Tati e Cláudia, por cuidarem da casa, cabeça e corpo. Cuidarem de mim.

À (minha) equipe Orla, pela torcida e apoio incondicional!

Às professoras da PUC, pelos saltos possibilitados nesses anos de convívio.

À minha banca, professoras Jane, Joana e Rosa, das escolhas acertadas, pela riqueza do debate e pelas grandes contribuições.

Ao Chico, pela acolhida respeitosa e amiga. Pelo impulso dado. Pela cumplicidade.

À Rosa, que me iluminou com generosidade por toda essa caminhada!

No te rindas

No te rindas, aun estas a tiempo
de alcanzar y comenzar de nuevo,
aceptar tus sombras, enterrar tus miedos,
liberar el lastre, retomar el vuelo.

No te rindas que la vida es eso,
continuar el viaje,
perseguir tus sueños,
destrabar el tiempo,
correr los escombros y destapar el cielo.

No te rindas, por favor no cedas,
aunque el frio queme,
aunque el miedo muerda,
aunque el sol se esconda y se calle el viento,
aun hay fuego en tu alma,
aun hay vida en tus sueños,
porque la vida es tuya y tuyo tambien el deseo,
porque lo has querido y porque te quiero.

Porque existe el vino y el amor, es cierto,
porque no hay heridas que no cure el tiempo,
abrir las puertas quitar los cerrojos,
abandonar las murallas que te protegieron.

Vivir la vida y aceptar el reto,
recuperar la risa, ensayar el canto,
bajar la guardia y extender las manos,
desplegar las alas e intentar de nuevo,
celebrar la vida y retomar los cielos,

No te rindas por favor no cedas,
aunque el frio queme,
aunque el miedo muerda,
aunque el sol se ponga y se calle el viento,
aun hay fuego en tu alma,
aun hay vida en tus sueños,
porque cada dia es un comienzo,
porque esta es la hora y el mejor momento,
porque no estas sola,
porque yo te quiero.

Mario Benedetti

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar de que maneira as Ocupações Urbanas se efetivam (ou não) como estratégias de acesso ao direito à moradia nas regiões centrais da cidade de Porto Alegre, com vistas a desocultar as contradições do fenômeno e contribuir com o repertório de luta da classe trabalhadora na disputa pelo direito à cidade. Para tal, fundamentou-se no método dialético-crítico, intencionando analisar por meio das categorias totalidade, historicidade, contradição, espaço e mediação a estrutura e dinâmica das ocupações urbanas como estratégia de luta da classe trabalhadora. A pesquisa é do tipo qualitativa-quantitativa, com ênfase nos dados qualitativos. As categorias teóricas eleitas prioristicamente, como aporte para a leitura e compreensão do fenômeno investigado são: Território, questão habitacional, direito à cidade e ocupações urbanas. Contemplou-se um estudo teórico-bibliográfico para identificar a relevância do tema das lutas urbanas na produção de conhecimento do Serviço Social. Para acesso aos dados empíricos, utilizou-se a técnica da observação participante, com visitas às ocupações ativas da região central de Porto Alegre e, por seu porte e relevância, à ocupação Povo sem Medo localizada na região metropolitana de São Paulo. Como achados da pesquisa, identificou-se a permanência de uma produção pouco expressiva do Serviço Social no debate acerca dos repertórios de luta da classe trabalhadora. O tema das Ocupações Urbanas só foi encontrado como central nas produções das demais áreas das ciências sociais aplicadas, com destaque a Arquitetura e Urbanismo. A pesquisa concluiu que as ocupações urbanas realizadas nas regiões centrais das grandes cidades são responsáveis pela mais radical transformação do repertório da luta por moradia no Brasil. Constituem-se em ações coletivas que se utilizam da fenda aberta -pelo Movimento Nacional da Reforma Urbana- na incondicionalidade da propriedade privada, que estabelece necessidade de cumprimento de uma função social dessa, e avançam, promovendo ações que constroem o Estado à manifestação diante da ilicitude da especulação imobiliária, expressa pela revoltante relação entre pessoas sem domicílio e imóveis ociosos. A radicalidade conferida pelas ocupações às noções de direito à cidade são evidenciadas pela disputa dos espaços centrais, privilegiados por sua localidade e pela acessibilidade aos bens e serviços urbanos, mas também, e principalmente, pelas relações que estabelecem entre si, na construção de espaços coletivos de sociabilidade, geração de renda,

formação política, além das interações com a cidade, por meio da abertura das portas para a vizinhança e a promoção de eventos culturais e festivos, angariando novos parceiros e muitos militantes, remontando experiências de “agregação”, apontando assim, alternativas para a subversão do modelo excludente de urbanização capitalista. A partir dessa conclusão, elaborou-se a seguinte tese: As ocupações dos vazios urbanos em regiões centrais, como estratégia de resistência da classe trabalhadora, são ações diretas de caráter disruptivo que confrontam as contradições da questão urbana. Estas ações, respaldadas pela necessidade de cumprimento da função social da propriedade, desnudam a irracionalidade das cidades organizadas para a reprodução do capital e a parcialidade do Estado como mediador dos inconciliáveis interesses de uma sociedade dividida em classes. A derrubada -material e simbólica- das cercas erguidas pelo modelo urbano excludente, são uma sofisticada ferramenta incorporada à luta pela moradia, que eliminam o tédio das paisagens homogeneizantes e convocam à outras experiências de vida nas cidades.

Palavras-chave: Território. Questão habitacional. Direito à Cidade. Ocupações Urbanas.

ABSTRACT

The present study aims to analyze how Urban Occupations become effective (or not) as strategies to access the right to housing in the central regions of the city of Porto Alegre, with a view to unveiling the contradictions of the phenomenon and contributing to the repertoire of struggle of the working class in the dispute for the right to the city. To this end, it was based on the dialectical-critical method, intending to analyze through the categories totality, historicity, contradiction, space and mediation the structure and dynamics of urban occupations as a strategy for the struggle of the working class. The research is of the qualitative-quantitative type, with an emphasis on qualitative data. The theoretical categories chosen as a priority, as a contribution to the reading and understanding of the investigated phenomenon are: Territory, housing issue, right to the city and urban occupations. A theoretical-bibliographic study was contemplated to identify the relevance of the theme of urban struggles in the production of knowledge of Social Work. To access the empirical data, the participant observation technique was used, with visits to active occupations in the central region of Porto Alegre and, due to their size and relevance, to the occupation People without Fear located in the metropolitan region of São Paulo. As research findings, it was identified the permanence of an insignificant production of Social Work in the debate about the repertoires of struggle of the working class. The theme of Urban Occupations was only found to be central in the productions of other areas of applied social sciences, with emphasis on Architecture and Urbanism. The research concluded that urban occupations carried out in the central regions of large cities are responsible for the most radical transformation of the repertoire of the struggle for housing in Brazil. They constitute collective actions that use the open gap - by the National Movement for Urban Reform - in the unconditionality of private property, which establishes the need to fulfill such a social function, and move forward, promoting actions that constrain the State to demonstrate in the face of illegality of real estate speculation, expressed by the revolting relationship between homeless people and idle properties. The radicality given by the occupations to the notions of the right to the city are evidenced by the dispute over the central spaces, privileged by their locality and by the accessibility to urban goods and services, but also, and mainly, by the relations they establish among themselves, in the construction of collective spaces sociability, income

generation, political training, in addition to interactions with the city, by opening doors to the neighborhood and promoting cultural and festive events, attracting new partners and many militants, going back to experiences of “aggregation”, pointing out thus, alternatives for the subversion of the exclusive model of capitalist urbanization. From this conclusion, the following thesis was elaborated: The occupation of urban voids in central regions, as a strategy of resistance of the working class, are direct actions of a disruptive character that confront the contradictions of the urban issue. These actions, supported by the need to fulfill the social function of property, reveal the irrationality of organized cities for the reproduction of capital and the partiality of the State as a mediator of the irreconcilable interests of a society divided into classes. The collapse - material and symbolic - of fences erected by the exclusive urban model, is a sophisticated tool incorporated into the struggle for housing, which eliminates the boredom of homogenizing landscapes and calls for other life experiences in cities.

Keywords: Territory. Housing issue. Right to the city. Urban Occupations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Programas de Pós-graduação da área 32 Capes - Serviço Social- distribuídos por regiões.....	51
Gráfico 1 –	Série histórica cursos de pós-graduação na área 32 da CAPES - Serviço Social.....	52
Gráfico 2 –	Relação Universo das Produções em Serviço Social versus amostra.....	55
Gráfico 3 –	Publicações Editora Cortez sobre “Movimentos Sociais” por área.....	58
Quadro 1 –	Livros do Serviço Social encontrados a partir da Pesquisa “Movimentos Sociais”.....	59
Quadro 2 –	Artigos do Serviço Social encontrados a partir da Pesquisa “Movimentos Sociais” no site da Revista Serviço Social e Sociedade.....	60
Gráfico 4 –	Teses e Dissertações a partir da busca combinada das expressões “política social”, “controle social”, “movimentos sociais” e “movimentos sociais urbanos” com "serviço social".	61
Gráfico 5 –	Categorias centrais encontradas nas 58 dissertações e 21 teses identificadas com a combinação das expressões "movimentos sociais" e "serviço social".....	62
Gráfico 6 –	Áreas de Concentração dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social.....	63
Quadro 3 –	Programas de Pós-Graduação em Serviço Social com linhas de pesquisa relacionadas aos movimentos sociais e lutas sociais urbanas.....	64
Quadro 4 –	Publicações consideradas para amostra da pesquisa.....	70
Gráfico 7 –	Produções por área de conhecimento.....	72
Gráfico 8 –	Distribuição das produções analisadas por região do país.....	73
Quadro 5 –	Produções com destaque à categoria Direito à Cidade.....	74
Quadro 6 –	Publicações selecionadas para amostra da pesquisa.....	79
Quadro 7 –	Produções com destaque à categoria Autogestão.....	81
Gráfico 9 –	Taxa de crescimento da população urbana no Brasil.....	101

Quadro 8 –	Legislação nacional sobre Regulamentação Fundiária.....	137
Gráfico 10 –	Evolução Investimento Habitação.....	138
Quadro 9 –	Componentes de cálculo da inadequação de domicílios – 2015.....	141
Quadro 10 –	Componentes e subcomponentes do déficit habitacional.....	142
Gráfico 11 –	Série histórica déficit habitacional.....	144
Figura 2 –	Déficit Habitacional total, segundo unidades da federação – Brasil – 2015.....	146
Gráfico 12 –	Comparativo oscilação do déficit habitacional, por faixa de renda, nos anos 2007, 2012, 2015.....	147
Gráfico 13 –	Relação imóveis desocupados x Déficit habitacional.....	151
Gráfico 14 –	Imóveis Ociosos Administração Pública Federal.....	153
Quadro 11 –	Unidades Habitacionais entregues pelo PMCMV em Porto Alegre por localização.....	158
Quadro 12 –	Comparativo legislações de 2009 e 2017 sobre Regularização Fundiária.....	161
Quadro 13 –	Movimentos vinculado à Reforma Urbana.....	170
Figura 3 –	Manifesto “Atua POA”.....	178
Figura 4 –	Manifesto “Atua POA” (parte 2).....	179
Figura 5 –	Ocupação Povo Sem Medo no dia da decisão pelo fim da Ocupação.....	191
Figura 6 –	Localização do Município de Porto Alegre em relação à Região Metropolitana, Brasil.....	197
Figura 7 –	Regiões do OP do Município de Porto Alegre.....	197
Gráfico 15 –	Moradias Precárias.....	200

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
BDTD	Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional da Habitação
CAPES	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CF	Constituição Federal
CMP	Central dos Movimentos Populares
CNPq	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível superior
CONAM	Confederação Nacional das Associações de Moradores
DEM HAB	Departamento Municipal de Habitação
EMESCAM	Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
FASC	Fundação de Assistência Social e Cidadania
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FUFPI	Fundação Universidade Federal do Piauí
LGBTQT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis, Queer
MNLM	Movimento Nacional de Luta por Moradia
ObservaPOA	Observatório da Cidade de Porto Alegre
OP	Orçamento Participativo
PDDUA	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental
PISA	Programa Integrado Socioambiental
PL	Projeto de Lei
PMPA	Prefeitura Municipal de Porto Alegre
PNPS	Política Nacional de Participação Social
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC Goiás	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SASE	Sociedade de Assistência Social
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo
UNMP	União Nacional de Moradia
ZEIS	Zonas Espaciais de Interesse Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	ROTEIRO METODOLÓGICO.....	28
1.2	TÉCNICAS E TIPO DE PESQUISA.....	45
1.3	AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL.....	49
2	A CONFORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS: ENTRE APROPRIAÇÃO E ESTRANHAMENTOS	85
2.1	“A TERRA QUE QUERIA VER DIVIDIDA”: O CERCAMENTO E A INSTITUIÇÃO DA SAGRADA PROPRIEDADE PRIVADA.....	89
2.2	“SEUS OLHOS EMBOTADOS DE CIMENTO E TRÁFEGO”: A CONSOLIDAÇÃO DA CIDADE CAPITALISTA	96
2.3	“É SOMENTE REQUENTAR E USAR”: URBANIZAÇÃO À BRASILEIRA .	101
2.4	“AS VITRINES TE VENDO PASSAR”: A ERA DAS FINANÇAS E A MERCADORIZAÇÃO DA VIDA URBANA.....	111
3	QUAL O VALOR DA CASA?.....	125
3.1	“TUDO CERTO COMO DOIS E DOIS SÃO CINCO”: ASPECTOS CONCEITUAIS E QUANTITATIVOS DO DÉFICIT HABITACIONAL	140
3.2	“UM MUSEU DE GRANDES NOVIDADES”: O PMCMV NA RELAÇÃO COM O DÉFICIT HABITACIONAL BRASILEIRO	154
3.3	“MAS EIS QUE CHEGA A RODA VIVA”: UM PASSO ATRÁS NA CF88 ...	161
4	“ENTRE OS DENTES SEGURA A PRIMAVERA”: DA LUTA POR MORADIA AO DIREITO À CIDADE	168
4.1	“ONDE QUERES UM LAR, REVOLUÇÃO”: A OCUPAÇÃO DOS VAZIOS URBANOS E A DERRUBADA DAS CERCAS	180
4.2	NEM PORTO, NEM ALEGRE: DA VANGUARDA AO RETROCESSO.....	194
4.3	“MORO ONDE NÃO MORA NINGUÉM”: AS OCUPAÇÕES NA REGIÃO CENTRAL DE PORTO ALEGRE	207
5	CONCLUSÕES: “VOU APRENDER A LER PARA ENSINAR MEUS CAMARADAS”	219
	REFERÊNCIAS.....	230

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país historicamente marcado pelo autoritarismo e pela violência, traços que se reafirmam na conformação da estrutura social desde o período colonial, manifesto de múltiplas formas a partir de cada contexto histórico: genocídio indígena, regime escravagista, ditaduras militares e, mais recentemente, por meio de uma política de encarceramento e extermínio em massa da juventude negra e periférica. O caráter persistente da brutalidade na gênese brasileira também é traduzido nos elevados índices relacionados à violência contra as mulheres¹ e população LGBTT², entre outras expressões cotidianas de intolerância de cunho social, religioso, xenofóbico e racista.

A Constituição brasileira de 1988 assegura no seu art. 1º a cidadania³ como fundamento do Estado Democrático de Direito. Nessa perspectiva, a concepção de cidadania passa pelo respeito e pelo cumprimento de direitos e deveres com o objetivo de contribuir para uma sociedade mais justa. Contudo, a existência de instrumentos legais não significa o exercício da cidadania, ou o usufruto equilibrado de direitos. No país, o reconhecimento da cidadania se deu por meio de uma figura inédita de “senhor-cidadão”. O termo utilizado por Chauí (2013) reflete a condição de cidadão como uma concessão da classe dominante às demais, suscetível aos seus desejos de manutenção ou supressão. Essa classe define, a partir de seus próprios interesses, aqueles que são merecedores do título de cidadão, atualmente acrescido

¹ O Brasil ocupa o 5º lugar no ranking mundial de Femicídio, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). Em 2015, segundo os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, a cada onze minutos foi registrado um caso de estupro. No ano de 2016, a cada duas horas uma mulher foi assassinada. A tipificação do crime de feminicídio só foi aprovada no ano de 2015.

² Representação para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Travestis. Segundo Relatório elaborado pela Diretoria de Promoção dos Direitos LGBT, em 2018 uma pessoa foi morta por homofobia a cada 23 horas. Somente no ano de 2019 o Supremo Tribunal Federal criminalizou a homofobia.

³ O conceito de cidadania é um pilar do direito e do Estado moderno e continua nuclear na sociedade do século XXI. Por sua centralidade na dimensão política, a cidadania costuma ser fortemente acerbada nos processos eleitorais, em que o cidadão assume posição de partícipe da vida política do país. Sabe-se das contradições contidas no conceito de cidadania como forma de liberdade essencialmente limitada por sua relação à sociabilidade fundada no Capital. Para Marx, o cidadão abstrato repleto de direitos e protegido na Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão (1789) não passa de um ente metafísico, que na prática não verifica a plenitude de seus direitos. Por essa razão, entende-se que nem a perspectiva de pleno exercício da cidadania deva ser confundida com as noções marxianas de emancipação humana (que pressupõe a superação do modo de produção capitalista).

pela distinção “de bem”. Ou seja, o exercício da cidadania no Brasil é mantido como um privilégio de classe.

Destarte, a impossibilidade de dispor de condições sociais, estruturais e materiais não é fruto de uma escolha. Mas não raro, trata-se como ausência de mérito ou esforço o fenômeno denominado por Santos (1996) como cidadania mutilada. Cria-se, assim, as condições necessárias para a naturalização da desigualdade social e, por consequência, a criminalização da pobreza. Nenhum autoritarismo sobrevive sem a cumplicidade de uma maioria. É preciso que haja conivência dos denominados cidadãos e cidadãs comuns para a instalação e manutenção de um regime ou governo autoritário. Dessa forma, o aparato repressivo do Estado, que mesmo após a abertura democrática permanece militarizado, possui chancela para as mais violentas intervenções quando o alvo da repreensão compõe o segmento populacional desprovido do título da cidadania seletiva⁴.

O autoritarismo do Estado brasileiro também se manifesta no tratamento dispensado para a mediação dos conflitos sociais, especialmente quando envolvem os movimentos populares organizados. Os movimentos vinculados à reforma agrária, demarcação de terras e ao direito à moradia se constituem em alvo central dos processos de criminalização e silenciamento promovidos em três dimensões pelo: executivo, legislativo e judiciário. Suas estratégias de luta estão ameaçadas de tipificação de terrorismo⁵ institucionalizando as mais duras penas, além dos mais violentos mecanismos de repressão e extermínio.

⁴ Atualmente um dos exemplos mais explícitos da seletividade do Estado é a política proibicionista do comércio e uso de drogas. Ao se afirmar como política de proteção à saúde, distingue o usuário como “dependente químico” e o traficante como “delinquente”. Contudo, essa distinção penal, prevista na Lei n. 11.343/2006, não conta com parâmetros objetivos claros, tornando-se sujeita à seletividade dos filtros (sociais e raciais) e às interpretações variadas dos agentes da lei. Assim, 100g de maconha poderá ser considerada “para uso” ou para “tráfico”, a depender da classe social e da cor do indivíduo flagrado, enquadrando como criminoso predominantemente os jovens negros residentes das periferias do país. O mesmo tratamento diferenciado se observa nos casos de ocupações. As elites ocupam áreas públicas, não raro de preservação ambiental, e as tratativas com o Estado costumam ser muito discretas, pressupõe indenizações, permutas, negociações ou termos de ajustamento de conduta. Quando as ocupações são realizadas pela classe trabalhadora, o que se observa é imediata exposição, clamor ao patrimônio estatal, mobilizando a opinião pública, um diálogo restrito seguido de processos de reintegração de posse violenta, com forte aparato policial.

⁵ A ampliação da lei antiterror está sendo analisada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Trata-se de incluir os vetos do projeto original de Lei do Senado (PLS) 272/2016, de autoria de Lasier Martins (PDT/RS), que caracteriza como ações terroristas “incendiar, depredar, saquear, destruir ou explodir meios de transporte ou qualquer bem público ou privado”, além de incluir a menção a “motivação política ou ideológica”. Segundo o Presidente Jair Bolsonaro, pretende-se ainda incluir as ocupações como atos terroristas.

A presente tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da PUCRS para obtenção do título de doutora, versa sobre a correlação de forças estabelecida entre a interdição do acesso e a luta pelo direito à moradia, como expressão da questão social. **A “Contra-mola que resiste”: as ocupações urbanas, da luta por moradia ao direito à cidade** tem como objeto de análise as ocupações dos vazios urbanos nas áreas centrais do município de Porto Alegre, como repertório de luta social no enfrentamento das privações impostas pelo modelo de desenvolvimento urbano capitalista. A pesquisa buscou identificar como essas ações incidem na questão habitacional e as possibilidades dessas experiências contribuirão para a construção de processos emancipatórios orientados à radicalização do direito à cidade.

O título sugerido faz menção à canção “Primavera nos Dentes”, música do grupo Secos e Molhados, escrita pelo poeta João Apolinário e gravada na década de 1970. A canção foi manifesto de crítica ao fascismo e à ditadura militar vivenciada pelo Brasil no mesmo período. Considera-se a pertinência em recuperá-la nos dias presentes, convocando para que mesmo envolto em tempestade, segure-se entre os dentes a primavera. Assim, como refere a canção, identifica-se que as múltiplas estratégias de luta da classe trabalhadora se configuram na invenção da “contra-mola que resiste”.

A abertura democrática e a promulgação da Constituição Federal de 1988, com a inclusão de um sistema de proteção social ancorado nos modelos de estado de bem-estar, representaram uma possibilidade de redução das distorções socioeconômicas impostas pela herança colonial de tradição autoritária, escravocrata e senhorial brasileira. Porém, mesmo os avanços no reconhecimento dos direitos sociais contidos na carta magna não foram suficientes para movimentar a engessada estrutura social do país. A materialização do arcabouço legal se tornou o desafio para a construção de outro patamar civilizatório. Dentre os obstáculos, as raízes da própria sociedade, forjada na tradição patrimonialista e conservadora.

O tempo presente, marcado pelo levante explícito do conservadorismo no âmbito da moralidade, somado ao contexto sociopolítico de inflexão ultraliberal, fundamentalista e nepotista, deflagram o vigor da tradição autoritária na sua função de conter o avanço democrático. A produção dessa escrita, que teve início no ano de 2016, foi atravessada pelo período de mais grave ameaça aos mecanismos de mediação e sociabilidade das instituições brasileiras desde a abertura democrática,

motivo da delonga na narrativa dos últimos acontecimentos e aspereza destas linhas introdutórias. Assumir que o Brasil não sucumbiu à um fenômeno totalmente novo ou inesperado, parece ser importante passo para a real compreensão do contexto sociopolítico, sobretudo para a proposição dos repertórios de resistência dos setores identificados com o campo progressista.

A geração nascida a partir dos anos 1980, percebeu um país em desenvolvimento no sentido literal. Apesar de muitos sobressaltos, sobretudo impostos pela agenda econômica, assistiu-se (e em alguma medida construiu-se) acontecimentos históricos - ainda que no limite das reformas orientadas pelas noções de socialdemocracia⁶- com a reabertura democrática: a promulgação da CF88, a implantação de um Sistema de Seguridade Social, a democratização da participação popular por meio dos canais de controle social, a estabilização da moeda, a inserção de programas sociais de grande porte voltados à erradicação da fome, a ampliação das universidades e institutos federais, as políticas afirmativas de ampliação do acesso à educação em nível superior, entre tantas outras ações voltadas à consolidação de um outro patamar civilizatório. É por esse acúmulo de passos -tímidos, mas de extrema relevância- na direção de uma sociedade menos desigual, que o profundo revés político atual se torna tão paralisante e avassalador. A pesquisadora faz parte de uma geração que enfrenta -pela primeira vez- a derrota, o retrocesso, o obscurantismo em termos materiais e simbólicos.

O ciclo de fragilização (ou reconhecimento da fragilidade) das instituições e instâncias democráticas do Brasil foi anunciado ainda nas eleições presidenciais de 2014. Numa sucessão de eventos nocivos à classe trabalhadora, as “tenebrosas transações” rearticularam atores, slogans e eventos que lembraram o ano de 1964. Reeleito por pequena margem de diferença nos votos, o programa de governo popular⁷, encabeçado pelo partido dos trabalhadores, encontrou severas dificuldades em se estabelecer.

⁶ Tem-se como limite a possibilidade de avanços sociais no limite do capital, materializada pelos modelos reformistas, substituiu o ideal de ruptura com todas as formas de exploração, identificado pela identidade revolucionária. Essa perspectiva política sacramentou a via da conciliação, confundindo as relações numa sociedade que já se entende “livre” da luta de classes. No Brasil, evidencia-se um horizonte cada vez mais hostil para a classe trabalhadora, o “possível” no limite do capital em crise sob a condução de um modelo ultraliberal, restringe-se à administração da extrema pobreza.

⁷ Ressalta-se os governos populares eleitos desde 2003, sempre contaram com representantes das elites na composição da chapa eleitoral, vide os vice-presidentes dos partidos PL e PMDB (hoje MDB).

O esgotamento das políticas anticíclicas adotadas pelos governos Lula e Dilma a partir da crise mundial de 2008, que retardaram por pelo menos cinco anos os efeitos dessa na economia nacional, foi agravada pela queda dos commodities⁸ iniciada ainda em 2011 com a desaceleração da economia chinesa. A crise econômica asfixiou a base de sustentação dos principais programas sociais criados pelo programa de governo, tornando frágil a relação com os eleitores diante do prenuncio de medidas impopulares de contenção nos investimentos nas políticas sociais.

Da mesma forma, a lógica conciliatória interclassista também já sinalizava seu limite, a ruptura com as elites do país já havia sido publicamente anunciada por meio da mobilização e rearticulação desses atores ainda em 2013, com a tentativa de captura dos grandes atos de insatisfação popular, conhecidos como “jornadas de junho”. O desgaste político, movido pela oposição inconformada com a derrota nas urnas e insuflado pelos veículos da grande mídia, imobilizaram o governo eleito, agravando o sentimento coletivo de insatisfação.

Assim foi criado o ambiente que permitiu a destituição da presidenta eleita pelo “conjunto da obra⁹”. Em 2016, encerrou-se com um golpe¹⁰ parlamentar o já desgastado ciclo dos governos populares. Dilma Rousseff foi sucedida pelo então vice-presidente do PMDB (hoje MDB). Michel Temer incorporou -durante seu ilegítimo mandato- a agenda econômica ultraliberal¹¹ derrotada nas urnas, utilizando-se dos efeitos da recessão econômica do ciclo de crise do capital, para a imposição de uma cruzada austera, de desmonte do sistema de proteção social. O plano “ponte para o futuro” continha nas suas entrelinhas a redução dos espaços democráticos e o ataque aos direitos garantidos na CF 1988, como os orçamentos para a Saúde e Educação. Apesar da mobilização social, que fez ecoar o “Fora Temer”, o presidente concluiu seu mandato com êxito na condução do movimento

⁸ As commodities representam 65% das exportações do Brasil. Como o país exporta bem mais do que importa esse tipo de produto (agrícola e mineral), quanto menor o preço, maior o impacto negativo na economia do país.

⁹ As arbitrariedades do processo de impeachment que envolveram a presidenta Dilma Rousseff em 2016 se configuram em um golpe jurídico-midiático. Portanto, essa escrita ao se reportar ao evento irá utilizar o termo “Golpe de 2016”.

¹⁰ Caso fosse considerado crime, a maior parte dos governadores estaduais poderiam ter sido impedidos no mesmo ato. Dilma foi inocentada das acusações pelo Ministério Público. Seus acusadores e juízes no Congresso, em grande medida, ignoraram os pretensos crimes e justificaram sua condenação por motivos que não estão na lei. Como se não bastasse, logo após o impedimento da presidenta foi aprovada uma lei que elimina a incerteza sobre a interpretação da LRF e assegura que aquelas manobras são aceitáveis.

¹¹ Agenda do principal adversário político (PSDB), derrotado nas eleições de 2014.

de marcha ré dos direitos sociais do país com a reforma trabalhista, o congelamento nos gastos sociais com a saúde e educação por vinte anos, a apresentação dos termos da proposta da reforma previdenciária e a alteração substancial na lei de terras do país.

No ano de 2018, as eleições foram marcadas pela mobilização das elites e dos setores mais conservadores da sociedade, que atuaram de forma a garantir o avanço das políticas de retração social, sobretudo por meio da consolidação da reforma previdenciária. A iminência das eleições intensificou um discurso polarizado, superficializando o debate político, traduzido em manifestações de violência extrema. Com a execução da Vereadora¹² do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) do Rio de Janeiro, viu-se “emergir o monstro da lagoa”. Marielle Franco foi assassinada como tentativa de silenciar o enfrentamento às milícias cariocas e interromper a ascensão das pautas da população negra e periférica carioca. Outros representantes do campo progressista passaram a ter as vidas ameaçadas, culminando na saída do país de um Deputado Federal eleito em 2018 pelo menos partido.

O país ainda presenciaria a prisão arbitrária¹³ do ex-presidente do PT, então líder nas pesquisas de intenção de voto de 2018. A manobra¹⁴ jurídico-política retirou da arena o único candidato com condições eleitorais para barrar o acelerado desmonte do sistema de proteção social brasileiro, nos termos impostos a partir de 2016. A prisão do ex-Presidente desestabilizou a disputa, legitimou e popularizou o discurso de um inimigo comum a ser combatido: a corrupção do Partido dos Trabalhadores, vinculando todos os representantes identificados com as posições de centro e da esquerda à sigla. Os tradicionais partidos liberais não conseguiram emplacar seus candidatos, culminando num segundo turno eleitoral de

¹² Marielle Franco e seu motorista Anderson Silva foram assassinados no início de 2018 por membros da milícia carioca. Questiona-se ainda quem mandou matar Marielle? A vereadora era uma militante do movimento negro periférico do Rio de Janeiro e denunciava sistematicamente a política de extermínio da juventude favelada da cidade.

¹³ O ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva foi condenado em segunda instância, medida que fere o inciso 4º do artigo 60 da CF 1988, que garante ao acusado o direito de recorrer em última instância, considerando-o inocente até a prova do contrário.

¹⁴ Aqui já em viés pejorativo, que figura propositalmente o quão escuso foi o processo, haja vista a já corrigida inconstitucionalidade da prisão – com a decisão do Supremo Tribunal Federal em novembro de 2019, e a já denunciada e comprovada a parcialidade do julgamento, com envolvimento do juiz responsável pelo caso com a acusação e, posteriormente, com o principal beneficiado no processo, o adversário político nas eleições, o então presidente.

enfrentamento entre os atores principais da polaridade estabelecida, caricaturizada pelo: “PTismo e AntiPTismo”:

A crise é sempre ideologicamente convertida no fantasma da crise, irrupção inexplicável e repentina da irracionalidade, ameaçando a ordem social e política. Caos. Perigo. (...) Contra o “perigo” representado pelas classes populares, os dominantes partem em busca dos agentes “responsáveis pela subversão”, isto é, iniciam a caça às bruxas que ameaçam a “paz nacional” e a “união da família brasileira”. Finalmente contra o “caos” a classe dominante invoca a necessidade da “salvação nacional” (...) Em uma palavra, a preservação do que poderia ser público e contraditório se faz negativamente por redução ao privado (“a família brasileira”) e a indivisão (“pacificação nacional”). Como se observa, o autoritarismo político se organiza no interior da sociedade e através do ocultamento da realidade por meio da ideologia; não é a exceção nem é mero regime governamental, mas a regra e a expressão das relações sociais. (CHAUI, 2014, p. 55).

Como desfecho, a vitória do candidato do Partido Social Liberal, partido até então considerado irrelevante no cenário político, mas que foi alavancado pela filiação do atual presidente.¹⁵ Jair Messias Bolsonaro foi eleito com uma plataforma política construída a partir do discurso de ódio, exaltando as origens da *persona nacionalista brasileira*, com seu nunca superado traço autoritário, conservador e violento. Trata-se do representante da continuidade e agravamento da agenda austera no campo econômico e uma ameaça de retrocesso no campo social. Vale ressaltar que a retomada do caráter ultraliberal ou a adesão popular ao discurso totalitário não é fenômeno isolado do Brasil ou da América Latina¹⁶. Mundialmente é possível observar o novo fôlego dos movimentos de extrema direita, como via de superação da última crise do capital. Especificamente no caso brasileiro, legitimou-se a combinação entre políticas ultraliberais e o perfil arcaico, de exaltação à intolerância, de viés criminalizante da pobreza, compreensão de um estado moralizador e punitivista. Diante da organização das elites, da passividade, permissividade e manipulação da grande mídia e do desamparo institucional, ergueu-se um cenário extremamente hostil às forças progressistas brasileiras na contenção do despertar da sua gênese autoritária.

No poder legislativo, consolidou-se a bancada da “bíblia”, da “bala” e do

¹⁵ O PSL em 2018 formou a segunda maior bancada entre os congressistas. Em novembro de 2019 o partido já vem sofrendo com uma cisão, promovida pelas discussões entre o Presidente e seus filhos com a base parlamentar. Bolsonaro anunciou a saída da sigla e criação de um novo partido político.

¹⁶ Recentemente o quadro político dos países latino-americanos estão em ebulição. Argentina e Chile, fazem emergir a indignação popular com as políticas neoliberais, e Bolívia que após a reeleição de Evo Morales, sofre um terrível processo de golpe militar.

“boi”¹⁷. Bancadas que possuem como base comum a propriedade fundiária e necessidade de controle sobre a regulação estatal referente à mercantilização de cada um dos segmentos que representam. Evidente que todo o conjunto da sociedade brasileira vem sofrendo os impactos da elevação do obscurantismo político e social. O retrocesso das conquistas históricas reverbera no cotidiano da ampla maioria da classe trabalhadora, mais severamente entre os mais pobres e grupos identificados como minorias sociais.

Nas grandes cidades, as ocupações urbanas organizadas pelos trabalhadores sem teto têm assumido centralidade entre as estratégias de enfrentamento da classe trabalhadora às contradições inerentes ao modelo de desenvolvimento urbano. Fenômeno histórico que acompanha o processo de urbanização brasileiro, as ocupações em terrenos e prédios ociosos se configuram como uma resposta dos segmentos mais empobrecidos desta classe às privações do acesso ao direito à moradia. Numa primeira análise, traduzem a solução encontrada pelas famílias de baixa renda para sanar uma necessidade material imediata. Mas é possível que essas ações tenham mais a dizer sobre a dinâmica urbana contemporânea. Quando ocorrem nas áreas centrais das grandes cidades, as ocupações contribuem para visibilizar os processos de segregação territorial, denunciando a desigual distribuição espacial da cidade que tradicionalmente empurra os mais pobres para as zonas periféricas e desprovidas de infraestrutura urbana. Desta forma, sinalizam simultaneamente a limitação das políticas urbanas no atendimento das necessidades sociais, a seletividade dos investimentos em infraestrutura urbana em determinadas localizações e a negligência do poder público no controle dos mecanismos de valorização do solo e da propriedade privada.

Os conflitos em torno do acesso e controle da terra urbana transcendem a disputa pela posse da terra em si. A ocupação se constitui como uma necessidade material concreta da classe trabalhadora, mas pode se revelar na força motriz de uma luta política pelo pleno direito à cidade. Assim, trata-se de uma expressão da questão social pela via da resistência. No Brasil, foram relevantes as lutas travadas para a criação de um marco regulatório da ocupação do solo urbano. O processo de redemocratização da política brasileira proporcionou a confluência de diversas forças, como os movimentos sociais com destaque ao Movimento Nacional pela

¹⁷ Forma como são nomeados os grupos por seu interesse central no Congresso Federal, (religioso, da indústria e comercialização bélica e do agronegócio, respectivamente).

Reforma Urbana¹⁸. As pautas levantadas por esses segmentos da sociedade permitiram o aprimoramento do conjunto de leis na Constituição Federal de 1988. O texto constitucional institui a “função social da cidade” orientada a garantia do bem-estar dos habitantes. Da mesma forma, o direito à moradia adequada foi incorporado como direito do cidadão, e seu provimento dever do Estado. Algumas experiências exitosas apontaram para uma direção mais democrática no desenvolvimento das cidades. Todavia, a plena materialização destes instrumentos jurídicos encontrou obstáculos nas lacunas deixadas pela carta magna, que permitiram relativizações na interpretação legal. Pode-se dizer ainda que, por seu caráter ambíguo, deram vazão a um uso controverso da aplicabilidade das leis. Em que pese os esforços da classe trabalhadora e os avanços com a promulgação da chamada carta cidadã, a CF de 1988, “[...] é inegável que o setor conservador não teve dificuldade de garantir o essencial de seus interesses, seja na ordem econômica, seja na forma política de seu Estado.” (IASI, 2014, p. 55).

Diante do atual cenário sociopolítico, de retração dos investimentos em políticas sociais no país, a pesquisa aqui apresentada parte das estratégias de resistência da classe trabalhadora à questão urbana, inserindo as ocupações no primeiro plano da análise, lançando o foco para as ruas e sua potência na superação das determinações capitalistas de como viver na cidade. Parte-se do princípio de que as estratégias de enfrentamento da classe trabalhadora se fundamentam na negação das condições de vida a que está submetida essa classe e carregam consigo reivindicações dotadas de dimensão social e política, originadas na exploração a que o trabalhador é submetido na esfera da produção capitalista. Neste cenário, o universo do acesso precário (ou não-acesso) à moradia é estratégico para denunciar o conjunto da produção da cidade no capitalismo periférico e por meio dele denunciar também as especificidades desse processo de acumulação. (MARICATO, 2012).

¹⁸O Movimento Nacional pela Reforma Urbana define o conceito da reforma urbana como uma nova ética social, que critica a estrutura da cidade como fonte de lucros para poucos em detrimento da pobreza de muitos. Assume-se, portanto, a denúncia do quadro de desigualdade social, considerando a dualidade vivida em uma mesma cidade: a cidade dos ricos e a cidade dos pobres; a cidade legal e a cidade ilegal. Condena a exclusão da maior parte dos habitantes da cidade determinada pela lógica da segregação espacial; pela cidade mercadoria; pela mercantilização do solo urbano e da valorização imobiliária; pela apropriação privada dos investimentos públicos em moradia, em transportes públicos, em equipamentos urbanos e em serviços públicos em geral (UZZO; SAULE JUNIOR, 2009).

A escolha do tema emerge fundamentalmente da trajetória profissional da pesquisadora, Assistente Social do Município de Porto Alegre/RS. As inquietações sobre a segregação socioterritorial, as alternativas de moradia e a dificuldade de acesso aos bens e serviços da cidade, perpassam a realidade profissional desde a condição de estudante do curso de graduação em Serviço Social. A experiência com a população adulta em situação de rua, o atendimento das regiões periféricas, às ocupações em áreas verdes até os programas especiais de reassentamento de famílias mediante financiamento externo, retratam as distintas formas de “morar na cidade” que constituem o fio condutor da caminhada que motiva a presente escrita. Em que pese as peculiaridades de cada situação, essas experiências possuem uma semelhança fundamental: quem vive à margem do acesso ao direito à moradia compartilha da insegurança frente às ações de remoções, expulsão ou imposição de processos migratórios incertos e involuntários. De uma forma geral, compartilham da relação de hostilidade imposta pela hegemonia privado-mercantil da cidade dita formal.

O tema da moradia, pelo viés das políticas sociais públicas, foi objeto de análise da Dissertação de Mestrado em Serviço Social. A pesquisa realizada enfatizou as estratégias de moradia transitória da política habitacional de Porto Alegre. A análise das políticas públicas evidencia o seu contraditório papel na sociedade capitalista, com destaque aos limites que este modo de produção impõe à satisfação das necessidades sociais. No caso do acesso à moradia, mesmo o maior programa habitacional do país (Minha Casa Minha Vida), seja por suas características -que serão analisadas ao longo do trabalho-seja por sua descontinuidade, pouco alterou¹⁹ a realidade do déficit habitacional brasileiro, concentrado nas famílias com renda de até três salários mínimos. Diante do cenário das lacunas da política, algumas questões permaneceram em aberto: o que acontece quando a demanda pela moradia se impõe na paisagem urbana? Volta-se assim para a potencialidade da organização da classe trabalhadora na disputa por garantia, ampliação e radicalização do direito à moradia, sobretudo àquelas que trazem à tona os elementos constitutivos do conflito urbano.

¹⁹ Não se pretende aqui a desqualificação ou diminuição do papel do PMCMV na trajetória da política habitacional brasileira. Ressalta-se, tão somente, que políticas de governo, passíveis de descontinuidade, apresentam efeitos residuais no enfrentamento das grandes distorções de distribuição de riquezas do país.

A questão urbana tem sua origem nos processos de industrialização, fenômeno responsável pela migração do capital e da população em massa para as cidades. São as necessidades industriais que irão desenhar o modelo de urbanização econômica, espacial e culturalmente. A subordinação das necessidades sociais às necessidades industriais (LEFEBVRE, 2001) inaugura as distorções na conformação da cidade capitalista. A consolidação do urbano como centro de poder conduz a uma realidade contraditória que simultaneamente propicia, “através da produção, a agregação do trabalhador na fábrica e, de outro lado, a concentração social segregativa da moradia no âmbito da residência popular” (SILVA, 1989, p. 17). Nessa relação entre aglomeração e segregação, a adaptação das cidades aos interesses mercadológicos contém uma contradição indissolúvel, tornando-se palco dos conflitos oriundos dos antagônicos interesses de uma sociedade dividida em classes.

O estudo está fundamentado pelo método dialético-crítico, o fenômeno das ocupações realizadas pela classe trabalhadora nos vazios urbanos será analisado a luz das categorias totalidade, historicidade, contradição, mediação e espaço. Busca-se cercar o fenômeno para ultrapassar as conexões visíveis, que exprimem uma materialidade relevante, porém não suficientemente conclusiva para dar conta do fenômeno a ser estudado. Tal método permite avançar do imediatismo (superficial) para uma compreensão mediada da realidade, buscando uma apreensão do real que vai do simples ao complexo, da parte ao todo, do singular ao universal, do abstrato ao concreto e da aparência à essência das coisas.

Em consonância com o projeto ético-político da profissão, o estudo pretende contribuir para o adensamento das produções sobre a questão urbana no Serviço Social e áreas afins, a partir do desocultamento das potências e obstáculos contidos nas ocupações, como resistência da classe trabalhadora ao modelo urbano excludente, com vistas a interpretar cientificamente essas lutas que sinalizam uma retomada do alargamento do horizonte de direito à cidade numa perspectiva emancipatória.

A tese está dividida em cinco capítulos. Os dados coletados irão orientar o argumento proposto, numa tentativa de entrelaçar organicamente o debate teórico com os dados da pesquisa realizada. Assim, o **capítulo 1** é composto por essa Introdução, seguida da justificativa pela escolha do método dialético-crítico, apresentação do roteiro metodológico e técnicas de pesquisa. No subitem 1.3,

busca-se respostas ao questionamento acerca da relevância do tema das ocupações urbanas na produção de conhecimento do Serviço Social.

O **capítulo 2** apresenta uma abordagem acerca da relação humana com o território, a conformação das cidades capitalistas e a atual configuração urbana, com destaque às metamorfoses e manutenções dos efeitos da acumulação primitiva. O capítulo discute o processo de produção do espaço a partir do trabalho social. Parte-se então para a conformação das cidades capitalistas até os dias de hoje, o tempo presente é marcado pela captura da funcionalidade social da terra urbana pelas finanças como um fenômeno global. Ao **retomar a trajetória histórica da conformação das cidades capitalistas, tem-se o objetivo de contextualizar o modelo de urbanização e a conformação dos territórios.**

O **capítulo 3** foi estruturado para buscar respostas ao questionamento **de como as configurações territoriais do atual modelo de urbanização incidem sobre a questão habitacional**, analisando-se os dados nacionais e as estratégias de mediação do estado por meio das políticas sociais. A secundarização do valor de uso da cidade se manifesta sobre as necessidades mais elementares, a exemplo do acesso à moradia. Aborda-se ainda a questão habitacional como uma expressão da questão social, revelando as formas de ordenamento das relações sociais capitalistas na conformação da vida urbana, que envolvem elementos de exploração, opressão e resistência. Ainda ao recuperar as principais formas de mediação na área, por meio das intervenções estatais centralizadas nas políticas habitacionais, o capítulo busca responder **como o Estado, por meio das suas instituições, tem mediado os conflitos urbanos, sobretudo àqueles acionados pelas ocupações organizadas pela classe trabalhadora para sanar a necessidade de moradia.** A imposição do uso produtivo do espaço reduz o ato de morar à sua condição utilitária, agravando a segregação dos territórios, situação que tem sido enfrentada pelos diversos atores que constituem a luta por moradia no cenário brasileiro. O acesso negado, o direito violado e as necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora, nutrem as forças organizativas de resistência ao modelo de desenvolvimento urbano, reivindicando espaço de permanência e trânsito na cidade, ou ainda, a construção de um outro modelo de cidade.

No **capítulo 4**, busca-se identificar **o papel das ocupações de imóveis vazios na agenda de luta pela moradia no Brasil** e quais **os conflitos essas ações acionam regiões centrais das grandes cidades.** Das práticas de governos

mais conciliatórias às mais hostis, entre períodos de crescimento econômico à recessão, a qualidade da vida urbana de uma parcela significativa da sociedade, mante-se em processo de contínua degradação. Assim, as ocupações dos vazios urbanos, como as estratégias de enfrentamento da classe trabalhadora desnudam uma intervenção estatal orientada à manutenção e agravamento de cidades cada vez mais desiguais. Desta forma, as ocupações organizadas pela classe trabalhadora se apresentam como resistência aos agravos impostos pelas transformações capitalistas, dentre elas o processo de mercantilização da cidade.

O **capítulo 5** apresenta as sínteses que foram possíveis elaborar ao longo desse trajeto de pesquisa, denominado “**Conclusões**”.

1.1 ROTEIRO METODOLÓGICO

O presente estudo se fundamenta no método dialético-crítico, busca por meio das categorias totalidade, historicidade, contradição, mediação e espaço analisar as categorias teóricas explicativas da realidade, elegidas prioristicamente para cercar o fenômeno em análise: Território. Questão Urbana. Direito à Moradia. Ocupações Urbanas. Para além dessas, a investigação esteve aberta para novas categorias emergentes que se fizeram necessárias para a melhor compreensão do fenômeno.

O início do processo investigativo pressupõe inquietação acerca de determinado fenômeno, uma suspeita de que existem novos elementos a serem desvendados, que estão para além da aparência da representação imediata da realidade. Para tal, faz-se necessário analisar esse fenômeno à luz do método investigativo. De acordo com Lefebvre (1991, p. 50), o conhecimento em primeiro lugar é prático, “[...] tão somente a prática nos põe em contato com as realidades objetivas.”. Em segundo lugar o conhecimento é social, “na vida social descobrimos outros seres semelhantes a nós; eles agem sobre nós e nós agimos sobre eles e com eles” e finalmente o conhecimento é humano, “[...] portanto possui caráter histórico, todo o conhecimento foi adquirido e conquistado.” (LEFEBVRE, 1991, p. 50).

A pesquisa é definida por Minayo (2012, p. 16) como uma atividade das Ciências no processo de indagação e construção de realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza em relação à realidade do mundo. Embora seja atividade predominantemente teórica, os problemas intelectualmente

elaborados emanam da prática. As questões da investigação estão, dessa forma, “relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas.”. Pesquisar é uma atitude de busca constante, e por isso se caracteriza por um inacabado permanente, trata-se de uma aproximação sucessiva da realidade que nunca finda, combinando teoria e dados, pensamento e ação. O processo investigativo, ao buscar descobrir as relações internas dos elementos que constituem o fenômeno, inseridos num contexto sócio-histórico, pode fazer da pesquisa, “[...] quando compromissada em libertar a verdade de seu confinamento ideológico”, uma ferramenta de resistência e luta.” (IAMAMOTO, 2010, p. 452).

Compreende-se que o método de análise formulado por Marx foi o que melhor elucidou a estrutura e dinâmica da sociedade burguesa, esta que embora tenha sofrido importantes metamorfoses nos últimos séculos, mantém sua essência predatória. A dinâmica do capital estabelece a correlação necessária entre a produção da riqueza social e a reprodução contínua da pobreza, explicada por Marx por meio da lei geral de acumulação capitalista. Também compõe seu metabolismo interno uma reprodução dependente –e, portanto, geradora- de crises econômicas repetidas ciclicamente. Os efeitos do modo de produção capitalista na dinâmica da sociedade burguesa são fenômenos confirmados pela prática social e histórica. Identificadas na estrutura as disfunções e contradições inerentes ao mecanismo de reprodução do capital, a teoria social crítica e o método de análise marxiano estão à serviço da classe trabalhadora, responsável por toda a produção de riqueza, portanto, possui caráter contra-hegemônico, orientado à construção de alternativas para a superação das múltiplas formas de exploração do modo de produção capitalista.

No que concerne à ciência, esta, é claro, não é neutra, no sentido de um conhecimento objetivo que não seja afetado pela luta de classes e esteja à disposição de todas as classes, mas por essa mesma razão ela é uma; não existem duas ciências, e a luta de classes é precisamente a luta por essa ciência única, por quem irá se apropriar dela. (ZIZEK, 1996, p. 28).

O marxismo compreende o materialismo dialético, o materialismo histórico e a economia política. O materialismo dialético se constitui na base filosófica, uma concepção científica da realidade enriquecida com a prática social da humanidade. Tem como base dos seus princípios a matéria, consciência e a prática social e, ao demonstrar como a matéria se transforma e como se realiza a passagem das formas

inferiores às superiores, afirma-se como teoria orientadora para as lutas de superação da sociedade capitalista. O materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo, estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade. “Ressalta a força das ideias, capaz de introduzir mudanças nas bases econômicas que as originou” (TRIVIÑOS, 2011, p. 51).

A luz do materialismo dialético toda vida social é essencialmente prática e ainda “todos os mistérios que conduzem a teoria ao misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão dessa prática” (MARX; ENGELS, 2009, p.121). O estudo dos fatos e das experiências sociais parte da prática como critério da verdade e os conhecimentos teóricos tendem a se transformar em aplicações práticas, dessa forma se estabelece relação recíproca onde a “prática verifica e fecunda a teoria” (LEFEBVRE, 1966, p. 57). Nesse sentido, a discussão sobre a realidade nas análises da vida social, parte do concreto.

Parece mais correto começar pelo que há de concreto e real nos dados; assim, pois, na economia, pela população, que é a base e sujeito de todo o ato social da produção. Todavia, bem analisado esse método seria falso. A população é uma abstração se deixo de lado as classes que a compõe. Essas classes são, por sua vez, uma palavra sem sentido se ignoro os elementos sobre os quais repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital, etc. O capital, por exemplo, não é nada sem trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, preços etc. Se começasse, portanto, pela população, elaboraria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples; do concreto representado chegaria a abstrações cada vez mais tênues, até alcançar as determinações mais simples. Chegando a esse ponto, teria de voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas dessa vez não como representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas. [...] **O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é unidade do diverso.** Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora **seja o verdadeiro ponto de partida** e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. (MARX, 2008, p. 258-259, grifo nosso).

O método de análise formulado por Marx está ancorado na trajetória teórica do autor, fortemente influenciada pela filosofia alemã e por seu diálogo com os socialistas utópicos franceses e os economistas Adam Smith e David Ricardo. A teoria social crítica parte de concepções pré-existentes, submetidas ao tratamento dialético, em um processo de assimilação crítica dos clássicos do período. A teoria, entendida por Marx como uma modalidade de conhecimento, possui como

especificidade a noção de que o objeto, analisado por meio do conhecimento teórico, é tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independente das aspirações e desejos de quem o analisa. Por sua concepção dialética, o marxismo não aparta a teoria da prática, considerando a prática como o critério de verdade da teoria, o conhecimento parte dessa e a ela retorna dialeticamente. A teoria, assim, é um guia para uma ação (NETTO, 2009; GADOTTI, 1983).

Essa “inversão do nexos real do mundo” (ENGELS, 2015, p.53) permitiu a superação do princípio dialético formulado por Hegel, base da formulação da teoria social crítica. O que vai tornar o método de análise marxiano inédito é o contraponto à visão idealista hegeliana, que tem como ponto de partida o pensamento, a aparência dos fenômenos. O processo conhecido como a “inversão da dialética hegeliana” se conforma por meio da incorporação da concepção materialista do movimento dialético constitutivo do real. Marx retém o princípio dialético de Hegel, mas passa a elaborá-lo no sentido da criação da dialética materialista. Em oposição à filosofia alemã, “a qual desce do céu à terra, aqui sobe-se da terra ao céu” (MARX; ENGELS, 2009, p. 31). Com isso, a análise sobre a realidade parte dos homens realmente ativos, com base nos processos reais da vida.

O resultado geral que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos pode ser formulado, resumidamente assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. **Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.** (MARX, 2008, p. 47, grifo nosso).

São as críticas ao idealismo alemão que conduzem à noção materialista, sob influência do filósofo Feuerbach. Contudo, o caráter abstrato da abordagem materialista, ou sua redução metafísica e mecânica, também são criticados no processo da construção das formulações teórico-metodológicas de Marx e Engels, “o homem para Feuerbach, é ser genérico natural, supra histórico, e não ser social determinado pela história e pelas condições sociais por ele próprio criadas” (Marx, 2013, p.21). O caráter contemplativo na apreensão do real é identificado por Marx

como insuficiente para a construção de instrumentos de superação da exploração vivenciada pela classe trabalhadora. “O homem é um todo em qualquer momento histórico, mas contraditório, dilacerado, arrancado a si mesmo” (LEFEBVRE, 1966, p. 164).

O principal defeito de todo materialismo existente até agora (o de Feuerbach incluído) é que o objeto, a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do objeto ou da contemplação, mas não como atividade humana sensível, como prática; não subjetivamente. Daí o lado ativo, em oposição ao materialismo, [ter sido] abstratamente desenvolvido pelo idealismo. (MARX; ENGELS, 2009, p.119).

A dialética e o materialismo são, dessa forma, a base que estrutura o pensamento de Marx (e Engels). Contudo, o processo dialético de retenção dessas bases, somadas as suas respectivas críticas, que permitiram a superação dessas para a formulação original do método e da teoria dialética do conhecimento: o materialismo dialético. A teoria reúne o movimento dialético, o materialismo, historicidade e compromisso social revolucionário, em uma base científica crítica de análise do sistema capitalista. O materialismo dialético apresenta duplo objetivo, qual seja: pela dialética estuda as leis gerais do universo, comuns a todos os aspectos da realidade; pelo materialismo a concepção de que o mundo é uma realidade material, onde o homem está presente e pode conhecê-la e, portanto, transformá-la (GADOTTI, 1983).

Os elementos estruturantes da obra marxiana identificam o homem como a raiz do próprio homem; a história como centro da vida social, ao revelar que a sua criação é obra do homem mediada pelo trabalho; estabelecem a conexão necessária entre a teoria, empiria e práxis transformadora; elucidam a capacidade humana de recriar-se pelo trabalho e de, pela luta de classe contra classe, transpor coletivamente o reino das necessidades rumo à liberdade; identificam na intencionalidade humana elemento essencial ao processo de conhecimento, de trabalho e de transformação da realidade; além das premissas dialéticas de que tudo se relaciona, se contradita internamente e se transforma. (PEREIRA, 2013).

Ao assumir como premissa a indissociabilidade entre elaboração teórica e formulação metodológica, para além da leitura da realidade pautada na teoria social crítica marxiana, a busca por respostas teórico-práticas tem no método dialético-crítico o necessário caráter interventivo, com vistas à transformação da realidade. A

pesquisa enfoca na ação coletiva das ocupações urbanas ao identificar que, para além do potencial para sanar a necessidade imediata de moradia de parcela significativa da população brasileira, estas ações explicitam temas submersos no cotidiano das cidades e apontam para as contradições urbanas na contemporaneidade, deflagrando os atores que operam no sentido da manutenção e estímulo da lógica especulativa, que transformam territórios vividos em ativos financeiros abstratos (ROLNIK, 2015).

Nesse sentido, o presente estudo intenciona contribuir, a partir da formulação de reflexões teóricas, para a construção de instrumentos que sirvam à classe trabalhadora, na disputa de correlação de forças com o capital vivenciada no cotidiano urbano. Dessa forma, julga-se pertinente investigar **como as Ocupações Urbanas se efetivam (ou não) como estratégias da classe trabalhadora para o acesso ao direito de moradia, numa perspectiva de radicalização do direito à cidade?** Para responder ao problema central que se propõe o estudo, formulou-se as seguintes questões orientadoras:

- 1) Como vem sendo abordado o fenômeno das Ocupações Urbanas na produção de conhecimento do Serviço Social?
- 2) De que forma as questões fundiárias e modelo de urbanização contemporâneo incidem sobre a organização dos territórios?
- 3) Como as políticas urbanas têm respondido ao déficit habitacional?
- 4) Qual o papel das ocupações de imóveis vazios na agenda de luta pela moradia no Brasil?
- 5) Quais conflitos são acionados pelas ocupações dos vazios urbanos nas regiões centrais das grandes cidades?

O **objetivo geral** desse estudo se constitui em analisar de que maneira **as Ocupações Urbanas se efetivam (ou não) como estratégias de acesso ao direito de moradia nas regiões centrais da cidade de Porto Alegre, com vistas a desocultar as contradições do fenômeno e contribuir com o repertório de luta da classe trabalhadora na disputa pelo direito à cidade.** Para realizar o objetivo central, desmembrou-se os seguintes objetivos específicos:

- 1) Contribuir para o debate acerca do repertório de lutas da classe trabalhadora na produção de conhecimento do Serviço Social.
- 2) Identificar como a questão fundiária e o modelo de urbanização brasileiro incidem sobre a organização dos territórios.
- 3) Compreender como o déficit habitacional vem sendo mediado pelas políticas urbanas, sobretudo a habitacional.
- 4) Analisar as transformações do repertório de lutas pela moradia e pelo direito à cidade no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988.
- 5) Demonstrar o conjunto de conflitos acionados pelas ocupações de imóveis vazios nas regiões centrais das grandes cidades.
- 6) Problematizar a mediação do Estado nos conflitos urbanos acionados pelas Ocupações Urbanas, por meio dos avanços e retrocessos dos instrumentos jurídicos e investimentos públicos adequados à materialização dos direitos sociais previstos constitucionalmente.
- 7) Afirmar a relevância das Ocupações Urbanas, como repertório de lutas da classe trabalhadora, no alargamento do conceito de direito à cidade.

O método dialético-crítico, que embasa essa investigação, emerge da crítica ao método empirista da economia clássica, para a qual o real é dado de forma simples e imediata. Trata-se do estudo de uma determinada realidade objetiva, em que se analisa metodicamente os elementos contraditórios que constituem essa realidade. “A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de descobrir a conexão interna que há entre elas”. Somente a partir da conclusão desse trabalho que se possibilita a apresentação adequada do movimento real do fenômeno, por meio do modo de exposição. “Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada” (MARX, 2013, p. 91).

A opção metodológica compõe, portanto, parte da disputa por hegemonia. Ou ainda, atende à provocação benjaminiana²⁰ na sua sétima tese, de escrever a

²⁰ Todo aquele que, até hoje, obteve a vitória, marcha junto no cortejo de triunfo que conduz os dominantes de hoje (a marcharem) por cima dos que, hoje, jazem por terra. A presa, como sempre de costume, é conduzida no cortejo triunfante. Chamam-na bens culturais. **Eles terão de contar, no materialismo histórico, com um observador distanciado, pois o que ele, com seu olhar, abarca como bens culturais atesta, sem exceção, uma proveniência que ele não pode considerar sem horror.** Sua existência não se deve somente ao esforço dos grandes gênios, seus criadores, mas, também, à corveia sem nome de seus contemporâneos. Nunca há um documento da cultura que não

história a contrapelo. Não em vão o método dialético crítico costuma ser alvo de severas críticas, que não se limitam à discussão da sua natureza teórica ou científica, mas, de uma forma geral, se manifestam em razão da sua natureza ideopolítica. Entende-se conveniente a recuperação histórica dos princípios que orientaram a formulação do método marxiano, sobretudo nos dias recentes em que o debate sobre o referencial foi caricaturizado por uma “mística doutrinária”. É curioso como o legado marxiano, tão frequentemente apontado como obsoleto e insuficiente, mantém sua vitalidade na mobilização de grandes paixões. Ainda hoje, a alcunha de “marxista”, dependendo do momento histórico (de maior ou menor identificação de risco à ordem hegemônica) pode remeter imediatamente as noções de delírio ou subversão, em tempos de conservadorismo autoritário é tido como ameaça de “doutrinação ideológica” a ser combatida, perseguida e, no limite, exterminada.

A escolha por esse referencial teórico-metodológico ratifica a compreensão da necessária associação entre teoria e prática, da relevância da contextualização da pesquisa na sua intenção de intervir na realidade social, da visão de totalidade e a atenção com o uso histórico dos conceitos, elementos tão caros à profissão. A partir do método dialético-crítico, pretende-se ordenar, desobstruir e organizar a consciência do mundo e do homem. (LEFEBVRE, 1976).

[...] a destruição da pseudoconcreticidade com método dialético crítico, graças à qual o pensamento dissolve as criações fetichizadas do mundo reificado e ideal, para alcançar a sua realidade, é apenas o outro lado da dialética, como método revolucionário de transformação da realidade. Para que o mundo possa ser explicado criticamente, cumpre que a explicação mesma se coloque no terreno da “práxis” revolucionária. (KOSIK, 1976, p. 18).

O fetichismo ilusório que busca ocultar a realidade dos fenômenos da sociedade capitalista, não se limita a suprimir seu caráter histórico (por isso transitório), como também a ocultação das categorias econômicas, sua essência profunda, “como forma de objetividade, como categoria de relações entre os homens; as formas de objetividade aparecem como coisas e relações entre coisas”, por essa razão o método dialético ao mesmo tempo que rompe com a ilusão da

seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie. E, assim como ele não está livre da barbárie, também não está o processo de sua transmissão, transmissão na qual ele passou de um vencedor a outro. Por isso, o materialista histórico, na medida do possível, se afasta dessa transmissão. **Ele considera como sua tarefa escovar a história a contrapelo. (Tese VII de Walter Benjamin).**

eternidade, deve romper com o caráter reificado do conhecimento da realidade. (LUKÁCS, 2003, p. 86).

Parece mais fácil imaginar o “fim do mundo” do que uma mudança muito mais modesta no modo de produção, como se o capitalismo liberal fosse o “real” que de algum modo sobreviverá, mesmo na eventualidade de uma catástrofe ecológica global... Assim, pode-se afirmar categoricamente a existência da ideologia que matriz geradora que regula a relação entre o visível e o invisível, o imaginável e o inimaginável, bem como as mudanças nessa relação. [...] **Quando um processo é denunciado como “ideológico por excelência”, pode-se ter certeza de que seu inverso é não menos ideológico.** (ZIZEK, 1996, p. 7-9, grifo nosso).

O domínio burguês contou com a construção de um corpo de conhecimentos que permitiu historicamente controlar e regular suas crises e, assim, diluir as ameaças internas ou externas de sua superação.

Enquanto na comunidade primitiva a natureza aparece como tal ao indivíduo, simultaneamente, como seu recurso e seu inimigo, seu aliado e seu assassino, a natureza social trata como estrangeiro um membro da sociedade. O resultado da associação do trabalho se impõe à atividade vital como força exterior, de tal modo, que nem o trabalho nem seu produto são mais propriedade dos trabalhadores. [...] Assim, a própria força do ser social se volta contra ele, como “monstro animado”. A cidade se torna o lugar dessa transformação. (LEFEBVRE, 1999, p. 87).

Como instrumento ideológico de manutenção da ordem burguesa, o positivismo sociológico consistiu na proposital desvinculação dos fenômenos sociais de sua base econômica, ou ainda, o divórcio com a economia e com a história. Essa apartação é dotada de funcionalidade para obstaculizar a compreensão do real, base da formação da consciência de classe. O pensamento conservador passa a se estruturar como filosofia social e conhecimento científico-social, encontrando-se com o positivismo e fundando as “modernas ciências sociais” (ESCORSSIM, 2011, p. 127). Dissemina-se, assim, a noção que diante da invariabilidade das leis sociais, só resta o comportamento civil resignado e subordinado, necessários ao progresso e à ordem. Essas influências atravessam a consciência coletiva, manifestando-se na vida cotidiana. “A forma histórica da sociabilidade burguesa se apresenta como realidade à qual temos que nos submeter, reprimindo nossos impulsos” (IASI, 2013, p. 42). A mediação ideológica das tensões entre os interesses das classes em disputa resulta na adequação da consciência real a uma expressão do real que é a

sociabilidade do capital, onde toda a forma de opressão e exploração é naturalizada e justificável.

O predomínio do capital fetiche conduz a banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz das novas configurações da questão social na era das finanças. Nessa perspectiva, a questão social é mais do que a expressão da pobreza, miséria e “exclusão”. Condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam – na era do capital fetiche. (IAMAMOTO, 2010, p. 125).

Submeter o fenômeno das ocupações urbanas à análise dialético-crítica é buscar reconhecê-lo por meio do seu movimento, desenvolvimento histórico e da tensão de forças opostas materializadas na vida cotidiana. O pensamento dialético parte do pressuposto que o conhecimento se processa em movimento. Se a realidade é um todo dialético e estruturado, o conhecimento da realidade não parte do somatório aleatório de noções ou sistemas, mas da correlação em espiral entre as partes e o todo, essência e aparência, totalidade e contradições, em movimentos recíprocos.

O debate acerca da questão urbana evoca a inclusão da análise da categoria espaço²¹, ainda pouco aprofundada pela tradição marxista (HARVEY, 2005). Na busca por abarcar o máximo de elementos para explicação de um determinado fenômeno, sobretudo a questão da moradia sob a perspectiva da totalidade, tem-se como tarefa a compreensão da relevância da categoria espaço para a análise da relação entre as tríades capital/trabalho/terra e/ou agrário/urbano/ambiental, enquanto dimensão estruturadora da vida social. “O espaço não é apenas um receptáculo da história, mas condição de sua realização qualificada” (SANTOS, 2012a, p. 126). Por sua característica de expansão, a teoria de acumulação de Marx, ao abordar as relações de produção, troca e realização capitalista, evidencia a escala geográfica como impulso para a acumulação, sobretudo por meio do tempo de circulação como obstáculo para a produtividade.

É da natureza do capital mover-se para além de todas as barreiras espaciais. A criação das condições físicas da troca – de meios de comunicação e transporte- devem de uma necessidade para o capital em uma dimensão totalmente diferente - a anulação do espaço pelo tempo.

²¹ A categoria espaço é abordada nessa escrita a partir do referencial teórico de Henri Lefebvre, Milton Santos e David Harvey.

Dado que o produto imediato só pode ser valorizado em massa, em mercados distantes, quando os custos de transporte diminuem, e dado que, por outro lado, os próprios meios de transporte e comunicação só podem representar esferas de valorização do trabalho acionado pelo capital, e à medida que tem lugar um intercâmbio massivo- pelo qual é repostos mais do que o trabalho necessário -, a produção de meios de transporte e comunicação baratos é condição para a produção fundada no capital e, em consequência, é criada por ele. (MARX, 2013a, p. 432).

A partir da lógica da circulação, o espaço aparece inicialmente como inconveniente a ser superado pelo capital. E, contraditoriamente, é a organização espacial que permitirá essa superação. A exaltação da categoria espaço, no contexto do capitalismo, consiste na elaboração de representações dinâmicas de como essa contradição se manifesta por meio das transformações histórico-geográficas. A partir da análise das relações espaciais e do desenvolvimento geográfico do capitalismo, é possível, numa perspectiva de totalidade, explicar a importância e evolução das funções do Estado, desenvolvimento geográfico desigual, das formas de urbanização, das configurações territoriais – como perdem ou ganham poder-, das alianças de classe e dos limites externos e possibilidade de autonomia do Estado em cada momento histórico (HARVEY, 2005). Aspectos essenciais para a compreensão de como as ocupações urbanas repercutem -em termos materiais e simbólicos- na organização da classe trabalhadora, na luta pela moradia e no alargamento da concepção de direito à cidade.

Evidente que a noção de região ou lugar, não possui em si uma existência própria. Desconectada da totalidade, a análise espacial se configura em abstrações. “Os recursos totais do mundo ou de um país, quer seja o capital, a população, a força de trabalho, o excedente etc., dividem-se pelo movimento da totalidade, através da divisão do trabalho e na forma de eventos” (SANTOS, 2012a, p. 165). A cada momento histórico, a distribuição desses recursos ocorre de maneira distinta e localmente combinadas, esse fenômeno impacta na análise do espaço total e, é por meio dele, que se manifestam as especificidades e definição particular de cada região ou lugar. Sua significação é dada pela totalidade de recursos e muda de acordo com o movimento histórico.

A categoria totalidade se opõe a visão exclusiva do fragmento, uma tendência das análises contemporâneas, cuja ótica da ideologia dominante preconiza a imediatividade, a aparência e a pulverização dos fatos, culminando na ideia de um falso concreto. Uma categoria só pode ser dialética quando submetida ao contexto

da totalidade, pois é assim que são superadas as limitações que tornam as leituras da realidade unilaterais, a-históricas e alheias às contradições. O pesquisador diante das partes desconectadas, autônomas, individuais, “esquece o nexo entre elas, diante do ser dessas coisas esquece seu devir e fenecer, diante do seu repouso esquece seu movimento, porque de tantas árvores, não vê o mato”. (ENGELS, 2015, p. 51).

Não é o predomínio de motivos econômicos que distingue de maneira decisiva o marxismo da ciência burguesa, mas o ponto de vista da totalidade. A categoria da totalidade, o domínio universal e determinante do todo sobre as partes constituem a essência do método que Marx recebeu de Hegel e transformou de maneira original no fundamento de uma ciência inteiramente nova. (LUKÁKS, 2003, p. 105).

A compreensão da totalidade dialética não resulta da soma das partes, captar a realidade em sua totalidade é articular e conectar essas partes, onde a interação entre o todo e as partes altera o sentido de ambos e a conexão entre eles é o que estabelece o que são em si. Trata-se de uma articulação entre o universal e o particular, entre a teoria e a prática que se realimentam, buscando uma melhor interpretação da realidade. (KOSIK, 1976; PRATES, 2003).

El método dialéctico pretende penetrar – bajo las apariencias de estabilidad, de equilibrio – en lo que ya tiende a su fin y lo que ya anuncia su nacimiento. Busca, pues, el movimiento profundo (esencial) que hay bajo el movimiento superficial. La conexión lógica (dialéctica) de las ideas reproduce (refleja) cada vez más profundamente la conexión de las cosas. (LEFEBVRE, 1970, p. 276).

Ressalta-se, contudo, que a noção de totalidade não representa um sistema de conhecimento com potencial abrangedor de *um todo em definitivo* ou fechado, a própria ideia de petrificação do fenômeno fere os princípios do pensamento dialético. Trata-se da necessidade de (re) construir teórica e metodologicamente, de forma não fragmentada, as mediações, contradições e determinações internas desse fenômeno em articulação com a dinâmica temporal e espacial da vida social. A visão de conjunto é sempre provisória, a realidade é mais dinâmica que a sua capacidade de apreensão, o que não dispensa o esforço da elaboração de sínteses para melhor compreensão dos fenômenos para que “o conhecimento sistemático da totalidade do mundo exterior avance a passos gigantescos de geração em geração.” (ENGELS, 2015, p. 53).

O conhecimento da realidade, que integra diferentes fatos da vida social, possui caráter histórico. O primeiro ato histórico é a produção dos meios para a satisfação das necessidades impostas para a manutenção da vida. Da satisfação dessas necessidades, emergem outras de ordem mais complexa, e dessas, estabelecem-se as interações humanas. Dessa forma, o caráter histórico do ser social é inaugurado pelo trabalho como elemento constitutivo da vida dos homens. Essa relação intrínseca irá determinar a necessária conexão entre as relações materiais e os valores, as ideias e as diferentes instituições sociais, para a compreensão histórica. Marx e Engels constataram que o “primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, também de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poderem fazer história” (2009, p. 40).

Todavia, o sentido da história humana não é determinado pela satisfação natural das necessidades. O modo de relação entre os indivíduos – necessário para garantia da sobrevivência - depende substancialmente do modo de produção adotado em determinado momento histórico. É por meio da apropriação social do tempo e da produção do homem pelo trabalho que se desenvolve a sociedade dividida em classes. São as relações sociais impostas pela desigual apropriação privada dos meios de produção, que faz com que a história passe a girar em torno da luta de classes. Dessa forma, Marx (2011) elucida que os homens fazem a sua própria história, contudo não a fazem de acordo com suas vontades ou desejos, visto que as circunstâncias sob as quais ela é feita foram transmitidas pelas gerações que o antecederam.

Os fatos novos obrigaram a submissão de toda a história pregressa a uma nova investigação, e então ficou evidente que toda a história até ali fora a história da luta de classes, que essas classes da sociedade que combatem umas às outras são, em cada caso, produtos das relações econômicas de sua época, e que, portanto, cada estrutura econômica da sociedade constitui a base real, a partir da qual deve ser explicada, em última instância, toda a superestrutura das instituições jurídicas e políticas, bem como o modo de representação religiosa, filosófica e de qualquer natureza de cada período histórico. Com isso, o idealismo havia sido expulso do seu último refúgio, o da concepção da história; estava dada a concepção materialista da história e havia sido descoberta a maneira de explicar a consciência dos seres humanos a partir do seu ser, em vez de explicar o seu ser a partir da consciência, como havia sido feito até ali. (ENGELS, 2015, p. 55).

Assim, pode-se dizer que a história sempre existiu, mas nem sempre sob sua forma histórica. A temporalização do homem, por meio da mediação de uma sociedade, se configura na humanização do tempo. “O movimento inconsciente do tempo se manifesta e se torna verdadeiro na consciência histórica” (DEBORD, 1997, p. 87). É da necessidade orgânica e de como se estabelece o intercâmbio entre os homens – a partir do modo de produção- que se identifica a dimensão da consciência, desde o imediato sensível, como de si próprio e da sua condição humana de ser social e histórico. Da mesma forma, a alienação é um conceito histórico.

Se o ser humano está “alienado”, ele tem de estar alienado de algo, como resultado de certas causas – a interação de eventos e circunstâncias em relação ao ser humano enquanto sujeito dessa alienação – que se manifestam num quadro de referência histórico. De modo similar, a “transcendência da alienação” é um conceito inerentemente histórico, que visa a execução bem-sucedida de um processo que leva a um estado de coisas qualitativamente diferente. (...) Com efeito, quando o conceito de alienação é abstraído do processo socioeconômico concreto, uma mera aparência de historicidade pode tomar o lugar da compreensão genuína dos fatores complexos envolvidos no processo histórico. (MÉSZÁROS, 2016, p. 40).

A apreensão histórica das relações da terra e propriedade, assento de toda a questão urbana e agrária sob o domínio do modo de produção capitalista, é elemento para a compreensão do fenômeno em destaque nessa pesquisa, a partir da sua totalidade. As manifestações presentes de um determinado fenômeno não são suficientes para a sua explicação, para o conhecimento do real. A categoria da historicidade permite uma leitura da sociedade em constante movimento, em status permanente de provisoriedade, processo dinâmico que se realiza na construção, continuidade e ruptura. À essa concepção de movimento, somada a direção de mudança (transformação qualitativa) atribui-se a expectativa de construção de processos transformadores da realidade social reificada. A história vai do passado ao presente e o pesquisador refaz o caminho em sentido inverso na busca pela compreensão como esse passado configurou o tempo presente. Por outro lado, “a práxis, fundamentada neste movimento e apoiada no presente que constitui, prepara o futuro, encara o possível, isto é, no limite a total transformação do mundo real” (LEFEBVRE, 1972, p. 38).

Compreender o movimento dos fenômenos e os fenômenos em movimento, a partir das relações estabelecidas entre as partes que o compõe, é tarefa que se

propõe o método marxiano. O caminho do conhecimento parte do olhar atento ao real, submetendo o fenômeno ao contexto da totalidade, retirando o véu sobre as determinações históricas e compreendendo essa realidade nas suas contradições. Dessa forma, ao invés de rejeitar (negar) as contradições, o método propõem inseri-las no primeiro plano da pesquisa e do pensamento. Tal passo permitiu que a razão pudesse compreender aquilo que até então estava relegado ao absurdo (LEFEBVRE, 1966). A concepção dialética da contradição consiste no reconhecimento da possibilidade de existência simultânea de forças aparentemente opostas, antagônicas, onde a tensão gerada por esse conflito tem potencial de fecundar transformações para a sua dissolução, elevando um fenômeno, evento ou processo, para outro estado qualitativo.

O modo de produção designa um conjunto, ou a totalidade dialética de dois elementos: as forças produtivas e as relações de produção em sua unidade e contradição. Assim, a formação sócio econômica é um processo histórico da civilização tomada em sua totalidade. E as forças produtivas são o elemento ativo que mobiliza as transformações nas relações de produção. Dessa forma, a categoria da contradição é central para análise das estratégias de enfrentamento da classe trabalhadora, visto que por meio desta categoria que se identificam as possibilidades de movimento, mudança, transformação dos fenômenos. A negação de um determinado estágio se constitui em força motriz para a sua superação. “Todas as colisões da história têm, pois, segundo a nossa concepção, a sua origem na contradição entre forças produtivas e a forma de intercâmbio” (MARX; ENGELS, 2009). As contradições conduzem às revoluções sociais nas sociedades de classe. O novo só pode ser vislumbrado a partir do velho, na relação de contradição, um nega o outro, e a partir disso, torna-se possível uma ruptura e transcendência.

Quando nada se passa na natureza, na sociedade ou na vida individual, não há contradição. E, reciprocamente, quando não há contradição nada acontece, nenhum facto surge, nenhuma atividade se manifesta, nada de novo aparece. (...) A situação contraditória não se verifica sem sofrimento, sem dificuldade, sem problemas; mas é uma situação fecunda. O momento em que as contradições se revelam, se agravam e explodem, é também aquele em que algo novo se forma. (LEFEBVRE, 1966, p. 90).

As contradições do modo de produção capitalista foram responsáveis por suas mais relevantes mutações e metamorfoses. As crises (geradas pelo) do capital são momentos fecundos de reinvenção. As transformações oriundas desses

processos repercutem no cotidiano da sociedade, seja para melhorar as condições de vida ou torná-las ainda mais difíceis. Historicamente, a inovação tecnológica tem como premissa a necessidade de contornar as contradições que se impõem à manutenção da reprodução do capital, seja na busca de fontes alternativas de matéria prima, de exploração de recursos naturais disponíveis ou mesmo de otimização dos processos produtivos. O avanço dos direitos dos trabalhadores foi motivado por processos de acirramento da relação antagônica entre capital e trabalho, sobretudo pela convulsão social gerada pela classe trabalhadora organizada. Ainda que esse fenômeno não elimine a condição de exploração desse modo de produção, em relação ao início da Revolução Industrial, o que se observa são melhores condições de trabalho na maior parte dos países centrais do capitalismo. Os frutos dessas conquistas reverberam –em maior ou menor escalon –os países considerados periféricos, de acordo com o desenvolvimento social e econômico de determinado lugar. No caso das crises cíclicas do capital, provocadas pelas suas inexoráveis contradições, essas geralmente fragilizam as conquistas no campo dos direitos sociais globalmente, mas costumam ser mais severas com os mais vulneráveis, agravando as desigualdades sócio territoriais entre os mais ricos e os mais pobres.

Os avanços tecnológicos, as conquistas sociais e mesmo o recrudescimento do capital são alguns exemplos que demonstram as possibilidades de movimento gerados pelos processos contraditórios. No capitalismo, contudo, as grandes contradições são insuperáveis, haja vista que esse modo de produção só se reproduz através delas. E, enquanto as contradições entre as relações sociais e o modo de produção são mantidas latentes, a sociedade continua sujeita a um determinado modo de produção. Nesses casos, as transformações não resultam em descontinuidade, ruptura ou salto qualitativo. (LEFEBVRE, 1966). Ainda que a produção capitalista consiga contornar suas crises, a superação dos limites impostos ocorre através de meios que sempre retornam na forma de novos limites. Assim, o alívio do acirramento oriundo de uma determinada contradição será, possivelmente, o pivô de uma próxima. Na sociedade globalizada é comum observar que, na impossibilidade de dissolução, as contradições materializadas em crises são submetidas ao deslocamento geográfico. A exploração do trabalho, a relação predatória com o meio ambiente, a acumulação de riqueza e a geração de pobreza

são contradições que jamais serão eliminadas no interior do sistema capitalista, pois esses são elementos necessários para a sua reprodução.

O verdadeiro obstáculo à produção capitalista é o próprio capital. (...) isto é, o fato de que a produção é produção apenas para o capital, em vez de, ao contrário, os meios de produção serem simples meios para o desenvolvimento cada vez mais amplo do processo vital, em benefício da sociedade dos produtores. Os limites nos quais unicamente se podem mover a conservação e valorização do valor de capital, as quais se baseiam na expropriação e no empobrecimento da grande massa dos produtores, entram assim constantemente em contradição com os métodos de produção que o capital tem de empregar para seu objetivo e que apontam para um aumento ilimitado da produção, para a produção como um fim em si mesmo, para um desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais do trabalho. (...) Assim, se o modo de produção capitalista é um meio histórico para desenvolver a força produtiva material e criar o mercado mundial que lhe corresponde, ele é, ao mesmo tempo, a constante contradição entre sua missão histórica e as relações sociais de produção correspondentes a tal modo de produção. (MARX, 2017a, p. 289-290)

Marx e Engels atribuíram à impossibilidade de solução das contradições internas do capital a chave para a sua superação, creditando à classe operária o papel de evidenciar o esgotamento desse modo de produção por meio da consciência dessas contradições. A potência dessa tomada de consciência pode ser confirmada pelo esforço das estruturas e instituições ideológicas da classe dominante em camuflar, dissimular e mistificar uma falsa coerência ou harmonia nessas contradições. Diante dos níveis crescentes de concentração de riquezas e socialização da pobreza, do aumento das catástrofes ambientais e do esgotamento de recursos naturais- fenômenos previstos por Marx, já comprovados e reconhecidos, embora não enfrentados- talvez essa superação não ocorra por meio da tomada de consciência de uma maioria oprimida em busca de outro patamar civilizatório. É possível que esse salto para outro estado qualitativo resulte do mais primitivo instinto de sobrevivência. Essa “melancolia revolucionária²²”, contudo, não pode ser confundida com resignação fatalista, e, portanto, não diminui a responsabilidade de todo materialista dialético exaltar as contradições como meio de compreensão da raiz dos conflitos entre as forças produtivas e as relações de produção expressas na vida material, como via para impedir que esse modo de produção finde a própria história.

²² Termo utilizado por Michel Löwy para descrever o pessimismo manifesto por Walter Benjamin ao se contrapor ao marxismo evolucionista vulgar. “É evidente que não se trata de um sentimento contemplativo, mas de um pessimismo ativo, “organizado”, prático, voltado para o objetivo de impedir, por todos meios possíveis, o advento do pior” (LÖWY, 2005, p. 24)

1.2 TÉCNICAS E TIPO DE PESQUISA

O estudo se caracteriza como qualitativo-quantitativo, com ênfase nos dados qualitativos. Compreende-se que o enfoque misto é a abordagem mais adequada para responder ao método dialético, uma vez que esse proporciona uma maior compreensão da complexidade dos temas abordados nas pesquisas sociais. A pesquisa mista é utilizada para responder a complexidade e diversidade dos fenômenos contemporâneos, permitindo uma perspectiva mais ampla, tende a uma produção mais rica de dados e uma melhor exploração desses (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). A articulação entre os dados quantitativos e qualitativos possuem uma relação de coerência com o método marxiano de investigação, que ressalta entre suas leis a relação necessária entre quantidades e qualidades.

Marx apropria-se das categorias que emanam da realidade e volta a ela utilizando-as para explicar o movimento de constituição dos fenômenos, a partir de sucessivas aproximações e da constituição de totalizações provisórias, passíveis de superação sistemática, porque históricas. Nesse processo de apreensão, o autor considera fundamental dar visibilidade às contradições inclusivas que o permeiam e às transformações ocorridas no percurso, transformações estas que resultam de múltiplas determinações, cuja análise interconectada amplia a possibilidade de atribuir-se sentidos e explicações à realidade. (PRATES, 2012a, p. 117).

Dentre as possibilidades de enfoque misto, adotou-se a estratégia exploratória sequencial, que se caracteriza pela divisão da pesquisa em duas etapas, nesse caso tendo início pelos dados quantitativos, seguidos de coleta e análise de dados qualitativos desenvolvida a partir dos resultados quantitativos iniciais. (CRESWELL, 2010). Ressalta-se a ênfase para os dados qualitativos na atribuição de peso, contudo esses estão diretamente conectados aos dados quantitativos no processo de coleta e na fase de análise.

O estudo está pautado numa concepção reivindicatória e participativa, pois almeja que seus resultados sirvam de instrumento para o fortalecimento das estratégias de lutas da classe trabalhadora. (CRESSWELL, 2010). Trata-se de uma opção metodológica de cunho político, em que se expressa a postura da pesquisadora frente às relações sociais, ratificando o marxismo como explicação insubstituível na crítica à estrutura capitalista, seus meios de reprodução e suas possibilidades de superação.

Inicialmente, pretendia-se a realização de uma pesquisa empírica, com a realização de trabalho de campo com a utilização da técnica da entrevista semiestruturada. Para tal, o projeto foi submetido à análise das instâncias éticas, dentre elas o Sistema de Pesquisa da PUCRS e a Plataforma Brasil. Elegeu-se como universo os integrantes das ocupações para fins de moradia da região centro de Porto Alegre. As entrevistas serviriam de subsídios para o banco de dados qualitativos. Privilegiou-se à época o “Assentamento 20 de novembro”, por sua condição consolidada de permanência e por aglutinar membros de outras experiências de ocupações no centro de Porto Alegre. Foram realizados contatos com as lideranças, visitas, participação nos eventos organizados pela Cooperativa que está integrada ao Assentamento e algumas entrevistas. Também foi realizada visita à “Ocupação Povo Sem Medo”, considerada uma das maiores ocupações da América Latina, localizada em São Bernardo do Campo entre setembro de 2017 e abril de 2018 com 8 mil famílias. A visita foi mediada pela liderança local do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, que apresentou a ocupação a partir dos seus espaços coletivos de organização: biblioteca, espaço infantil, área das assembleias e cozinhas comunitárias.

Diante do atual cenário sócio-político do país, o processo foi interrompido no período das eleições de 2018. Pesquisadora e entrevistados estavam mobilizados na tentativa de barrar aquilo que representava a mais contundente ameaça aos direitos sociais desde 1964, tornando o processo de entrevistas mecânico, desconectado da realidade emergente. Ainda nesse período, em razão da forte mobilização dos movimentos sociais, somada à ampla visibilidade do MTST, sobretudo a partir da oficialização da candidatura do seu líder Guilherme Boulos pelo PSOL, as ocupações de uma forma geral estiveram no centro do debate do Congresso Nacional, sofrendo ameaças de tipificação como atos terroristas. Foram ao menos dez projetos apresentados na Câmara e no Senado para alterar a Lei Antiterrorismo (13.260/2016), sancionada pela ex-presidente Dilma Rousseff. Tramitou na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, um projeto para redefinição do crime de terrorismo, reincorporando a ele a motivação política e ideológica, ausente do texto original sancionado em 2016. A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra e pela moradia foi promessa de campanha do atual presidente eleito. A incerteza do desfecho dessa, dentre tantas outras disputas, gerou o receio de exposição do público entrevistado, optando-se pela

supressão do material coletado em entrevista. Assim, as experiências empíricas estarão presentes na escrita no conteúdo obtido por meio da técnica de observação participante, técnica que consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo, colocando-se ao lado desse nas atividades cotidianas, como se fosse um membro desse. (MARKONI; LAKATOS, 2012). A riqueza do convívio com esses atores, as experiências compartilhadas ao longo dos últimos 4 anos irão permear as sínteses da pesquisa como um todo.

Observar um “fenômeno social” significa, em primeiro lugar, que determinado evento social, simples ou complexo, tenha sido abstratamente separado do seu contexto para que, em sua dimensão singular, seja estudado em seus atos, atividades, significados, relações, etc. Individualizam-se ou agrupam-se os fenômenos dentro de uma realidade que é indivisível, essencialmente para descobrir seus aspectos aparentiais e mais profundos, até captar, se for possível, sua essência numa perspectiva específica e ampla, ao mesmo tempo, de contradições e dinamismos, de relações, etc. (TRIVIÑOS, 2011, p. 153).

A exemplo da visita realizada à Ocupação Povo Sem Medo na região metropolitana de São Paulo, a técnica da Observação Participante foi intencionalmente utilizada como meio de garantir maior liberdade à pesquisadora, permitindo uma relação direta com as lideranças que mediarão a visita e apresentaram os espaços coletivos, práticas e rotinas da ocupação. Essa experiência foi fundamental para a elaboração dos instrumentos de entrevistas que foram utilizados, uma vez que permitiu o direcionamento mais adequado da abordagem das entrevistas, suprimindo questões irrelevantes e incluindo outras relativas às experiências coletivas, identificadas na visita realizada como centrais para o movimento.

A supressão do material coletado nas entrevistas da pesquisa de campo redirecionou a investigação para a discussão teórica acerca da estratégia da ocupação em si, como instrumento da classe trabalhadora na luta por moradia e, a partir do recorte territorial, a análise de como essas experiências se relacionam com o modelo de urbanização, numa perspectiva de direito à cidade. Assim, inicia-se o trabalho por meio de uma pesquisa bibliográfica, utilizando-se como fonte principal as publicações acadêmicas nas produções de dissertações e teses do Serviço Social. Analisa-se ainda as publicações realizadas pela Editora Cortez e Revista Serviço Social & Sociedade, além da exploração dos sites dos programas de pós-graduação da área na busca de núcleos de pesquisa que centralizam a temática nas

formas de resistência da classe trabalhadora e demais temas que versam sobre a questão urbana e habitacional.

Através da análise documental, pretende-se recuperar os dados e índices que revelam o cenário das expressões da questão urbana no país, com destaque à Porto Alegre. Da mesma forma, a pesquisa pretende recuperar a história das lutas da classe trabalhadora e a relação com os marcos legais que fazem jus as pautas reivindicatórias dos grupos mapeados a partir da CF1988. Sobre a legislação vigente, pretende-se identificar possíveis contradições e brechas que sinalizem para a insuficiência de instrumentos que garantam os direitos previstos constitucionalmente, bem como as possíveis distorções do texto e/ou das suas formas de interpretação, repercutidas na sua materialidade.

Enquanto tratamento da informação contida nos documentos acumulados, a análise documental tem por objetivo ampliar o acesso e a compreensão da legislação vigente. Tem como propósito a síntese e o armazenamento sob uma forma inteligível, de tal forma que este obtenha o máximo de informação, em aspecto quantitativo, com o máximo de pertinência, no aspecto quantitativo (Bardin, 2011). O procedimento foi privilegiado já no final da pesquisa, como uma urgência de compreender e socializar a drástica mudança da regulamentação da questão fundiária adotada com a lei 13.465/2017 e as alterações que seguem em ritmo acelerado na estrutura das instituições de regulação e controle social na área. Esta análise foi amparada por uma revisão teórica, a fim de aprofundar os conceitos acerca dos processos de urbanização, da questão urbana e a conformação das lutas pelo direito à cidade, com destaque a luta pela moradia.

Para a análise dos dados coletados nessa pesquisa foi utilizado o recurso da análise de conteúdo, definida como um instrumento adaptável a um vasto campo de aplicação, ou ainda como um:

[...] conjunto de técnicas de análise de comunicações, que utilizam procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/reprodução (variáveis inferidas) dessas mensagens” (BARDIN, 2011, p. 42).

Trata-se de uma técnica considerada híbrida e, portanto, com aplicabilidade nos diferentes tipos de dados coletados, quantitativos e qualitativos, considerando as suas diferentes implicações. A pesquisa seguiu as fases de análise de conteúdo

organizadas em torno dos polos cronológicos por Bardin (2011), divididos em três momentos: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Com relação aos aspectos éticos, a pesquisa foi submetida à aprovação na Comissão Científica da Escola de Humanidades da PUCRS, após aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Os dados coletados na pesquisa por meio das entrevistas foram previamente autorizados por todos os sujeitos envolvidos por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Esses encaminhamentos foram realizados ainda antes da decisão de descontinuidade das entrevistas, mas asseguram o uso de algum fragmento que se faça relevante.

Pretende-se a devolução dos achados da pesquisa aos espaços que receberam a pesquisadora, como Assentamento e Ocupações visitadas. Bem como no interior da profissão, a partir da publicação dos resultados em eventos acadêmicos da categoria.

1.3 AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL

Em consonância com os fundamentos que orientam a profissão da pesquisadora Assistente Social, a investigação está embasada no método dialético-crítico. A busca pela análise crítica da realidade parte de uma concepção de sujeito social, realidade dinâmica em constante transformação e permeada por severas contradições sociais. O adensamento dos conhecimentos sobre a pesquisa social tem se constituído em tarefa fundamental do Serviço Social, o processo investigativo pautado nesse método busca desvendar a essência dos problemas, o que para além de contribuir para a análise crítica da realidade, permite captar as diversas formas de pressão social, “[...] de re-invenção da vida construídas no cotidiano, por meio das quais são recriadas formas novas de viver, que apontam para um futuro que está sendo germinado no presente.” (IAMAMOTO, 2010, p. 161).

O Serviço Social além de profissão é uma área de conhecimento. Como profissão possui intervenção orientada ao atendimento de necessidades socialmente construídas, de acordo com cada momento histórico. No Brasil, essa intervenção ocorre no contexto das relações contraditórias que constituem a sociedade

capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem frente às expressões da questão social. A regulamentação inicial da profissão data de agosto de 1953, o documento destaca duas competências profissionais:

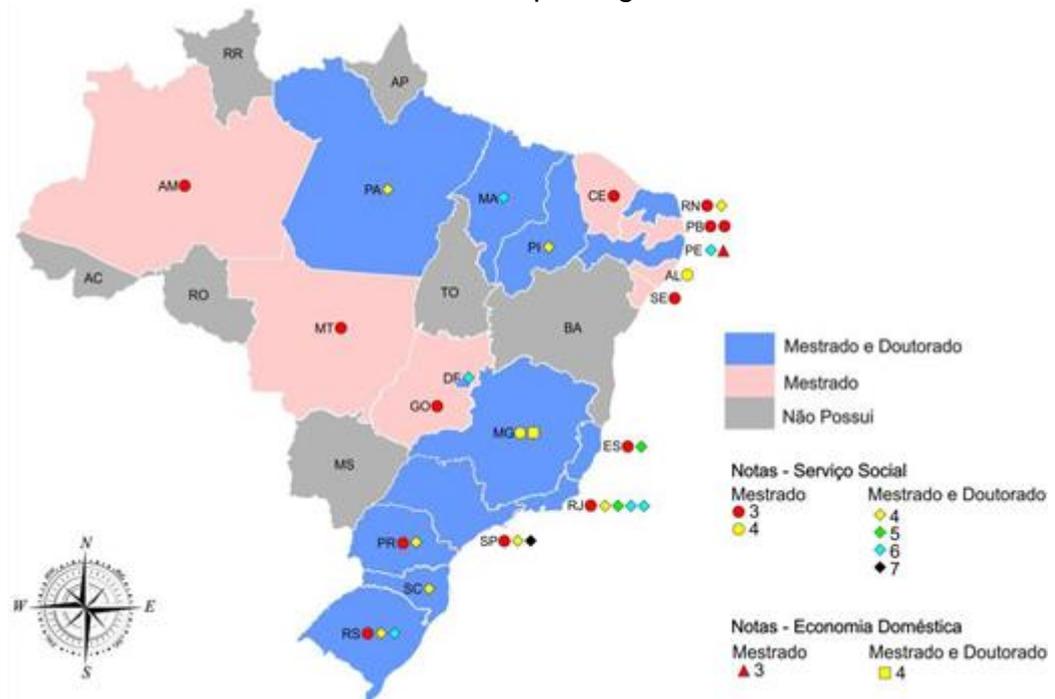
- 1) atuar no âmbito das políticas públicas e privadas seja na gestão, na assessoria de programas e serviços sociais, além de consultoria e organização política para controle social;
- 2) planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais. Ou seja, produzir um conhecimento científico sobre a realidade social e sobre a própria ação profissional.

Apesar da ênfase na área de pesquisa como forma de subsídio da ação profissional já aparecer na regulamentação supracitada, somente vinte anos mais tarde que surgem os primeiros cursos de pós-graduação no país (1972). Em nível de mestrado, na PUC-SP e outro PUC-RJ, pioneiros no continente latino-americano. O primeiro curso de doutorado foi instituído na PUC-SP, em 1980 e, entre 1981 e 1989, o Programa titulóu 8 doutores em Serviço Social.

O impulso à formação pós-graduada ocorreu sobretudo a partir da revisão curricular encaminhada pela Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) (hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPESS) em 1979, em Natal, com uma perspectiva crítica, o que demandou um aperfeiçoamento profissional em termos teóricos e intenção de ruptura com a tradição estadunidense. Essa expansão inicial entre os anos de 1970-80 é parte de um processo em curso no país. Nessas décadas, as principais agências de financiamento de pesquisa (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível superior - CAPES e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq) incluem o Serviço Social como área de conhecimento, momento de configuração do Sistema Nacional de Pós-Graduação e de elaboração do primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação. (CAPES, 2017). É somente a partir da década de 1990 que os programas de pós-graduação se expandem no Brasil, notadamente nas universidades federais.

Conforme o relatório da CAPES (2017), o Serviço Social hoje representa 0,8% dos Programas de Pós-graduação existentes no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Em 2016 foram identificados 34 Programas de Pós-graduação em funcionamento, assim distribuídos espacialmente: 12 na região Sudeste (36,4%), 11 na região Nordeste (33,3%), 05 na região Sul (15,2%), 03 Programas na região Centro-Oeste (9%) e 02 estão na região Norte (6%).

Figura 1 – Programas de Pós-graduação da área 32 Capes - Serviço Social- distribuídos por regiões



Fonte: Documento da área 32. Capes (2017).

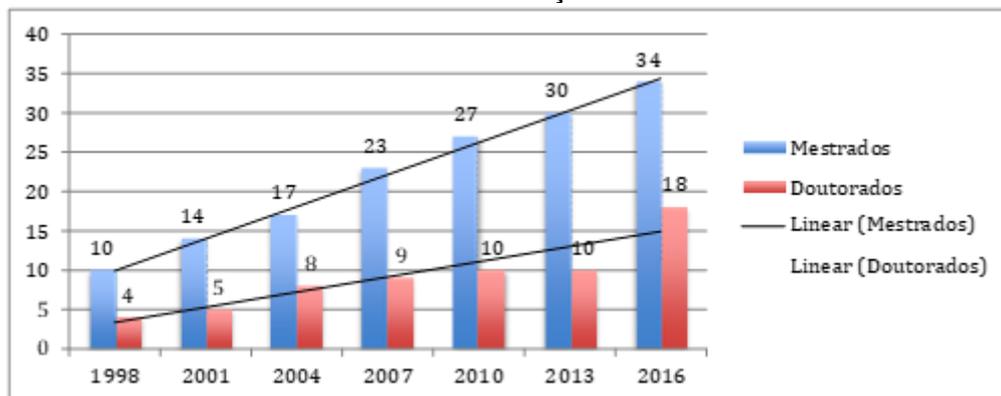
A Pós-Graduação em Serviço Social possui maior incidência nas Universidades Públicas (78,8%), seguida das universidades comunitárias (14,7%), com pouca expressividade de instituições privadas (2,9%). Uma tendência inversa à detectada na graduação. Das instituições públicas, 18 são Universidades Federais e 08 Universidades Estaduais (24,2%). Destaca-se a expansão nas Universidades Estaduais (passou de 3 Programas em 2010, para 8 em 2016 – crescimento de 266%) e redução de Programas em Universidades Privadas. Das 6 instituições privadas, 5 são comunitárias (4 PUCs e 1 Universidade Católica- UCPEL) e uma é sem fins lucrativos (EMESCAM).

Em 2016, o Serviço Social contava com 18 cursos de Doutorado (PUC/RS, PUC/SP, PUC/Rio, UFMA, UFRJ, UFPE, UnB, UNESP, UERJ, UFPE, UFF, FUFPI,

UFES, UFV, UEL, UFSC, UCPel, UFRN e UFPA) e 34 cursos de mestrado, todos acadêmicos. Ainda conforme os dados do Relatório Capes (2017), a situação dos Programas de Pós-graduação em relação à área básica, em 2016, é a seguinte: 23 em Serviço Social (67,6%); 06 em Política Social (17,6%); 03 em Políticas Públicas (8,8%), e 02 em Economia Doméstica (5,9%). A exceção dos 2 Programas de Economia Doméstica, todos os 32 Programas de Pós-graduação guardam interlocução com o objeto do Serviço Social e suas interfaces com a política social e as políticas públicas.

A maior expansão dos Programas de Pós-graduação ocorreu a partir do ano 2000. Em 2014 a área 32 já contava com 33 Programas, sendo 16 com Doutorado. Em 2015 foi aprovado o Mestrado em Serviço Social e Política Social na UFRGS, o mestrado em Serviço Social da UNIFESP e os Doutorados da UFRN e UFPA (primeiro doutorado da área na região norte). Em 2016, foi aprovado o Doutorado na UFAL.

Gráfico 1 - Série histórica cursos de pós-graduação na área 32 da CAPES - Serviço Social



Fonte: Documento Área 32. Capes (2017).

A criação dos 28 novos programas a partir da década de 1990, expressa o amplo processo de renovação acadêmica e profissional crítica que ocorre no Serviço Social no Brasil nas últimas décadas, a robustez na produção de conhecimento da área marca a ruptura com a herança conservadora e confessional de sua origem. A Pós-Graduação exerceu um papel fundamental na sustentação científica dessa renovação. O Serviço Social volta-se para a análise da *questão social* e suas manifestações na vida cotidiana de distintos segmentos das classes

subalternizadas, no marco das relações entre Estado e sociedade civil e com as iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos sociais.

A aproximação com a tradição marxista no Serviço Social brasileiro é oriunda do movimento de reconceituação da profissão, ocorrido a partir da década de 1960, na sua perspectiva de “intenção de ruptura” com as bases conservadoras da sua gênese. Dados os cerceamentos políticos e sociais do período ditatorial, a interlocução com a teoria de Marx na produção crítica da profissão só é identificada a partir dos anos de 1980. É do mesmo período, mais precisamente a partir dos anos 1990, que o tratamento dispensado à questão social assume centralidade nas produções da profissão como elemento constitutivo da relação entre o Serviço Social e a realidade. A questão social é entendida pelo conjunto de desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, “mediatizadas por disparidades de gênero, características étnico-raciais e formações regionais” e suas manifestações de luta e resistência (IAMAMOTO, 2010, p.160). Sua gênese deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada de toda a riqueza produzida, incluindo a própria atividade humana.

A questão social se apresenta em caráter constitutivo da profissão em pelo menos duas dimensões essenciais: como base de fundação sócio histórica da profissão e como matéria-prima do trabalho dos assistentes sociais, na sua forma de manifestação a partir de suas múltiplas expressões. A questão social, por sua dimensão estrutural, é produto do modo de produção capitalista. Dessa forma, a aproximação com a tradição marxista permitiu à profissão uma análise do processo de produção e reprodução das relações sociais e a sua identificação como parte da divisão social e técnica do trabalho. A teoria social ilumina e direciona a ação profissional, perpassando a totalidade do trabalho, conferindo conteúdos teórico-políticos que conferem consistência e direção social ao exercício profissional. E nesse sentido, a pesquisa se configura em estratégia de construção de alternativas críticas para o enfrentamento das expressões da questão social.

O ponto de partida, para Marx, está no fato de que, entre as ideias e o mundo objetivo, externo à consciência, se desdobra uma intensa mediação que tem no trabalho a sua categoria fundante. Tipicamente, é pelo trabalho que os projetos ideais são convertidos em produtos objetivos, isto é, que passam a existir fora da consciência. **E, do mesmo modo tipicamente, é reconhecendo as novas necessidades e possibilidades objetivas abertas pelo desenvolvimento material que a consciência pode formular projetos ideais que orientam os atos de trabalho.** Realidade

objetiva e realidade subjetiva são, assim, dois momentos distintos, mas sempre necessariamente articulados, no mundo dos homens. (TONET, 2011, p. 45, grifo nosso).

A reafirmação da contribuição marxiana para o Serviço Social intenciona a radicalidade da direção social apontada pelo projeto ético-político profissional, este alinhado às forças sociais progressistas, comprometido com a efetivação da cidadania e pautado em preceitos e práticas democráticas. A consolidação dos valores que orientam a profissão fornece o respaldo ao aparato legal que regulamenta o exercício profissional e são, por isso, estratégias necessárias para a garantia e o alargamento da relativa autonomia profissional no seu exercício cotidiano.

Reafirmar a atualidade da luta de classes, da centralidade da categoria trabalho como base da sociabilidade humana (ainda que ela assuma, sob o manto do capital, a forma alienada, estranhada); reafirmar que o pauperismo somente será radicalmente criticado se explicado como expressão direta da “lei geral de acumulação capitalista” no atual estágio de desenvolvimento e crise do capital, orientado pelo ponto de vista ontológico e pela perspectiva da totalidade, como guias insubstituíveis para a produção de conhecimento genuinamente humanos. (SILVA, 2013, p. 222).

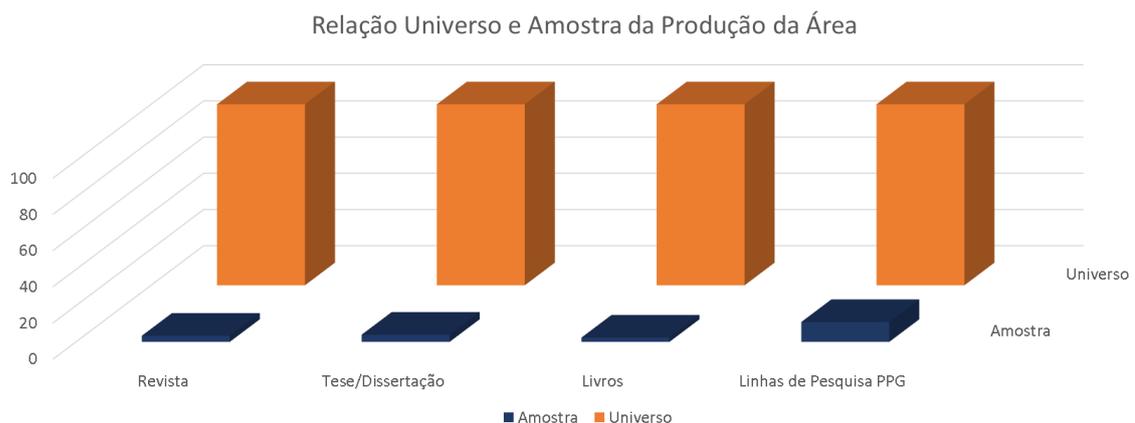
Identifica-se a pertinência do debate acerca do repertório das lutas sociais para a produção de conhecimento no Serviço Social e áreas afins. Os assistentes sociais assumiram posição de defesa explícita da classe trabalhadora e, a partir da década de 1980, orientaram a direção social da profissão para a articulação e atendimento dos interesses imediatos e históricos desta classe. As distintas formas de organização popular estão atreladas à história da profissão, que tem como seu objeto de intervenção as expressões da questão social. O compromisso com o enfrentamento das desigualdades oriundas do modo de produção capitalista está expresso no Código de Ética da profissão (CFESS, 1993), nas diretrizes curriculares para a formação do Assistente Social (de 1996), assim como na lei que regulamenta a profissão (Lei nº 8.662/93).

A atual ascensão conservadora encerra um ciclo de tentativa de conciliação interclassista promovidos pelos programas de governo popular. Os primeiros sinais de refluxo econômico foram suficientes para o rompimento -por parte das elites- da aparente equalização de interesses promovido pelas políticas de viés conciliatório. Essa cisão com o caráter reformista do Estado reverbera imediatamente na dinâmica urbana, principalmente a partir da descontinuidade e desinvestimento nas políticas

sociais. Essas medidas agravam a situação de desigualdade e tensionam as disputas por acesso nas cidades, o período que segue tende à radicalização das estratégias de enfrentamento às hostilidades impostas pelas políticas austeras. Nesse sentido, o atual cenário convoca à intensificação dos espaços que promovem a interlocução com a dimensão de resistência da questão social.

O debate acerca da questão urbana -via estratégias de resistência da classe trabalhadora, afóra os projetos de extensão voltados para a articulação da academia com as lutas populares, é predominantemente mediado pela ação das políticas sociais públicas. A formação enfatiza prioritariamente as lutas pela via dos canais institucionais de participação democrática, contidos nessas políticas. Este direcionamento corresponde à realidade da intervenção profissional, uma vez que os campos de estágio são majoritariamente na execução das políticas sociais públicas, assim como os espaços ocupacionais de maior relevância para categoria. Essa característica na formação dos Assistentes Sociais vai repercutir na produção de conhecimento da profissão sobre os processos organizativos da classe trabalhadora. lamamoto (2010), em levantamento realizado em 2004, aponta que o eixo temático “Movimentos Sociais, processos organizativos e mobilização popular” configurava inexpressivos 5,8% das produções acadêmicas na área.

Gráfico 2 - Relação Universo das Produções em Serviço Social versus amostra



Fonte: Dados pesquisa bibliográfica, sistematizados pela autora (2019).

Além disso, atualmente, no plano teórico-metodológico, evidencia-se múltiplas agendas e teorias sobre as formas organizativas das lutas sociais na produção de

conhecimento das ciências sociais aplicadas. Esse dado revela a diversidade do campo temático em distintos sujeitos, em formas híbridas de ações coletivas, que tende a gerar um ecletismo nas interpretações contemporâneas onde convivem teorias com focos diversos (cultural, estruturalista, institucionalistas...) que se fazem valer de categorias analíticas de diferentes matrizes paradigmáticas (GOHN, 2014). Há, contudo, uma semelhança entre a maioria das abordagens recentes: a supressão da identidade de classe desses movimentos. Este estudo buscou identificar a presença do conteúdo classista e de uma direção contra-hegemônica nas produções que debatem as estratégias de resistência da classe trabalhadora, sobretudo nas ações de ocupações dos vazios urbanos para fins de moradia.

Realizou-se, assim, um mapeamento exploratório da produção de conhecimento do Serviço Social sobre as estratégias de luta da classe trabalhadora, sobretudo com centralidade na ação dos movimentos sociais. Trata-se de um exercício de construção do estado da arte da abordagem da área pela perspectiva da resistência – para além da mediação estatal. A motivação para essa inversão de caminho de análise tem origem no processo de participação nos Conselhos Municipais, Comitês Gestores e Orçamento Participativo, que oportunizou ao mesmo tempo uma leitura mais abrangente sobre a construção da ampliação democrática de participação popular e desencadeou a necessidade de identificar outros focos de resistência, para além dos canais institucionais. Essa experiência, somada as sucessivas aproximações com a realidade concreta das políticas sociais públicas, aponta para a íntima relação entre a garantia/ampliação de direitos sociais com a articulação, fortalecimento e resistência dos movimentos sociais, estejam esses inseridos ou não nos canais institucionais de controle social. Dessa forma, buscou-se identificar a produção de conhecimento que aborda a resistência popular nas suas diversas manifestações, sobretudo nas disputas que ocorrem à margem dos espaços formais de participação democrática.

No ano de 2013, as pautas oriundas das expressões da questão urbana protagonizaram uma das mais contundentes tomadas das ruas: “as marchas de junho”. Os protestos que ocuparam as ruas das principais cidades do país, soaram inicialmente como o “despertar de um sono profundo”, em que a partir da reivindicação das tarifas do transporte público, deflagraram o abandono da agenda da reforma urbana. Nas maiores cidades os movimentos sociais urbanos estiveram (re)unidos para contestar por melhor qualidade de vida nas cidades. O slogan “não é

só por 0,20” ecoou internacionalmente. As manifestações conseguiram sufocar o evento futebolístico “Copa das Confederações”, sediado no país no mesmo período. Esse fenômeno tem sido alvo de profundos debates nas mais diversas áreas, certamente ainda não é possível mensurar a real proporção dos seus frutos, a lembrança da ocupação massiva das ruas esteve presente na disputa eleitoral de 2014, quando as esperadas reformas na estrutura política, econômica e social do país voltaram a ser ponto de debate. Da mesma forma, também relacionado à disputa eleitoral, identificou-se uma rearticulação dos setores mais conservadores da sociedade, em resposta ao tensionamentos dessas pautas.

O cenário urbano é outro recorte estabelecido para o tema da pesquisa. Desde que passaram a existir, as cidades caracterizam-se pela concentração geográfica e social de um excedente de produção. A urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos. (HARVEY, 2014). É controverso pensar que, apesar da condição de país predominantemente urbano, o movimento social de maior destaque no país até (pelo menos até a maior visibilidade dos movimentos sociais urbanos nos protestos de 2013) esteve vinculado à questão agrária: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Em relação ao “junho de 2013” existe pelo menos um ponto irrefutável: ele reafirmou o poder dos movimentos sociais urbanos no exercício da luta pela democratização dos direitos sociais nas grandes cidades brasileiras. Não em vão, a partir desse fenômeno se multiplicaram os polos de resistência urbana que, apesar das diferentes pautas, se assemelham em sua estratégia: a ocupação. O ano de 2015 teve agenda de destaque no cenário da luta pela democratização do acesso aos bens e serviços da cidade via estratégia de ocupação: Cais Estelita, Cais Mauá, Massa Crítica, ocupação das Escolas públicas de São Paulo, as diversas ocupações realizadas pelos movimentos de luta pela moradia nos prédios centrais das grandes cidades do país, entre outros.

Para tanto, a pesquisa bibliográfica foi pautada na seleção abaixo:

- a) Documentos consultados:** livros da Editora Cortez, em razão da densidade e relevância na publicação da área. Artigos científicos publicados na Revista Serviço Social & Sociedade, periódico de estrato A1 na tabela

Qualis da área. Teses e dissertações da Plataforma Sucupira. Páginas da internet dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social;

- b) Ferramentas de busca:** Site da Editora Cortez, Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), site da Revista Serviço Social & Sociedade e sites dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social;
- c) Período:** 1988 a 2019 – Considerando a disponibilidade de material digitalizado nos sites de busca, situação que reduziu a amplitude temporal a produções mais recentes.
- d) Palavras-chave da busca:** “movimentos sociais”, “lutas sociais”, “ocupação urbana”, “luta por moradia” e “questão urbana”;
- e) Critérios de inclusão para análise:** constar no título ou palavras-chave os termos: “movimentos sociais urbanos”, “movimento social”, “luta por moradia”, “ocupação urbana”, “mobilização social”, “consciência de classe” e “resistência”.

Em busca realizada no site da **Editora Cortez**, editora responsável pela mais densa publicação de livros na área do Serviço Social, a pesquisa a partir da expressão “movimentos sociais” reportou para 22 livros. Desses:

Gráfico 3 – Publicações Editora Cortez sobre “Movimentos Sociais” por área



Fonte: Dados pesquisa bibliográfica, sistematizados pela autora (2019).

As demais expressões não reportaram nenhuma obra vinculada. Das 331 publicações na área (dentre elas coletâneas e a própria revista da editora “Serviço

Social e Sociedade), foram identificadas 9 obras a partir da busca “movimentos sociais” na área do Serviço Social:

Quadro 1 – Livros do Serviço Social encontrados a partir da Pesquisa “Movimentos Sociais”

Título	Autor
Saber profissional e poder institucional	Vicente de Paula Faleiros
Esfera pública e conselhos de assistência social - caminhos da construção democrática	Raquel Raichelis
Movimentos sociais e Serviço Social - uma relação necessária	MARIA BEATRIZ COSTA ABRAMIDES, MARIA LUCIA DURIGUETTO
Saúde, Serviço Social, movimentos sociais e conselhos: desafios atuais	JULIANA MENEZES, MARIA INÊS SOUZA BRAVO
Gestão democrática e Serviço Social	CLAUDIO GURGEL, RODRIGO DE SOUZA FILHO
Serviço Social no Brasil - História de resistências e de ruptura com o conservadorismo	MARIA LIDUINA DE OLIVEIRA E SILVA
Cenários, contradições e pelepas do Serviço Social Brasileiro	ANA ELIZABETE SIMÕES DA MOTA, ANGELA SANTANA DO AMARAL
Feminismo e consciência de classe no Brasil	MIRLA CISNE
Estado, Classe e Movimento Social	Carlos Montañó e Maria Lúcia Duriguetto

Fonte: Dados pesquisa bibliográfica, sistematizados pela autora (2019).

Observa-se nesse levantamento 2 obras que tratam das lutas e resistência no interior da própria profissão. A vinculação dos movimentos sociais aos canais institucionais de participação democrática aparece em 4 dos 9 livros encontrados. O corte de gênero e a discussão do movimento feminista, aparece com forte conteúdo classista, já explícito no título de uma das obras. Apenas 2 obras fazem relação direta entre a profissão e a organização dos movimentos sociais.

Em busca na plataforma SCIELO, que inseriu o periódico Serviço Social & Sociedade a partir das edições de 2010, disponibilizando o acesso à 36 edições da revista no site (que representam cerca de 290 artigos no total) a expressão “movimento social” reportou 10 publicações. Além da busca por títulos com as expressões mencionadas para a pesquisa, buscou-se alguma abordagem acerca do direito à cidade, questão habitacional, luta por moradia e ocupações urbanas nos resumos dos artigos. A busca não reportou nenhuma outra produção que pudesse ter fugido à pesquisa por títulos.

Quadro 2 – Artigos do Serviço Social encontrados a partir da Pesquisa “Movimentos Sociais” no site da Revista Serviço Social e Sociedade

Título	Ano
Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: crise econômica e crise política	2019
Diversidade e liberdade sexual: Defensoria Pública, movimentos sociais e a PrEP no SUS	2018
Que a universidade se pinte de povo	2017
Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social.	2017
Lutas sociais e desafios da classe trabalhadora: reafirmar o projeto profissional do serviço social brasileiro	2017
Os movimentos sociais e a luta pelo direito à cidade no Brasil contemporâneo	2015
Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas: questões e polêmicas	2012
Movimentos sociais e redes: reflexões a partir do pensamento de Ilse Scherer-Warren.	2012
Entre o projeto de modernidade e a efetivação da democracia: marcas deixadas na construção da vida social brasileira.	2012
Movimentos sociais e controle social em saúde do trabalhador: inflexões, dissensos e assessoria do Serviço Social	2010

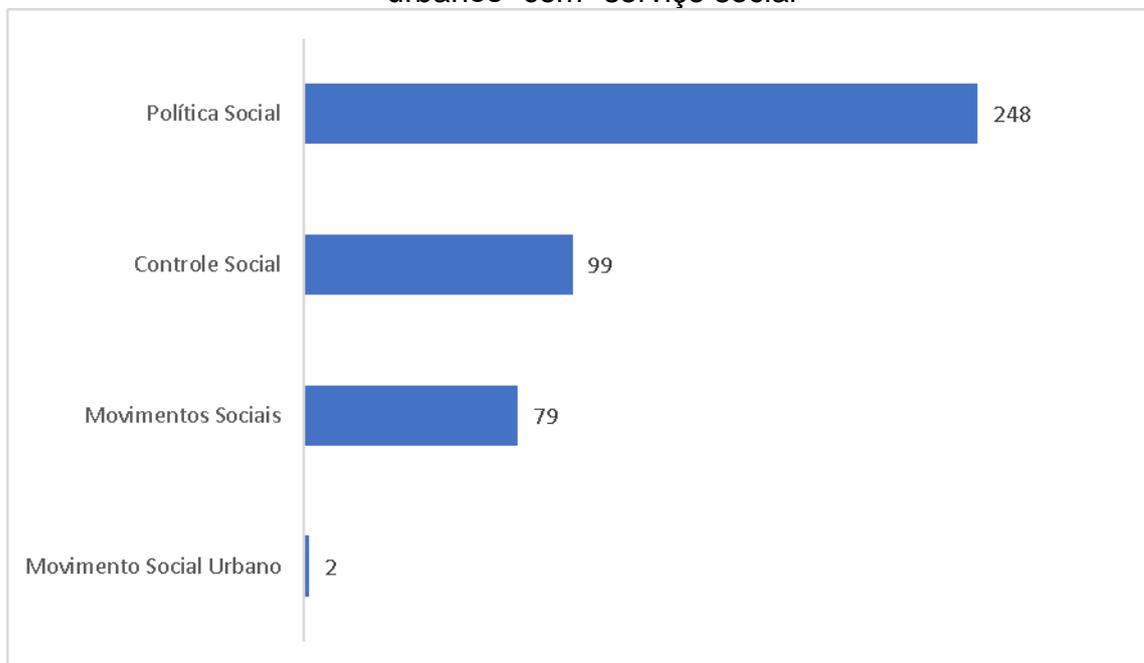
Fonte: Dados pesquisa bibliográfica, sistematizados pela autora (2019).

Em análise das abordagens centrais dos 10 artigos encontrados a partir da busca com a expressão “movimentos sociais”, identificou-se 5 produções com as palavras utilizadas no critério de inclusão para análise, destacadas em negrito. Identifica-se uma pouca relevância quantitativa da produção da área no referido periódico, em relação ao tema da pesquisa, identificou-se 3 artigos com conexão direta entre as estratégias de resistência da classe trabalhadora e a questão urbana: um artigo vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora (2017), que aborda o exercício profissional e aponta direção para uma intervenção crítica. O artigo da professora da Universidade Federal de Campina Grande (2015) que trata sobre o processo de despolitização dos movimentos de resistência popular e aponta para uma “refundação da esquerda” no país. Por fim, o artigo da professora da PUCSP (2017), que versa sobre as lutas populares a partir do ano de 2013, exaltando as estratégias de resistência encontradas pela classe trabalhadora nos últimos anos no país, apontando para a necessidade de criação de uma frente única classista

anticapitalista. Esse último realiza uma análise conjuntural dos dias recentes a partir do movimento de resistência organizado pela classe trabalhadora.

Na pesquisa realizada no **Banco de Teses e Dissertações**, buscou-se inicialmente o total de produções do Serviço Social, a fim de dimensionar a produção sobre o tema abordado no universo das teses e dissertação produzidas pela categoria profissional. Encontrou-se um total de 1893 produções a partir da busca “Serviço Social”, das quais 1545 são Dissertações e 348 são Teses. Diante desse universo, investigou-se as expressões: “movimento social urbano”, “movimentos sociais”, “controle social” e “política social”, esse paralelo foi estabelecido diante da pouca produção nos livros e artigos, com objetivo de identificar comparativamente a frequência dessas expressões dimensionando a proporção das abordagens, a pesquisa foi realizada com combinação dessas expressões com a palavra “serviço social”.

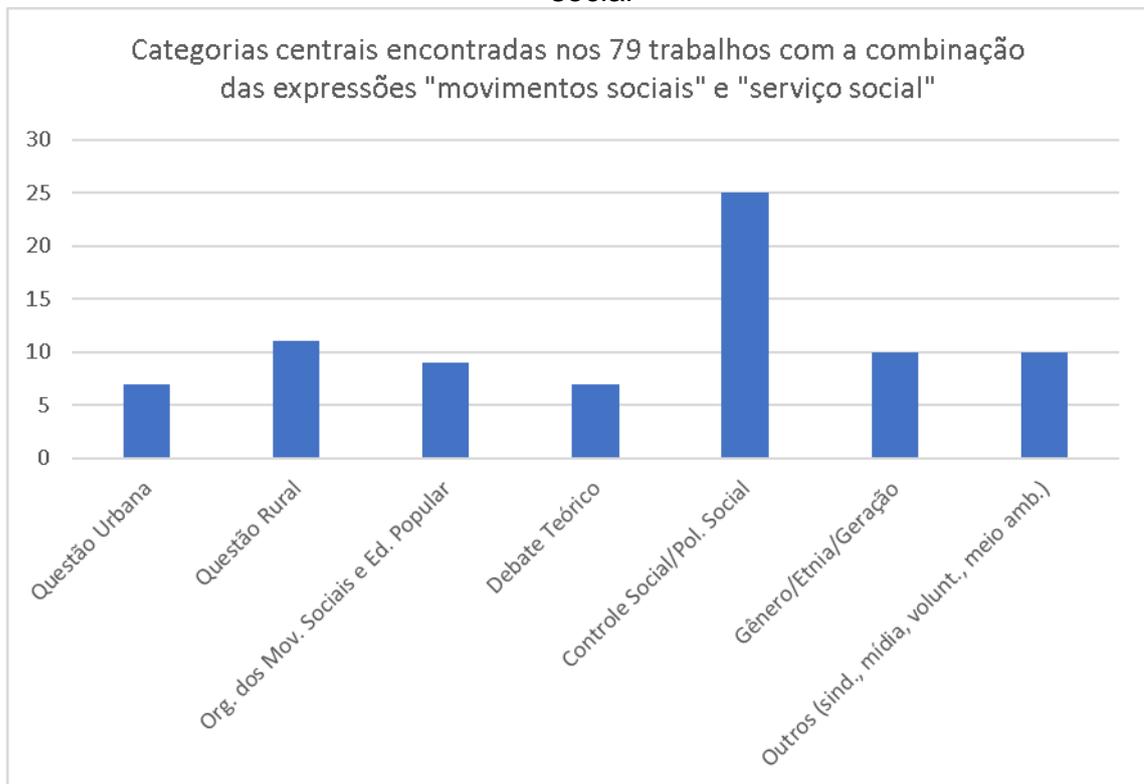
Gráfico 4 – Teses e Dissertações a partir da busca combinada das expressões “política social”, “controle social”, “movimentos sociais” e “movimentos sociais urbanos” com “serviço social”



Fonte: Dados pesquisa bibliográfica (2016), sistematizados pela autora (2019).

Em análise realizada das 79 produções identificadas a partir da associação das expressões “movimentos sociais” e “serviço social”, divididos em 58 dissertações e 21 teses, identificou-se, como categoria central das respectivas produções, as seguintes áreas temáticas:

Gráfico 5 - Categorias centrais encontradas nas 58 dissertações e 21 teses identificadas com a combinação das expressões "movimentos sociais" e "serviço social"



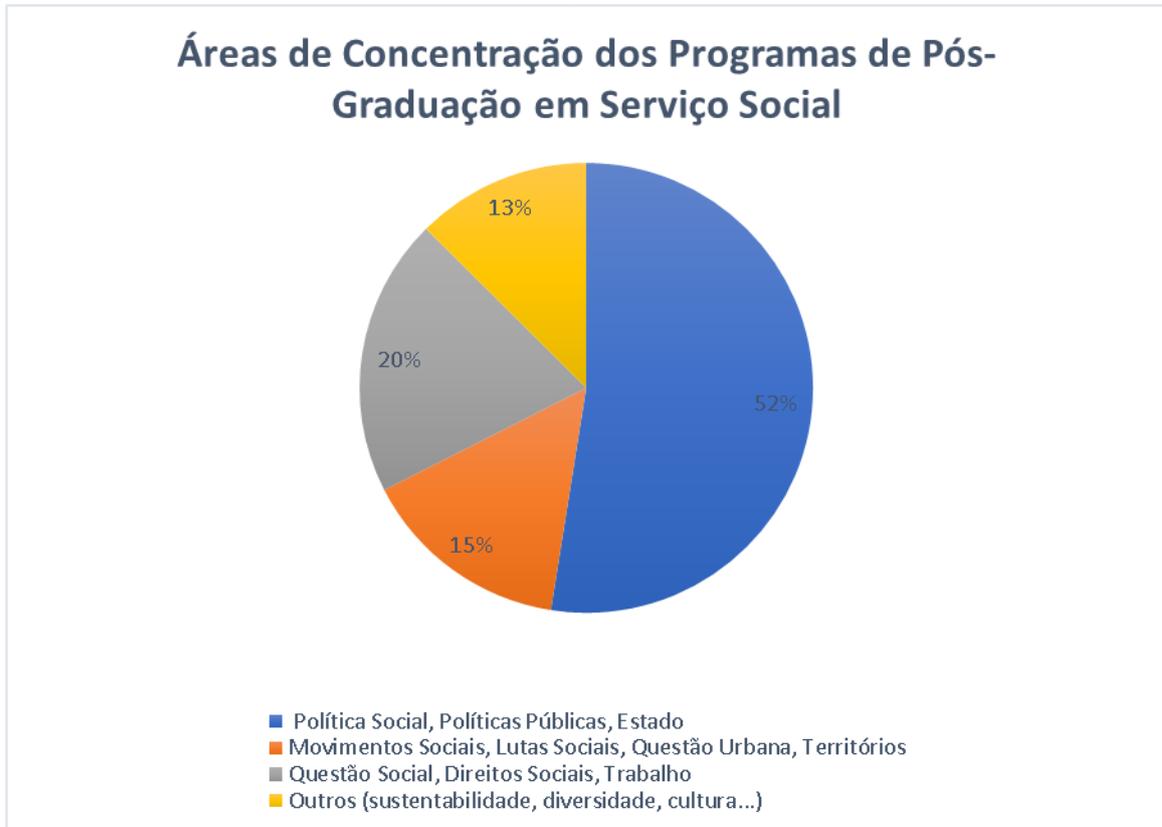
Fonte: Dados pesquisa bibliográfica (2016), sistematizados pela autora (2019).

Os dados apresentados possuem como base levantamento realizado na Plataforma Sucupira²³, em pesquisa ao documento da área 32 de avaliação quadrienal da CAPES²⁴ da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Em 2019, onde foram pesquisados, os então 36 Programas de Pós-Graduação de Serviço Social. Destes, fez-se a busca por programas com áreas de concentração que mencionassem temática envolvendo “territórios”, “questão urbana”, “lutas sociais”, “movimentos sociais. Foram identificadas 40 referências às áreas de concentração, considerando que alguns programas possuem mais de uma área. Assim divididas:

²³ Em 2013 os dados sobre os Programas de Pós-Graduação passaram a ser coletados na Plataforma Sucupira/Capes. A lista dos 34 Programas de Pós-Graduação foi retirada do Relatório de Avaliação 2013-2017/Quadrienal 2017 (CAPES, 2017).

²⁴ Disponível em: <http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/relatorios-finais-quadrienal-2017/20122017-Servico-Social-quadrienal.pdf>

Gráfico 6 - Áreas de Concentração dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social



Fonte: CAPES, 2019, dados sistematizados pela autora.

A análise das políticas sociais, área que mantém maior incidência nos programas de pós-graduação, é de extrema relevância, haja vista que a retração dos investimentos nessas áreas representará, em curto intervalo de tempo, impactos sociais graves. O olhar atento da categoria ao movimento de inflexão dos direitos sociais irá fornecer subsídios ao campo progressista na disputa pela manutenção e ampliação desses investimentos. Dificilmente outra área domine tanto a compreensão desses efeitos sociais quanto o Serviço Social. Tanto do ponto de vista da compreensão da origem dos fenômenos, quanto na materialização no miúdo cotidiano da classe trabalhadora quando deixa de acessar seus direitos mínimos. Ressalta-se, contudo, que o debate acerca dos mecanismos de mediação do Estado não pode ser um fim em si próprio para os pesquisadores e pesquisadoras que tem como horizonte a perspectiva emancipatória. Acerca da questão urbana, espera-se da profissão uma abordagem orientada a construção de alternativas que transcendam os condicionamentos deterministas impostos pela esfera econômica e seus mecanismos de obstrução do direito à cidade.

Para fins de análise das linhas de Pesquisa dos Programas, utilizou-se como critério de inclusão apenas os programas de pós-graduação com área de concentração básica em “Serviço Social”. Nesses, buscou-se identificar, nas linhas de pesquisa, a existência da temática envolvendo “territórios”, “questão urbana”, “lutas sociais”, “movimentos sociais”, “ocupações urbanas”. Foram identificados 5 Programas com essas linhas de pesquisa específicas:

Quadro 3 – Programas de Pós-Graduação em Serviço Social com linhas de pesquisa relacionadas aos movimentos sociais e lutas sociais urbanas

Universidade	Linha de Pesquisa
PUC São Paulo	Políticas Sociais e Movimentos Sociais
PUC Rio de Janeiro	Questões socioambientais, urbanas e formas de resistência social
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Temas Urbanos; Cultura e movimentos sociais
Universidade Federal do Pará	Serviço Social, Políticas Públicas e Movimentos Sociais
PUC Goiás	Política Social, Movimentos Sociais e Cidadania

Fonte: Elaborado pela autora a partir da busca no site dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social (2017)

Diante desse cenário dos Programas de Pós-Graduação até 2017, pode-se perceber a manutenção de incidência menor do debate acerca da organização da classe trabalhadora por meio dos movimentos sociais na produção de conhecimento da categoria. Ademais, afora os projetos de extensão voltados para a articulação da academia com as lutas populares, são poucos os espaços que promovem a interlocução no processo de formação dos alunos de Serviço Social. Considerando que os espaços de estágio ocorrem predominantemente na execução das políticas sociais, o que se reflete também no espaço sócio-ocupacional de maior relevância para categoria, a produção acaba sendo mais densa nessa área, reduzindo o debate sobre as lutas e manifestações de resistência aos canais institucionais de participação democrática, tão necessárias no atual contexto de desmonte desses canais.

Por outro lado, observa-se um alinhamento ao paradigma norte-americano como eixo referencial de grande parte das produções acadêmicas, expresso em análises que subtraem a identidade de classe nas abordagens, evidenciando-se um maior destaque para as abordagens fenomenológicas, reflexivas e relacionais sobre os movimentos sociais. Tais interpretações costumam apresentar uma leitura fragmentada da realidade, impactando, direta e indiretamente, nas formas organizativas da sociedade. Com destaque na análise de organizações sociais

pautadas por reivindicações. Os movimentos vinculados à reforma urbana, por exemplo, se dividem em grupos que lutam pelo direito à moradia, à mobilidade urbana, à infraestrutura, entre outros.

Na atualidade, muitos dos novíssimos movimentos, ou ações civis denominadas movimentos, não têm mais o universal como horizonte, mas sim o particular, os interesses imediatos, o direito de sua categoria ou grupo social. E as ações coletivas que são movimento social de fato tiveram de alterar suas práticas e reivindicações para não ficar à margem da História, atuando segundo certas condicionalidades pautadas pela nova institucionalidade criada pelas políticas públicas. (GOHN, 2012, p. 14).

O surgimento das instâncias participativas e deliberativas na formulação das políticas públicas criou um campo fértil para análises dos movimentos sociais que enfatizam o debate da resistência pelo viés institucional. A fragmentação das pautas coaduna com a fragmentação de algumas políticas sociais públicas. Não raro, nos espaços institucionais, os distintos movimentos disputam orçamentos, tornando a relação entre eles ainda mais fragilizada. Os canais de controle social são espaços de disputa atravessados por relações de poder. São, portanto, espaços contraditórios e sujeitos à processos de alienação e cooptação. Inseridos nesse contexto de sociedade e política neoliberal, onde a ideologia individualizante é cotidianamente exaltada, o movimento de cooptação do Estado nos espaços pensados para a participação social, desloca os sujeitos das lutas coletivas e os insere em mobilizações parciais.

Disso resulta que se deslocam os eixos de coordenação das ações coletivas – da sociedade civil para a sociedade política, dos bairros e organizações populares para os gabinetes e secretarias do poder estatal [...] A dimensão política- entendida como espaço possível de construção histórica, de análise da tensão existente entre os diferentes sujeitos e agentes sociopolíticos em cena – desaparece da ação coletiva justamente por ser capturada por estruturas políticas – de cima para baixo, na busca por coesão e de controle social. (GOHN, 2012, p. 13).

Em que pese as críticas quanto à inclusão pelo consumo²⁵, é preciso levar em consideração ter havido uma importante melhoria das condições materiais da classe

²⁵Sabe-se que na sociedade capitalista o consumo é uma forma de sentir-se incluído. Contudo, a teologia do consumo reduz a cidadania à ideia de acesso ao mercado, proliferando a ideia de inclusão social somente pelo consumo como meio de afirmação da identidade social. “o consumismo virou a via grotesca de escape do vazio existencial, principalmente entre os jovens das camadas médias ou camadas populares do proletariado” (ALVES, 2014, p. 107).

trabalhadora a partir das políticas redistributivas nas últimas duas décadas, alterando substancialmente o cotidiano dessa classe exercendo assim algum tipo de influência nas formas de organização social ao longo desse período.

Trata-se de uma estratégia do capital para fortalecer o mercado ao mesmo tempo em que pacifica os segmentos pauperizados, que são estimulados a sentirem-se privilegiados com um certo grau de autonomia para “vencer por si próprios”, reforçando o individualismo, a competição e a culpabilização, uma vez que é passada a ideia de que existem oportunidades e cabe a cada um individualmente aproveitá-las. Nesse sentido, são mascaradas a inclusão forçada e precária, o consumismo que interessa ao capital, a luta de classes e o antagonismo de seus interesses. (PRATES, 2014, p.2)

Sob a perspectiva de participação da classe trabalhadora a partir da abertura dos espaços de gestão democrática inscritos na Constituição Federal de 1988, a experiência vivenciada no município de Porto Alegre demonstrou nítido o esforço de cooptação de lideranças comunitárias para uma participação acrítica e um esvaziamento de sentido da proposta de exercício de cidadania preconizada constitucionalmente. As lideranças comunitárias, através especialmente dos contratos firmados com o município para garantia de vagas em equipamentos administrados por convênios (sobretudo nas políticas de educação e assistência social²⁶), assumem relação de fragilidade na sua autonomia contestatória. A lógica patrimonialista do estado brasileiro compromete o pleno exercício de participação popular.

Uma das hipóteses sobre a fragilidade dos movimentos sociais no Brasil, neste novo milênio, é que eles perderam força política como agentes autônomos porque se transformaram em meios de institucionalização de práticas sociais organizadas de cima para baixo, práticas que são formas de controle e regulação da população. (GONH, 2012, p. 60).

Compartilha-se o receio acerca dos riscos de ressignificação das lutas sociais por ações que buscam integração social, produção de consensos, conclamando pessoas para processos participativos restritivos, em que as identidades políticas – construídas e tecidas em longas jornadas de lutas- são reduzidas à políticas de

²⁶ A educação infantil por meio das Creches e os espaços de contraturno escolar, disponibilizados pela política da assistência social (SASE Sociedade de Assistência Social) são comumente administrados pelas Associações Comunitárias, o vínculo que se estabelece, não raro, passa pela relação de “favor” com o gestor municipal. Dessa forma, a garantia da manutenção (e possibilidade de ampliação) do contrato fica mediada pela docilização das pautas dos principais líderes comunitários locais.

identidades, tecidas em gabinetes burocratizados. (GOHN, 2014). Dessa forma, aos Assistentes Sociais, cabe também o olhar atento a tênue linha que divide a necessária luta pela manutenção, aprimoramento e ampliação de canais de controle social (hoje em risco de extinção) e a crítica aos limites do simulacro participativo que limita o exercício democrático à aprovação de orçamentos e normativas alheios ao interesse e necessidades da classe trabalhadora. Trata-se de uma tarefa difícil, que não pode incorrer de análises simplistas ou reducionistas, sob pena de distorcer a ação profissional preconizada pelo projeto ético-político, que convoca a categoria a construção de processos emancipatórios, a luz da emancipação humana.

Identificou-se a concentração da produção do conhecimento do serviço social voltada predominantemente ao debate das políticas sociais e seus próprios canais democráticos de participação. De fato, essa tem sido a mais significativa forma de mediação das expressões da questão social na contemporaneidade, mas vale lembrar não é a única. Os avanços nas garantias dos direitos sociais através das políticas no cenário brasileiro são incontestes, mas estão sempre submetidos aos ciclos das crises do capital, portanto, é preciso manter a crítica dos seus limites e debilidades. Não se pode perder de vistas o caráter contraditório das políticas sociais na sociedade capitalista. Nesse sentido, aponta-se para os riscos de manipulação e distorções dos “manuais de execução” ou cartilhas comuns às políticas, materiais que em ambiente fecundo para discussões podem servir como instrumento para a contextualização e orientação do trabalho profissional, mas que num cenário de inflexão democrática e extrema precarização das condições de trabalho -como o atual- podem servir como limitantes da autonomia relativa da profissão, levando ao exercício procedimentalista acrítico, alheio ao projeto ético-político da profissão.

Observa-se, assim, a manutenção do afastamento da profissão das manifestações não institucionalizadas de resistência popular, esse processo incide sobre uma análise que ressalta as lutas sociais no limite das políticas sociais públicas. A produção do conhecimento do serviço social voltada ao debate das políticas sociais e seus próprios canais democráticos de participação representa o esforço na análise da mais relevante forma de mediação das expressões da questão social na contemporaneidade, mas vale lembrar, não é a única. Sobretudo na gestão Bolsonaro de explícito rechaço aos canais democráticos, onde as estruturas criadas

para a participação popular estão sob ameaça²⁷. O tempo presente convoca à ampliação e radicalização do repertório de lutas da classe trabalhadora. A profissão pode contribuir, sobretudo por meio da sua dimensão ideopolítica, na configuração das lutas, no fortalecimento da resistência e na análise desses processos pautada na teoria social crítica.

Ressalta-se, contudo, o esforço da profissão em se apropriar desse debate. A ABEPSS possui Grupos Temáticos de Pesquisa que congregam pesquisadores e pesquisadoras no tratamento de temas de relevância social, um espaço que visa a disseminação das informações sobre temáticas específicas, debates sobre os temas do interesse profissional e das forças progressistas da sociedade. Dentre esses grupos, identificou-se 2 com abordagem voltada a discussão das lutas sociais urbanas: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social e Movimentos Sociais e Serviço Social. A pauta também tem aparecido com destaque nos principais eventos da categoria, através de eixos temáticos que abordam os processos organizativos da sociedade e a questão urbana.

Uma vez situado o contexto do Serviço Social na área da produção de conhecimento, desloca-se a busca para a incidência das estratégias de resistência da classe trabalhadora como o ponto de partida da análise. Sobretudo as ações de ocupações urbanas. Esse recorte específico na pesquisa bibliográfica culminou na ampliação da busca para além do Serviço Social. A pesquisa intencionou identificar a relevância do debate acerca do repertório de lutas da classe trabalhadora na produção de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, sobretudo o tema das lutas populares por direito à moradia e as ocupações urbanas.

Realizou-se levantamento bibliográfico para conhecer as produções teóricas que analisam as experiências das ocupações urbanas como estratégia de luta da classe trabalhadora no acesso ao direito à moradia. A pesquisa bibliográfica foi realizada com objetivo de identificar a *inserção das ocupações urbanas* -como tema relevante no debate acerca do direito à moradia e direito à cidade-, na produção do conhecimento das ciências sociais aplicadas.

²⁷ O presidente Jair Bolsonaro publicou, em 11 de abril, um decreto que extinguiu conselhos, comitês e comissões de participação e controle social no Governo Federal. O objetivo, de acordo com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, é reduzir de 700 para menos de 50 a quantidade de conselhos previstos pela Política Nacional de Participação Social (PNPS). O decreto 9759/2019 definiu prazo para que os conselhos justifiquem a necessidade de permanência.

A busca foi feita na base de dados online do Portal de Periódicos da Capes – Catálogo de teses e dissertações, por pesquisas publicadas desde o lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida em 2009 até 2018, em português, em duas etapas:

- a) Inicialmente somente com o descritor “ocupação urbana”, foram encontrados um total de 819 produções, dentre essas 691 dissertações e 128 teses;
- b) A partir da utilização das combinações dos descritores: (“direito à cidade” OR “questão urbana” OR "direito à moradia" OR "questão habitacional" OR "ocupação urbana" OR “assentamento urbano” OR “invasão urbana” OR “função social da propriedade” OR “reforma urbana” OR “política habitacional”), restaram 633 publicações.

Deste universo geral, realizou-se uma primeira filtragem considerando: período (2009 – 2018) e área de conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas. Elaborou-se um banco de dados com as seguintes informações: ***Tipo da publicação, Título, Autor(es), Área, Data de publicação, Instituição, Palavras-chaves e Temática Central***. Utilizou-se como critério de exclusão, as publicações anteriores a Plataforma Sucupira, por uma questão de acesso ao material, eliminando, assim, 289 publicações. O último critério para filtragem consistiu na leitura dos resumos dessas 344 publicações onde foram consideradas apenas *Teses e Dissertações que abordam as ocupações urbanas como alternativa de acesso ao direito à moradia*.

Utilizou-se como critério de exclusão as publicações que traziam outras temáticas centrais, ocupações em áreas rurais, movimentos sociais, debate acerca da sustentabilidade ou de ênfase ambiental, debates sobre tipos construtivos, o enfoque na avaliação da política habitacional, as produções sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e as experiências estrangeiras.

A partir da seleção feita com base nesses critérios, restaram **vinte e quatro publicações** fazendo referência ao tema em análise desta pesquisa. Entretanto, em razão do acesso ao material produzido, não compuseram a amostra das produções, aquelas cujo acesso público não estava liberado, totalizando 7 novas exclusões, dentre elas: 6 publicações do Direito e 1 do Planejamento Urbano.

Desta forma, a amostra considerada para a análise foi totalizada em 17 trabalhos, dentre eles 14 Dissertações de Mestrado e 3 Teses de Doutorado, assim distribuídas:

Quadro 4 - Publicações consideradas para amostra da pesquisa

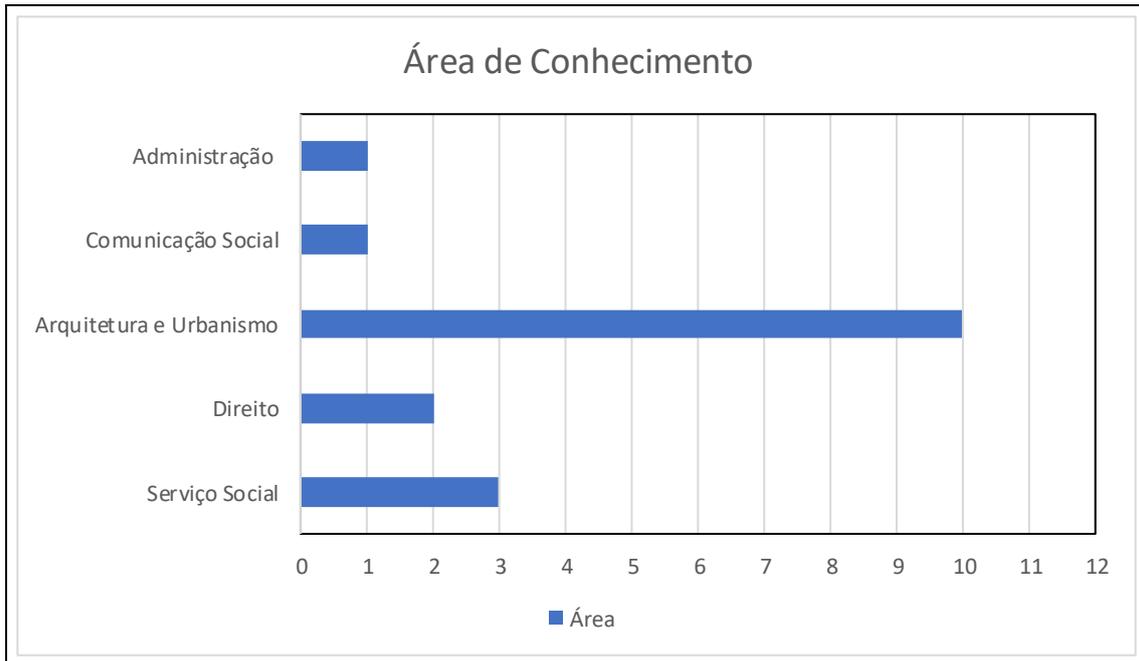
Título	Local	Autor (a)	Ano	Área	Tipo de publicação
O caso Izidora: as ocupações urbanas e a reprodução do espaço em Belo Horizonte	UFMG	GUILHERME DE ABREU BASTO LIMA RODRIGUES	2016	Arquitetura e Urbanismo	Dissertação
Cidadania autoconstruída. O ciclo de lutas sociais das ocupações urbanas na RMBH (2006-15)	UFMG	RAFAEL REIS BITTENCOURT	2016	Arquitetura e Urbanismo	Dissertação
A voz da comunicação: um meio formal de legitimação das ocupações urbanas	UFF	MARIANA PITASSE FRAGOSO	2017	Mídia e Cotidiano	Dissertação
PELAS MÃOS DO POVO Um estudo sobre a circulação de saberes informais e formais na produção edilícia em ocupações urbanas	UFBA	CONSTANCA GABRIELA METZKER CASTRO	2017	Arquitetura e Urbanismo	Dissertação
Feminismo negro e produção do espaço: As ocupações urbanas em uma abordagem interseccional-espacial	UFMG	NATALIA ALVES DA SILVA	2018	Arquitetura e Urbanismo	Dissertação
Desigualdade social e cidadania: um estudo sobre a luta pelo direito à moradia do Fórum de Ocupações Urbanas da Região Metropolitana de Porto Alegre	UFRGS	LAIS FERNANDA DE AZEVEDO SILVA	2016	Administração	Dissertação
Cidade Ocupada	UFMG	TIAGO CASTELO BRANCO LOURENCO	2014	Arquitetura e Urbanismo	Dissertação
MEDIAÇÃO DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS URBANOS: Um olhar sobre a construção da política de prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos no Brasil a partir da experiência da Bahia	UFBA	WAGNER MOREIRA CAMPOS	2013	Arquitetura e Urbanismo	Dissertação
DO PROFAVELA À IZIDORA: A LUTA PELO DIREITO À CIDADE EM BELO HORIZONTE	UFMG	Luiz Fernando Vasconcelos de Freitas	2015	Direito	Dissertação
#RESISTEIZIDORA: controvérsias do movimento de resistência das Ocupações da Izidora e	UFMG	LUCIANA MACIEL BIZZOTTO	2015	Arquitetura e Urbanismo	Dissertação

apontamentos para a justiça urbana					
Propriedade, negritude e moradia na produção da segregação racial da cidade: cenário Belo Horizonte	UFMG	LISANDRA MARA SILVA	2018	Arquitetura e Urbanismo	Dissertação
Frente de Luta Popular: reflexões sobre a luta na periferia do capitalismo	UFRJ	RENATA MENA BRASIL DO COUTO	2015	Serviço Social	Tese
Conflitos Fundiários Urbanos Coletivos e Justiça	PUC CAMPINAS	JOAO LUIZ PORTOLAN GALVAO MINNICELLI	2016	Arquitetura e Urbanismo	Tese
Desmercantilização da habitação: entre a luta e a política pública	UFMG	Marina Sanders Paolinelli	2018	Arquitetura e Urbanismo	Dissertação
No caminho para o direito à cidade: reconfiguração sociopolítica do movimento Pinheirinho, SJC, 2011-2015	PUCSP	Angela Michele Suave	2016	Serviço Social	Tese
LUTA COLETIVA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: vivências e aprendizados na experiência da ocupação urbana Dandara	UFJF	SUSANA MARIA MAIA	2014	Serviço Social	Dissertação
EU (NÃO) SOU DA SUA RUA: Análise arqueológica dos discursos jurídicos sobre a cidade no "Caso Edifício Santa Luzia" em São Luís (MA)	UFMA	REGINA LUCIA GONCALVES TAVARES	2017	Direito	Dissertação

Fonte: Dados pesquisa bibliográfica, sistematizados pela autora (2019).

Buscou-se identificar quais as áreas de conhecimento das ciências sociais aplicadas que tem protagonizado o debate acerca das ocupações urbanas.

Gráfico 7 – Produções por área de conhecimento



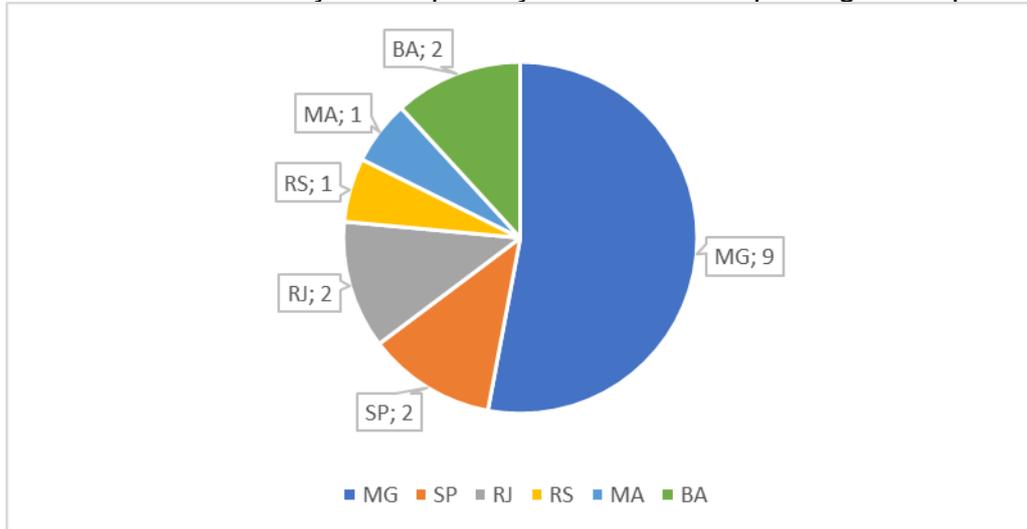
Fonte: Dados pesquisa bibliográfica, sistematizados pela autora (2019).

No debate acerca das ocupações, observa-se relevante predominância da Arquitetura e Urbanismo, resultando em 10 dos 17 trabalhos analisados. Do material analisado, identifica-se a correlação entre a produção com a participação com grupos de extensão acadêmica vinculados às lutas pela moradia. Da mesma forma, a participação dos núcleos de pesquisa no suporte aos movimentos de ocupação para encaminhamento de pedidos de regularização fundiária e/ou elaboração de projetos arquitetônicos para a inserção no Programa Minha Casa Minha Vida Entidades. É frequente a participação das Escolas de Arquitetura nos espaços ocupados e nos trabalhos de formalização de Assentamentos Urbanos.

Acerca da abordagem teórica e metodológica das produções da Arquitetura e Urbanismo, ressalta-se a incidência do referencial marxista, identificado em 60% dos trabalhos analisados. Dessas 6 pesquisas identificadas, 3 não fazem referência direta, mas sustentam as categorias de análise com autores marxistas. Das demais, 1 reporta a utilização do Método Histórico Dialético e duas referem o uso da Teoria Social Crítica. Compreende-se como relevante o dado, sobretudo na busca por aproximação acadêmica entre as áreas do Serviço Social e da Arquitetura e Urbanismo (já que no exercício profissional nas políticas urbanas -sobretudo a habitacional- são categorias que já possuem estreita relação), como forma de adensar o debate da questão urbana a partir do Método Dialético Crítico e,

sobretudo, somar-se ao trabalho das escolas de arquitetura no trabalho de extensão acadêmica realizado nas Ocupações e Assentamentos que ocorrem à margem das políticas sociais.

Gráfico 8 – Distribuição das produções analisadas por região do país



Fonte: Dados pesquisa bibliográfica, sistematizados pela autora (2019).

Identificou-se uma predominância de produções no estado de Minas Gerais. Além do já indicado nos títulos, a análise das 9 produções revelou 7 pesquisas acerca da experiência da Ocupação Izidora²⁸. Infere-se que esse dado revela a relevância das experiências materiais concretas para a produção do conhecimento, reforçando a lógica marxiana de que “não é consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”. (MARX, 2008, p.47). Considerada uma das áreas urbanas de maior conflito fundiário no Brasil, a Ocupação se tornou um caso emblemático da luta pelo direito à cidade e à moradia. Localizada na região norte de Belo Horizonte (MG), a ocupação Izidora surgiu em 2013 em um contexto de falta de acesso à moradia, água, energia elétrica e saneamento básico. Oito mil famílias sem-teto, formadas e lideradas principalmente por mulheres negras, ocuparam uma área que não cumpria a função social. As famílias residentes na ocupação constroem um processo participativo de regularização fundiária, influenciando na criação de novas políticas urbanas para

²⁸ O nome é uma menção à Izidora da Costa. O Ribeirão da Izidora, principal afluente da Bacia da Onça, ganha esse nome em sua homenagem. Observou-se relutância dos poderes locais no uso dessa nomenclatura, referindo-se à região sempre como o Isidoro; no entanto, a força do movimento feminista através também do recurso linguístico, reafirmar o protagonismo do gênero no que diz respeito à luta pela terra na região.

esse tipo de situação. Em 13 de abril de 2018, um decreto municipal declarou a ocupação como um assentamento de interesse social.

A respeito da quantidade das produções, pode-se também inferir que diante do protagonismo assumido pelos movimentos sociais urbanos, a partir dos eventos de “junho de 2013”, a inserção do fenômeno na agenda de pesquisa ainda é escassa. Evidente que as produções analisadas não representam em amplo aspecto o que as distintas áreas vêm produzindo sobre os repertórios de resistência da classe trabalhadora na disputa pelo direito à cidade. Os filtros utilizados reduziram a busca às experiências de ocupações realizadas para fins de moradia nos centros urbanos, além da centralidade nos movimentos e/ou ações de caráter disruptivo.

A compreensão de que o fenômeno das ocupações urbanas está inserido numa questão maior, que versa sobre o modelo excludente de urbanização capitalista, orientou o destaque às 3 dissertações e 1 tese que apresentam a expressão “direito à cidade” como palavra-chave. Também foi essa a expressão identificada com maior repetição. Nessas produções, buscou-se identificar a conceituação do termo, autores de referência e tipo de abordagem.

Quadro 5 – Produções com destaque à categoria Direito à Cidade

Tipo de Publicação	Área	Categoria Direito à Cidade	Autores de Referência
Dissertação	Arquitetura e Urbanismo	Apesar do direito à cidade compor as palavras-chave, no trabalho não se apresenta como categoria de análise, não constam conceito teórico, debate acerca da compreensão do significado e/ou autores de referência. O termo é utilizado como forma a descrever a pauta de lutas das ocupações urbanas estudadas, sugere uma associação direta ao conteúdo do Estatuto da Cidade.	Não consta
Dissertação	Direito	apresenta explicitamente os parâmetros da autora utilizados na compreensão do direito à cidade, tratado na produção como um conjunto de normativas e disposições constitucionais que regulam as práticas urbanas;	Não consta
Dissertação	Direito	o direito à cidade é tratado a partir da perspectiva crítica, utilizando o conceito ampliado da expressão, como um direito pleno à vida urbana para além das imposições do modo de produção capitalista.	Henri Lefebvre e David Harvey.

Tese	Serviço Social	O direito à cidade aparece como categoria fundante da pesquisa, o conceito utilizado é de perspectiva crítica, no contexto de análise da sociedade urbana.	Henri Lefebvre e Nahoum y Gonzales (Los sin tierra urbanos).
------	----------------	--	--

Fonte: Dados pesquisa bibliográfica, sistematizados pela autora (2019).

O conceito da expressão direito à cidade é amplamente trabalhado pelas ciências sociais, sobretudo nos estudos urbanos. No Brasil, o tema passou a ocupar maior relevância na agenda política no período de abertura democrática. As manifestações urbanas ocorridas a partir da década de 1990 passaram a centralizar a pauta decorrente das experiências metropolitanas, com destaque as disputas pelo modelo de cidade desejada e os caminhos para construí-la.

As noções de “direito à cidade” podem se constituir como um significante vazio, o sentido social do termo é definido de acordo com quem o empunha, ele é reivindicado por financistas, empreiteiros e especuladores bem como por trabalhadores sem teto, residentes de periferias e atores vinculados aos movimentos populares. O debate proposto sobre a ocupação do espaço público e política urbana parte da compreensão de direito à cidade como pauta de democratização do acesso, oriunda da luta -e conquista- por direitos da classe trabalhadora.

No material bibliográfico analisado, a expressão é utilizada a partir de duas formas distintas:

- a) Direito à cidade como um conceito estrito às possibilidades dadas pelo modo de produção capitalista, inscritas nas legislações e políticas urbanas. Compreende o acesso de todos os cidadãos a terra, à moradia digna, aos serviços e equipamentos urbanos, ao transporte, ao lazer, ao saneamento ambiental e ao meio ambiente sadio. A noção de direito como luta da classe trabalhadora para que haja a materialização, avanço e aprimoramento da legislação atual;
- b) Direito à cidade como um conceito ampliado, alcunhado por Henri Lefebvre, numa perspectiva de construção de outro modelo de vida urbana, para além dos limites impostos pelo capital, manifestas pelo direito “à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade).” (LEFEBVRE, 2001, p. 134).

Mesmo esse primeiro recorte de conceito – mais estreito do ponto de vista emancipatório- é alvo de significativas disputas, uma vez que a legislação brasileira possui um caráter progressista, no que tange ao uso do solo e as relações com o espaço público, essa não é acompanhada pelas práticas, formas de fiscalização e decisões judiciais que versam sobre o assunto, a exemplo da discussão entre “função social da propriedade x propriedade privada”, situação em que se reafirma a máxima de Marx de que “entre direitos iguais, quem decide é a força” (2013, p. 309). No Brasil as lutas pela materialização da legislação – e mais recentemente pelo impedimento do seu retrocesso- se acirram a partir do século XXI, com o circuito de maior fluidez entre os domínios públicos e privados, com o crescente aumento de investimento em políticas públicas vinculadas ou incentivadoras da iniciativa privada. O direito à cidade pode ser entendido, assim, como o direito de viver na cidade de modo digno e em localização adequada.

Apesar dessas distintas abordagens identificadas no material analisado, a orientação desta escrita, bem como a base para a formulação das análises, está diretamente associada ao conceito ampliado de Lefebvre, uma vez que se entende que o fenômeno das ocupações urbanas são experiências que extrapolam os limites da cidade capitalista. Assim:

O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito a visita ou de um retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como um direito à vida urbana, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que o urbano, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível. (LEFEBVRE, 2001, p. 117).

Para Lefebvre, a relação entre passado e presente das cidades não pode limitar a sua compreensão e, menos ainda, o horizonte desejado. Nem as tentativas de reforma do que se tornou a cidade no modo de produção capitalista, tampouco a tentativa de reconstituição de um modelo de cidade antiga, que já não pode mais ser apreendida na prática, e, portanto, reduziu-se em objeto de consumo cultural para os turistas e para o estetismo, “ávidos de espetáculos e do pitoresco”. Para o autor, se a cidade está morta, o urbano persiste, na forma de atualidade dispersa e alienada, de embrião, de virtualidade. “Aquilo que os olhos e a análise percebem na prática

pode, na melhor das hipóteses, passar pela sombra de um objeto futuro na claridade de um sol nascente”. Desta forma, conclui que o direito à cidade só será experienciado a partir da construção de uma nova cidade, estabelecida sobre novas bases, numa outra escala, num outro modelo de sociedade. “O passado, o presente, o possível não se separam. É um objeto virtual que o pensamento estuda. O que exige novas démarches”. (LEFEBVRE, 2001, p. 106).

A expressão direito à cidade em Lefebvre vislumbra confrontar os descompassos entre o real e o possível, numa perspectiva de superação da realidade urbana em decomposição, evoca uma nova práxis que estabeleça as condições materiais necessárias para a compreensão irrefutável de que tal modelo é obsoleto e impossibilita o surgimento da sociedade urbana. Infere-se que se trata de uma abordagem que amplia os horizontes e descoloniza os desejos impostos pela hegemonia cultural burguesa. A utopia experimental, tratada como instrumento intelectual, como forma a pautar possibilidades, analisando-se na prática suas implicações e consequências, de como se dão as relações, ritmo, forma dos espaços em que se realizam práticas de coletivização de tempo e experiências, interessa identificar se esses espaços são favoráveis à felicidade, por conseguinte, ao início da sociedade urbana. A combinação recíproca entre a força social, no decorrer de uma longa experiência política, e a ciência da cidade, por meio de um fundamento teórico e crítico, podem se encarregar da realização do programa referente à sociedade urbana.

A utopia controlada pela razão dialética serve de parapeito às ficções pretensamente científicas, ao imaginário que se extraviaria. Esse fundamento e essa base, por outro lado, impedem que a reflexão se perca no programático puro. O movimento dialético se apresenta aqui como uma relação entre a ciência e a força política, como um diálogo, ato que atualiza as relações “teoria-prática” e “positividade-negatividade crítica.” (LEFEBVRE, 2001, p. 116).

Na mesma direção, David Harvey aborda a liberdade da cidade para além do acesso àquilo que já existe, trata-se de transformá-la de acordo com as necessidades e desejos. “A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e as nossas cidades dessa maneira, é um dos mais preciosos direitos humanos” (HARVEY, 2013, p. 28). Partindo-se da ideia de que a própria sociedade constrói a cidade, através das ações diárias e engajamento político, intelectual e econômico, tem-se nos indivíduos os próprios arquitetos do futuro urbano. Assim, a ideia de

transformação da cidade não se configura em abstração alheia a materialidade da vida, mas em um direito inerente às nossas práticas diárias, nesse contexto a utopia ocupa um lugar “mal determinado, mas bem concebido e bem imaginado, lugar da consciência, ou seja, de uma consciência da totalidade”. (LEFEBVRE, 1999a, p. 121). Em outros termos, as condições para a prefiguração de uma outra cidade já estão dadas pelos limites desse atual modelo.

Uma aranha executa operações semelhantes à do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. (MARX, 2013, p.256).

Ainda que a vida nas cidades e o modelo urbano estarem consolidados sob circunstâncias alheias aos desejos e às necessidades sociais, o olhar para a construção de outras possibilidades não pode estar imerso somente nessas experiências pré-existentes. A cidade tradicional é sufocada pelo desenvolvimento capitalista e sua necessidade de dispor de acumulação capaz de financiar uma expansão interminável e desordenada do crescimento urbano, sem medir consequências sociais, ambientais ou políticas. O exercício do direito à cidade demanda esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedades sociais, a partir da criação de novos espaços urbanos comuns. Essa mobilização confronta as distorções das políticas neoliberais no contexto da vida urbana, marcadas pela privatização, individualização dos direitos, fragmentação e conflito. “O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade de acordo com nossos mais profundos desejos.” (HARVEY, 2014, p. 29).

Esse apelo ao alargamento do horizonte não deve ser compreendido como uma fantasiosa ideia de que a soma de microníveis de experiências coletivas serão suficientes para estabelecer rupturas estruturais. A construção de um outro modelo de cidade depende da capacidade de agrupar as mobilizações pulverizadas em nível de generalidades. Ao lançar mão do conceito lefebvreniano de direito à cidade, propõe-se o movimento dialético que vai do miúdo cotidiano à macroestrutura. O acento conferido às estratégias cotidianas de viver na cidade parte do seu potencial

concreto de gerar corrosão aos apoios institucionais e materiais do capital, por vezes silenciosamente, identificada por Harvey (2014) como “teoria de cupim”.

A exclusão das produções que centralizaram as análises na Política Habitacional, gerou uma nova busca bibliográfica. Ainda que não seja objeto central desta pesquisa a política habitacional em si, como forma de identificar a interface entre as lutas por moradia e a formulação e execução das políticas habitacionais, realizou-se nova busca com o descritor “Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades²⁹”. Foram identificados 23 trabalhos, dentre estes 18 Dissertações e 4 Teses. A partir da leitura dos resumos e identificação das palavras-chave, dada a pouca produção identificada, estabeleceu-se um segundo filtro manual, analisando os resumos e palavras chave buscando correlação com os descritores: “movimentos sociais”, “lutas sociais”, “luta por moradia”, “autogestão”, “contra-hegemonia”, “sem teto”, “direito à cidade” e variações. Desta forma, restaram 16 produções, dentre essas: 14 Dissertações e 2 Teses. Contudo, das 16 produções, apenas 8 dissertações e 1 tese possuíam o acesso público para análise.

Abaixo segue tabela com a identificação das publicações selecionadas pela amostra, a título de ilustração:

Quadro 6 – Publicações selecionadas para amostra da pesquisa

Título	Local	Autor (a)	Ano	Tipo de publicação
A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO CONTEXTO DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA – ENTIDADES: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DOS SEM TETO DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG	Universidade Federal de São João del-Rei MG	CASSIANE PINHEIRO	2018	Dissertação
AUTOGESTÃO HABITACIONAL E A PRODUÇÃO DE NOVAS TERRITORIALIDADES: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	ELOISE DE BRITO MUDO	2017	Dissertação

²⁹ A modalidade em questão é peculiar por apresentar os requisitos que caracterizam a produção habitacional autogestionária (ao menos na sua concepção), assim, as associações, cooperativas, movimentos e outras entidades sociais possuem maior autonomia nos processos da produção das moradias, tanto na relação da organização das famílias que serão atendidas, quanto nos projetos construtivos, assumindo a responsabilidade e participação direta na gestão da obra, seja por meio da contratação de construtoras, seja na compra de materiais e mão-de-obra em empreitadas, ou ainda com o trabalho em mutirão. Além disso, dirige-se especificamente às famílias com renda de até R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais), que evidentemente compõem a imensa maioria do déficit habitacional no país.

ALEGRE				
AUTOGESTÃO HABITACIONAL NO “PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA – ENTIDADES” EM BELÉM-PA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	PATRICIA DE MACEDO SILVA DOS REIS	2018	Dissertação
A Gestão do Programa Minha Casa Minha Vida pela Entidade Amazonas Sempre Vivo: a inserção do movimento social na política pública de moradia, em Manaus.	Universidade Federal do Amazonas	MIRELLA CRISTINA XAVIER GOMES DA SILVA LAUSCHNER	2013	Dissertação
A AUTOGESTÃO NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - ENTIDADES: CASO DO FÓRUM DE CORTIÇOS E DO MOVIMENTO PRÓ-MORADIA MÁRIO LAGO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	RENEE NYCOLAAS	2017	Dissertação
AUTOGESTÃO HABITACIONAL E A DESMERCANTILIZAÇÃO DA MORADIA: ANÁLISE DOS AVANÇOS E RETROCESSOS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	TIAGO SOUZA BASTOS	2013	Dissertação
O MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO:	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	CICERO DE AQUINO COSTA SIMOES	2016	Dissertação
A dimensão política do Serviço Social: um estudo do trabalho profissional com a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE DE CATÓLICA DE SÃO PAULO	TUANE ALINE ROSSATT O	2018	Dissertação
Ampliando o debate sobre a participação política e a construção democrática: o movimento de moradia e as ocupações de imóveis ociosos no centro da cidade de São Paulo	UNICAMP	THIAGO APARECIDO TRINDADE	2014	Tese

Fonte: Dados pesquisa bibliográfica, sistematizados pela autora (2019).

Identificou-se a predominância da categoria autogestão nessas produções. Historicamente, a luta pelo direito à moradia se tornou símbolo das lutas urbanas,

em movimentos de favelas, mutirões de autoconstrução, ocupações de terrenos públicos como documenta a ampla bibliografia do tema. Os movimentos de moradia ainda hoje, são considerados o maior e mais organizado movimento urbano, com suas várias frentes de luta e organizações (GOHN, 2006).

A categoria “autogestão” merece tratamento analítico, uma vez que compõe historicamente a trajetória da questão habitacional no Brasil. Pretende-se uma pesquisa futura com esse recorte, abordando as contradições dessa estratégia de acesso à moradia, contrapondo o viés da resistência e autonomia relativa da classe trabalhadora com a transferência de responsabilidades do Estado no provimento habitacional.

Quadro 7 – Produções com destaque à categoria Autogestão

Tipo de Publicação	Área	Categoria Autogestão (e variações)	Autores de Referência
Dissertação	Geografia	O trabalho apresenta autogestão como categoria de análise, conceituando como experiências críticas ao sistema capitalista. Contextualiza, contudo, os limites desse conceito original no âmbito do PMCMV-E (e do próprio capitalismo), sem desconsiderar as possibilidades evocadas por essa modalidade da política.	Maurício Sardá e Henrique Novaes; Boaventura de Sousa Santos; Leonardo Boff; Ulysses da Cunha Baggio; Henri Lefebvre;
Dissertação	Geografia	A categoria é apresentada como característica do PMCMV-E, confronta-se a compreensão do entendimento acerca do “regime de autogestão” ou “produção habitacional por autogestão” entre o conteúdo da política e os sujeitos da pesquisa (integrantes dos movimentos sociais urbanos).	L. C Lago.
Dissertação	Arquitetura e Urbanismo	Recupera a origem do termo no mundo ocidental, utilizado na França como ação política de ruptura dos o Stalinismo e retorno ao “marxismo original”. Menciona as formulações teóricas anteriores, vinculadas às disputas sobre o termo “ditadura do proletariado”. Para fins da pesquisa, utiliza-se do termo “autogestão habitacional”, traduzido por experiência de protagonismo popular e intenção emancipatória.	Yvon BOURDET; Alain GUILLERM.
Dissertação	Arquitetura e Urbanismo	O conceito analisado é a “autogestão habitacional”, circunscrito no âmbito da política. Apresenta a discussão entre as noções de participação e gestão	Richard HARRIS, Hans HARMS, John TURNER, Rod BURGESS,

		coletiva x ausência do Estado e precariedade, nas experiências autogestionárias de produção habitacional. Contudo, traz dados de pesquisa do Núcleo em Participação, Movimentos Sociais e Ações Coletivas de Campinas (2015), onde a autogestão no âmbito da produção de moradia é considerada uma bandeira dos movimentos vinculados à Reforma Urbana.	Ricardo GOUVEIA, Sandra KOKUDAI, Francisco de OLIVEIRA, Henri Lefebvre; David Harvey;
Dissertação	Gestão Pública	Situa a origem da expressão, mas aprofunda o debate dos processos autogestionários na produção habitacional no Brasil. Identifica que o ideal autogestionário possui vínculo com as ideias de liberdade e igualdade de direitos e participação na gestão dos meios de produção, portanto, seu sentido pleno é inconciliável com o capitalismo. Reconhece, contudo, possibilidades de aprendizagem nos processos autogestionários e capacidade de organização da sociedade orientada à transformação da vida cotidiana, identificada por “ilhas autogestionárias”.	Nabil Bonduki; Cleiton Fabiano KLECHEN; Raquel de Oliveira BARRETO; Ana Paula Paes de PAULA; Edilson MINEIRO; Evaniza RODRIGUES; Maria Ceci MISOCZKY; Rômulo Paes de OLIVEIRA; Rafaela Pavan dos PASSOS; Cláudio NASCIMENTO; Francisco de Oliveira
Dissertação	Planejamento Urbano	O conceito autogestão apresenta tratamento conjugado ao conceito cooperativismo. Vincula a expressão à ideia de economia solidária. A autora faz menção ao conceito do termo isolado, mas analisa a combinação de ambos. A pesquisa recupera as primeiras experiências autogestionárias na produção habitacional na América Latina na primeira metade do século XX.	Yvon BOURDET; Alain GUILLERM; John TURNER; Paul Singer; Nabil Bonduki; Joisa Barrsos.

Fonte: Dados pesquisa bibliográfica, sistematizados pela autora (2019).

Todos os trabalhos analisados possuem recorte habitacional, ou seja, experiências autogestionárias na produção/gestão habitacional. Ao analisar o conteúdo das dissertações, identificou-se situação semelhante às formas de tratamento dispensadas na categoria “direito à cidade”. Observou-se que três trabalhos apresentam o conceito a partir de uma perspectiva crítica, contextualizando suas possibilidades como processos e experiências de horizonte emancipatório. Em dois trabalhos, o tratamento dispensado à categoria emergente

limita-se a descrição da modalidade da Política Habitacional e outras experiências autônomas de produção habitacional. Por último, o conceito possui tratamento associado ao conceito de cooperativismo e economia solidária.

À essa ideia de construção de experiências contra-hegemônicas, identifica-se consonância com o cotidiano experienciado pela ampla maioria dos processos de ocupações realizados pela classe trabalhadora para fins de moradia. Seja no sentido de construir com as próprias mãos os caminhos para o acesso ao direito à moradia, seja em evocar o valor de uso de um determinado imóvel ou área ociosa, como também -e principalmente- pela construção de outros modos de convívio e socialização. A existência de bibliotecas, creches (ou cirandas infantis), cozinhas e hortas comunitárias, palco para shows, espaços para festas e assembleias sistemáticas já configuram outras formas de viver na cidade.

O educativo, o formativo e o informativo podem ser reunidos. Onde tirar o princípio da reunião e seu conteúdo? Do lúdico. O termo deve ser tomado aqui em sua acepção mais ampla e no seu sentido mais profundo. (...) Quanto aos antigos lugares de reunião, em grande parte perderam seu sentido: a festa, que perece ou se afasta deles. O fato deles reencontrarem um sentido não impede a criação de lugares apropriados à festa renovada, essencialmente ligada à invenção do lúdico. (LEFEBVRE, 2001, p. 131)

A bandeira das experiências de “prefiguração” tem sido levantada pelos segmentos identificados como ecossocialistas³⁰. Defensores da necessidade de traçar caminhos que para além da recusa do sistema que está posto, retomem um horizonte utópico que direcione as possibilidades de construção de um outro modelo societário. Em consonância com o conceito de Direito à Cidade em Lefebvre e Harvey, esses grupos afirmam que desde já é possível construir a prefiguração de uma nova hegemonia baseada em relações de solidariedade, comunhão e valorização da felicidade coletiva.

Compreende-se que a construção de espaços políticos coletivos que auxiliem a elucidação do real, para além das aparências, transformam a realidade opaca em realidade transparente, abrindo os caminhos para sua potencial superação. (LEFEBVRE, 1966). A criação desses espaços é identificada como possibilidade de construção de processos sociais emancipatórios, orientados à ruptura da lógica de mercadorização da vida, elemento fundamental da ordem do capital. As ocupações

³⁰ A categoria tem sido abordada por Sabrina Fernandes, doutora em sociologia que se afirma ecossocialista, produtora do canal Tese Onze e autora do livro “Sintomas Mórbidos”.

urbanas, nesse sentido, possuem horizonte utópico, mas são forjadas na materialidade concreta. Ser realista, na atual conjuntura, significa reivindicar o impossível. (LOWY, 2017).

2 A CONFORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS: ENTRE APROPRIAÇÃO E ESTRANHAMENTOS

A natureza humana é autotransformada a partir de um movimento material, que engloba as transformações das formas de trabalho, da organização prática da vida e também dos sentidos humanos, “o olho humano passou a ver coisas que não enxergava antes, o ouvido humano foi educado pela música para ouvir coisas que não escutava antes”. Nenhum aspecto da realidade humana está situado à margem da história, e o movimento da história é dialético e, portanto, marcado por superações “[...] em todas as grandes mudanças há uma negação, mas, ao mesmo tempo, uma preservação (e elevação em nível superior) daquilo que tinha sido estabelecido antes.” (KONDER, 2008, p. 51).

A essência humana é social e historicamente condicionada, cada período, ciclo ou formação social possui suas próprias relações de produção, erigidas de modos de produção já superado. Assim, a essência humana não é algo imutável, estanque ou eterno. O ser da práxis tem sua essência determinada por sua atividade.

A moral, a religião, a metafísica e toda outra ideologia, e as formas de consciência que lhes correspondem, não conservam assim por mais tempo a aparência de autonomia. Não tem história, não tem desenvolvimento, são os homens que desenvolvem a sua produção material e o seu intercâmbio material que, ao mudarem essa sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que que determina a vida, é a vida que determina a consciência. (MARX; ENGELS, 2009, p. 32).

Historicamente, o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza foi garantidor da sobrevivência da humanidade. O trabalho é a forma humana de agir na natureza, é por meio do trabalho que o homem humaniza a natureza e a si próprio. Com transformação intencional da natureza, os homens não produzem apenas os bens necessários para sanar suas necessidades primeiras, mas também produzem a si próprios e as suas relações sociais. Assim, a “própria necessidade satisfeita, a ação da satisfação e o instrumento já adquirido da satisfação, conduz a novas necessidades – e esta produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico” (MARX, 2009, p.42). É por meio da capacidade consciente de

transformação da natureza que o homem produz sua própria história, e ao criar sua história, cria a si próprio.

A vida genérica, tanto no homem quanto em outro animal, consiste fisicamente, em primeiro lugar, nisto: o homem vive da natureza inorgânica, e quanto mais universal o homem é do que o animal, tanto mais universal é o domínio da natureza inorgânica da qual ele vive. [...] Assim como as plantas, animais pedras, ar, luz etc., formam teoricamente uma parte da consciência humana, em parte como objetos da ciência natural, em parte como objetos da arte – sua natureza inorgânica, meios de vida espirituais, que ele tem de preparar prioritariamente para a fruição e para a digestão-, formam também praticamente uma parte da vida humana e da atividade humana. Fisicamente o homem vive somente desses produtos da natureza, podem eles aparecerem na forma de alimento, aquecimento, vestuário, habitação, etc. **Praticamente a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira seu corpo inorgânico, tanto na medida em que ela é um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital.** (MARX, 2012, p. 84).

A existência humana é, portanto, caracterizada pelo diálogo com a natureza, pela organização social e o estabelecimento de relações sociais. O trabalho, como mediação entre o homem e a natureza é o fundamento da vida social. “É apenas por meio da relação dialética entre homem e natureza, conscientemente estabelecida, que o homem se eleva acima das suas necessidades materiais em busca da liberdade, ou de autonomia” (PEREIRA, 2010, p. 136). A produção social foi responsável para a satisfação humana de suas necessidades de sobrevivência. Sanadas as necessidades primeiras, surgem novas necessidades sociais e, conforme essas surgem, altera-se a estrutura social a partir das novas formas para satisfazê-las.

As relações sociais, desde as primeiras formações societárias, são determinadas por essa produção material, assim como, dialeticamente, a forma de produção ordena as regras de convivências entre os indivíduos na sociedade, “cada uma das fases da divisão do trabalho determina também as relações dos indivíduos entre si no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho” (MARX; ENGELS, 2009, p.26). Dessa forma, pode-se dizer que:

O crescimento do poder do homem sobre a natureza (das forças criadoras produtivas) não produz apenas novos graus no pensamento. Produz também crises econômicas, sociais, políticas: transformações bruscas. Põe problemas, e quem diz “problema” diz contradição, não-latente, porém em sua mais alta tensão, no momento mesmo da crise e do salto, quando a contradição tende para a solução objetivamente implícita no devir que a atravessa. O pensamento humano, também aqui, reflete a solução –

“encontra” a solução; e inserindo-se assim no movimento, resolve pela ação a crise, superando a situação contraditória. (LEFEBVRE, 1991, p. 239).

Essas transformações sociais são explicadas por meio da lei dos saltos que se configura como a grande lei da ação — o salto dialético implica, simultaneamente, a continuidade -o movimento profundo que continua- e a descontinuidade -o aparecimento do novo, o fim do antigo. Nas diferentes formações sociais é mantida a relação de dependência do homem em relação à natureza. Porém, as formas de apropriação da natureza se alteram de acordo com as transformações sofridas pela sociedade. Nesse sentido, o que difere uma sociedade da outra é a forma como essa sociedade produz, ou seja, como desenvolve suas forças produtivas.

As relações de diferentes nações entre si dependem do grau em que cada uma delas desenvolveu as suas forças produtivas, a divisão do trabalho e o intercâmbio interno. [...] Mas não só a relação de uma nação com outra como também a própria estrutura interna dessa nação depende da fase de desenvolvimento da sua produção e do seu intercâmbio interno e externo. Até onde chega o desenvolvimento das forças de produção de uma nação é indicado, com maior clareza, pelo grau atingido pelo desenvolvimento da divisão do trabalho. Cada nova força produtiva, na medida em que não é uma simples extensão quantitativa das forças produtivas até aí já conhecidas, tem como consequência uma nova constituição da divisão do trabalho (MARX; ENGELS, 2009, p. 25).

É por meio das relações de trabalho que o ser humano se relaciona com a natureza, em movimento de apropriação e transformação, resultando na humanização da natureza e, a partir dessa relação a sociedade produz o espaço. O modo de produção de uma sociedade determina o modo de produção do seu espaço. O espaço geográfico é uma totalidade dinâmica e contraditória produzida historicamente na relação entre sociedade e natureza, mediada pelas relações de trabalho. Pode-se dizer que o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações que interagem. Dessa interação entre os sistemas, o espaço encontra sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2012a).

Ao se apropriar do espaço, a sociedade o transforma em território. Dessa forma, o território se constitui no processo de espacialização da sociedade. Por território se entende a extensão de terra por seu uso. A territorialidade humana pressupõe preocupação com o destino, construção do futuro, o território “é um nome

político para o espaço de um país” (SANTOS, 2012, p. 21). É o lugar onde a história do homem plenamente se realiza, a partir das manifestações da sua existência.

O território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertencem. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 2011, p.14).

A configuração territorial tem sua realidade vinda da materialidade³¹ do exercício da vida. Portanto, sua existência social é determinada pelas relações que nela se desenvolvem. Em sua origem, a configuração territorial estava determinada exclusivamente pelo conjunto dos complexos naturais, como fonte de recursos e meios materiais de existência, ao passo que as relações de produção se complexificam, essa configuração é dada pelas obras dos homens. Desse modo, a configuração territorial cada vez mais é resultado de uma “produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada” (SANTOS, 2012a, p. 62).

Dissolução do comportamento em relação à terra – território – como condição natural de produção, com a qual ele se relaciona como sua própria existência inorgânica; como o laboratório de suas forças e domínio de sua vontade. (...) A propriedade do território inclui potencialmente tanto a propriedade da matéria-prima quanto do instrumento original, a própria terra, e de seus frutos espontâneos. (MARX, 2011, p. 408).

No modo de produção voltado à subsistência, os indivíduos estão subordinados à natureza, a propriedade da terra é um domínio natural direto, sendo ela própria instrumento de produção onde as relações se estabelecem pelas trocas entre os homens e a natureza. Nas relações capitalistas, contudo, a terra se torna domínio do trabalho, especialmente do trabalho acumulado do capital. E as trocas sociais se estabelecem pelo dinheiro. Assim, o desenvolvimento histórico do capital “impôs à humanidade a produção da riqueza como a finalidade que a tudo absorve”, o caráter real da riqueza foi reificado, associado às estruturas materiais e relações fetichizada. Por meio desse processo, as noções de propriedade foram radicalmente desvirtuadas pelo capitalismo, exercendo papel vital na legitimação das relações de

³¹ Atualmente as condições naturais voltaram a compor o debate sobre como a territorialidade é expressa. Haja vista que existem manifestações naturais que escapam ao domínio humano, e esses são relevantes promotores de processos de desterritorialização, a exemplo de vulcões em erupção, terremotos, entre outros fenômenos que interferem na construção humana da territorialidade.

produção estabelecidas e no modo dominante de apropriação. (MÉSZÁROS, 2011, p. 610).

A sociedade burguesa criou a economia política como sua própria condição de existência e meio de reprodução. Na relações estabelecidas pelo capital, o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso, “pouco importa a origem da necessidade que o objeto satisfaz, que venha ele do ventre ou do imaginário, contanto que o objeto se venda e se compre” (LEFEBVRE, 1999, p.112). Assim, altera-se substancialmente o comportamento do trabalho em relação ao capital, dissolvendo as formas de organização que permitem ao trabalhador a condição de proprietário, e por consequência as relações de comunidade estabelecidas a partir do fim daquilo que é considerado propriedade comum.

Parte-se da noção de indissociabilidade histórica da formação socioespacial e das dinâmicas e formas urbanas. O território, a partir da análise do seu uso, se constitui na totalidade que inclui todos os agentes e fenômenos, sendo um “todo” onde todos (Estado, empresas, instituições, sujeitos) se relacionam. As relações de classe e produção, de dominação e hegemonia são fruto também de uma inter-relação entre o espaço e a história, esses elementos estão ligados à reprodução da vida social. As condições materiais e o desenvolvimento das forças produtivas e do meio técnico-científico não existem em um mundo desterritorializado. Essas relações se materializam no espaço e dialeticamente o transformam. O modo de produção capitalista vem estruturando, no decorrer da história, espaços marcados por litígios territoriais de caráter político e desigualdades econômicas e sociais.

2.1 “A TERRA QUE QUERIA VER DIVIDIDA”: O CERCAMENTO E A INSTITUIÇÃO DA SAGRADA PROPRIEDADE PRIVADA.

O primeiro homem que, tendo cercado um terreno, atreveu-se a dizer: Isto é meu, e encontrou pessoas simples o bastante para acreditar nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil (ROUSSEAU, 1999, p. 203)

As noções de propriedade assumem diferentes formas de acordo com cada momento histórico, nas relações do direito à propriedade é possível dizer que cada fase é caracterizada por valores jurídicos, sociais e políticos que irão definir seu significado. Em termos gerais, pode-se dizer que a propriedade, desde as experiências das propriedades coletivas até a consolidação da propriedade privada,

significa relação de titularidade entre um sujeito e uma coisa, relação que deve ser respeitada pelos demais indivíduos, sob pena de instauração de conflito. Dessa forma, mesmo antes do surgimento da propriedade no ordenamento jurídico, essa noção já existia como instituição social, política e econômica.

Desde a antiguidade, passando pela idade média até os dias de hoje, é possível identificar alguma referência ao conteúdo da propriedade em si e/ou ao direito à propriedade. A propriedade tem sido alvo de investigação de diversos ramos da ciência, que buscam identificar a sua função e seus reflexos na vida em sociedade de cada período e espaço. Na modernidade, a propriedade assume status de direito inviolável, a partir da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão³². Ainda que a Revolução Francesa tenha tratado da propriedade como privilégio e abolido direitos perpétuos comuns às classes dominantes na idade média, o pretense caráter democrático conferiu centralidade à propriedade dando acento ao seu caráter individual e ao seu uso indiscriminado, assumindo o posto como um direito civil, passando a figurar entre os direitos fundamentais, ao lado do direito à vida e à liberdade. (PAGANI, 2009).

A relação capitalista possui como premissa a separação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios de produção, necessários para a realização do seu trabalho. Essa separação passa a ser promovida em larga escala na medida em que esse modo de produção se estabelece com a dissolução da sociedade feudal. Assim, é o capitalismo que inaugura a propriedade privada como domínio absoluto do proprietário, na condição de direito garantido pelo Estado. Ainda que a noção de apropriação -daquilo que é comum por alguns- anteceda o modo de produção capitalista, a exemplo do próprio feudalismo, é apenas a partir da consolidação do capitalismo que a propriedade privada assume forma social, na medida em que deriva da forma-mercadoria e da forma de subjetividade jurídica (MASCARO, 2019). Em que pese as diferenças entre as experiências específicas de cada país nessa transição, pode-se dizer que a expropriação de terras do campesinato foi a base desse processo.

Em relação à posse da terra, a sociedade capitalista, ainda em processo de formação, adotou posição punitiva às práticas consuetudinárias do direito de uso, comuns às formações híbridas de propriedade que correspondiam às formas feudais

³² Os Códigos Civis da França e Itália (1865) instituem a propriedade como direito de gozar e dispor de um bem de modo absoluto.

de socialização das terras. Na Inglaterra, o movimento de apropriação das terras comunais por grandes proprietários de terra tem origem ainda no final do século XV. Contudo, é a partir do avanço das relações mercantis e da afirmação do capital como forma de produção, que as relações de propriedade são redefinidas por meio de um sistema jurídico em defesa dos proprietários, suprimindo a noção de direito de uso e alastrando o movimento de cercamentos onde “grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres”. (MARX, 2013, p. 787).

Para o liberalismo juvenil, a propriedade significava o fundamento da autonomia individual e a passagem da submissão feudal à cidadania moderna. Para o capitalismo beirando a maturidade, ela significa o direito a apropriação privada dos meios de produção e o desapossamento do trabalhador, não só de sua terra ou de seus instrumentos de trabalho, mas de sua própria pessoa, que a partir de então ele é obrigado a vender no mercado. (BENSAID, 2017, p. 39).

Nos séculos XV e XVI, a privatização da terra e a guerra se tornam os principais elementos de empobrecimento da classe trabalhadora. Foram estratégias recorrentes para a apropriação privada, o despejo de inquilinos, a partir do endividamento gerado com o aumento de valores de aluguel e impostos. Dessa forma, mesmo quando não se utilizava “a força”, a entrega da terra se dava de forma involuntária, contra a vontade do indivíduo ou comunidade. Na Inglaterra do século XVI, o termo cercamento indicava conjunto de estratégias utilizada pelas elites para eliminar o uso comum da terra e expandir suas propriedades, declarando o fim aos “campos abertos³³”. Cercar simboliza também a demolição das moradias camponesas. Sob o argumento de tornar a terra mais produtiva, com a expansão do abastecimento de alimentos, vilarejos rurais inteiros foram derrubados para serem transformados em áreas de pasto.

A destruição da posse comum, sob apelo da inovação agrícola, de fato ampliara os níveis de produção alimentar. O aumento da produção na agricultura, pecuária e manufatura doméstica conferiu à força de trabalho humana uma capacidade de gerar produção para além da necessidade de subsistência. Contudo, essa produção excedente nunca foi socialmente distribuída. A imposição ortodoxa das políticas de exportação criou uma distorção fundamental: paradoxalmente, as

³³ Open-field system: acordo existente entre aldeões para posse de terras em faixas descontínuas sem necessidade de cercas.

regiões mais férteis para a produção de alimentos sofreram (e sofrem) em maior medida com fenômenos de desnutrição e fome. O extermínio dos vilarejos rurais promovido no processo de acumulação primitiva, culminou em levante popular e na inclusão do debate sobre os limites da apropriação privada da terra, debate que persiste até os dias de hoje, quando o mundo se depara com o esgotamento de muitos recursos naturais, a finitude de alguns bens comuns do planeta.

Desta forma, a “assim chamada acumulação primitiva³⁴” emerge da expropriação da terra do campesinato e exploração do trabalhador “livre”:

O movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, e esse é o único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém libertados só se convertem em vendedores de sim mesmos depois de lhes terem tido roubados todos os meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo. (MARX, 2013, p. 787).

Mesmo com inúmeros casos de resistência camponesa, a escassez de alternativas culminou no abandono dos vilarejos a procura de novos meios de sobrevivência. As lutas contra os cercamentos dos campos perduraram três séculos, a derrubada das cercas se tornou símbolo do conflito de classes. O período de transição foi marcado pelo conflito social. As iniciativas estatais foram mobilizadas para disciplinar trabalhadores e dispersar mobilizações. Na busca pela disciplinarização da classe trabalhadora, foram atacadas as formas de sociabilidade e sexualidade coletivas, com a proibição dos ritos grupais que tinham como função de criar laços de solidariedade entre os trabalhadores.

A campanha contra a cultura popular³⁵ previa a descoletivização da força de trabalho. Na medida que os meios de subsistência foram ameaçados, seja por meio da destituição da terra, ou pela substituição dos contratos coletivos por individuais, instaurou-se a situação de decomposição de todo um modelo de organização social. O cercamento físico promovido pela privatização da terra assume caráter simbólico

³⁴ As aspas fazem alusão ao termo utilizado por Marx para criticar o conceito de Acumulação Primitiva de Adam Smith. “A assim chamada acumulação primitiva” aparece como capítulo final do Tomo I do Capital, descrita como “o processo histórico de separação entre produtos e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.” (MARX, 2013, p. 786).

³⁵ Foram lançadas 25 leis na Inglaterra, entre os anos de 1601 e 1606, para a regulação de tabernas. O processo foi explicado por Peter Burke (1978) como campanha contra a cultura popular. (FEDERICI, 2017).

com o cercamento social: “a reprodução dos trabalhadores passou do campo aberto para o lar, da comunidade para a família, do espaço público para o privado” (FEDERICI, 2017, p. 163).

Para conter o conflito social e atender ao emergente modelo societário necessário ao capitalismo agrário, foram criadas políticas para fixar os trabalhadores nos postos de trabalho. Entre os anos de 1530 e 1560 alguma forma de assistência pública foi instituída em pelo menos sessenta cidades europeias (LIS; SOLY, 1979). Evidente que o surgimento de intervenções públicas são também estratégias de mediação da extrema pobreza e o agravamento das suas respectivas tensões. Contudo, acerca desse tema, os estudos sobre o trabalho forçado do marxista francês Yann Moulier Boutang apontam para a centralidade em uma política de “grande fixação”. De toda a forma, a introdução de políticas sociais deflagrou a insustentabilidade de um sistema “regido exclusivamente por meio da fome e do terror”. Também delineou o papel do Estado como “garantidor da relação entre as classes e como supervisor da reprodução e da disciplina da força de trabalho” (FEDERICI, 2017, p. 164).

Com isso o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, e esse é o único aspecto que existe para os nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo. (MARX, 2013, p. 787).

Após o ataque aos trabalhadores, iniciado com os cercamentos das terras comunais, um significativo contingente populacional passou a buscar meios de sobrevivência à margem da lei, situação que culminou na criminalização da classe trabalhadora, com a formação de um exército de proletários encarcerados nas recém construídas casas de trabalho e de correção, sob ameaça do chicote e da força.

A abolição do sistema de campos abertos teve peculiar impacto sobre a organização das mulheres. As terras comunais exerciam função social singular para as mulheres, que com menos direitos sobre a terra e menor poder social, dependiam da relação comunal e rede de cooperação para garantir subsistência, alguma

autonomia e sociabilidade. Com o desaparecimento da economia de subsistência, a unidade entre produção e reprodução (comum nas sociedades baseadas na produção-para-o-uso) foi desfeita conforme essas atividades foram se tornando portadoras de outras relações sociais, sexualmente diferenciadas. A partir da privatização das terras, as relações monetárias passaram a dominar a vida econômica, nesse cenário somente a produção-para-o-mercado estava definida como atividade criadora de valor. A reprodução da vida do trabalhador passa a não ser considerada como trabalho, nesse sentido, a ruptura entre a produção e a reprodução foi mais grave para as mulheres, pois apesar de compartilhar das privações proletárias impostas pelo novo sistema, esse grupo social dificilmente acessava o salário.

Assim como o proletariado, a expulsão das mulheres de espaços em empregos que tradicionalmente ocupavam, resultou na desvalorização do trabalho feminino, então reduzido ao âmbito doméstico. A criminalização do controle das mulheres sobre a procriação teve relevantes consequências sobre a vida das mulheres e sobre a forma de organização capitalista. Para além da expropriação do saber feminino sobre a procriação como ofício, a negação ao controle sobre seus corpos com a criminalização da contracepção privou as mulheres de sua integridade física e psicológica, reduzindo a maternidade à produção de força de trabalho. A expropriação de terras somada a desvalorização e criminalização do trabalho feminino, tornaram o casamento um meio de sobrevivência.

A transição do feudalismo para o capitalismo desencadeou um processo de degradação social para as mulheres, a expulsão dos ofícios remunerados e a desvalorização do trabalho reprodutivos, feminilizando a pobreza. A apropriação primitiva dos homens sobre o trabalho das mulheres deu origem a uma nova ordem patriarcal útil à acumulação do capital, uma vez que a família assumiu status de instituição-chave para a garantia da transmissão de propriedade e reprodução da força de trabalho.

A importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital se tornaram invisíveis, sendo mistificadas como uma vocação natural e designadas como "trabalho de mulheres". Além disso, as mulheres foram excluídas das muitas ocupações assalariadas e, quando trabalhavam em troca de pagamento, ganhavam uma miséria em comparação ao salário masculino médio. (FEDERICI, 2017, p. 145).

Além das mulheres, outros segmentos populacionais foram diretamente afetados nos séculos em que se experienciou a reestruturação social e econômica oriunda do declínio do sistema feudal e consolidação do capitalismo. As bases do sistema capitalista foram construídas por meio de uma expansão global de apropriação de novas fontes de riqueza e concentração e dominação da força de trabalho. O período de apropriação massiva de terras na Europa coincidiu com a expansão colonial. O maior processo de privatização e cercamento de terras ocorreu no continente americano, com a apropriação espanhola de aproximadamente 1/3 das terras comunais indígenas.

A acumulação primitiva foi também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a raça e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno. (FEDERICI, 2017, p.119).

Enquanto na Europa a reprodução da força de trabalho se deu a partir da subjugação das mulheres, nos “novos continentes” a necessidade de mão de obra foi suprida predominantemente por meio do tráfico de escravos africanos. O sistema de plantations³⁶ foi da mesma forma decisivo para o desenvolvimento capitalista, pelo acúmulo de mais-trabalho, de modelo de produção voltado à exportação, da integração econômica e de divisão internacional do trabalho, típicas das relações de classe capitalista. O fôlego capitalista tem origem na acumulação primitiva colonizadora e escravista de grande escala. A violência é em si uma potência econômica. “O capital nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés.” (MARX, 2013, p. 830).

A descoberta de terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. (MARX, 2013, p. 821).

A eliminação dos direitos consuetudinários e o cercamento de terras implica na expulsão dos não-proprietários das áreas antes de uso comum. Trata-se da passagem histórica das relações estabelecidas por meio de posse para a

³⁶ Sistema de produção agrícola baseado na monocultura de exportação em latifúndios, predominantemente utilizando de mão-de-obra escrava, comum aos processos de colonização na América, África e Ásia.

apropriação privada, na medida em que a propriedade exclusiva de uns decorre da privatização da propriedade de outros. Ou, em outros termos, o direito natural de ocupação daquilo que não pertence a ninguém, o direito do agricultor sobre os meios e produtos do seu trabalho, a apropriação pela ocupação ou trabalho, é suprimida pela noção de propriedade. E a apropriação privada não se limita ao domínio irrestrito de bens materiais, o modo de apropriação burguês abarca também as relações de sobretrabalho do outro, a exploração. E avança para as riquezas naturais e sociais, com a privatização do espaço, do direito, da cultura, da educação, da segurança, da saúde entre outros.

Os elementos que remontam a transição de um modo de produção para outro são significativos para a compreensão do fenômeno da pobreza nos dias atuais, sobretudo quem compõe o grupo dos “despossuídos” na sociedade contemporânea.

2.2 “SEUS OLHOS EMBOTADOS DE CIMENTO E TRÁFEGO”: A CONSOLIDAÇÃO DA CIDADE CAPITALISTA

A cidade capitalista ao mesmo tempo gera e rejeita este território popular precário; a indústria é voraz em sua fome de força de trabalho a baixo custo e a cidade grande é um enorme mercado de mão de obra para ela. Mas a heterogeneidade e segregação da cidade fazem do território popular uma região explosiva: a história da cidade industrial é marcada pela violência (ROLNIK, 2012, p. 88).

A configuração do arranjo econômico está relacionada à esfera da produção na sua combinação com a esfera da circulação. Essa relação é variável de acordo com o tempo e com a forma de acumulação. No modo de produção capitalista, a cidade se constitui como o centro do comando territorial, é a referência das distribuições e, nesse sentido, é uma inovação técnica de dominação. Funciona para a organização da produção e, via de regra, é a sede do poder. A existência da cidade “pressupõe uma participação diferenciada dos homens no processo de produção e distribuição, ou seja, uma sociedade de classe” (SINGER, 1973, p. 13). A transformação da cidade em centro de produção redefine a relação entre as distintas classes (senhores e servos, patrícios e plebeus), o surgimento de uma nova classe de produtores urbanos faz emergir um novo patamar de forças produtivas. Da mesma forma, emerge uma nova classe dominante que, ao contrário da antiga, não

se apropria de um mais-produto formado por valor de uso, mas acumula riqueza “móvel”, valores de troca.

O cordão umbilical que ligava a sociedade à natureza foi mal cortado. O que exigia o corte e implicava na ruptura? A cidade. O vínculo se desfez, a troca viva entre a comunidade e a terra não foi substituída por uma regulação racional e, no entanto, a sociedade continua ligada e mesmo amarrada à terra. Pela propriedade e pelas múltiplas servidões que ela mantém. Especialmente e sobretudo subordinando a terra ao mercado, fazendo da terra um “bem” comercializável, dependente do valor de troca e da especulação, não do uso e do valor de uso. O cordão umbilical, que levava a seiva e o sangue da matriz original à sua filiação, a comunidade humana se transformou em uma corda, laço seco e duro, que entrava os movimentos e o desenvolvimento dessa comunidade. É esse o entrave por excelência. (LEFEBVRE, 1999, p. 161).

Do revolucionamento maquinista emerge uma nova forma de sanar os limites da produção de mais-valor, a revolução promovida pelo vapor resulta no surgimento da indústria. Esse processo de desenvolvimento do modo de produção é gerador de transformações sociais que reconfiguram a relação entre homem e natureza, repercutem na formação da estrutura social e simplificam a divisão de classe, dando origem a sociedade moderna. A cultura moderna serviu de base para a consolidação da hegemonia burguesa, necessária para viabilizar os processos de urbanização e industrialização.

[...] a indústria centraliza a propriedade em poucas mãos. Exige enormes capitais, com os quais cria gigantescos estabelecimentos, arruinando a pequena burguesia artesã e, colocando a seu serviço as forças naturais, expulsa do mercado os trabalhadores manuais isolados. A divisão do trabalho, a utilização da força hidráulica, especialmente do vapor, e sobretudo a maquinaria, eis as três grandes alavancas com as quais, desde a metade do século passado, a indústria faz avançar o mundo. A pequena indústria criou a classe média, a grande indústria criou a classe operária e colocou no trono uns poucos eleitos na classe média – mas o fez somente para, mais tarde, seguramente destrona-los. No entanto é um fato inegável e facilmente explicável que a numerosa pequena burguesia dos “bons e velhos tempos” foi destruída pela indústria e decomposta, por um lado, em ricos capitalistas e, por outro, em pobres operários. (ENGELS, 2013, p. 64).

A chegada da moderna unidade de produção, a fábrica, acarretou no fenômeno urbano. A indústria arquiteta o espaço para atender seu interesse, por meio da intermediação terciária (comunicação, transporte, energia...) ela invade, desruraliza e urbaniza, econômica e culturalmente o espaço. A indústria centraliza o capital e a população. Para se reproduzir, o capital depende da força de trabalho, como meio de garantir a oferta de mão-de-obra passa a estimular a migração do

campo para a cidade, aglomerando a população nos centros urbanos. O volume de produção requer também serviços de infraestrutura, que se constituem no cerne da moderna economia urbana (SINGER, 1973).

No lugar das cidades surgidas naturalmente, criou as grandes cidades industriais modernas, nascidas de um dia para o outro. Onde penetrou, destruiu o artesanato e, de um modo geral, todas as fases anteriores a indústria. Completou a vitória da cidade comercial sobre o campo. O seu primeiro pressuposto é o sistema automático. O seu desenvolvimento criou uma massa de forças produtivas para as quais a propriedade privada se tornou um grilhão. [...] Torna insuportável para o operário não só a relação com o capitalista, mas o próprio trabalho. (MARX; ENGELS, 2009, p. 88-89).

A equação de produção de excedentes apresenta, desde sua origem, uma tendência à crise. “Civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso.” (MARX; ENGELS, 2001, p. 34). As crises comerciais colocam em risco a dominação burguesa. Para superá-las, o capital elimina artificialmente o excedente de forças produtivas e sai em busca de novos mercados. Esse movimento é cíclico, cada período de superação de uma crise do capital é a iminência de outra crise ainda mais violenta. A burguesia tem a necessidade de revolucionar de forma permanente os instrumentos de produção. Essas revoluções internas são marcadas por períodos de instabilidade que atingem os níveis mais complexos da sociabilidade humana.

O revolucionamento permanente da produção, o abalo contínuo de todas as categorias sociais, a insegurança e a agitação sempiternas distinguem a época da burguesia de todas as precedentes. Todas as relações imutáveis e esclerosadas, com seu cortejo de representações e de concepções vetustas e veneráveis dissolvem-se; as recém constituídas corrompem-se antes de tomarem consistência. Tudo que era estável e sólido desmancha no ar; tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados a encarar com olhos desiludidos o seu lugar no mundo e suas relações recíprocas. (MARX; ENGELS; 2001, p. 29).

O estabelecimento da indústria demanda um contingente de operários como disponibilidade de força de trabalho, esses se acumulam no entorno da fábrica, trabalham e moram nas suas proximidades. Os operários, energia vital da reprodução do capital, passam a aglomerar os centros urbanos, mais especificamente no interior das indústrias. Submetidos à exploração, compartilham das mesmas privações. Em crise, o capital leva uma massa de operários à condição ainda mais extrema de vulnerabilidade, a situação de não-exploração.

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca de acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional. (MARX, 2013, p. 707).

Na medida em que a indústria e o comércio se estabelecem nas grandes cidades, emergem de forma mais nítida as consequências desse desenvolvimento sobre o proletariado. A centralização da propriedade divide a sociedade em dois polos extremos, extinguindo o que seria até então a pequena burguesia. A realidade urbana fica submetida ao cotidiano industrial. As contradições deslocadas da relação entre campo e cidade, situam-se principalmente no interior do fenômeno urbano, “entre a centralidade do poder e as outras formas de centralidade, entre o centro da riqueza-poder e as periferias, entre a integração e a segregação” (LEFEBVRE, 1999a, p. 155). O urbano, portanto, não se constitui em uma forma harmoniosa, sua transformação se distancia do processo orgânico de interação entre o ser humano e a natureza.

Ele (urbano) também reúne conflitos. Sem excluir os de classes. Mais que isso, ele só pode ser concebido como oposição à segregação que tenta acabar com conflitos separando os elementos no terreno. Segregação que produz uma desagregação da vida mental e social. Para evitar as contradições, para alcançar a harmonia pretendida, um certo urbanismo prefere a desagregação do laço social. O urbano se apresenta, ao contrário, como lugar dos enfrentamentos e confrontações, unidade das contradições. É nesse sentido que seu conceito retoma o pensamento dialético [...] (LEFEBVRE, 1999a, p. 160).

Como resultado do confronto de forças estabelecido entre as distintas classes que ocupam o território urbano, o espaço passa a ser organizado. É o interesse de classe que define o arranjo espacial, em um processo de seletividade, “arrumado por isso a partir da propriedade privada dos recursos do espaço. E o ordenamento já nasce orientado para a regulação desse estado de coabitação classistamente assimétrico” (MOREIRA, 2011, p. 86). A sociedade burguesa é marcada historicamente pelos conflitos de territorialidade.

Dessa contraditória relação de dependência e rechaço, promovida pelo processo de urbanização industrial, estabelecem-se os conflitos pelo acesso à terra

urbana, disputa que desde sua origem apresenta desigual relação de forças, com uma classe dominante que escolhe a localização para a sua permanência e aglomera em espaços desvalorizados e distantes os demais segmentos da sociedade. Essas aglomerações se constituem no território popular (ROLNIK, 2012), espaço formado por proletários e autônomos, operários da indústria e trabalhadores ocasionais. Para esses grupos, a cidade ofereceu a exploração do trabalho e condições precárias de moradia.

O desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, corresponde, na mesma proporção, ao desenvolvimento do proletariado, da classe dos operários modernos que só sobrevivem à medida que encontram trabalho, e só encontram trabalho à medida que seu trabalho aumenta o capital. Esses operários, compelidos a venderem-se à retalho, são uma mercadoria e, portanto, são igualmente sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado. (MARX; ENGELS, 2001, p. 35).

O acesso à habitação impõe-se como condição para permanência da população migrante nas cidades. Mas a terra urbana na sociedade capitalista é uma mercadoria e, nessa disputa por espaço, quem detém o dinheiro se sobressai, empurrando aqueles que não possuem capital para os espaços desvalorizados e distantes.

Arrumando a cidade como valor de troca, a burguesia converte a obra em produto, alternando a ordem vigente de espaço. O caos urbano cresce e se estabelece como forma de organização urbana. É hora de instituir a ordem burguesa no todo orgânico da cidade. No caos então criado, o espaço urbano é um arranjo espacial socialmente indiferenciado. Burgueses e multidão urbana coabitam o mesmo espaço. Cedo as insurreições operárias chamam a atenção da burguesia para o risco social e político desse arranjo de espaço, vindo em seu socorro a reforma do Barão de Haussmann³⁷. [...] (MOREIRA, 2011, p.102).

Originalmente, a partir do processo de industrialização, as cidades são arranjos espaciais socialmente indiferenciados. Burgueses e multidão urbana coabitam o mesmo espaço. A aglomeração propicia a cidade como espaço privilegiado de articulação política, cenário dos conflitos e protestos. A territorialidade é como se denomina o processo singular de apropriação cotidiana do território. O território representa, assim, “o chão do exercício da cidadania, pois cidadania

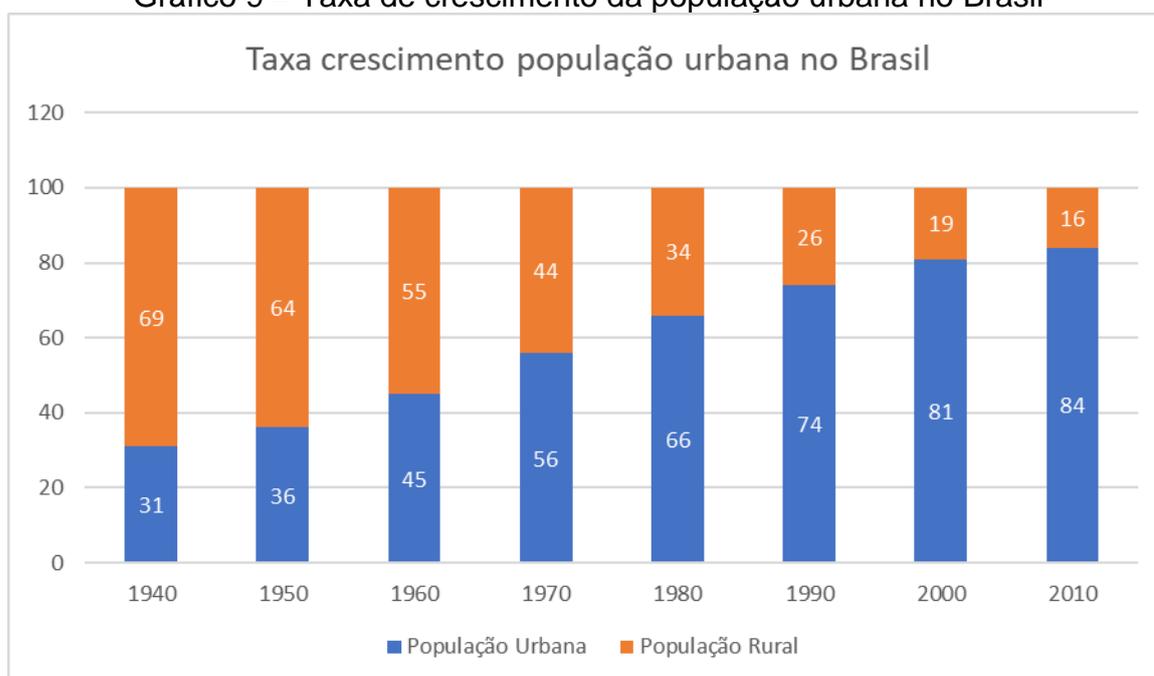
³⁷Georges-Eugène Haussmann (Paris1809-1891), largamente conhecido apenas como Barão Haussmann. Foi responsável pela reforma urbana de Paris, determinada por Napoleão III, tornando-se conhecido na história do urbanismo e das cidades.

significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder” (KOGA, 2011, p. 33). Mas tão logo as insurreições operárias chamam a atenção da burguesia para o risco social e político da dimensão agregadora das cidades, iniciam as reformas que vão iniciar os processos de pulverização da classe trabalhadora, como meio de dissipar a tensão política e capacidade organizativa dessa classe.

2.3 “É SOMENTE REQUENTAR E USAR”: URBANIZAÇÃO À BRASILEIRA

O Brasil passou a ser considerado urbanizado a partir da década de 1960, apesar de fenômeno historicamente recente, o país hoje tem uma das mais elevadas taxas de urbanização mundial. Atualmente, segundo o IBGE (2010) 84,4% da população brasileira reside nas cidades. O processo de urbanização no país teve início no século XX, a partir do processo de industrialização, que funcionou como um dos principais fatores para o deslocamento da população da área rural em direção a área urbana. Além da industrialização, também esteve associado a esse deslocamento campo-cidade, dois outros fatores, como a concentração fundiária e a mecanização do campo.

Gráfico 9 – Taxa de crescimento da população urbana no Brasil



Fonte: Dados sistematizados pela autora, com base em dados do IBGE (2010).

A urbanização brasileira deriva dos reflexos tardios da Revolução Industrial no continente europeu. A transição para o modelo de produção industrial possui peculiaridades em relação às experiências dos países centrais do capitalismo, marcadas sobretudo pela herança colonial e escravagista. No Brasil, o processo de expansão do capitalismo não seguiu o modelo de revolução burguesa clássica, a mudança das classes proprietário-rural pelas novas classes burguesas empresário-industriais não resultou de processos de ruptura. Se no centro do capitalismo a existência dessa primeira impedia a emergência da segunda, no Brasil as classes proprietário-rurais mantiveram o controle das relações externas da economia para a reprodução do capital do tipo primário-exportador. (OLIVEIRA, 2013)

A criação de um pacto estrutural que permitiu preservar modos de acumulação distintos entre os setores da economia, não impediu que se estabelecesse uma correlação de forças entre as elites urbanas e agrárias na disputa econômica e política do país, resultando em significativas transformações societárias. A exemplo do elemento estrutural do modo de produção escravista, condição que se impôs como obstáculo ao processo de industrialização. Nas economias centrais, a industrialização absorveu “periferia” de relações de produção, enquanto no Brasil foi necessário criar uma “periferia. A crise na disponibilidade de força produtiva mobilizou a mudança do padrão escravocrata.

A primeira forma de privatização das terras no Brasil se deu por meio da invasão das terras comuns indígenas pela aristocracia portuguesa, no período colonial. O território foi distribuído aos invasores europeus por meio das sesmarias, concessões reais dadas somente para aqueles que possuíssem recursos necessários para explorá-las. Aos demais, o acesso à terra foi caracterizado por ciclos sucessivos de ocupação e expulsão (HOLSTON, 2013).

A contradição que permeia a emergência do trabalho livre se expressa na transformação das relações de produção como meio para preservar a economia colonial de exportação, isto é, para preservar o padrão de realização do capitalismo no Brasil, que se definia pela subordinação da produção ao comércio. Tratava-se de mudar para manter. (MARTINS, 2010, p. 28).

A inserção do país em uma outra ordem econômica, exigiu a criação de um novo marco legal. Destaca-se nesse cenário, a Lei número nº 601 de 1850,

conhecida como a Lei de Terras, que versa sobre as terras devolutas³⁸. Em seu artigo primeiro, proíbe a aquisição de terras devolutas por outro título que não seja a compra, estabelecendo a propriedade privada da terra no Brasil. A lei garantia nos artigos 4º e 5º, aos detentores de terras advindas de concessões de sesmarias³⁹ da colônia portuguesa o título da terra, impondo pequenas condicionalidades. Além dessas concessões, a outra forma histórica de ocupação de terras no país ocorria mediante a posse. Para os já instalados posseiros, a lei não previu nenhuma ressalva ou condicionalidade, lançando-os à condição marginal. Pode-se dizer que os pequenos posseiros estão na origem do campesinato brasileiro.

Essa representação (e função) do Estado é parte de uma herança colonial. O colonizador flibusteiro foi sucedido por uma burguesia compradora e ambos se aninham na mentalidade mercantil-especulativa dos manipuladores dos grandes e médios capitais, nacionais e estrangeiros. O Estado não possui como um dos seus princípios a função acumulativa. Ele é o principal agente de acumulação primitiva, quer transferindo renda da coletividade para o setor privado, quer gerando e distribuindo privilégios em si e por si capitalistas, com a maior generosidade, sem distinguir entre o “nacional” e “os gringos. (FERNANDES, 1989, p. 56).

Entre a extinção das sesmarias em 1822, e a Lei de Terras de 1850, a posse se tornou a única forma de reivindicação de terras reconhecida pela lei. A partir daí, invasores da elite passaram a reivindicar posses de “dimensões colossais”, ainda maiores que as sesmarias, consagrando a usurpação como a estratégia fundamental de aquisição de terras no Brasil (HOLSTON, 2013, p. 168).

A privatização da terra, vinculou sua aquisição à mediação mercantil da compra e da venda, suprimindo, na prática, a legitimidade da ocupação pela posse. A aquisição condicionada exclusivamente a compra definiu o perfil dos proprietários no Brasil, econômica e socialmente. Por um lado, o acesso ficou restrito aos indivíduos que dispunham de poder aquisitivo para adquirir indiscriminadamente largas extensões de terras “livres”. Por outro, a legislação já antevendo as mudanças sociais com o anúncio do fim da escravidão, estabeleceu mecanismos para vedar o acesso aos imigrantes “espontâneos”, atraídos aos milhões da Europa entre os anos 1875 e 1930, como meio de garantir a disponibilidade de mão de obra nas lavouras.

³⁸ A Lei nº 601, no seu art. 3º, define como terras devolutas aquelas que não tiverem uso público nacional, provincial ou municipal.

³⁹ A Coroa portuguesa detinha a posse da terra, cedendo-se aos ocupantes a concessão de uso com direito a herança. Nesse modelo inexistia a propriedade privada da terra, apenas a sua concessão.

A centralidade do cerceamento ao acesso à terra compõe a formação oligárquico patrimonialista brasileira. A Lei de Terras simboliza “a mercantilização da terra no país, demarcando a propriedade privada excludente de um meio essencial de produção, condição para o desenvolvimento do capitalismo industrial” (BEZERRA; SANTANA; CRUZ; DINIZ; PEREIRA, 2018, P. 74).

A instituição da propriedade privada da terra, “capitalizou a terra como “novo patrimônio” dos fazendeiros e preparou as bases para a substituição do escravo como principal patrimônio” A retomada do marco principal da instituição da propriedade privada da terra no país (Lei de Terras) é necessária para compreender que a disputa travada no tempo presente é oriunda de uma determinação histórica fundamental da questão agrária, urbana e ambiental (CARDOSO, 2018). E além, a recuperação dessas raízes permitem compreender como que a partir da instituição do trabalho livre⁴⁰ as determinações de raça afetaram as determinações de classes.

A renda territorial surge da metamorfose da renda capitalizada na pessoa do escravo; surge, portanto, como forma de capital tributário do comércio e não do traficante, como aquisição do direito de exploração da força de trabalho, em oposição ao direito de propriedade sobre a pessoa do trabalhador. A propriedade do escravo se transfigura em propriedade da terra como meio para extorquir trabalho do trabalhador e não para dele extorquir renda em trabalho e produto. A renda territorial capitalizada não se constitui como instrumento de ócio, mas instrumento de negócio. Engendra, portanto, um capitalista que personifica o capital produtivo subjugado pelo comércio, a produção cativa da circulação. (MARTINS, 2010, p. 49).

A concentração da propriedade agravou o distanciamento social entre aos mais pobres e os mais ricos. O caráter excludente da Lei de Terras teve como uma das principais consequências o impedimento da formação de um campesinato com base na pequena produção. Aos índios, índias, negros e negras, além do impedimento ao acesso à propriedade, somou-se o impedimento do exercício das atividades tipicamente urbanas – que exigiam algum grau de instrução. Essas barreiras foram impostas como meio de garantir mão de obra de reserva para as atividades que exigiam trabalho intensivo.

⁴⁰ A abolição da escravatura não pode ser considerada em si fator de acumulação primitiva, uma vez que essa não foi responsável pela alienação dos meios de produção desses trabalhadores, essa separação se deu com a própria escravidão. O que a libertação dos escravos produziu foi uma sobreposição à primeira manifestação de alienação, a separação entre o trabalhador e sua força de trabalho. (MARTINS, 2010).

A forma como se consolidou o fim do modelo escravista agrário no país repercutiu na marginalização da população negra. Despossuídos de qualquer propriedade de terra e despojados de qualquer direito, aos trabalhadores recém libertos restou a migração para as cidades, em especial as portuárias, que ofereciam alguma oportunidade de trabalho onde não era exigida escolarização⁴¹. Nas cidades, passaram a ocupar os já saturados -por uma classe trabalhadora em formação- cortiços nas regiões centrais além das áreas de morros em regiões afastadas, processo conhecido como favelização.

Mais do que a emancipação do negro cativo para reintegrá-lo como homem livre na economia de exportação, a abolição o descartou e minimizou, reintegrando-o residual e marginalmente na nova economia capitalista que resultou do fim da escravidão. O resultado não foi apenas a transformação do trabalho, mas também a substituição do trabalhador, a troca de um trabalhador por outro. O capital se emancipou, e não o homem. (MARTINS, 2010, p. 38)

À falta de acesso às terras e aos processos de modernização no campo atribui-se o movimento de migração para as cidades no país. Contudo, o desenvolvimento industrial brasileiro foi produzido sob uma base de acumulação restrita, já que a agricultura estava fundada na acumulação primitiva. Antes de 1930 não havia nem o acúmulo necessário para a devida expansão industrial, tampouco as bases para a implantação de uma infraestrutura urbana minimamente adequada para receber o contingente populacional que se deslocava do campo. Ainda que a trajetória das cidades brasileiras anteceda o processo de industrialização, é possível afirmar que até 1920, com exceção do Rio de Janeiro, possuíam estruturas precárias.

O ciclo de café foi responsável por um acúmulo de capital suficiente para o investimento na indústria têxtil nacional, ampliando as expectativas de alternativas de trabalho -diretos e indiretos- nas cidades. Formou-se assim um imenso exército de reserva para as fábricas e também para as insuficientes e precárias estruturas urbanas. Contudo, a industrialização tardia -ou dependente- acabou por “queimar” algumas etapas de acumulação sob a forma de tecnologia. No cenário nacional não

⁴¹ No Brasil, até 1888 a população negra foi privada do direito de estudar. A Constituição de 1824 ditava que a escola era um direito de todos os cidadãos, o que não incluía os escravos. A cidadania se estendia aos portugueses, filhos de portugueses e libertos. Os direitos dos "livres", contudo, estavam condicionados a ter rendimentos, posses. Entre a Constituição de 1824 e a de 1891 o sistema de escolas públicas voltava-se aos pobres e livres nascidos no Brasil, mantendo à exclusão aos negros nascidos na África.

houve a necessidade de aguardar a elevação do custo da força de trabalho para a implantação de tecnologias, afastando desde sua origem os rendimentos do capital em relação aos de trabalho, bem como reduzindo a participação da indústria na oferta de emprego.

A expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução das relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para fins de expansão do próprio novo. (OLIVEIRA, 2013, p. 60)

A necessidade de morar da classe trabalhadora recém-chegada é submetida à desigual forma de apropriação do solo (nesse caso o urbano). Assim, a satisfação dessa necessidade foi sendo suprida por meio de arranjos, locações, ocupação de edificações ociosas ou autoconstrução em áreas não ocupadas. Desta forma se conforma historicamente a periferia urbana, espaço de residência da ampla maioria da classe trabalhadora, constituída por pequenas casas construídas em pequenos lotes, localizadas em vastas áreas, geralmente distantes das zonas abastecidas de infraestrutura urbana das grandes cidades.

O Estado brasileiro predominantemente liberal até a década de 1930, manteve apenas um tipo de relação com o espaço onde se aglomerava a classe trabalhadora, o território popular: medidas repressivas via legislação sanitária e ação policial. As condições de moradia no processo de urbanização brasileiro sempre estiveram condicionadas exclusivamente às regras do mercado. Assim surgem as distintas soluções habitacionais, tanto por seu porte, relação fundiária, como na sua localização territorial.

Cortiço, moradia operária por excelência, sequência de pequenas moradias ou cômodos insalubres ao longo de um corredor, sem instalações hidráulicas, aos palacetes padronizados produzidos em série para uma classe média que se enriquecia, passando por soluções pobres mas decentes de casas germinadas em viças ou ruas particulares que perfuravam quarteirões para aumentar o aproveitamento de um solo caro e disputado pela intensa especulação imobiliária. (BONDUKI, 1994, p. 713).

No debate acerca do enfrentamento da questão urbana e habitacional, o Estado é agente de mediação dos conflitos gerados pelos distintos interesses em disputa na ocupação do solo urbano. Quando tensionado pela classe trabalhadora,

pode atenuar as desigualdades desencadeadas pelos interesses mercadológicos da cidade. De outra forma, em atendimento às demandas dos interesses especulativos, assume uma intervenção seletiva, voltada à expulsão direta ou indireta das camadas mais empobrecidas das populações das áreas urbanizadas.

Destaca-se desta forma, o papel central do Estado no processo de produção das cidades, por meio dos instrumentos decisórios e regulatórios da vida urbana, interferindo diretamente na configuração dos territórios urbanos. É o poder público que define (direta ou indiretamente) como os grupos sociais ocuparão os espaços. A contar pelo cenário das cidades brasileiras, pode-se inferir que esse agente tem operado predominantemente para o atendimento dos interesses de mercado, em detrimento das necessidades sociais.

A segregação urbana não é um status quo inalterável, mas sim uma guerra social incessante na qual o Estado intervém regularmente em nome do “progresso”, do “embelezamento” e até da “justiça social para os pobres” para redesenhar as fronteiras espaciais em prol de proprietários de terrenos, investidores estrangeiros, a elite e suas casas próprias e trabalhadores de classe média. (DAVIS, 2006, p. 105).

Nesse sentido, o agravamento da questão habitacional possui intrínseca relação com o processo urbanização. As cidades cresceram como meio de atender as necessidades de acumulação da economia industrial e de serviços, processo intensificado a partir da década de 1930. A concentração populacional nos grandes centros urbanos, gerada pelo movimento migratório do campo para a cidade, ocorreu de forma acelerada, desprovida de planejamento urbano e de políticas habitacionais para a população de baixa renda, originando o fenômeno da informalidade urbana.

A crise com as relações comerciais externas que mantinham o modelo primário-exportador foi responsável pela criação de alternativas que substituíssem a dependência de importação, criando fontes internas de acumulação. O exército industrial de reserva não absorvido pela indústria gerou um perfil de cidade com forte apelo ao desenvolvimento do setor terciário e da economia informal.

O Estado foi convocado a ampliar a forma de intervenção nas relações sociais estabelecidas no cenário urbano, responsabilizando-se pela regulamentação das leis trabalhistas, “favorecendo as relações entre capital e trabalho na organização do mercado de trabalho”. (PINTO, 2004, p. 101). Da mesma forma, teve significativo

papel na expansão industrial, incentivando a criação de empresas estatais brasileiras. Dentre essas, Companhia Vale do Rio Doce – atuante no campo de mineração, criada em 1942; Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) – atuante na área de siderurgia, criada em 1940; Fábrica Nacional de Álcalis – atuante no setor químico, criada em 1943; Fábrica Nacional de Motores – atuante na área de mecânica pesada, criada também em 1943.

As sociedades de origem colonial, enfrentam em particular, tradições insuperáveis, constantemente reproduzidas, reforçadas e recicladas. O colono ou “conquistador” apegar-se à mais aguda mentalidade do assaltante, protegido pelo código de honra de seus pares e pelas “leis” impostas com as armas e o poder das nações que representa. São suas garras. Recebe dos reis a condição de “grande” e na órbita de sua grandeza pode praticar as maiores atrocidades, com a bênção de Deus e o reconhecimento dos soberanos. Tala os nativos, suas terras, suas mulheres; pilha suas riquezas e os bens naturais. Enquanto isso difunde a “civilização” e torna-se herói. (FERNANDES, 1989, p.263).

Para garantir a manutenção dessa força de trabalho, necessária para o desenvolvimento do processo de industrialização do país, emergem as primeiras intervenções estatais na questão habitacional. Segundo Bonduki (2011), essa prática intervencionista do Estado foi uma estratégia do governo Vargas, na década de 1940, para o fortalecimento de uma sociedade de cunho urbano-industrial. Essa medida, contudo, resulta de um intenso consenso com a elite brasileira. O projeto nacional-desenvolvimentista centralizava-se em dois aspectos principais: primeiro, que a habitação deveria fazer parte da cadeia produtiva, pois, geraria desenvolvimento econômico e seria uma grande estratégia de industrialização para o país e, em segundo, que seria vista como formação ideológica, política e moral do trabalhador.

Em resumo, durante quase vinte anos de intensa urbanização e de agravamento do problema da moradia, sucessivos governos revelaram-se incapazes de formular uma proposta para atender ao leque cada vez mais diversificado de necessidades habitacionais do país. A trajetória da Fundação da Casa Popular e, de maneira geral, a produção estatal de moradias, mostram que, no Brasil, a questão nunca esteve no centro das preocupações dos governos populistas. (BONDUKI, 2011, p. 125).

Com a intensificação da expansão industrial, deu-se o processo de urbanização em larga escala. As cidades são a sede da economia industrial, o crescimento urbano opera como contrapartida da desruralização do produto, “quanto

menor a ponderação das atividades agrícolas no produto, tanto maior a taxa de urbanização” (OLIVEIRA, 2013, p. 58).

Enfim, a modernidade não chegou à europeia. Ela veio como uma avalanche, típica da periferia. O sonho de “desenvolvimento com segurança” conduziu ao seu avesso. (...) O sintoma mais ostensivo e perigoso do que acontece reponta nas oscilações das massas, que buscam heróis populistas e saltam de galho em galho, a cada eleição. Elas não são um termômetro de que os de cima detem o “controle do poder e da sociedade”. Ao inverso, são um índice de que milhões de humildes, oprimidos e espoliados estão desorientados e aceitam “qualquer coisa” para sair do atoleiro”. (FERNANDES, 1989, p.21).

A urbanização brasileira pautou-se na racionalidade moderna excludente, promovendo acessos desiguais aos bens produzidos nas cidades. As reformas urbanas realizadas a partir do início do século XX lançaram as bases de um urbanismo moderno à moda periférica. (MARICATO, 2011). Os investimentos públicos em projetos urbanísticos direcionados exclusivamente em regiões ocupadas pelas elites urbanas. Estabelece-se assim a segregação socioespacial caracterizada pela periferização da pobreza.

Em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações brutais, desarraigadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação das escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos, a substituição rápida e brutal, o triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é o instrumento da busca da ascensão social. Em lugar do cidadão formou-se o consumidor, que aceita ser chamado de usuário. (SANTOS, 2012, p. 25).

Entre as décadas de 1940 e 1980, o crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro se manteve entre os maiores níveis mundiais no período, acima de 7% ao ano. Evidente que a riqueza gerada não foi socialmente distribuída, gerando altos índices de concentração de renda. Mas o alto nível de crescimento econômico em alguma medida influenciou na melhoria das condições de vida da população, sobretudo nas cidades.

A partir dos anos 1980, com a reestruturação do processo de acumulação do capital globalizado, o endividamento internacional, o aumento da inflação, a revolução tecnológica, crise do petróleo, o desemprego e a redução nas taxas de

lucro, representam o conjunto de fatores que deflagram uma grande crise econômica de dimensão generalizada nos países de economia central. A situação de crise aciona o traço mais conservador da sociedade burguesa, via retomada do ideário liberal, sob um novo-velho signo, o neoliberalismo.

(...) a resultante geral do giro ocorrente nos anos 1970-1980 constituiu uma impressionante onda conservadora, subjacente ao que foi chamado de “ofensiva neoliberal”, que, se afetou diretamente a intelectualidade, foi ainda mais impactante para as massas nas sociedades ocidentais (...). Num período de poucos anos, um mundo que parecia rumar para a “esquerda” navegou decididamente à “direita”: o pensamento conservador ganhou um fôlego aparentemente assombroso. (ESCORSSIM, p. 16, 2011).

Se por um lado os ciclos prósperos do capital não são democraticamente distribuídos entre os países centrais e periféricos, por outro, os efeitos da crise são sempre compartilhados. No Brasil, a partir das décadas de 1980 e 1990, vivenciou-se um período de forte recessão, a crise econômica associada à chegada do paradigma neoliberal resultou no enxugamento dos investimentos públicos em saneamento e políticas urbanas. O país vivencia pela primeira vez uma concentração da pobreza urbana. É nesse mesmo período que o fenômeno da violência urbana se instala no cotidiano das grandes cidades. Mas a “tragédia urbana brasileira” não é fruto dessas últimas décadas. Ao recuperar as raízes do problema da questão fundiária no Brasil, identifica-se que morar ilegalmente nunca resultou de uma escolha da classe trabalhadora, trata-se da única alternativa apresentada pelo modo como se processou a configuração histórica de acesso às terras. E mais, dessa relação original resultou também a determinação do perfil da população periférica brasileira.

Conforme Maricato (2016), a partir de análise do mapa racial do município de São Paulo, a localização onde se concentra a população negra nas cidades, também se observa uma concentração de famílias monoparentais, chefiadas por mulheres com crianças e adolescentes. Segundo a autora, “o tempo que as pessoas levam para chegar ao trabalho e ao estudo é expressão de que as instituições históricas de Casa-Grande e Senzala – clássico de Gilberto Freyre sobre a antropologia da desigualdade no País – estão mais vivas do que nunca” (MARICATO, 2016, p. 1).

2.4 “AS VITRINES TE VENDENDO PASSAR”: A ERA DAS FINANÇAS E A MERCADORIZAÇÃO DA VIDA URBANA

O espaço produzido ao longo da história recente é marcado pelas relações capitalistas, com base na divisão do trabalho e na propriedade privada, o que determina uma realidade marcada por fortes conflitos e contradições entre os antagônicos interesses das classes sociais. A situação de barbárie vivenciada no cotidiano dos centros urbanos não corresponde a uma característica constitutiva da natureza humana, se na contemporaneidade a noção de essência humana apresentada por Hobbes de “homem lobo do próprio homem” parece elucidar todas as formas de relações, esse fato se deve antes ao estímulo do individualismo e competição, promovido por um sistema de produção que necessita internalizar esses princípios ideológicos como meio de disciplinar e desarticular a força de trabalho. Na esfera econômica, a fragmentação absoluta do processo de trabalho reflete a alienação inscrita no modo de produção, não apenas como sua face subjetiva, mas como processo objetivo.

Se, paradoxalmente, o trabalhador contemporâneo, enquanto trabalhador individual, se reconhece no produto imediato, é porque não pode reconhecer-se como trabalhador coletivo como efetivamente é, pois não só lhe escapa a realidade da classe, mas sobretudo lhe escapa o significado global do processo produtivo como valorização e o significado parcial desse mesmo processo enquanto decisão e controle do capitalista e seus gerentes. À universalidade abstrata do processo de trabalho acrescenta-se a universalidade abstrata da Organização. (CHAUI, 2014, p. 178).

Historicamente a manutenção da ordem burguesa foi garantida por distintos mecanismos de controle, do domínio coercitivo à manipulação ideológica, orientados ao ocultamento das contradições da sociedade capitalista e combate dos segmentos que representam alguma ameaça à reprodução desse modo de produção, a exemplo da organização da classe trabalhadora. Nessa relação, o Estado assume posição central, ora como agente executor desses mecanismos de controle, ora como mediador entre os interesses das classes em disputa na sociedade capitalista. Mas a história deflagra que não se trata de um mediador neutro, ainda que quando tensionado pela classe trabalhadora possa assumir a função de viabilizador da ampliação de direitos sociais e políticos, tais concessões dificilmente ultrapassam os limites dos interesses do capital, em alguma medida são ações funcionais à sua necessidade de reprodução.

O acesso à terra, seja ela urbana ou rural, é uma luta histórica presente nos distintos modelos sociais de produção. A crise da metrópole industrial foi, por conseguinte, a crise da transformação da sociedade burguesa capitalista que concentrou nos espaços de poder a classe trabalhadora, ocasionando um crescimento descontrolado das grandes cidades. O processo de industrialização fez com que a cidade deixasse de ser território exclusivo das classes dominantes, transformando a cidade no espaço onde se expressam as contradições do processo de reprodução do capital. O modo de produção capitalista se revolucionou, transformando a realidade dos centros urbanos. E na e pela cidade a natureza cede lugar para uma segunda natureza. A cidade atravessa assim os distintos modos de produção, no modo de produção capitalista a “cidade se torna, em lugar da terra, o grande laboratório das forças sociais” (LEFEBVRE, 1999, p. 96).

As cidades contemporâneas se constituem em palco das relações capitalistas, dessa forma incorporam na sua paisagem e cotidiano as transformações e metamorfoses promovidos por esse modo de produção. As cidades adaptadas à reestruturação produtiva reproduzem projetos urbanísticos para um território hostil, árido, aparentemente sem conflitos ou contradições. As paisagens refletem a sociedade capitalista por sua condição homogeneizadoras, fragmentadas e hierarquizadas, características que compõe um complexo de estranhamentos, onde o “espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos”. (SANTOS, 2012, p. 59). As novas formas para responder às necessidades do mercado tornam-se mais rígidas, do ponto de vista material e funcional. É a cidade fetiche. É a cidade do capital.

Nas últimas décadas, a reestruturação produtiva estimulada pela queda do ciclo expansivo do capital a partir dos anos 1970, provocou profundas transformações nos arranjos sociais, “quer no plano econômico-objetivo da produção / reprodução das classes e suas relações, quer no plano ideo-subjetivo do reconhecimento de pertença de classe” (RIBEIRO, 2014, p. 108). A ascensão da acumulação flexível e reestruturação produtiva impactam nas relações de trabalho. A passagem de uma economia baseada na indústria para outra, ligada aos serviços, modifica os espaços, as formas de exploração entre o capital-trabalho e, conseqüentemente, transforma o modo de vida da sociedade contemporânea.

A criação de um novo ciclo de compressão tempo-espaco na economia vai impulsionar o movimento de virada cultural identificada com a superaço da modernidade, uma nova perspectiva ideológica pautada no fragmento, no efêmero, no descontínuo que “fortalecem a alienaço e a reificaço do presente, descaracterizando os nexos ontológicos que compõe a realidade social e tolhendo cada vez mais a compreensào totalizante da vida social” (RIBEIRO, 2014, p. 109).

É nessa perspectiva que as abordagens pós-modernas caracterizam-se pela total aceitaço do efêmero, do fragmentário, do descontínuo, sem querer transcendê-lo ou opor-se a ele, “o pós-modernismo nada, e até se esponja, nas fragmentárias e caóticas correntes da mudança, como se isso fosse tudo o que existisse” (HARVEY, 2012a, p. 49). As retraçoões das conquistas da classe trabalhadora retomam o status de inevitáveis, como meio de garantia de progresso/desenvolvimento, ou, necessárias à superaço dos ciclos de crise do capital. Diante da necessidade de revolucionamento dos seus meios de produço, a ordem burguesa não se furta em utilizar velhas estratégias sob novos signos para conservar seu domínio.

O enfraquecimento da classe trabalhadora como sujeito político real; o esvaziamento progressivo do exercício da cidadania; a substituiço quase total de um processo de solidariedade espontânea por um processo de solidariedade mecânica emanada do Estado; a perda de visibilidade dos valores essenciais ao desenvolvimento do homem enquanto ser singular e social e, com eles, a perda de referência para a transformaço social (CARVALHO, 2012, p. 35).

É possível identificar a correlaço entre as noçoões de mercadoria, trabalho e cidade a partir da mistificaço, alienaço e fetichismo. Se a mercadoria é fetichizada porque esconde as relaçoões sociais, se o trabalho é tornado mercadoria a partir da troca por salário, camuflando as contradiçoões entre o capital e o trabalho, o mesmo processo ocorre com as cidades. As relaçoões entre a humanidade e a cidade, no momento que essa deixa de ser obra e se torna produto, são marcadas pelos mesmos processos de estranhamento no âmbito das relaçoões de dominaço, escondendo os processos de apropriaço quando “a lógica do privado ganha primazia sobre a dimensào do público” (ARAGÃO, 2015, p. 197).

Como força propulsora da ordem capitalista e de seu processo de reproduço, todo sistema de crédito, ao permitir manter separados os atos de compra e venda, estimula a especulaço sem limites. O valor de

mercado dos papéis de crédito é, em parte, especulativo, pois não é determinado apenas pela receita real, mas pela receita esperada, calculada por antecipação. (IAMAMOTO, 2010, p. 97)

A última grande crise do capital eclodiu no ano de 2008, teve como gatilho a popularmente chamada “bolha imobiliária” norte-americana. A relação entre aumento dos valores dos imóveis aliada às baixas taxas de juros praticados no mercado dos Estados Unidos mobilizou as famílias norte-americanas a uma sucessão de contratos hipotecários, como alternativa de complementação de renda familiar. Massivamente as Instituições de Crédito passaram a conceder empréstimos de alto risco, contando com a artificial valorização contínua dos imóveis, aumentando, por consequência, a dependência econômica em relação ao mercado imobiliário.

A fragilidade da dependência econômica no sistema de créditos foi deflagrada a partir da inversão da relação “oferta x procura” dos imóveis no mercado imobiliário. O resultado foi uma queda abrupta no preço dos imóveis que ocasionou um “efeito dominó” de relevante proporção na sociedade americana. Em linhas gerais, a desvalorização dos imóveis impactou nos valores pagos nas hipotecas e, sem a renda dessas transações, muitas famílias perderam sua capacidade de sanar as dívidas dos financiamentos adquiridos, resultando em uma inadimplência generalizada dos contratos levou a insolvência das instituições de crédito.

O colapso do sistema de crédito pôs em xeque a imunidade da potência capitalista na sua capacidade de autorregulação. Os indícios da iminência da crise foram sentidos ainda em 2007, com os crescentes índices de despejos das famílias de baixa renda norte-americanas, as primeiras a sofrer o impacto da instabilidade do mercado imobiliário. A crise que parecia virtual se materializa na impossibilidade de garantia da necessidade mais elementar, dentro do espaço de abrigo mais íntimo, a manutenção da moradia.

A construção de espaços, bem como a criação de uma morada segura chamada casa e lar, tem um impacto tanto na terra, quanto na acumulação do capital, e a produção de tais lugares se torna um grande veículo para a produção e absorção do excedente. A produção do “urbano”, onde a maioria da população mundial em crescimento agora vive, tornou-se ao longo do tempo mais estreitamente ligada à acumulação do capital, até o ponto em que é difícil distinguir uma da outra. (HARVEY, 2012, p. 122).

A real proporção dos efeitos do esgotamento do sistema de hipotecas só teve visibilidade como crise sistêmica quando atingiu as grandes corporações

capitalistas, assumindo status de crise global. Como consequência imediata “a construção de habitações cessou, a demanda efetiva implodiu, as vendas no varejo caíram, o desemprego aumentou e lojas e fábricas fecharam” (HARVEY, 2012, p. 13) nos Estados Unidos e países da Europa. Em resposta aos efeitos da crise, o Estado foi convocado a intervir na recuperação da segurança do sistema financeiro e, como meio de compensar os recursos destinados ao mercado financeiro, passou adotar medidas austeras com a retração do repasse para o financiamento de serviços públicos.

A desregulamentação da movimentação financeira aumentou, contraditoriamente, a necessidade da intervenção do Estado para estabilizar a anarquia do mercado e contribuir para a superação das crises dos sistemas financeiros e das empresas, com recursos oriundos das mais diversas fontes, em especial dos contribuintes, inclusive os de baixa renda. Assim o Estado continua forte, o que muda é a direção socioeconômica da atividade e da intervenção estatal, estabelecendo novas regras para governar a favor do grande capital. (IAMAMOTO, 2010, p. 123).

Os efeitos da última crise do capital ocorrida a partir de 2008 ainda são mundialmente sentidos em maior ou menor escala, dependendo do nível de dependência das economias em relação ao mercado de créditos. Entretanto, a interdependência do mercado globalizado, mobilizou – e mobiliza internacionalmente esforços múltiplos no socorro da recuperação da capacidade financeira estadunidense, pois dela os demais países dependem direta ou indiretamente, para a manutenção da sua própria estabilidade econômica.

Apesar da proporção dos impactos da crise, não há muitos elementos inéditos no fenômeno, nem no que se refere à sistemática das crises do capital, nem na sua estreita relação com o desenvolvimento urbano e o mercado imobiliário. Acrescenta-se ainda o também já conhecido impacto social devastador na vida da classe trabalhadora. O ônus das crises geradas pelo capital é distribuído de forma geográfica e socialmente desigual. São essencialmente os mais pobres que sentem com mais intensidade e por mais longos períodos os efeitos das crises. A desigualdade geográfica é necessária para a mobilidade da produção do capital como condição para um novo ciclo de acumulação do capital começar.

A produção do espaço em geral e da urbanização em particular tornou-se um grande negócio no capitalismo. É um dos principais meios de absorver o excesso de capital. Uma proporção significativa da força de trabalho total global é empregada na construção e manutenção do ambiente edificado.

Grandes quantidades de capitais associados, geralmente mobilizados sob forma de empréstimos a longo prazo, são postos em movimento no processo de desenvolvimento urbano. Esses investimentos, muitas vezes alimentados pelo endividamento, tornam-se o epicentro de formação de crises. (HARVEY, 2012, p.137).

É possível afirmar que os processos de urbanização e a divisão de classes sempre andaram juntas. As cidades, desde sua origem, dependeram de disponibilidade de alimentos e trabalho excedente. A sociedade sob o modo de produção capitalista pressupõe a divisão em classes sociais e a produção contínua de excedentes, o que significa dizer que é uma sociedade que produz permanentemente as condições para que a urbanização ocorra.

As diferentes fases do capitalismo incidiram diretamente no modo de vida urbano. De uma forma geral, a produção de excedente de capital e de mão-de-obra, historicamente buscaram solução nos processos de urbanização, com destaque no investimento em infraestrutura urbana. Até meados do século XX, a transformação das paisagens promovidas por esses processos, diferenciam-se no tempo e no espaço, motivadas por uma industrialização que se configurou a partir da concentração do capital em zonas econômicas especiais. A partir da década de 1970, contudo, as transformações assumem escala global, com a mobilidade irrestrita do capital para os locais com maior potencial de absorção de excedentes e reinvestimento dos lucros, promovendo uma veloz capacidade expansionista, homogeneizando as paisagens simultaneamente.

O mercado global, entendido como internacionalização da economia capitalista, gera interdependência econômica entre as nações, essa relação atinge as esferas mais complexas dos arranjos sociais. A sociedade global resulta na erosão da autonomia dos Estados nacionais, especialmente nos países de economia periférica, com a importação de modelos culturais e políticos hegemônicos, reproduzidos em todas as esferas da vida social. A subordinação ao mercado global orienta o papel do Estado à centralizar suas ações no suporte à expansão das lógicas monetaristas em detrimento do desmonte dos sistemas de proteção social. Em outras palavras, o capital fetiche subordina a sociabilidade humana às coisas, promovendo desenvolvimento econômico nos limites da barbárie social.

A mundialização da economia está ancorada nos grupos industriais transnacionais, resultantes de processos de fusões e aquisições de empresas em um contexto de desregulamentação e liberalização da economia. Esses grupos assumem forma cada vez mais concentradas e centralizadas do capital industrial e se encontram no centro da acumulação. As empresas industriais associam-se às instituições financeiras que passam a comandar o conjunto da acumulação, configurando um modo específico de dominação social e política do capitalismo, com o suporte dos Estados Nacionais. (IAMAMOTO, 2010, p. 108).

O modo de produção capitalista contemporâneo é fruto da fusão entre o capital industrial e o bancário, dando origem ao capital financeiro. A gestão desses monopólios, “converte-se em dominação da oligarquia financeira, que tende a crescer com os lucros excepcionais, os empréstimos estatais, a especulação com terras, dentre outros mecanismos.” (IAMAMOTO, 2010, p. 101). Nessa etapa do desenvolvimento capitalista, o capital industrial perde espaço para o capital financeiro e a sua tendência às crises são mediadas pelo Estado. É o período da mundialização do capital sob a hegemonia das finanças.

O capital sem fronteiras se desloca conforme a conveniência e, nesse sentido, os territórios compõe uma vitrine de ofertas para acomodar as cadeias produtivas globais. Nessa acirrada concorrência, os Estados renunciam a suas funções de regulação e proteção social, recorrendo à redução de cargas tributárias e flexibilização das relações trabalhistas. Instaladas, as corporações intimidam o mercado interno e passam a orientar a dinâmica da vida econômica e social de determinado local. Novas hierarquias urbanas se constituem nesse cenário onde estar habilitado para o mercado global pressupõe, entre outras coisas, ceder à retração dos direitos sociais. As adequações do tecido urbano aos interesses financeiros resultam num “ciclo predatório em que o lucro vive do antiplanejamento”, em que o principal agente financiador é o Estado (WISNIK, 2009, p. 110). A gestão urbana passa a ser orientada no sentido de criar um ambiente favorável aos negócios, visando à atração de capital para as cidades.

A serviço de grandes empresas privadas, o território nacional conhece, em certos lugares, uma adequação técnica e política que permite a tais empresas uma produtividade e um lucro maiores. Em última análise, trata-se da racionalidade privada obtida com recursos públicos. Em outras palavras, tal racionalidade representa sempre uma drenagem de recursos sociais para a esfera do setor privado. (SANTOS; SILVEIRA, 2012, p. 306).

Os espaços passam a servir aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados às novas correntes mundiais. “O meio técnico-científico-informacional é a aparência geográfica da globalização” (SANTOS, 2012a, p. 239). O que hoje se denomina aldeia global é um mito que propõe o encurtamento de distâncias, onde se difunde a ideia de tempo e espaço contraídos.

Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço de todos os atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado. (SANTOS, 2001, p. 19).

O discurso da inevitabilidade das relações globais para o desenvolvimento urbano, especialmente no que se refere à criação de novos empregos e estímulo da economia local, acaba por legitimar socialmente a chegada dessas grandes corporações. A instalação nos territórios depende, entre outros fatores, de um conjunto de vantagens fiscais e legais fornecidas pelos agentes públicos. Desta forma, a cidade passa por adequações que a habilitam a sediar essas corporações. Essas adaptações e manejos urbanos não são garantias para a permanência desses agentes nas cidades, haja vista que tão logo outro território apresente maiores vantagens, elas migram, tornando obsoletas as intervenções públicas realizadas para a sua chegada. O território, como mercadoria, passa a sofrer das mesmas inseguranças impostas pelo mercado global, sujeito aos processos imprevisíveis de valorização e desvalorização.

As intervenções realizadas atendem ao apelo de adaptação das cidades, com projetos urbanísticos para um território estéril, livre da contradição, revitalizado, disciplinado, de paisagens estetizadas. Sob o domínio exclusivo do mercado, o “[...] espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos.” (SANTOS, 2012, p. 59). As novas formas para responder às necessidades do mercado se tornam mais rígidas, do ponto de vista material e funcional.

O que se vê é cada vez mais a homogeneização das formas urbanas, pois, se tem dado certo em determinada cidade, é preciso seguir esse caminho para atrair os investidores. Assim, assistimos a uma interminável repetição dos mesmos cenários, dos mesmos restaurantes, das mesmas formas de

lazer, das mesmas músicas, das mesmas marcas; aliás é nesse cenário de simulacros, a própria cidade busca transformar-se em uma marca (FERREIRA, 2011, p. 208).

O Estado assume o papel de proteger a cidade moldada aos interesses financeiros, defendendo o cidadão-consumidor-investidor da outra cidade, a cidade desorganizada, antiestética e perigosa: a cidade informal. De uma forma geral, propaga-se a ideia de que os pobres ameaçam as possibilidades de investimentos, a organização e o desenvolvimento urbano. Numa distorção que é funcional aos interesses do capital, combate-se os pobres e não a pobreza. Assim, o risco representado pela presença dos pobres nas cidades é enfrentado por meio de ações excludentes que se legitimam como política urbana. A captura da função social das cidades são expressas por inúmeras intervenções que modificam o cenário urbano, com ruas que se tornam espaço privilegiado para automóveis em detrimento do convívio social, no cercamento dos espaços públicos, com objetivo de selecionar seus visitantes, na construção de condomínios privados, autossuficientes e distantes dos conflitos da cidade, no deslocamento das comunidades ditas irregulares e informais do centro da cidade para a periferia, o mais distante possível dos olhos dos potenciais investidores. A vida urbana se reduz a produzir, investir e consumir na cidade.

As práticas de apartheid urbano se amparam no objetivo, sempre pretendo, de defender o cidadão-consumidor da “barbárie” instaurada pela desintegração do tecido social e das ameaças de não governabilidade da cidade desordenada. Tais ações discricionárias são notoriamente acompanhadas pela violência policial do Estado e das corporações privadas de segurança, com o objetivo de garantir a “civildade” local e privada da cidade. (BARBOSA, 2011, p. 132).

O movimento oscilatório entre períodos de super e subprodução, típicos do processo de mundialização financeira, sinalizou os limites e consequências da expansão dos interesses privados na organização das cidades, mas principalmente, na implicação dessas ações na vida dos cidadãos alheios à estética estéril do espaço urbano. Na última década, as cidades brasileiras experienciaram o aquecimento da economia interna, estimulado pela maior flexibilidade de crédito, investimento em grandes obras viárias, organização dos megaeventos esportivos internacionais, estímulo à construção civil, valorização desproporcional dos imóveis e da terra e dos processos de revitalizações das áreas centrais das grandes cidades.

O crédito é a forma na qual o caráter social da produção capitalista encontra sua mais clara expressão. Contraditoriamente, o crédito, ao mesmo tempo, suprime os obstáculos à valorização e eleva-os à forma mais geral, criando períodos de superprodução e subprodução que se encontram nas raízes das crises do capital. (IAMAMOTO, 2010, p. 99).

No contexto mundial, megaprojetos e megaeventos destacam-se na busca por atratividade no mercado e escondem não somente os interesses pela acumulação de capital, como contém em si questões ideológicas e políticas, “pão e circo é uma fórmula antiga e consagrada de controle social”, o que torna o espetáculo uma potente arma política”. (HARVEY, 1989/2012a, p. 88). Dentre os megaeventos, os esportivos – como a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas – têm especial destaque já que possuem legitimidade histórica e são popularmente ovacionados. Isso valida a disputa entre os países para sediar os eventos, não só pelo status que ocupa o imaginário social, como também como um meio de dispor de recursos financeiros nacionais e internacionais para modernizar a cidade, denominado como “legado”. Nessa disputa, os países e cidades lançam mão de diversas alternativas marcadas por desregulamentação, além de negociação pouco transparentes com os organizadores internacionais (AHLERT, 2017).

Tem-se como o maior legado nesse processo, as legislações criadas para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, em caráter de exceção, que se tornaram permanentes e abriram precedentes ao acirramento das relações de criminalização das manifestações populares, a exemplo, a Lei n. 13.260/2016, conhecida como Lei Antiterror. Outro “grande legado”, foram os inúmeros reassentamentos involuntários realizados sob o argumento de viabilizar obras urbanísticas para adequar as cidades à recepção dos referidos eventos. Segundo AHLERT, (2017) os processos de “deslocamentos involuntários” são ações legítimas do Estado para desocupação de áreas consideradas de risco, ou para execução de obras de interesse público, tendo muitas vezes estreita relação com grandes empresas privadas e com o capital imobiliário. Foram normatizados recentemente e ganharam ênfase com a realização dos megaeventos esportivos, momento em que, somente na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, foram removidas 22.059 famílias entre os anos de 2009 e 2015 (COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2015).

Como experiências de esterilização da paisagem das cidades, os processos de remoção involuntária de famílias de baixa renda, normalmente orientadas ao afastamento dessas famílias de espaços centrais, ou mesmo de espaços que se tornam novas centralidades urbanas – locais dotados de maior infraestrutura e acesso aos bens de consumo coletivo – para áreas periféricas e sem infraestrutura. Mas a estética homogeneizante, a segregação da ocupação de determinados territórios, ou ainda a lógica higienista, não se dá exclusivamente por meio dessas ações, vide as regulações de ocupação do espaço público, por exemplo dos artistas de rua e dos trabalhadores ambulantes.

A escala contemporânea de remoção populacional é imensa: todo ano centenas de milhares, por vezes milhões de pobres – tanto aqueles que têm a posse legal quanto os invasores - são despejados à força dos bairros do Terceiro Mundo. Em consequência, os pobres urbanos são nômades [...] “entraves humanos” (DAVIS, 2006, p. 105-106).

As adaptações da cidade fetichizada ataca os segmentos populacionais que são considerados antiestéticos aos interesses do capital. “Toda a força, toda a subjetividade, são ignoradas sob a forma de uma concepção homogeneizadora do perfil da pobreza.” (KOGA, 2011, p. 275). Nos grandes centros urbanos, além da população em situação de rua, que historicamente esteve marginal ao direito à cidade, observa-se um conjunto de políticas orientadas ao cerceamento das atividades dos trabalhadores informais. Em Porto Alegre, a construção do camelódromo, em 2009, tirou das ruas os vendedores ambulantes, concentrando-os em um “centro comercial popular⁴²” construído para esse fim.

A produção do espaço em geral e da urbanização em particular tornou-se um grande negócio no capitalismo. É um dos principais meios de absorver o excesso de capital. Uma proporção significativa da força de trabalho total global é empregada na construção e manutenção do ambiente edificado. Grandes quantidades de capitais associados, geralmente mobilizados sob forma de empréstimos a longo prazo, são postos em movimento no processo de desenvolvimento urbano. Esses investimentos, muitas vezes alimentados pelo endividamento, tornam-se o epicentro de formação de crises. (HARVEY, 2012, p. 137).

⁴²Em 2009 o poder municipal concentrando os vendedores ambulantes em um prédio -que deveria ter o modelo de um shopping center, mas foi construído por uma empresa especializada em presídios, assemelhando-se mais (estética e estruturalmente) ao segundo. O deslocamento dos vendedores para esse espaço gerou reações controversas na cidade. Para os vendedores, a cobrança de aluguel e a menor visibilidade das mercadorias foi considerada prejuízo. Para parcela da população da cidade, o trânsito de pedestres e circulação de veículos no centro histórico foi desobstaculizado.

Os trabalhadores informais ligados à coleta e triagem de resíduos sólidos⁴³ também viraram alvo das políticas de esterilização da cidade. Diante do esforço das políticas urbanas em rechaçá-los, esse grupo merece um parêntese maior. Trata-se de um continente de trabalhadores e trabalhadoras que trava uma batalha diária na busca de reconhecimento social, pois sua atividade leva o estigma de sua matéria-prima: o lixo. Apesar do discurso massivo envolvendo as questões ambientais, os trabalhadores que executam um elo fundamental na cadeia de reciclagem são vistos como desnecessários na sociedade. A informalidade da atividade que desenvolvem reforça o seu caráter marginal no âmbito das relações sociais que se estabelecem com os demais atores.

Constata-se, portanto, que ainda que esses catadores exerçam uma atividade em princípio formalmente não integrada ao sistema de acumulação capitalista, essa mesma atividade é realizada à base da pura força de trabalho, remunerada a níveis baixíssimos e que transfere permanentemente para as atividades da rede capitalista organizada todo o seu valor financeiro. Em outros termos, o próprio processo do capital cria e recria relações de exploração do trabalho que não são relações tipicamente capitalistas, ocorrendo a apropriação da miséria com o objetivo de torná-la rentável. (GONÇALVES, 2004, p. 15-16).

Estima-se que hoje no Brasil exista mais de 1 milhão de pessoas vivendo da coleta de resíduos sólidos. Os dados do IBGE (2010) apontam para cerca de 3,7 mil trabalhadores atuando nessa área no município de Porto Alegre. Esse grupo de trabalhadores e trabalhadoras tem como marco importante do seu processo organizativo a formação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR⁴⁴ em 1999 e sua fundação em 2001. Trata-se de um movimento de participação e luta dos catadores, orientado por princípios de autogestão, democracia direta, ação direta, independência de classe e solidariedade de classe.

As vias públicas, espaço predominante dos automóveis, expulsa os carrinheiros e carroceiros sob o argumento de melhorar a mobilidade urbana. Esses trabalhadores são “convidados” ao trabalho cooperativado exclusivo de triagem de resíduos, nas ainda insuficientes Unidades de Triagem do município. A aprovação

⁴³A proibição do direito de circulação, através da lei municipal 10.531/2008, que vigora desde o ano de 2015, é um exemplo significativo das atuais dificuldades enfrentadas por essa população.

⁴⁴Informações do Site oficial do MNCR, disponível em: http://www.mncr.org.br/box_2/noticias-regionais/luta-contra-lei-anti-catador-em-porto-alegre-2013-rs.

da proibição da circulação de carrinheiros e carroceiros na cidade mobilizou o MNCR a denunciar e explicar a origem do projeto de lei em apelo à sociedade civil:

A princípio, um projeto lei contra carroças de tração animal, fruto de uma campanha puxada por ong's de proteção animal com apoio da grande mídia, transformou-se em uma lei de extermínio de todos os catadores de Porto Alegre. Na votação da lei os vereadores incluíram emendas proibindo também a circulação de carroças de tração humana revelando então o caráter higienista, de limpeza social, apoiado pela classe média, mídia e burguesia de Porto Alegre. O Movimento Nacional de Catadores solicita a todos as pessoas, entidades e movimentos que apoiam a luta dos catadores, que enviem Moções de apoio à resolução do Ministério Público contra a "lei anti-catador". (MNCR, 2009).

No ano de 2014 o Município de Porto Alegre adotou como medida "compensatória" à nova lei, a oferta de vagas em cursos de reinserção produtiva, quase todas voltadas à atividade informal de "guardador de carros". Como não se trata de objeto de análise dessa pesquisa, não foi realizada uma busca pelos dados dos resultados das medidas do município para inserir os catadores em outras atividades produtivas contudo, tem-se um dado empírico facilmente percebido pelos transeuntes da cidade: o sucesso da extinção de carroças das vias públicas e, para a existência de um importante contingente de trabalhadores que apenas substituiu o instrumento de trabalho o carrinho de triagem, pelo carrinho de supermercado. Para esses trabalhadores o nível de precariedade apenas aumentou. em março de 2017 passou a vigorar a lei de proibição de circulação de carroceiros e carrinheiros.

Sob as oposições espetaculares esconde-se a unidade da miséria. Se formas diversas da mesma alienação se combatem sob a máscara da escolha total, é porque todas foram construídas sobre contradições reais reprimidas. Conforme as necessidades do estágio particular da miséria que o espetáculo nega e mantém, ele existe sob forma concentrada ou sob forma difusa. Em ambos os casos, ele não passa de uma imagem de unificação feliz cercada de desolação e pavor; ocupa o centro tranquilo da desgraça. (DEBORD, 1997, p. 42).

Mas a discussão vai além das vis justificativas utilizadas para a elaboração -e adesão social- de leis que restringem o trânsito e permanência dos segmentos empobrecidos nas regiões centrais da cidade. A condição de apagamento histórico ou de abandono de qualquer necessidade de coerência entre o discurso e a ação do poder público resultam em relação tão contraditória que resultaria cômica, não fosse trágica. Segundo Zizek (2015) problema maior da nossa era pós-histórica não é só o apagamento do passado, como nossa própria história, o presente pós-histórico é

vivenciado como uma confusa sucessão de fragmentos que se evaporam rapidamente da memória. Da incapacidade de recordar o próprio presente, resulta a impossibilidade de historicizá-lo e mapeá-lo cognitivamente. Em 2019 (apenas 5 anos após o investimento na formação de carrinheiros e carroceiros em guardadores de carro) o governo municipal de Porto Alegre aprova a lei que proíbe a atividade de guardadores de carros: os flanelinhas.

A inserção da acumulação urbana nos circuitos financeiros globalizados demanda novos padrões de gestão do território. Entretanto, ao longo da história, a manutenção da lógica da modernização-conservadora nas formas de apropriação do solo urbano, no contexto de uma economia de mercado, é o que determina a demarcação social do território. Nessa divisão, o acesso aos bens e serviços da cidade são exclusividade da cidade formal, a estetização da forma urbana sinaliza o reforço do tratamento estratégico do espaço como reprodução de hegemonias sociais.

3 QUAL O VALOR DA CASA?

Ao longo da trajetória humana, a casa sempre foi a representação do abrigo, o espaço onde se estabelecem as mais íntimas relações cotidianas e é, também, o lugar do cuidado. A casa, como um refúgio, é o primeiro lugar no mundo, o primeiro universo, é o espaço de proteção. Para Bachelard (2000), a casa, por sua funcionalidade, é ninho e concha.

Na vida do homem, a casa afasta as contingências, multiplica conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. É o corpo e a alma. [...] antes de ser jogado no mundo, como professam as metafísicas apressadas, o homem é colocado no berço da casa. E sempre, nos nossos devaneios, ela é um grande berço. (BACHELARD, 2000, p. 27).

As barreiras impostas à satisfação da necessidade de moradia da classe trabalhadora revelam as formas de ordenamento das relações sociais capitalistas, onde a terra e a casa se constituem sob a forma de mercadoria. Neste contexto, o valor de uso da casa, como espaço onde se realizam as relações cotidianas necessárias à sobrevivência, é secundarizado pelo seu valor de troca, elemento que condiciona o acesso ao poder de compra.

Sendo um objeto de consumo, uma mercadoria, a habitação – que é culturalmente definida como o lugar onde se desenvolvem as atividades cotidianas necessárias à sobrevivência de cada um e também à reprodução da força de trabalho – é constituída por um sentido amplo que considera o seu entorno físico, como a paisagem, o caminho e também a convivência coletiva e de vizinhança. (PINTO, 2005, p. 92).

Como mercadorias de custo elevado, a habitação e a infraestrutura urbana não são acessíveis para parcela significativa da classe trabalhadora. Na lógica de mercado, a apropriação privada determina os limites de uso e ocupação do solo. O acesso à moradia, nesse sentido, é mediado pelos interesses comerciais, sejam do mercado imobiliário, financeiro, da construção civil ou das práticas especulativas. Não em vão se reconhece na descrição do tipo construtivo e localização das moradias destinadas à classe trabalhadora na Inglaterra do século XIX, o retrato das periferias dos grandes centros urbanos contemporâneos (ENGELS, 2013).

A habitação, no que tange à esfera da relação de produção e consumo, apresenta particularidades em relação às demais mercadorias. A condição de

mercadoria imóvel, que envolve a produção industrial na forma canteiro da construção do edifício e a propriedade privada de uma parcela do espaço, o lote de terra, já é uma particularidade. Da mesma forma, o longo tempo de produção, os custos envolvidos e a necessidade de repor os gastos com a aquisição da propriedade privada da terra faz com que a disponibilidade de crédito para os financiamentos e as especificidades da organização socioespacial desigual das cidades interfiram diretamente nas relações de produção. Em razão das particularidades desta mercadoria, ganhos advindos de sua produção são provenientes de uma articulação da exploração do trabalho no canteiro com a formação de renda obtida da propriedade da terra e de sua transformação resultante da urbanização. “Essa articulação, presente na reprodução do capital na construção imobiliária, ilumina o duplo caráter das relações de produção do setor, que são sociais e espaciais” (RUFINO, 2012, p.24).

O processo de produção e circulação envolvidos na realização de um bem imóvel exige do produtor um maior investimento de capital, muitas vezes dependente de participação de agentes financeiros, além de demandar tempo maior de produção -para a construção e comercialização. Para o capitalista, essas particularidades se expressam em investimento de risco com demora na realização de lucro (PINTO, 2005). O ônus dessas particularidades é agregado ao valor de troca da casa, tornando-a não só uma mercadoria, mas uma mercadoria extremamente valiosa.

A impossibilidade de parcela significativa da classe trabalhadora em acessar a casa possui relação com dois componentes da configuração capitalista, a apropriação monopólica da terra e a superexploração da classe trabalhadora. A questão habitacional configura como uma expressão da questão social, determinada pela forma como se constitui o modo de produção capitalista no tecido urbano, pautado pela propriedade privada e divisão social e técnica do trabalho. Tem origem na necessidade massiva por moradia, decorrente da inserção da classe trabalhadora nas cidades. São os determinantes macroeconômicos, como o perfil de geração e distribuição de renda da sociedade e a relação estabelecida entre as instituições reguladoras do solo urbano e a produção da moradia – que delineiam a questão habitacional em dado tempo e espaço.

O tratamento da questão da moradia dissociado das relações sociais de produção, historicamente reduziram o conflito a esfera da “produção x consumo” ou

ainda “oferta e demanda”. (PINTO, 2005). Fosse assim, a solução para o problema da moradia seria a construção de novas habitações. Mas conforme já havia sido apontado por Engels no início do século XIX, a escassez de moradia não é definida pela falta quantitativa de imóveis, mas sim por sua distribuição desigual “já existem conjuntos habitacionais suficientes nas metrópoles para remediar de imediato, por meio da utilização racional, toda a real “escassez da moradia” (2015a, p. 56).

Inserida na totalidade das relações sociais, a questão habitacional é composta por múltiplas determinações, como parte das contradições sociais do capitalismo urbano, não como uma consequência, mas como um produto necessário da forma burguesa da sociedade. A escassez da moradia figura como uma instituição necessária, “que só pode ser eliminada quando a ordem social da qual ela se origina for revolucionada desde a base” (ENGELS, 2015^a, p71).

O porão dos pobres é uma habitação hostil, que a ele resiste como potência estranha, que apenas se lhe entrega na medida mesma em que ele entrega a ela seu suor e sangue, que ele não pode considerar como seu lar – onde ele pudesse finalmente dizer: aqui estou em casa – onde ele se encontra, antes, como estando na casa de um outro, numa casa estranha, que diariamente está à espreita e o expulsa, se não pagar o aluguel. Do mesmo modo ele sabe a qualidade de sua habitação em oposição com a habitação humana residente *no outro lado*, no céu da riqueza. (MARX, 2012, p. 146).

Na sociedade capitalista, a habitação carrega consigo as contradições da atuação do Estado no equilíbrio das relações entre os distintos interesses das classes sociais. Ainda que essas contradições nem sempre estejam diretamente expostas, a questão habitacional é parte de uma disputa territorial histórica. A construção de uma política de moradia popular é fruto da tensão para que o Estado assumira a mediação dos interesses antagônicos representados de um lado pelas elites que buscam garantir o monopólio do acesso à terra e à propriedade, e de outro pela necessidade de morar da classe trabalhadora.

O capital historicamente tensiona o Estado por transformações no setor habitacional, dada à importância que esse setor assume no processo de acumulação. Conforme já referido, a urbanização capitalista se tornou uma das formas mais eficientes de absorver excedentes advindos de outros setores, demandando o desenvolvimento do setor da construção civil como forma de garantir elevadas taxas de lucro. Segundo Marx (2013), o modo de produção capitalista se caracterizada pela geração de mais valia a cada fim do seu circuito (D – M – D’,

sendo $D' > D$). No entanto, essa lógica de acumulação possui certos limites. A aplicação contínua de capital para a geração de lucro demanda que existam oportunidades de investimento com taxas de retornos satisfatórias, o que nem sempre ocorre. Isso significa que massas de capitais podem não conseguir se realizar e o circuito de transformação do dinheiro em mais-dinheiro passa a ser travado, iniciando uma crise. Dessa forma, as crises capitalistas são essencialmente geradas pelo problema da absorção do capital excedente, é nesse sentido que a produção do espaço construído surge como alternativa às crises de acumulação do capital, ampliando as oportunidades de emprego para a força de trabalho, que elevam a demanda de consumo de mercadorias, e de formas rentáveis de aplicação pelo capital, que criam demandas por investimentos e geram lucro (HARVEY, 2012).

Lefebvre (1999) e Harvey (2005a) avançaram no sentido de relacionar o movimento de capitais para a produção imobiliária com transformações estruturais na reprodução da totalidade das forças produtivas, entendendo esse movimento como transferência de capital entre circuitos interligados. Harvey (2005a, p. 94.) sistematiza a ideia de que o capital circula em três circuitos distintos: um circuito primário, “onde são produzidos os meios de produção e consumo”; um circuito secundário, “de formação de bens fixos e de consumo, mas principalmente centrado no ambiente construído” e um circuito terciário, “que envolve investimentos sociais, em ciência e tecnologia.”.

A discussão desses autores evidencia que o fenômeno da financeirização da questão habitacional, embora se consolide de maneira específica nos diversos contextos nacionais, relaciona-se com as características estruturais do capitalismo, que na atualidade são marcadas pelo domínio do capital financeiro mundializado. Sua grande mobilidade favorece a confluência para o setor imobiliário, reconhecido como lócus de reprodução privilegiada em um cenário de estagnação dos setores produtivos.

A incorporação imobiliária como lógica específica de produção capitalista do espaço, ao favorecer a inserção de novos capitais no setor e ampliar a flexibilidade na produção, consolida-se como meio para a centralização do capital. Envolvendo a articulação de interesses das incorporadoras nacionais e locais, a centralização será determinante na criação de condições privilegiadas de reprodução do capital no espaço, que intensificarão a valorização imobiliária em diferentes áreas da metrópole reforçando sua diferenciação socioespacial. (RUFINO, 2012, p. 24).

Sob o signo do neoliberalismo, a habitação atinge sua forma máxima de alienação, por meio do fenômeno da hipermercantilização. As noções de hipermercantilização habitacional extrapolam as questões econômicas e as vinculam às disputas de poder. Raquel Rolnik (2015) identifica o fenômeno como “financeirização global da moradia”. Segundo a autora, há uma intensificação dos problemas relativos à moradia dos pobres, minorias e populações vulneráveis – gentrificação, despejos, expulsões, execuções hipotecárias, exploração nos preços das moradias, insegurança na posse, entre outros – com a complexificação e intensificação da relação entre a moradia e o capital financeiro, em que os Estados e a política habitacional desempenham um papel fundamental. A partir das décadas de 1970 e 1980, a autora identifica um longo processo de transformação da habitação como um bem social em mercadoria e ativo financeiro, com alcance que ultrapassam os sinais da crise financeira-hipotecária que eclodiu a partir de 2007 nos Estados Unidos, para a autora:

Trata-se de um processo de conversão da economia política da habitação em elemento estruturador de um processo de transformação da própria natureza e forma de ação do capitalismo em sua versão contemporânea – era de hegemonia das finanças, do capital fictício e do domínio crescente da extração de renda sobre o capital produtivo. (ROLNIK, 2015, p. 31).

Os efeitos da financeirização global da moradia incidem em toda a sociedade, mas, por questões sociohistóricas já tratadas nos capítulos anteriores, afetam de forma mais severa as minorias étnicas, os negros, as mulheres, os pobres. Rolnik (2015) apresenta uma série de relatos sobre processos de gentrificação, despejos e usurpação de terras no mundo todo, e esclarece como a atual era da habitação mercantilizada tem sido caracterizada por uma crise global de insegurança da posse enfrentada pelos territórios populares, que estão cada vez mais sujeitos às diversas formas de opressão. Segundo a autora, o COHRE (Center on Housing Rights and Evictions), estimou que, entre 1998 e 2008, mais de 18 milhões de pessoas foram afetadas por remoções forçadas.

Os reflexos da financeirização global da habitação sobre as elites são percebidos na estética enclausurada dos bairros nobres, pela tentativa desesperada de negar a miséria e proteger-se da violência urbana (DAVIS, 2015). Trata-se, portanto, de uma forma de imposição de poder no ambiente urbano habitado que

usa de relações opressivas, sustentadas pelo caráter mercantilizado da habitação, através da violência e controle, mas também da ideologia e uniformização.

Por mais que a mercantilização da habitação tenha alcançado escala global, há uma diferença muito grande entre os processos que a levaram a ocorrer nos diferentes territórios. No contexto brasileiro, questões sociopolíticas presentes na formação e na consolidação do território nacional foram definidoras, como a concentração fundiária. Isso significou um aprofundamento das desigualdades no acesso à terra e à habitação.

A lógica da incorporação imobiliária assume forma legal no Brasil através da lei 4.591⁴⁵, de 16 de dezembro de 1964. O momento de instituição da lei da incorporação, coincidente à criação do primeiro sistema de financiamento nacional no Brasil, o SFH⁴⁶, marca a consolidação da incorporação. Com o surgimento do SFH, “o incorporador passa a ser o vértice de três mercados: o de terra, o de construção e o de crédito” (RIBEIRO, 1991, p. 281).

O investimento em construções de novas unidades habitacionais foi financiado basicamente pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). De uma forma geral, pode-se dizer que em função das distorções em sua implementação, a classe média foi a maior beneficiada pelos subsídios contidos nesse sistema de financiamento habitacional. Além de atingir mais amplamente as camadas de renda média da sociedade, o BNH teve como característica a construção de loteamentos em zonas distantes das áreas urbanizadas, a exemplo da comunidade carioca Cidade de Deus⁴⁷. Por essa razão, a incorporação nesse

⁴⁵ Legislação que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias. Nesta lei a incorporação imobiliária é definida como “a atividade exercida com o intuito de promover e realizar a construção, para alienação total ou parcial, de edificações ou conjunto de edificações compostas de unidades autônomas” (artigo 28 – parágrafo único). Nesta lei também se define a figura do incorporador como “a pessoa física ou jurídica, comerciante ou não, que embora não efetuando a construção, compromissou ou efetive a venda de frações ideais de terreno objetivando a vinculação de tais frações a unidades autônomas, em edificações a serem construídas ou em construção sob regime condominial, ou que meramente aceite propostas para efetivação de tais transações, coordenando e levando a termo a incorporação e responsabilizando-se, conforme o caso, pela entrega, a certo prazo, preço e determinadas condições, das obras concluídas” (artigo 29 – parágrafo único).

⁴⁶ O SFH passou a fornecer exclusiva e diretamente ao incorporador 80% do capital necessário à realização dos empreendimentos – a exceção do ‘custo fundiário’- não apenas o desobrigando-o a realizar maciços benefícios, mas tornando-o chefe da orquestra, frente aos outros agentes e compradores (RIBEIRO, 1991, p. 281).

⁴⁷ No Rio de Janeiro na década de 1960, o Governador Carlos Lacerda deu início a uma política de remoção das favelas situadas na zona sul da Cidade, construindo um conjunto habitacional na baixada de Jacarepaguá. O surgimento da Cidade de Deus é um caso típico de remoção massiva de famílias de baixa renda para áreas distantes das regiões urbanizadas e, portanto, distantes das possibilidades de trabalho, transporte e serviços.

período assumiu papel definitivo na formação e diferenciação das principais cidades brasileiras, difundindo novos padrões de moradia e se apropriando de novas áreas, consagrando a obtenção de sobrelucros de localização, como importante mecanismo de ampliação dos ganhos no setor.

Entre as décadas de 1970 e 1980, a expansão da produção imobiliária privada contribuiu de maneira decisiva no aumento do número de unidades residenciais produzidas dentro do SFH. O processo foi interrompido pelo contexto de recessão econômica do país, tanto pela escassez das fontes de recurso, como pelo aumento da inadimplência dos mutuários.

Na década de 1980, com a desestruturação do SFH, a incorporação perdeu significativa relevância no cenário do setor imobiliário, mas o fortalecimento do processo geral de confluência do capital financeiro à produção imobiliária e as importantes mudanças nas condições do financiamento imobiliário no Brasil, a partir do final da década de 1990, recuperam o fôlego da expansão da produção imobiliária, no qual a forma incorporação torna a cumprir um papel de grande destaque.

As mudanças no financiamento do setor imobiliário tiveram no Estado sua estrutura de apoio central, seja por sua forte atuação no sentido de adequar o marco regulatório da política imobiliária considerando a criação de sucessivos mecanismos financeiros e alterações de normativas, seja pelo conjunto de esforços e reformas na organização dos principais fundos de financiamento imobiliários que, beneficiados pelo crescimento econômico do país, passam a apresentar expressiva recuperação a partir de 2005. O Estado, ao oferecer capital desvalorizado como financiamento, assegura condições privilegiadas para valorização do capital investido na produção imobiliária. (RUFINO, 2012. p. 51).

Em 1986, o BNH é extinto, e o agente financeiro do SFH passa a ser a Caixa Econômica Federal. Pode-se dizer que a Caixa Econômica Federal foi sucessora do BNH entre os anos de 1987 até 1998. Na gestão do Presidente Itamar Franco foi criado o Programa Habitar (1994), programa que contemplava o trabalho social nas intervenções habitacionais como contrapartida dos estados e municípios. Em 1999, ao fim da primeira gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o governo federal passou à condição crescente de subordinação ao Programa Habitar Brasil – BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

O Estado brasileiro passou a recorrer aos empréstimos externos para implementação de políticas urbanas, a exemplo do BID, que é até hoje responsável por inúmeros financiamentos em andamento no país, inclusive em Porto Alegre com

o Programa Integrado Socioambiental - PISA. Ao realizar empréstimos, o agente também impõe suas fórmulas de modelo de gestão de políticas, em total consonância com os fluxos da economia capitalista. A forma de difusão desse modelo de gestão é frequentemente camuflada pelo discurso de atendimento à pobreza. A incorporação do debate sobre a pobreza na agenda das agências multilaterais é parte do processo de ajustes estruturais de orientação neoliberal que, estimula uma reorientação do papel dos Estados nacionais na formulação das políticas sociais. De acordo com essas orientações, sintetizadas nos documentos oficiais formulados pelos consultores do banco, o Estado passa a enxugar os gastos públicos voltados à política social e focalizar o atendimento dessas políticas exclusivamente nos segmentos mais vulneráveis.

A leitura atenta desses documentos revela o aspecto discursivo, levando-se em consideração que o tema mais central do conjunto dessas orientações refere-se às reformas do Estado, materializada na descentralização administrativa, no controle dos gastos com a previdência social, na indicação da reforma tributária, no equilíbrio das contas públicas e na necessidade de pagamentos da dívida pública. Assim nesses documentos, o tema da pobreza, diferentemente da proposição das metas do BID, deixa de ser central; ao contrário, passam a ser privilegiadas as reformas do Estado que, aplicadas nos diferentes países, têm contribuído para a negação dos direitos sociais fundamentais, posto que nega a universalização dos direitos sociais, valorizando políticas setorializadas e focalistas. (SANTANA, 2013, p. 251).

Enquanto os interesses do sistema econômico, com o aporte decisivo do Estado, investiam no incremento do valor de troca da casa, transformando-a em ativo financeiro, a classe trabalhadora urbana, principal alvo das consequências desse processo, investiu no repertório das suas estratégias de resistência, reivindicando a casa por seu valor de uso, como um direito fundamental.

Ressalta-se que o período recente teve significativa capacidade de politização da questão urbana no país. O processo de redemocratização da política brasileira proporcionou a confluência de diversas forças, como os movimentos sociais de luta pela moradia, regularização fundiária e políticas públicas, com destaque ao Movimento Nacional pela Reforma Urbana⁴⁸. A emenda popular pela Reforma

⁴⁸O Movimento Nacional pela Reforma Urbana define o conceito da reforma urbana como uma nova ética social, que critica a estrutura da cidade como fonte de lucros para poucos em detrimento da pobreza de muitos. Assume-se, portanto, a denúncia do quadro de desigualdade social, considerando a dualidade vivida em uma mesma cidade: a cidade dos ricos e a cidade dos pobres; a cidade legal e a cidade ilegal. Condena a exclusão da maior parte dos habitantes da cidade determinada pela lógica da segregação espacial; pela cidade mercadoria; pela mercantilização do solo urbano e da

Urbana ocorrida às vésperas da promulgação da constituinte, e a inclusão do Projeto de Lei de iniciativa popular apresentado ao Legislativo Federal, do Fundo Nacional de Moradia Popular (PL1992) aqueceram o debate e enriqueceram o processo político no período de reabertura política.

A criação de um marco regulatório da ocupação do solo urbano é caudatária das lutas desses movimentos. As pautas levantadas por esses segmentos da sociedade permitiram o aprimoramento do conjunto de leis na Constituição Federal de 1988. O texto constitucional instituiu a “função social da propriedade” orientada a garantia do bem-estar dos habitantes. Da mesma forma, o direito à moradia adequada foi incorporado como direito do cidadão e seu provimento dever do Estado.

Os impactos dessa conscientização popular provocaram alterações nas diretrizes das políticas voltadas para a população de baixa renda e, sobretudo, garantiram que a Constituição Federal de 1988 tornasse obrigatória a elaboração de Planos Diretores para as cidades com mais de 20 mil habitantes, dando relevância a princípios mais democráticos a serem considerados no trato das questões habitacional e urbana, finalmente articuladas. (FERNANDES, 2005, p. 226).

Na década seguinte, em 1996, outros dois importantes eventos selariam a relevância da mobilização em torno da Reforma Urbana no país. A Conferência Brasileira para o Habitat II, no Rio de Janeiro serviu de reunião preparatória para a segunda Conferência Global das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos, ocorrida em Istambul, na Turquia. A Conferência Brasileira para o *Habitat II – Pelo direito à moradia e à cidade* uniu setores e forças da sociedade em torno da questão da moradia e das cidades contou com ampla representação de movimentos populares, democratizando a pauta da questão urbana, antes restrita à segmentos profissionais e acadêmicos.

Nesse contexto, foi travada uma disputa entre duas correntes antagônicas para a intervenção nas cidades. A primeira se refere ao Consenso de Washington⁴⁹, que aponta os planos estratégicos como única alternativa para resguardar as

valorização imobiliária; pela apropriação privada dos investimentos públicos em moradia, em transportes públicos, em equipamentos urbanos e em serviços públicos em geral (UZZO; SAULE JUNIOR, 2009).

⁴⁹ Caracteriza-se por um conjunto de políticas macroeconômicas de estabilização da economia acompanhadas de regras padronizadas para reformas estruturais de caráter liberalizantes, a partir de condicionalidades aplicadas em diversos países como forma de obtenção de apoio político e econômico aos governos centrais e organismos internacionais.

idades da crise global. Sugerem a adequação das cidades à reestruturação produtiva, tornando-as mais competitivas no mercado globalizado. As medidas apontadas para essa adequação são: revitalização, privatização, homogeneização, autorregulamentação do mercado, intervenções voltadas para a atração de investimentos no mercado global, tal qual descrito no capítulo anterior. No contraponto, a segunda proposta estimula a cooperação entre as cidades em oposição à competição. Tem como referencial a Constituição de 1988 e o Estatuto da Cidade, que consagram a função social da cidade.

A Constituição Federal de 1988 em seu art. 182, fortaleceu o poder local e descentralizou a competência sobre a Política de Desenvolvimento Urbano “[...] que deverá ter por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar dos seus habitantes.” (BRASIL, 1988). A incorporação constitucional da questão urbana permitiu a inclusão nas constituições estaduais e nas leis orgânicas municipais de propostas democráticas sobre a função social da propriedade e da cidade. A inclusão desse direito inscrito de forma expressa é recente na história urbana do país, datado em 14 de fevereiro de 2000, através da emenda constitucional número 26 que, ao alterar a redação do artigo 6º, incluiu a moradia como um direito social fundamental na Carta Magna brasileira, reforçando o papel fundamental da União na provisão de moradia para as famílias mais pobres.

Outro importante avanço atribuído à luta dos movimentos sociais foi a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, que prevê instrumentos de garantia à democratização do direito à cidade, tornando constitucional o direito social à moradia. Além da criação desse Estatuto, em 2003, foi criado o Ministério das Cidades, na perspectiva de combate às desigualdades sociais, transformação das cidades em espaços mais humanizados com a ampliação do acesso à moradia, saneamento e transporte. O Ministério das Cidades foi fruto de um amplo movimento social progressista e sua criação ampliou as expectativas para a construção de outro cenário para as cidades brasileiras.

Com o objetivo de assegurar o acesso à moradia digna, à terra urbanizada, à água potável, ao ambiente saudável e à mobilidade com segurança, iniciamos nossa gestão frente ao Ministério das Cidades ampliando, de imediato, os investimentos nos setores da habitação e saneamento ambiental e adequando programas existentes às características do déficit habitacional e infraestrutura urbana que é maior junto a população de baixa renda. [...] Também incorporamos às competências do Ministério das

Cidades as áreas de transporte e mobilidade urbana, trânsito, questão fundiária e planejamento territorial. (BRASIL, 2004).

Mesmo que distante da leitura ampliada de direito à cidade proposta por Lefebvre, o Ministério das Cidades foi responsável pela estruturação e incorporação dos canais de gestão democrática, com comitês técnicos, gestores e conselheiros das cidades. Neste sentido, a categoria de análise do direito à cidade na sua perspectiva radical de ruptura, apresenta-se como horizonte para orientar o diálogo acerca da construção das cidades. Esse canal de debate sobre a gestão urbana é necessário para a formulação de políticas atentas às necessidades sinalizadas pelos atores em disputa nas cidades, sobretudo os segmentos de luta por moradia. São os frutos dessa troca que podem ampliar ou cercear as noções de direito à cidade.

O Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, aprovado em 10 de julho de 2001, regulamenta o capítulo da Política Urbana previsto na Constituição Federal de 1988, art. 1º, parágrafo único: “[...] estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.” (BRASIL, 2001).

No que se refere à democratização da gestão da cidade, a partir da constituição, vivenciou-se, nas administrações locais, experiências como a implantação do Orçamento Participativo⁵⁰, planos diretores participativos, programas de regularização fundiária, urbanização de favelas, implementação de IPTU progressivo, criação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), entre outros. Da mesma forma, a implantação dos canais de controle social é conquista atribuída à luta dos movimentos sociais vinculados à reforma urbana, o instrumento foi criado para a garantia da participação popular na formulação, implantação e fiscalização das políticas urbanas. Segundo Rolnik (2012), o desafio lançado pelo Estatuto incorporou o que existe de mais vivo e vibrante no desenvolvimento da democracia: a participação direta (e universal) dos cidadãos nos processos decisórios.

O Estatuto da Cidade no seu primeiro capítulo aponta como diretrizes gerais:

- a) Direito à cidade e à cidadania:** compreende o acesso de todos os cidadãos a terra, à moradia digna, aos serviços e equipamentos

⁵⁰ Em Porto Alegre, o Orçamento Participativo (OP) completou 30 anos em 2019. A cidade foi pioneira na implantação do modelo participativo que se tornou referência de gestão democrática e participação popular. O modelo recebeu uma série de prêmios internacionais e foi replicado em centenas de cidades pelo país e pelo mundo.

urbanos, ao transporte, ao lazer, ao saneamento ambiental e ao meio ambiente sadio;

- b) Atendimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana:**⁵¹ reorienta a ação do estado, do mercado imobiliário e da sociedade para a democratização do acesso ao solo urbano. Ou seja, exige que o proprietário de imóvel, público ou privado, cumpra a destinação de interesse da coletividade (social, cultural ou ambiental) definida pelo Plano Diretor do Município;
- c) Gestão democrática:** integra o planejamento, gestão e controle social ao reconhecer que a cidade se produz por uma multiplicidade de agentes que devem ter suas ações coordenadas e participativas na formulação, na execução e no acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- d) Reconhecimento da cidade informal:** assume a existência de uma outra cidade, numa perspectiva concreta que vislumbra o urbanismo a partir dos dados reais, definindo estratégias e instrumentos para o enfrentamento dessa; (BRASIL, 2001).

Constituem-se em instrumentos para a materialização da política urbana:

- **Garantia da Função social da Cidade:** Plano Diretor, o parcelamento e a edificação compulsória de áreas e imóveis urbanos, imposto sobre a propriedade urbana (IPTU) progressivo no tempo, desapropriação para fins de reforma urbana, o direito de preempção, a outorga onerosa do direito desconstruir (solo criado);
- **Regularização Fundiária:** usucapião urbano, a concessão de direito real de uso, as zonas especiais de interesse social;
- **Gestão Democrática:** conselhos de política urbana, conferências da cidade, orçamento participativo, audiências públicas, iniciativa popular de projetos de lei, estudo de impacto de vizinhança.

Assim, no que se refere aos mecanismos de enfrentamento do fenômeno da

⁵¹ O princípio de que toda a propriedade devesse cumprir função social já constava na Constituição de 1934. Contudo é somente a partir da aprovação do Estatuto da Cidade é que se estabelece a desapropriação-sanção e a incidência de imposto territorial progressivo sobre os imóveis não utilizados ou subutilizados. (ALFONSIN; FERNANDES, 2006).

informalidade urbana, a Constituição Federal abordou a questão por meio do artigo 183, com a figura da usucapião coletiva, na medida em que o Estatuto da Cidade estabeleceu meios de materialização a partir dos fundamentos e questões conceituais. Mas foi somente em 2009, com a Lei n. 11.977/2009 (mesma que instituiu o PMCMV) que o tema passou a contar com uma norma federal específica. A norma constitucional citada regulamenta em que termos o possuidor poderá usucapir, quais sejam: tempo de posse mínimo de 5 anos, área urbana limite de 250m², não ser proprietário de outro imóvel urbano ou rural. A lei também introduz o conceito legal de Regularização Fundiária a partir de abordagem ampliada, englobando o conjunto de ações jurídicas, urbanísticas, ambientais, sociais e de titulação, que visam a regularização de assentamentos irregulares com ênfase no direito à moradia, desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana, e no direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Quadro 8 – Legislação nacional sobre Regularização Fundiária

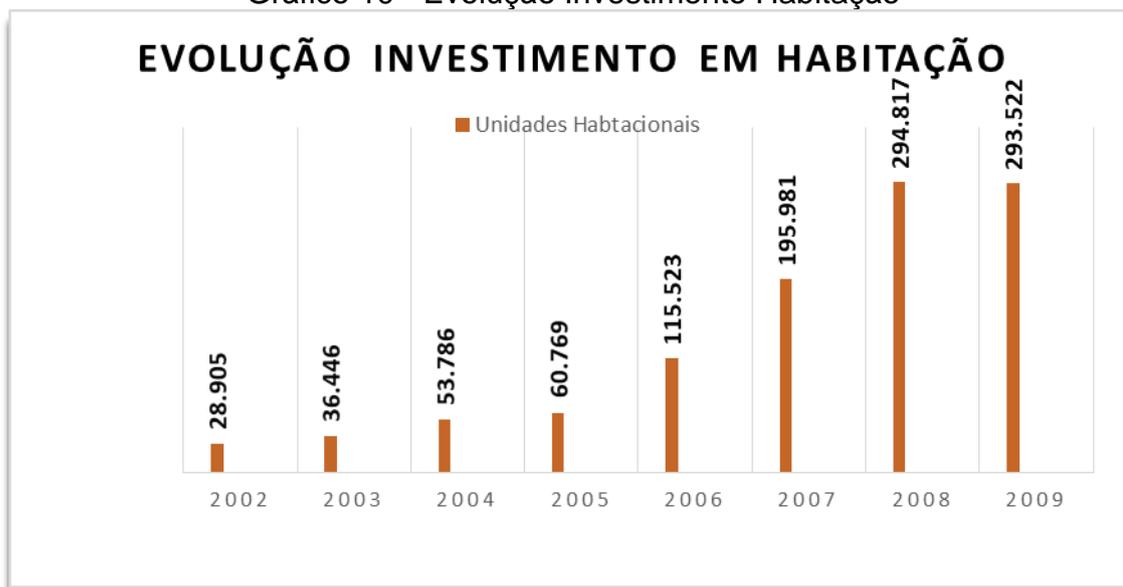
Constituição Federal 1988	A CF/88 (arts. 182 e 183) privilegiou a função social da propriedade e previu figuras como o plano diretor municipal, o parcelamento e a edificação compulsórios, o IPTU progressivo no tempo, a desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública, redução de tempo para a usucapião de área urbana de até 250m ² , e a impossibilidade de usucapir imóveis públicos.
Estatuto da Cidade 2001	Projeto de lei de regulação dos artigos 182 e 183 da CF, para estabelecer diretrizes gerais da política urbana brasileira, o Estatuto da Cidade (lei 10.257) deu destaque à regularização fundiária. Ela aparece como diretriz geral (art. 2º, XIV) e instrumento jurídico de política urbana, não só de forma autônoma (art. 4º, V, "q"), mas também como um dos fundamentos para o direito de preempção (art. 26, I) e a transferência do direito de construir (art. 35, III), surgindo, ainda, como parte integrante das operações urbanas consorciadas (art. 32, §2º, II).
Medida Provisória 2.220/2001	Dispôs sobre a concessão de uso especial e criou o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU). Essa medida representou um avanço importante ao garantir ao ocupante o direito à concessão de uso especial para fins de moradia.
Lei do SNHIS 2005	A lei 11.124/05 instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), criou o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e instituiu o Conselho Gestor do FNHIS. O SNHIS passou a centralizar todos os programas e projetos destinados à habitação de interesse social. O FNHIS, de natureza contábil, tem o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas estruturados no âmbito do SNHIS, destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda. E o Conselho Gestor é um órgão de caráter deliberativo, sendo composto de forma paritária por órgãos e entidades do Poder Executivo e representantes da sociedade civil. A Caixa Econômica Federal é o agente operador do FNHIS, a ela competindo, entre outros, atuar como instituição depositária dos recursos do fundo.
Lei de Acesso aos	A lei 11.481/07 regula o acesso aos imóveis da União por

Imóveis da União 2007	beneficiários de programas habitacionais, reforçando a valorização da posse de imóveis pela população de baixa renda. Os imóveis da União passaram a ser passíveis de alienação no âmbito de programas de regulação fundiária.
MCMV e legitimação de posse 2009	Lei que institui o Programa Minha Casa Minha Vida (lei 11.977/09) e trata da regularização fundiária por meio do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), prevendo a legitimação de posse (ato do poder público destinado a conferir título de reconhecimento de posse de imóvel objeto de demarcação urbanística, com a identificação do ocupante e do tempo e natureza da posse) e, decorridos 5 anos do registro dessa legitimação, a sua conversão em propriedade.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

No que se refere à política habitacional nesse período, a nova configuração da legislação nacional promoveu significativo investimento do governo federal na área. No ano de 2004 o Ministério das Cidades aprovou a Política Nacional de Habitação com objetivo de garantir as condições de moradia com qualidade para todas as camadas da população, especialmente para as camadas de baixa renda.

Gráfico 10 - Evolução Investimento Habitação



Fonte: Maricato (2012, p. 61).

No ano de 2007, o Governo Federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), tendo como objetivo aquecer o mercado interno a partir de investimento em grandes obras estruturais urbanas. Em 2009 foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), voltado ao atendimento do déficit habitacional, com objetivo de abranger famílias com renda de zero até dez salários mínimos, divididas em três faixas. O programa foi responsável por alavancar exponencialmente os índices de investimento em habitação no país. Comparado aos

anos iniciais do PAC, os valores investidos multiplicaram por dez, atingindo uma escala quantitativa histórica na política habitacional brasileira. Segundo os dados do Ministério das Cidades, em 2014 os números atingiram aproximadamente 1,8 milhões de novas unidades habitacionais.

O novo arcabouço legal é uma vitória das lutas populares, mas ainda assim é passível de algumas ponderações acerca das suas possibilidades de materialização:

Em relação a sua matriz, CF88, o caráter ambíguo e/ou contraditório de muitos artigos deu vazão a um uso controverso da aplicabilidade das leis, as lacunas deixadas permitiram relativizações na interpretação legal. A chamada de Constituição “cidadã”, “revela um equilíbrio de forças instável, mas uma clara hegemonia”. (IASI, 2014, p. 55). A dependência de legislações complementares e o seu pleno acesso permaneceu relegado à discricionariedade das autoridades políticas e econômicas. Desta forma, apesar do avanço promovido pela legislação nacional no que se refere à regulação da ocupação do solo urbano, o que se observou foi a manutenção de práticas de violação mesmo as concepções mais conservadoras de direito à cidade.

[...] a pactuação conservadora na abertura política estrutura limites à democracia nascente e tece ganchos necessários à regulamentação de uma Constituição Federal “híbrida e ambígua”, marcada por contradições entre estes embates. Em especial, ao assegurar o direito à propriedade privada e, contraditoriamente, afirmar a função social da terra e da propriedade (PEREIRA, 2014, p. 128).

A rigor, o que se observa é que apesar da atual legislação ter destituído a propriedade de seu absolutismo e individualismo, as intervenções estatais e decisões judiciais permanecem orientadas a perpetuar a histórica vocação da propriedade por seu valor patrimonial, garantindo o direito irrestrito ao proprietário independente do imóvel cumprir sua função social. A cultura patrimonialista resiste, garantindo o direito ilimitado ao proprietário, sobretudo via mecanismos coercitivos. Quando esse direito é confrontado, não raro se observa a inversão das noções de legalidade e justiça, enquadrando como ilegítimas e/ou ameaçadoras à ordem as tentativas da classe trabalhadora de fazer cumprir as leis, na defesa da garantia dos direitos sociais previstos constitucionalmente.

Mas não só as contradições contidas no texto constitucional e a tradição patrimonialista serviram de impeditivos para a materialização do acesso aos direitos

inscritos em seu texto. Conforme já referido, na década de 1990 a aposta na consolidação de políticas sociais voltadas à ampliação da cidadania foi “[...] suplantada pelo imperativo pragmático do governo de gerir a crise e a instabilidade macroeconômica que se agravava.” (PEREIRA, 2007, p. 157). O período foi marcado por uma crise econômica associada à chegada do paradigma neoliberal que resultou em enxugamento dos investimentos públicos nas políticas urbanas, refletindo no agravamento e concentração da pobreza. Nas cidades essa combinação agravou os processos de favelização, degradação do meio ambiente e agudização da violência urbana.

Contudo, se até aqui as forças progressistas estavam comprometidas com a garantia de materialização, aprimoramento e crítica dos instrumentos voltados à política urbana, o atual contexto sociopolítico, caracterizado por uma inflexão ultraliberal, convoca à tarefa urgente de mobilizar esforços na preservação dessas, em movimento de contenção ao nocivo e veloz desmonte que se impõe.

3.1 “TUDO CERTO COMO DOIS E DOIS SÃO CINCO”: ASPECTOS CONCEITUAIS E QUANTITATIVOS DO DÉFICIT HABITACIONAL

A habitação sempre foi um tema central na discussão da organização urbana, contudo, é o acesso à moradia das famílias de baixa renda que possui uma identificação com a imagem do território excluído nas grandes cidades. Permanece latente a análise de Engels sobre a situação da classe trabalhadora no que se refere à associação entre os processos de industrialização e urbanização, relação essa que reflete e ainda se reproduz nas formas contemporâneas de segregação socioespacial. “O dinheiro é o alcoviteiro entre a necessidade e o objeto, entre a vida e o meio de vida do homem.” (MARX, 2012, p. 157).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a taxa de urbanização do país está em constante crescimento. No último levantamento, em 2010, 84,4% da população brasileira residia nas cidades. A Fundação João Pinheiro é responsável pelo cálculo oficial do déficit habitacional no Brasil, a partir de microdados da Pnad (pesquisa nacional de domicílios do IBGE).

O déficit habitacional brasileiro é, da mesma forma, majoritariamente urbano, segundo a Fundação João Pinheiro (FJP), em 2015 o déficit habitacional

correspondia a 6,355 milhões de domicílios, dos quais 5,572 milhões, ou 87,7%, estão localizados nas áreas urbanas.

O termo “déficit habitacional” costuma induzir interpretações equivocadas, que levam a uma correlação imediata de ausência de moradias, orientando sistematicamente as intervenções na área à construção de novas unidades habitacionais. Essa simplificação escamoteia o complexo conjunto de fenômenos envolvidos na questão habitacional, a análise simplista tem sido funcional para medidas de aquecimento do mercado interno, geração de trabalho e crescimento dos setores da construção civil, mas já demonstrou, ao longo da trajetória das políticas habitacionais brasileiras, ser ineficiente para sanar as necessidades de moradia da classe trabalhadora, sobretudo para a camada mais empobrecida. Em busca de dados mais representativos e condizentes com a realidade urbana, a Fundação João Pinheiro introduziu, a partir de 1995, o conceito de “inadequação dos domicílios”, que confere maior abrangência das múltiplas variáveis que compõe a questão habitacional e amplia as possibilidades de enfrentamento com a implementação de políticas urbanas e sociais complementares.

A partir do conceito mais amplo de necessidades habitacionais, a metodologia desenvolvida pela FJP trabalha com dois segmentos distintos: o déficit habitacional e a inadequação de moradias. O conceito de déficit habitacional se reporta a “noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento”, estando, portanto, diretamente ligado às deficiências na disponibilidade de moradia. Por outro lado, a inadequação de moradias reflete problemas na qualidade de vida dos moradores: não estão relacionados ao dimensionamento do estoque de habitações e sim às suas especificidades internas. Seu dimensionamento visa ao delineamento de políticas complementares à construção de moradias, voltadas para a melhoria dos domicílios. (FJP, 2016, p.17).

Quadro 9 - Componentes de cálculo da inadequação de domicílios – 2015

Componentes e subcomponentes da inadequação de domicílios urbanos	
Carência de Infraestrutura urbana	Energia Elétrica
	Abastecimento de Água
	Coleta de Lixo
	Esgotamento Sanitário
Adensamento excessivo de domicílios urbanos próprios	

Ausência de banheiro exclusivo
Cobertura inadequada
Inadequação fundiária urbana

Fonte: Dados extraídos de FJP, 2016, sistematizados pela autora (2018).

O conceito de déficit habitacional vincula-se as deficiências do estoque de moradias. O indicador é gerado pelas situações de: habitabilidade comprometida por precariedade construtiva ou desgaste; coabitação familiar forçada; dificuldades de pagar aluguel nas áreas urbanas e habitação em casas e apartamentos alugados com grande densidade. Inclui-se ainda nessa rubrica a moradia em imóveis e locais com fins não residenciais. O déficit habitacional pode ser entendido como déficit por reposição de estoque e déficit por incremento de estoque. A depreciação de domicílios⁵² se enquadra nessa rubrica de déficit por reposição, uma vez que há o pressuposto de um limite para a vida útil de um imóvel.

Destaca-se, então, o conceito de habitações precárias, que considera os domicílios rústicos⁵³ e os domicílios improvisados no seu cálculo, uma vez que faz sentido refletir sobre ambos componentes de maneira conjunta. A metodologia do cálculo para a geração de dados acerca das inadequações de domicílios, englobam os seguintes componentes e subcomponentes:

Quadro 10 - Componentes e subcomponentes do *déficit* habitacional

Tipo do <i>déficit</i>	Componentes	Subcomponentes
Déficit por reposição de estoque	Domicílios precários	Domicílios rústicos:
		Domicílios improvisados: englobam todos os locais e imóveis sem fins residenciais (imóveis comerciais, carros abandonados, áreas cobertas por pontes e viadutos etc)
Déficit por incremento de estoque	Coabitação familiar	Cômodos: domicílios particulares compostos por um ou mais aposentos, como os cortiços
		Famílias conviventes secundárias: aquelas que desejam constituir novo domicílio

⁵²A depreciação de domicílios é um indicador de difícil acesso, fazendo com que a separação conceitual em déficit por reposição de estoque e déficit por incremento de estoque possua pouca relevância do ponto de vista da geração de indicadores, ainda que a Fundação considere que a distinção é válida metodologicamente.

⁵³De acordo com o conceito do IBGE, os domicílios rústicos são aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada. Em decorrência das suas condições de insalubridade, esse tipo de edificação proporciona desconforto e traz risco de contaminação por doenças.

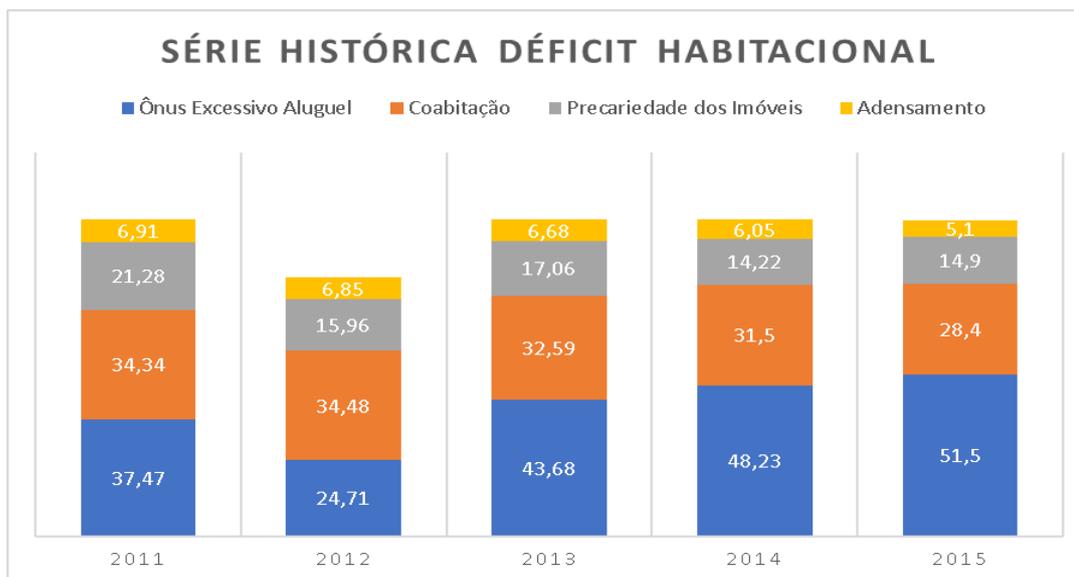
	Ônus excessivo com aluguel urbano: famílias com renda de até três salários mínimos que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel
	Adensamento excessivo de domicílios alugados: diz respeito aos domicílios alugados com um número médio superior a três moradores por dormitório

Fonte: Dados extraídos de FJP, 2016, sistematizados pela autora (2018).

Destaca-se o componente de déficit habitacional relativo ao **ônus excessivo com aluguel urbano**. Ele corresponde ao número de famílias urbanas com renda familiar de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem mais de 30% de sua renda com aluguel⁵⁴. Inicialmente essa questão foi considerada inadequação habitacional e não déficit habitacional. Posição reavaliada nos cálculos para os dados gerados a partir dos anos 2000. O dispêndio elevado com o valor do aluguel é uma realidade recorrente entre os integrantes dos movimentos sociais de luta pela moradia. Entende-se que, para alguns extratos da sociedade, o aluguel não se configura como uma opção. A alteração nesse componente representou um impacto significativo nos índices de déficit habitacional. Desde 2011 o componente assumiu o maior peso no déficit habitacional. Em 2015, metade do total do déficit habitacional está associado a este componente, o que em número absoluto representa 3,177 milhões de famílias urbanas no país.

⁵⁴O índice de comprometimento máximo de renda familiar foi definido tendo em vista o parâmetro tradicional do antigo Banco Nacional da Habitação, ainda hoje seguido pela Caixa Econômica Federal, que considera este percentual o máximo tolerável de gasto direto no financiamento habitacional. (FJP, 2016)

Gráfico 11 – Série histórica déficit habitacional



Fonte: Dados extraídos de FJP, 2016, sistematizados pela autora (2018).

O percentual de famílias brasileiras que comprometem valor superior a 30% do seu orçamento com aluguel da moradia em 2015 teve alta de quase 80% em relação a 2007, início da série histórica da Fundação João Pinheiro. Em 2007, cerca de 1,7 milhão de famílias encontrava-se nessa situação, chamada de ônus excessivo com aluguel, que considera moradores de áreas urbanas com renda familiar de até três salários mínimos. Trata-se do mais relevante componente do déficit habitacional. O alto custo do aluguel é um dos principais fatores apontado pelos movimentos de luta pela moradia que levam as famílias a condição de sem-teto.

Como o corte para a análise do componente é a renda de até 3 salários mínimos, o crescimento do índice de famílias com ônus excessivo com aluguel também pode estar atribuído ao período de recessão econômica, com um aumento de famílias que tiveram redução de renda e não encontraram alternativas para adequação dos gastos com a moradia.

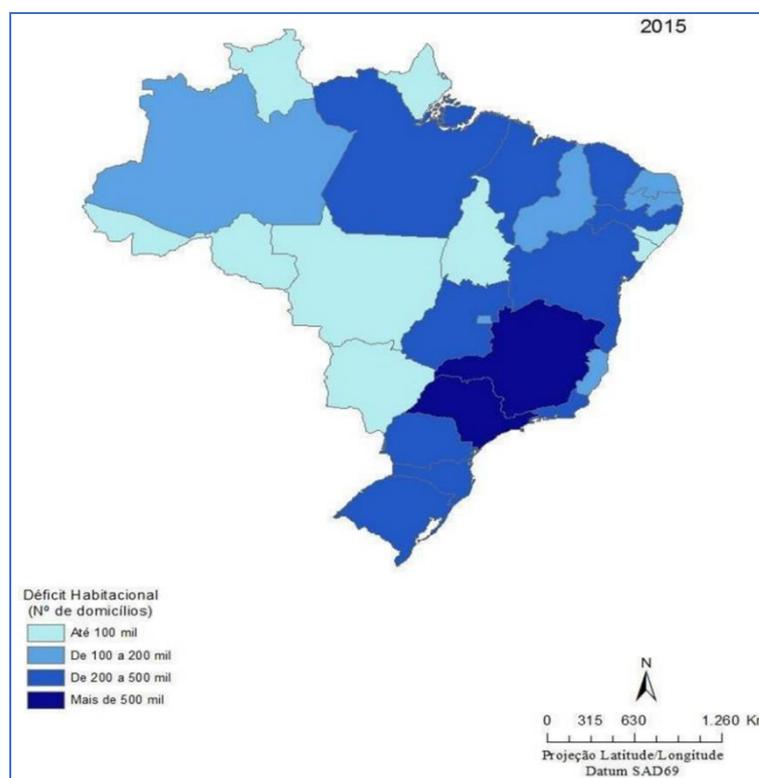
Em 2019, o Governo de Jair Messias Bolsonaro anunciou um corte de 25% no orçamento do IBGE para a realização do Censo demográfico de 2020. O governo reduziu, de R\$ 3,1 bilhões para R\$ 2,3 bilhões, o dinheiro reservado para o levantamento dos dados sobre a população brasileira. A decisão foi debatida na Comissão Mista de Orçamento (CMO), com críticas aos cortes, que terão impacto especialmente na logística do Censo.

Uma das mudanças no questionário do próximo Censo é a redução da quantidade de perguntas. Das 112 questões que eram feitas, deverão ser realizadas somente 76. As alterações foram alvo de críticas de especialistas. O governo alega que outras fontes de pesquisa poderão substituir parte dos dados que não serão coletados com o anúncio do corte, a exemplo da supressão do valor dos aluguéis pagos pelos brasileiros e se as crianças estudam ou não na rede pública.

Do ponto de vista dos subsídios para a formulação das políticas sociais públicas, a redução do questionário possui consequências gravíssimas. Entre tantos outros danos, a supressão da questão sobre o valor do aluguel distorce completamente o dado do Déficit Habitacional. Com a decisão, pode-se esperar que os dados coletados pelo censo em 2020 irão apontar falsamente a redução do déficit habitacional em pelo menos 50%, independentemente do que ocorre na realidade concreta da situação de moradia das famílias com renda de até três salários mínimos. Essas alterações possuem imensurável impacto sobre a capacidade de perceber a realidade da população brasileira. Trata-se de uma recusa ao enfrentamento da verdade, orientada a manipular a narrativa histórica. “Com a destruição da história, o próprio acontecimento contemporâneo logo se afasta para uma distância fabulosa, estatísticas incontrolláveis, explicações inverossímeis e raciocínios insustentáveis” (DEBORD, 1997, 178).

A distribuição do déficit habitacional é georreferenciada, sendo mais expressiva nas regiões sudeste e nordeste que nas demais. Do total do déficit habitacional em 2015, 39% localiza-se na região Sudeste, o que corresponde a 2,482 milhões de unidades. Em seguida vem a região Nordeste, com 1,971 milhões de moradias estimadas como déficit, o que corresponde a 31% do total. As nove áreas metropolitanas do país selecionadas pela Pnad possuem 1,829 milhão de domicílios classificados como déficit, o que representa 29% das carências habitacionais do país.

Figura 2 – Déficit Habitacional total, segundo unidades da federação – Brasil – 2015



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015. Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

A concentração do déficit habitacional é maior entre as famílias de renda de até três salários-mínimos. Mesmo quando é identificada a redução dos índices gerais, a situação do déficit para essa parcela permanece estanca ou é agravada. Logo após a implantação do PMCMV, observou-se esse fenômeno, de acordo com o levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o déficit habitacional em 2011 correspondia à 5,88 milhões de domicílios, o que representa 9,5% dos domicílios particulares permanentes e improvisados. Em 2012 esse índice teve queda para 5,24 milhões, o equivalente a 8,53% de residências. A redução geral do déficit no período, contudo, não foi suficiente para alterar a estrutura do déficit nos domicílios com renda domiciliar de até três salários-mínimos, ao contrário, nessa faixa de renda foi identificado piora na proporção em relação as demais faixas de renda. Aproximadamente 74% do déficit era composto por famílias com renda de até três salários-mínimos, um aumento de 4% se comparado ao índice

de 2007 (período anterior ao PMCMV). Em 2015, último relatório emitido pela FJP, a concentração do índice nessa faixa de renda era de 83%.

Gráfico 12 – Comparativo oscilação do déficit habitacional, por faixa de renda, nos anos 2007, 2012, 2015



Fonte: Dados sistematizados pela autora com base em IPEA (2019).

Observa-se que o índice do déficit habitacional é crescente em apenas uma faixa de renda. As famílias com renda de até três salários-mínimos, que deveriam se constituir no público prioritário da política habitacional, são as que permanecem concentrando as características de precariedade no acesso à moradia. O não atendimento deste público específico deflagra a superficialidade das medidas adotadas pelo Estado para equalizar a questão habitacional ao longo da história do país. As características que definem essas políticas, não alteram a dinâmica mercadológica que rege o acesso à moradia: a apropriação privada do solo urbano que exige renda monetária para adquiri-lo. A vinculação dos programas habitacionais à sistemas de crédito financeiro, que demanda alguma renda para comprometer na compra da casa, explica a manutenção do adensamento do déficit entre as populações de menor renda. Em última análise, a cidade capitalista não tem lugar para os pobres. A apropriação privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano.

Mas o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos:

[...] Esta parte da população acaba morando em lugares que, por alguma razão, os direitos da propriedade privada não vigoram: áreas de propriedade pública, terrenos em inventários, glebas mantidas vazias com fins especulativos, etc., formando as famosas invasões, favelas, mocambos, etc., quando os direitos da propriedade privada se fazem valer de novo, os moradores das áreas em questão são despejados, dramatizando a contradição entre a marginalidade econômica e a organização capitalista do uso do solo (SINGER, 1973, p. 34).

São fenômenos comuns nas grandes cidades as ocupações denominadas pelo IBGE como “aglomerados subnormais”. Trata-se de uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização periférica. Segundo o instituto, esses assentamentos irregulares são conhecidos por diversos nomes como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros.

A manutenção do termo “invasão” na descrição do dado, evoca a necessária diferenciação desse termo das noções de ocupação, que versam sobretudo acerca das noções de legalidade e ilegalidade. A defesa dos movimentos sociais sobre a ocupação é construída justamente com base na sociedade capitalista, cuja propriedade privada é seu fundamento central. Segundo o site do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, a diferença fundamental de concepções (já difundida no interior de outros movimentos sociais) reside em:

O MNLM ocupa não invade: existe bastante diferença entre uma e outra. (...) a invasão é quando a entrada se dá em um local que está sendo utilizado. Já a ocupação é quando o local não está atendendo a função social de propriedade prevista na Constituição, ou seja, encontra-se sem uso, abandonado. (MNLM, 2007 *apud* BUONFIGLIO, 2007, p. 83).

No último censo, identificou-se 6.329 aglomerados subnormais em 323 municípios do país. Estima-se que somente em Porto Alegre, 70 mil famílias residam em “aglomerados subnormais”. Dessas, muitas compõem o segmento dos sem-teto, grupo de famílias que via de regra em razão do endividamento com aluguéis e taxas urbanas, saem dos cortiços, periferias, áreas de risco, onde pagam aluguel, em

busca de alternativas de moradia em locais servidos de alguma infraestrutura urbana.

A segregação urbana pode ser definida como “um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole” (VILLAÇA, 2001, p.142). A origem socioeconômica é a principal forma de segregação das cidades da América Latina. É um fenômeno que se impõe às camadas mais empobrecidas da classe trabalhadora, que por meio de muitos artifícios são expulsas para áreas desfavoráveis, inadequadas e/ou irregulares, o que torna as classes mais vulneráveis da população ainda mais excluídas e reforça as desigualdades socioespaciais. Sendo assim, parte-se da premissa de que a segregação socioespacial se reflete diretamente no acesso ao direito à cidade.

Diversos estudos vêm analisando a heterogeneidade dos estratos sociais dentro de assentamentos informais, revelando a presença de desigualdades mesmo dentro da pobreza, aprofundando às leituras de uma pobreza homogeneizante. A segregação urbana é um fenômeno de múltiplas facetas, além do aspecto socioeconômico que transversaliza todas as formas de segregação, pode-se observar outras formas de segregar: por raça, grupos migratórios, religião, gênero, entre outros. Carvalho, Fridman e Strauch (2019), ao analisar a localização dos equipamentos e serviços públicos nas três maiores favelas do Rio de Janeiro e correlacionar com o perfil socioeconômico dos moradores, concluem que há um padrão de concentração dessas infraestruturas nas áreas de mais alta renda das favelas. Quanto à estrutura espacial, observou-se que as áreas mais pobres estão localizadas nas regiões mais acidentadas e de difícil acesso.

Segundo o Atlas da Violência de 2019, estudo elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) utilizando os dados de 2017 sobre índices de segurança pública, 75,5% das vítimas de homicídios no Brasil foram indivíduos negros. Analisando o marco temporal de 2007 a 2017, os dados mostram que a taxa de homicídios de pessoas negras cresceu 33,1%, enquanto a taxa de homicídios de pessoas não negras cresceu 3,3%, demonstrando uma piora na desigualdade de letalidade racial no Brasil. Os dados convocam à urgente necessidade de aprofundar o debate sobre a forte relação entre raça e classe social, uma vez que vivendo em condições mais desfavoráveis, a população negra está sujeita às maiores taxas de violência. Rolnik (1989) aponta que as populações negras são os grandes alvos de

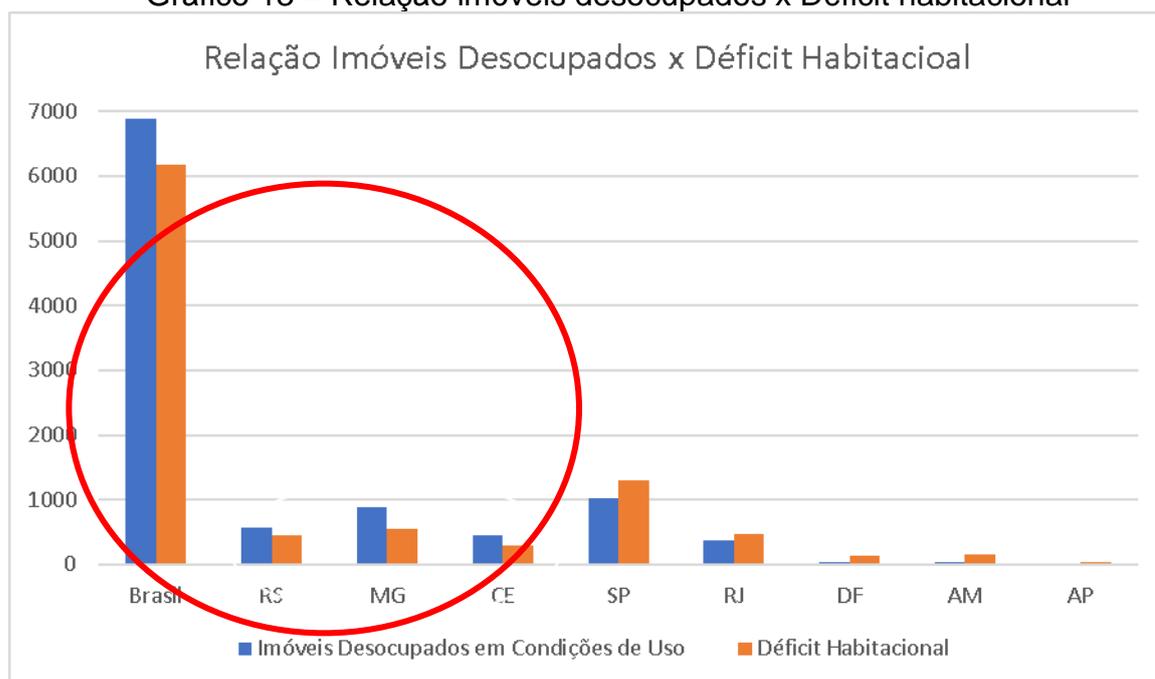
uma exclusão produzida intencionalmente ao longo do processo de urbanização e que essa prática perdura até os dias de hoje, dando forma às regiões periféricas e de baixo valor comercial.

Assim como os vários determinantes que distinguem a realidade da população negra e da população branca, aborda-se as desigualdades existentes entre homens e mulheres, a fim de aprofundar as análises sociodemográficas em áreas de moradia popular. Os dados demográficos apontam para um crescimento da chefia feminina nos lares brasileiros, como um indicador do aumento da pobreza das mulheres. Mas esse dado revela um indicador da condição de vulnerabilidade feminina, atendo-se principalmente às áreas de baixa renda. A condição de vulnerabilidade das mulheres deve ser vista como uma complexa combinação de vários elementos. Nas camadas mais baixas da população, a grande parte das famílias chefiadas por mulheres estão associadas às dificuldades econômicas. A mulher responsável pelo domicílio, além de estar sujeita a receber salários inferiores aos homens e seu trabalho se caracterizar por possuir maiores condições de precarização, assume as funções domésticas e o cuidado com os filhos, denominada de dupla, tripla jornada. A sobrecarga dos papéis assumidos pelas mulheres gera maiores dificuldades para garantir a subsistência da própria família. (DUPONT, 2019). Embora não seja objeto dessa pesquisa, faz-se necessário apontar os marcadores sociais que agravam a situação de vulnerabilidade de determinados segmentos populacionais para a análise da segregação nos territórios populares, como as variáveis de gênero combinada à questão racial, marcadores que dizem muito sobre a conformação sociodemográfica e encontram explicação na raiz da questão fundiária capitalista na experiência brasileira.

Reforçando a análise do fenômeno de escassez de moradia desenvolvido por Engels, um fator que se destaca a cada nova atualização do estudo sobre o déficit habitacional é o grande montante dos domicílios vagos. A relação entre o déficit habitacional e o número de imóveis vagos expõe o papel do estado como regulador da ordem urbanística, seja na capacidade de fiscalização o cumprimento da “função social” da propriedade privada, seja no direcionamento prioritário das políticas habitacionais, voltados quase exclusivamente à construção de novas moradias.

A base de cálculo para a geração dos dados sobre imóveis vagos⁵⁵ possui três categorias: imóveis em construção ou reforma, em condições de serem ocupados e em ruínas. Trata-se de um dado cuja coleta não é completamente representativa, vide a impossibilidade de se obterem maiores detalhamentos sobre as condições, a localização, a situação de propriedade e o padrão da construção desse estoque de moradias. O investimento no aprimoramento da caracterização desse dado, forneceria maiores subsídios para incluí-lo como alternativa de atendimento ao déficit habitacional. De acordo com a pesquisa realizada com base nos dados do Pnad 2015, o Brasil possui 7,906 milhões de imóveis vagos, 80,3% dos quais localizados em áreas urbanas e 19,7% em áreas rurais. Desse total, 6,893 milhões estão em condições de serem ocupados, 1,012 milhão estão em construção ou reforma.

Gráfico 13 – Relação imóveis desocupados x Déficit habitacional



Fonte: Dados sistematizados pela autora com base em IPEA (2019).

Caso a questão habitacional se constituísse em provisão de moradia para quem não tem, o Brasil teria condições de sanar o déficit habitacional

⁵⁵ A unidade vaga, segundo o IBGE, é “aquela que estava desocupada na data base da pesquisa”. Difere da unidade fechada, que é aquela onde, mesmo ocupada, não foram encontrados moradores no período de coleta da pesquisa. Sobre elas não existem informações detalhadas. É possível apenas a identificação de características das unidades domiciliares vagas mediante o uso da variável “tipo de entrevista”, na qual o pesquisador de campo assinala as que estavam em condições de serem habitadas, as de uso ocasional, as em ruínas e as em construção ou reforma.

exclusivamente com o contingente de imóveis desocupados – em condições de uso. Cada região possui uma distinta correlação entre imóveis desocupados x déficit habitacional, no gráfico destacou-se aquelas que possuem mais imóveis que déficit.

A falsa ideia de um déficit habitacional fruto exclusivo da insuficiência de imóveis nas áreas urbanizadas também é confrontada nas ocupações realizadas pela classe trabalhadora nos vazios urbanos centrais. Ao apresentar paradoxal equivalência entre imóveis vazios e famílias sem moradia, estas ações questionam simultaneamente o não cumprimento da legislação vigente, acerca da necessária função social da propriedade, a racionalidade da abordagem central das políticas habitacionais, orientadas prioritariamente à construção de novas casas, ressaltando a influência dos traços privatistas das instituições brasileiras, ampliando a discussão para os elementos estruturantes da vida urbana.

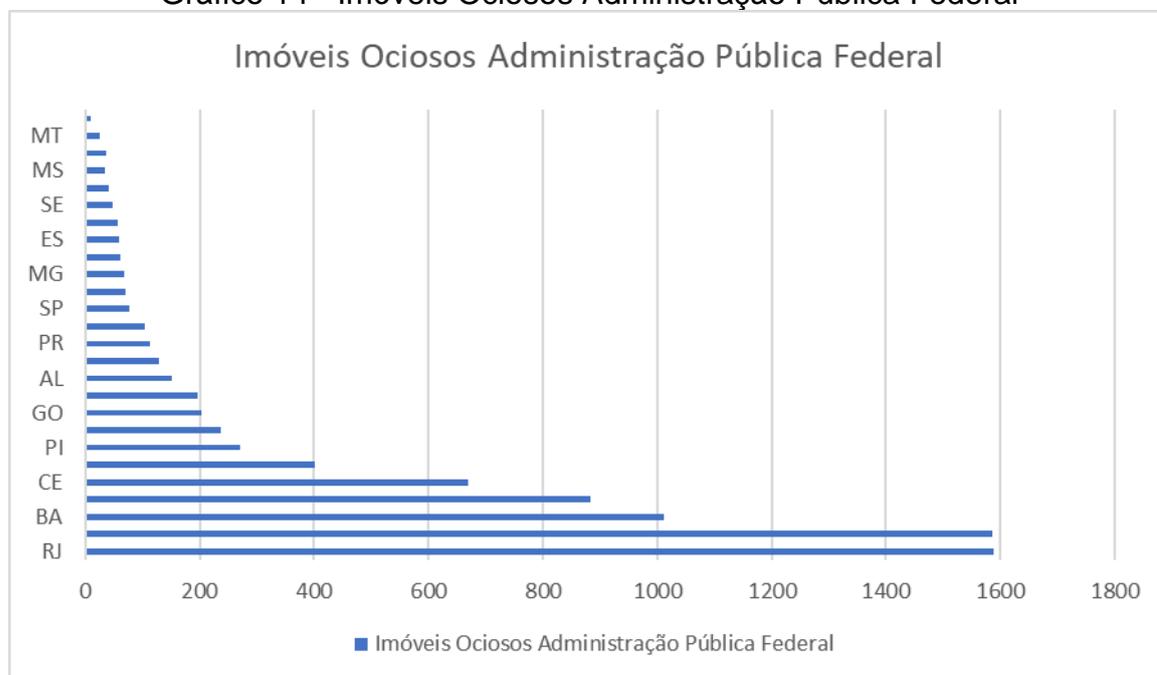
Acerca da questão da ociosidade dos imóveis -sobretudo nas regiões centrais das cidades-, destaca-se os bens imóveis públicos, isto é, aqueles pertencentes à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, de administração direta do Estado e os imóveis pertencentes às autarquias e das sociedades de economia mistas federais (administração indireta) pertencentes à União.

É atribuição do Estado a salvaguarda dos bens imóveis públicos; sua manutenção, zelo e gestão. Considerando-se que o bem imóvel público é propriedade de todos, sendo, por isso, portador de valores de dimensão econômica, social, cultural e política, como explicar que parte significativa desse patrimônio imobiliário urbano se encontra alheio ao cumprimento da sua função social. O Estado gere seus bens imóveis por meio de três formas: por meio do uso do próprio órgão, por aquisição e alienação. O patrimônio imobiliário de uma instituição pública oscila de acordo com as necessidades de expansão ou retração identificadas por cada gestor.

Rolnik (2017) questiona a razão pelas quais os imóveis públicos ociosos não são destinados para moradia. Segundo a autora, apenas o Instituto Nacional do Seguro Social é proprietário de 4 mil imóveis sem uso em todo o país. A partir de 2005 o então Ministério das Cidades assumiu como compromisso estabelecer políticas que destinassem o uso desse patrimônio para a produção de habitação de interesse social. Em 2009, o governo federal anunciou a intenção de disponibilizar esse estoque para o PMCMV. Além dos imóveis do INSS. No ano de 2017, a BBC Brasil divulgou o número de imóveis ociosos do governo federal, disponibilizados

pelos Ministério do Planejamento, totalizando em mais de 8.000 imóveis ociosos assim distribuídos:

Gráfico 14 - Imóveis Ociosos Administração Pública Federal



Fonte: Dados organizados pela autora, com base em Ministério do Planejamento (2017).

Muitos imóveis e áreas públicas que poderiam ter sido utilizados para a construção de moradias populares, tiveram outro destino. Rolnik (2017a) recupera o exemplo da área da Rede Ferroviária Federal no cais José Estelita, em Recife, área vendida para a iniciativa privada para a construção de empreendimentos residenciais e comerciais. Existem outros tantos exemplos no país, em áreas pertencentes aos estados e municípios. O que se observa é que não há responsabilidade dos entes federados no tratamento do patrimônio público, sobretudo no cumprimento da função socioambiental da propriedade.

Cabe ressaltar que a gestão do patrimônio público está condicional à leis específicas. A legislação que rege o patrimônio público⁵⁶ é mais um capítulo das contradições do aparato legal que versa sobre o direito à moradia. O Estado gere seus bens imóveis por meio de três formas: no uso do próprio órgão, aquisição e alienação. A alienação é orientada para privilegiar a rentabilidade econômica dos

⁵⁶ Lei 9.636/1998 Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

imóveis, a legislação obstaculiza a utilização desses recursos imóveis para funções pouco lucrativas, como é o caso da habitação de interesse social.

Os prédios ociosos são resíduos daquilo que sobrou, portanto deveriam ser passíveis de uso e apropriação social, num processo de ressignificação da vida. São as pessoas que animam as formas espaciais, atribuindo um conteúdo, uma vida. (SANTOS, 2012^a). O segmento autodenominado como “sem-teto” pode -e deve- interferir, por meio das ocupações, na alteração da paisagem daquilo que sem uso não tem vida.

Quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo, isto é, objetos sociais já valorizados aos quais ela (a sociedade) busca oferecer ou impor um novo valor. A ação se dá sobre objetos já agidos, isto é, portadores de ações concluídas mas ainda presentes. Esses objetos da ação são, desse modo, dotados de uma presença humana e por ela qualificados. (SANTOS, 2012^a, p. 109)

Os sem-teto são, portanto, produto da urbanização capitalista que se tornam sujeitos do processo histórico a partir de uma luta que tem início a partir de meados da década de 1990. A CF1988 e o Estatuto da Cidade (2001) em alguma medida tornaram institucionalmente legítima a causa e instrumentalizando as estratégias de luta desse segmento. Idealmente falando, os sem-teto seriam os fiscalizadores do Estado no descumprimento da função social da propriedade. Num só ato apontam a ilegalidade e oferecem o caminho para a imediata solução.

3.2 “UM MUSEU DE GRANDES NOVIDADES”: O PMCMV NA RELAÇÃO COM O DÉFICIT HABITACIONAL BRASILEIRO

A política habitacional, assim como as demais políticas sociais brasileiras, é permeada por contradições, que figuram a disputa de interesses antagônicos da sociedade dividida em classe. O real enfrentamento da questão habitacional tem como premissa a ruptura com a lógica patrimonialista enraizada na sociedade brasileira, o combate à especulação imobiliária e a defesa da função social da terra. Em outras palavras, trata-se de uma disputa histórica da classe trabalhadora, que está longe de findar.

E o direito de morar? Confundido em boa parte da literatura especializada com o direito de ser proprietário de uma casa, é objeto de um discurso ideológico cheio, as vezes, de boas intenções e, mais frequentemente, destinado a confundir os espíritos, afastando cada vez mais pra longe uma proposta correta que remedeie a questão. Por enquanto, o que mais se conseguiu foi consagrar o predomínio de uma visão imobiliária da cidade, que impede de enxergá-la como uma totalidade. O mito do direito à propriedade da casa levou, num primeiro momento, a que se construíssem casas e apartamentos para a classe média. Mesmo assim, os preços geralmente eram exorbitantes, ainda quando os imóveis são construídos com o dinheiro público, dinheiro acumulado pela contribuição obrigatória de todos os trabalhadores (SANTOS, 2012, p. 61).

A retirada dos pobres das regiões valorizadas da cidade facilita a expansão dos espaços coletivos privados em detrimento dos públicos, garantindo uma lógica de privatização da cidade. A segregação social e espacial na estruturação da organização da cidade reforça a visão criminalizadora e moralizadora da pobreza ao atribuir à cidade informal todas as mazelas da vida urbana na contemporaneidade. Segundo Rolnik (2012), sobre a representação das favelas ou ocupações irregulares, o que o planejamento urbano trata como subnormal, a polícia trata como marginal e a sociedade como má vizinhança, pois sua proximidade interfere na valorização dos bairros.

O Programa Minha Casa Minha vida buscou impactar na economia por meio dos efeitos multiplicadores gerados pela indústria da construção civil. Além disso, o MCMV aumentou o volume de crédito para aquisição e produção de novas habitações, ao mesmo tempo em que reduziu as taxas de juros para ampliar o acesso ao sistema financeiro (CARDOSO, 2013). Sendo assim, essa forma de atendimento serviu de alicerce para o mercado imobiliário e para o aquecimento da economia interna, haja vista os reflexos da crise capitalista deflagrada mundialmente a partir do ano de 2008.

Como prerrogativa do programa, a possibilidade de oportunizar aos municípios o desenvolvimento de empreendimentos habitacionais para sanar o déficit, uma vez que para o ente municipal coube somente a disponibilização de áreas para a construção das unidades habitacionais, conforme descreve Rolnik (2010, p. 22):

O Programa Minha Casa Minha Vida tem como finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e compra de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda mensal de até 10 salários-mínimos, que residam em qualquer município brasileiro. Para que o Programa Minha Casa Minha Vida

construa moradias adequadas e bem localizadas é essencial a participação ativa dos municípios mobilizando instrumentos em seus Planos Diretores que favoreçam a disponibilidade de bons terrenos para o programa, especialmente para famílias com renda de 0 a 6 salários-mínimos. Este Programa tem como meta construir um milhão de habitações.

A abrangência do programa em termos quantitativos assume relevância histórica no cenário da política habitacional brasileira, contudo, no que se refere à avanços qualitativos para o enfrentamento da questão habitacional, representou a repetição dos limites e equívocos das experiências passadas na área. As críticas se referem a inadequação da localização dos empreendimentos construídos, de uma forma geral, fora do tecido urbano, especialmente nas cidades de grande porte. Outra crítica recorrente, versa sobre a baixa qualidade arquitetônica e construtiva dos empreendimentos, todos nos mesmos moldes (tamanhos e tipificações) desconsiderando as questões regionais, culturais e a diversidade da composição familiar.

As críticas dispensadas ao Programa Minha Casa, Minha Vida também incidem sobre a destinação de recursos públicos para iniciativa privada, deslocando para o mercado a gestão das ações da política habitacional. Dependente da disponibilidade e interesse das empreiteiras, a política habitacional se torna refém do jogo comercial que coloca em segundo plano os empreendimentos voltados para a população com renda de até três salários mínimos, em razão da menor margem de lucro sobre esses empreendimentos. Assim, identifica-se a centralização na esfera privada e na mercadorização da política, uma vez que são as construtoras/empreiteiras as beneficiárias diretas dos recursos de financiamento do programa, e o destinatário da política assume papel de devedor, reproduzindo a lógica de financeirização imobiliária, ao assumir a responsabilidade de um financiamento, ainda que subsidiado pelo governo federal:

No capitalismo, a proteção social sempre foi funcional ao processo de acumulação, embora contraditoriamente ela tenha constituído um meio de defesa dos trabalhadores contra a exploração exacerbada do capital. Pode-se até mesmo afirmar que o objetivo do bloco no poder que a cultiva e a regula não é propriamente o alívio da pobreza, embora a palavra *relief* esteja na moda; mas, de um lado, regular os conflitos gerados pelo desemprego e, de outro, manter e reforçar o trabalho assalariado de baixa remuneração, útil ao aumento do consumo, cada vez mais incentivado pela ampliação dos sistemas de créditos. (PEREIRA, 2013a, p. 645).

Desde a formulação até a execução do programa, identifica-se distorções nos aspectos centrais, tal como a desarticulação do programa com a política urbana, bem como a ausência de instrumentos para o enfrentamento da questão fundiária. A operacionalização da política através do programa visa predominantemente a construção de novas moradias. Dessa forma, as ações de regularização fundiária e de legitimação das ocupações feitas em espaços ociosos no centro da cidade assumiram caráter residual, eximindo o programa da discussão acerca da função social da propriedade e reduzindo (ou inviabilizando) as possibilidades de realizar o acesso à moradia nos territórios já ocupados pelas famílias atendidas.

Em relação à localização dos empreendimentos, a construção de novas unidades habitacionais em áreas bem localizadas foi fator determinado predominantemente por meio da intervenção municipal. Assim, coube aos entes municipais a disponibilização dessas áreas. Contudo, como alternativa encontrada para “otimizar” os custos das unidades habitacionais, optou-se predominantemente pela verticalização das construções e localização em áreas de menor valor comercial, ou seja, em zonas mais distantes das áreas centrais. Dessa forma, foi comprometida a autonomia das famílias atendidas pelo programa na eleição da forma e local de moradia. A experiência de Porto Alegre confirma a crítica quanto à questão da localização distante da região central dos empreendimentos habitacionais voltados às famílias de baixa renda é anterior ao PMCMV.

Em Porto Alegre, o PMCMV frustrou expectativas quanto ao padrão construtivo utilizado. As famílias cadastradas antes de 2009 em programas habitacionais do município, eram atendidas em loteamentos de menor porte, em sua maioria horizontalizados, composta predominantemente por casas térreas e sobrados. Ainda que já houvesse forte crítica ao tamanho das Unidades Habitacionais, o tipo construtivo horizontal, no modelo casa ou sobrado ampliava a possibilidade de futuras adaptações das moradias às necessidades das famílias atendidas pela política habitacional.

De acordo com as informações da Prefeitura de Porto Alegre, os empreendimentos do PMCMV, para famílias com renda de zero a três salários-mínimos, mantiveram o traço marginal da política habitacional quanto à localização. A construção de novas unidades habitacionais esteve concentrada em locais distantes das áreas centrais. Mais de 80% das famílias atendidas foram removidas para o bairro Restinga. Ressalta-se que as famílias atendidas pelo programa não

são oriundas deste bairro, de uma forma geral, são comunidades que ocupavam locais que passaram por intervenções de obras viárias, conforme já mencionado, trata-se, via de regra, de remoções involuntárias promovidas para a viabilização de duplicação de avenidas, ampliação da pista do aeroporto, construção de estacionamentos, entre outros.

Quadro 11 - Unidades Habitacionais entregues pelo PMCMV em Porto Alegre por localização

PMCMV em Porto Alegre	Unidades Habitacionais entregues para famílias de zero a três salários mínimos	Bairro do empreendimento
2011	492 UH	Restinga
2012	916 UH	Restinga
2014	360 UH	Partenon
2015	180 UH	Partenon
Em construção	1112 UH	Restinga

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre – Departamento Municipal de Habitação. Sistematizados pela autora. (Últimos dados disponibilizados pelo site).

A adesão ao PMCMV em Porto Alegre ao mesmo tempo que oportunizou expectativa efetiva de redução do déficit habitacional, reconfigurou a rotina da política habitacional e dos seus usuários. Ao viabilizar o acesso à moradia com participação mínima de recursos municipais, a migração dos programas preexistentes foi massiva. Dessa forma, destaca-se que o programa federal –da forma como foi conduzido pelo município- antes de realizar a cobertura das famílias não cadastradas nos programas municipais, passou a socorrer esses programas que já sinalizavam dificuldades de conclusão, por razões orçamentárias. O programa também se apresentou como viabilizador de obras diversas do município, onde a remoção de famílias deixou de representar entrave na execução de projetos urbanísticos, especialmente os viários, priorizados às vésperas do megaevento esportivo Copa do Mundo FIFA.

Os exemplos recentes proliferam, as obras impulsionadas pela Copa do Mundo, promoveram remoções involuntárias, a exemplo das Vilas Dique e Tronco. As quase 1500 famílias da Vila Dique foram removidas a fim de viabilizar o prolongamento da pista do Aeroporto Internacional Salgado Filho. Já as famílias atingidas pelo projeto de duplicação da Avenida Tronco, foram encaminhadas para o

aluguel social, para a realização da obra viária (que se pretendia concluída para o evento de 2014), nesse caso específico, a tentativa de remoção das famílias ocorreu antes da definição de prazo para a entrega das moradias definitivas. O encaminhamento para o aluguel social, sem prazo definido, gerou um movimento da comunidade chamado “chave por chave”, a resistência de algumas famílias em desocupar o local sem que houvesse clareza na proposta dos agentes municipais em relação ao prazo e local de atendimento persiste até os dias de hoje.

A superação das incompletas formas de mediação da questão habitacional e segregação socioespacial não aparecem como objetivo do programa. O foco na construção de novas unidades habitacionais, a questão da localização dos empreendimentos, a qualidade construtiva e o atendimento prioritário à faixa de renda de maior concentração do déficit habitacional, na prática não assumiram centralidade na execução da política. Desta forma, permanecem intactas as relações de especulação imobiliária e apropriação privada do solo, em detrimento da sua função social. Além disso, a lógica de políticas de governo e não de Estado, tornam frágeis as possibilidades de continuidade e consolidação das políticas. Em maio de 2016 a então Presidenta Dilma anunciou um adensamento no repasse do programa na sua modalidade “entidades”⁵⁷, demanda principal dos movimentos sociais de luta pela moradia, associações, cooperativas e demais organizações populares. Um ano após, já com a consolidação do golpe sofrido pela presidência da república no ano de 2016⁵⁸, em maio de 2017, o presidente Temer retroage da decisão e anuncia a suspensão da contratação de mais de 10 mil unidades selecionadas pela mobilidade, gerando uma série de mobilizações no país.

A questão da moradia no capitalismo integra as diferentes formas de enfrentamento “[...] temporais e territoriais do próprio capitalismo em relação às suas crises endógenas nos espaços urbanos.” (PEREIRA, 2009, p. 377). Nesse sentido, é possível afirmar que as medidas adotadas pelo Estado para equalizar a questão habitacional, ao longo da história do país, abordaram a questão de forma superficial, sem atingir a raiz do problema: a apropriação privada do solo urbano que determina o seu contorno e ratifica as formas de segregação socioterritorial.

⁵⁷A modalidade, apesar de representar uma produção ínfima em termos quantitativos, garantiu a construção de unidades habitacionais de qualidade construtiva muito superior às demais, além de uma participação mais ativa da população atendida, por seu viés que remonta à tradição autogestionária das políticas habitacionais.

Em consonância com esse quadro de intensificação do investimento em infraestrutura urbana, a política pública habitacional voltou a ser centralizada na esfera federal, focando na construção de novas unidades habitacionais com financiamento da Caixa Econômica Federal.

Protagonizam nesse cenário de disputa por espaço na cidade, os movimentos sociais vinculados ao direito à moradia. São longas e consistentes as trajetórias desses movimentos, Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto, Movimento Nacional de Luta pela Moradia, entre tantos outros. Esses movimentos deflagram cotidianamente que a questão do déficit habitacional está para além da construção de novas moradias. Em muitas cidades o número de imóveis vazios supera a demanda por habitação. As ocupações desses espaços ociosos, organizadas pelos movimentos, trazem à tona a possibilidade real de atendimento da política habitacional em regiões urbanizadas e centrais, próximas aos recursos necessários para a realização do direito à cidade.

As possibilidades de materialização do direito à moradia nos seus termos constitucionais, dependem da internalização da “função social” nas instituições que regulam o solo. Em contraponto ao direito absoluto da “propriedade”. Constata-se assim que, a base da sociedade burguesa é o próprio limite da concretização do direito à moradia. A cultura patrimonialista garante direito ilimitado ao proprietário. O sistema judiciário, via de regra, sobrepõe o direito à propriedade privada às tentativas de validação da função social do espaço, e frequentemente enquadra como ilegítima e/ou ameaçadora à ordem, as tentativas da sociedade civil defender a vida e os direitos humanos fundamentais previstos constitucionalmente. Os avanços quantitativos, ainda que de extrema relevância, reforçam a ideia de cidadania condicionada à lógica do mercado, que reduz o cidadão a consumidor:

A história do planejamento urbano no Brasil mostra existência de um pântano entre sua retórica e sua prática, já que estava imerso na base fundante marcada por contradições: direitos universais, normatividade cidadã –no texto e no discurso – versus cooptação, favor, discriminação e desigualdade – na prática da gestão urbana. (MARICATO, 2013, p. 135).

Mas, se até pouco tempo, a legislação vigente propunha um enfrentamento da questão fundiária de ordem estrutural e materializá-la parecia ser o desafio. Há consenso de que o incontestável avanço proporcionado pela criação de uma regulamentação da questão urbana, o instrumento legal por si só, não foi suficiente

para alavancar a reforma preconizada pelos movimentos de reforma urbana. Contudo, diante do retrocesso do instrumento legal, o desafio que se impõe assume outra conotação. Urge a mobilização pela apropriação e recuperação desses avanços, haja vista que se não resolveram a complexidade da questão no país, serviam de horizonte e base de sustentação das lutas que se impuseram ao seu não cumprimento. A participação popular nos fóruns que discutem a questão urbana foi interrompida ainda em fase embrionária. Apesar das profundas críticas à qualidade da participação e as formas de neutralização e superficialização dos debates nos canais institucionais, esses eram espaços imprescindíveis ao exercício político democrático.

3.3 “MAS EIS QUE CHEGA A RODA VIVA”: UM PASSO ATRÁS NA CF88

Ao final do ano de 2016, o governo federal publicou a Medida Provisória n. 759/2016, com objetivo de revogar integralmente o Capítulo III da Lei n. 11.977/2009 que trata da questão fundiária no país, propondo novas regras e mecanismos para o enfrentamento da questão em todo o Brasil. Com base na medida, em 2017 é aprovada a **Lei 13.465/2017** que altera o marco legal da terra no Brasil, a nova legislação da Política Urbana substitui o **direito à cidade** pelo **direito à propriedade**.

Quadro 12 – Comparativo legislações de 2009 e 2017 sobre Regularização Fundiária

Lei 11.977/09	Lei 13.465/17
Art. 46 A Regularização Fundiária consiste no conjunto de medidas jurídicas que visam a regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.	Art. 90 Ficam instituídas no território nacional normas e procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana (REURB), a qual abrange medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes.

<p>Art. 47 (Inciso VII; Alínea b) A Regularização Fundiária de Interesse Social: Regularização Fundiária de assentamentos irregulares ocupados, predominantemente, por populações de baixa renda, nos casos de imóveis situados nas ZEIS.</p> <p>a) em que tenham sido preenchidos os requisitos para usucapião ou concessão de uso especial para fins de moradia;</p> <p>b) em que a área esteja ocupada, de forma mansa e pacífica, há, pelo menos, cinco anos;</p> <p>c) de imóveis situados em ZEIS;</p> <p>d) de áreas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios declaradas de interesse para implantação de projetos de regularização fundiária de interesse social;</p>	<p>A Reurbanização não está condicionada à existência de ZEIS;</p>
--	--

Fonte: Leis 11.977/2009 e 13.465/2017. Dados tabulados pela autora, 2019.

Essa mudança de paradigma altera substancialmente a direção social e os fundamentos construídos ao longo das últimas décadas, refletindo:

- No abandono do compromisso de urbanização das áreas irregularmente ocupadas;
- Ênfase na titulação representa a substituição da **função social da propriedade** pela **função econômica da terra**;
- Ausência de referência de mecanismos de **participação democrática** na formulação, implementação e fiscalização dos programas e projetos de regularização;
- Gravame das Zonas Especiais e Interesse Social desvinculado do Plano Diretor, tornando-se um poder discricionário do gestor municipal;
- Sobre a legitimação fundiária, cria instrumentos que admitem a **possibilidade de tornar terra pública em privada** sem requisito temporal ou determinação de área limite;
- Viola o princípio da igualdade ao dispensar tratamento diferenciado ao REURB – S⁵⁹ e REURB – E⁶⁰, criando condicionantes apenas para o primeiro.

A nova lei se propõe a modificar integralmente o capítulo que trata de

⁵⁹ A Reurb-S é aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por **população de baixa renda**, assim declarados em ato do Poder Executivo Municipal.

⁶⁰ A Reurb-E é aplicável aos demais núcleos urbanos informais.

regularização fundiária, contudo no que se refere ao enfrentamento da informalidade, limita-se à manutenção do modelo de política habitacional prevista na lei 11.977/09. O PMCMV, mesmo nos anos de mais robusto investimento, demonstrou incapacidade de alterar os índices de déficit habitacional entre as famílias com renda de até três salários mínimos, conforme referido no item anterior. Uma política de assentamentos informais com viés curativo, com a facilitação destes procedimentos e desatenta as falhas inerentes aos programas de prevenção, tende a agravar o quadro, incentivando a proliferação da informalidade. Além disso, destaca-se a desvinculação da nova legislação aos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, não fazendo referência às ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social, importantes mecanismos de prevenção e regularização, que definem critérios diferenciados de ocupação e uso do solo, “[...] assim como de normas edilícias, contribuindo ainda com problemas decorrentes dos processos de legalização da propriedade, como por exemplo, a gentrificação.”. (HERMANY; VANIN, 2017, p. 513).

Outra ameaça relevante às conquistas recentes na política urbana está representada pela Proposta de Emenda Constitucional nº 80/2019, de autoria coletiva liderada pelo Senador Flávio Bolsonaro. A PEC (em tramitação) versa sobre a política fundiária e a reforma agrária. Propõe a alteração dos artigos 182 e 186 da CF88, que tratam da Função Social da Propriedade. Em termos gerais, a proposta de emenda significa:

1. Desconsideração do Plano Diretor como instrumento básico da Política de Desenvolvimento Urbano;
2. Supressão da autoexecutoriedade dos atos de poder de polícia administrativa municipal no que diz respeito ao cumprimento da Função Social da Propriedade e violação do princípio da separação dos poderes;
3. Previsão de pagamento de indenização com valores de mercado para propriedades que não atendam a sua função social, premiando um comportamento inconstitucional;
4. Motivações incompatíveis com o princípio constitucional da função social da propriedade e outros direitos e garantias individuais.

Segundo a Nota técnica emitida pela Organização dos Advogados do Brasil (OAB) e Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico a PEC 80/2019 padece de inconstitucionalidades flagrantes:

[...] descaracteriza a Política Urbana preconizada pelo constituinte originário; viola as competências federativas, e o princípio da separação dos poderes e os direitos individuais, estes, ademais, cláusula pétreas, não passíveis de supressão ou enfraquecimento, além de apresentar motivações injustificadas e descabidas. Igualmente afronta os fundamentos da República Federativa do Brasil (artigo 1º da Constituição) e seus objetivos fundamentais (artigo 3º). (OAB; IBDU, 2019).

Retoma-se que a CF88 foi responsável por alçar o direito de propriedade e a função social da propriedade o mesmo status constitucional, dispondo-os no capítulo dos direitos e garantias fundamentais (art. 5º), e isso abarca todo tipo de propriedade, móvel ou imóvel, tangível ou intangível, ações, marcas e patentes. Ainda que já tenha sido abordada as contradições dessa equiparação e que se identifique que na materialidade as instituições jurídicas historicamente atribuíram desiguais pesos nas decisões em que o direito à propriedade é confrontado pelo cumprimento da sua função social, oficialmente não há “relativização” do direito de propriedade quando este é limitado por deveres e obrigações determinados por lei. Tanto é assim, que, acertadamente, o Código Civil brasileiro de 2002 passa a incorporar a função social da propriedade no núcleo conceitual da definição de propriedade.

Sobre a desconsideração do Plano Diretor como instrumento básico da Política de Desenvolvimento Urbano, ressalta-se que todo processo de elaboração do plano diretor deve ser pautado pela participação social e transparência de ações e propostas, nos termos do Estatuto da Cidade, por meio de obrigatórias audiências públicas (Lei Federal n. 10.257/01, art. 39 § 4o). O retorno à consagração irrestrita ao direito de propriedade viola o princípio da proibição do retrocesso. Assim a Nota técnica questiona:

Como aventar a “arbitrariedade, abusos” se a definição dos pressupostos de cumprimento da função social da propriedade consta na LEI do Plano Diretor, sendo devida sua transparência e ampla publicidade, tanto na fase de proposição pelo Executivo Municipal como na fase de aprovação pela Câmara Municipal? Assim, o princípio da função social da propriedade justamente faz cair por terra a concepção liberal do direito de propriedade como um direito absoluto, exclusivo e perpétuo, concepções adotadas em séculos passados. (OAB, IBDU, 2019).

Na página eletrônica do Senado Federal consta consulta pública⁶¹ sobre a PEC. Em janeiro de 2020 o posicionamento da população medido pela referida consulta virtual resultava contrária a aprovação, com 32 votos a favor e 539 contra. Apesar da discrepante diferença nas posições, destaca-se que uma alteração tão significativa para a os rumos da questão fundiária e acesso à moradia no país possui pouco engajamento popular, não chegando nem a mil manifestações. Tem-se que isso se deve ao desconhecimento da grande parte da sociedade do que representam essas alterações na legislação atual em termos de retrocesso. Percebe-se que a avalanche de ameaças aos direitos constitucionais tem dificultado a ação de socialização das informações e, conseqüentemente, capacidade organizativa de uma reação popular a altura do desmonte proposto.

Ainda nessa gestão, a presidência aprovou a medida provisória 870/19⁶², transformando-a na Lei 13.844/2019. A lei altera a estrutura ministerial, aglutinando pastas, a exemplo do Ministério das Cidades, incorporado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional. A mudança faz parte de um processo de desespecialização dos órgãos públicos responsáveis pela temática.

Com essa alteração, extinguiu-se também o Conselhos das Cidades, transformando-o em Conselho Nacional do Desenvolvimento Regional. A criação do Conselho das Cidades (ConCidades), no ano de 2004, representou a materialização de um importante instrumento de gestão democrática da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU. Tratava-se de um órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva, integrante da estrutura do Ministério das Cidades que tinha por finalidade estudar e propor diretrizes para a formulação e implementação da PNDU, bem como acompanhar a sua execução.

Diante dessas mudanças, gerou-se o impasse sobre a realização e promoção da 6^o Conferência Nacional das Cidades. As conferências representam um fortalecimento do marco participativo presente na CF88. De acordo com o texto constitucional, a soberania popular pode se fazer tanto pela via representativa como

⁶¹A votação ainda está aberta. O site da consulta pode ser acessado através: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/136894>

⁶² A medida teve seu texto alterado para a criação da Lei 13.844/19. Inicialmente o texto da reestruturação ministerial era ainda mais nocivo à população. Foi vetada a proposta da presidência de transferir para o Ministério da Agricultura a competência de demarcação de terras indígenas e quilombolas, uma aberração jurídica inclusive, se considerar que são setores com interesses antagônicos na disputa já desequilibrada pela terra. A proposta de alteração vetada significaria, em termos de ditos populares, “colocar a raposa a cuidar do galinheiro”.

pela via da participação. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2012), as conferências podem ser entendidas como processos participativos convocados por órgãos do Poder Executivo que reúnem, com certa periodicidade, representantes do Estado e da sociedade para dialogar a respeito de políticas públicas. O processo de formação e realização das conferências nacionais das cidades por meio da estrutura extinta, tinha como objetivo:

- I. Identificar os principais problemas que afligem as populações das cidades brasileiras, mediante manifestações de vários segmentos e agentes produtores, consumidores e gestores;
- II. Propor princípios e diretrizes das políticas setoriais e da política nacional das cidades;
- III. Avaliar os programas e legislações nas áreas de habitação, saneamento ambiental, programas urbanos, trânsito, transporte e mobilidade urbana, desenvolvidas pelos governos federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal;
- IV. Indicar ao ministério das cidades as prioridades de atuação;
- V. Avaliar o sistema de gestão e implementação das políticas urbanas, intermediando a relação com a sociedade na busca da construção de uma esfera público-participativa;
- VI. Avaliar os instrumentos de participação popular presentes na elaboração e implementação das políticas públicas e propor as formas de participação no processo de formação do Conselho das Cidades. (BRASIL, 2002, p. 2).

Na página eletrônica da 6^o Conferência Nacional das Cidades, acessada em dezembro de 2019, a última informação que consta é sobre a alteração de cronograma realizada pelo então presidente Michel Temer, por meio do decreto 9.076/2017. O documento autoriza a realização das conferências municipais e estaduais, mas não determina data para a realização da etapa nacional. Até o momento, a conferência não foi realizada. Em pesquisa sobre o status do impasse, não foi encontrada nenhuma informação no site do Ministério do Desenvolvimento Regional. Nas páginas dos Conselhos (tanto o extinto das Cidades, quanto o atual de Desenvolvimento) também nada consta em relação à previsão de realização da etapa nacional. Essa dificuldade na transparência das informações acerca das

alterações da estrutura ministerial também é percebida na busca pelo material produzido pelo Ministério das Cidades, em razão da supressão da biblioteca que deixou de ser disponibilizada, ou, ainda não foi transferida para a página da atual estrutura.

A dificuldade de acesso à produção da história recente, atribui-se a noção de apagamento histórico.

A preciosa vantagem histórica que o espetáculo tirou dessa marginalização da história – de já ter condenado toda a história recente a passar para clandestinidade e ter conseguido fazer todos esquecerem o espírito histórico na sociedade – foi, antes de tudo abarcar sua própria história, o movimento de sua recente conquista no mundo. Seu poder já soa familiar, como se sempre tivesse estado presente. Qualquer usurpador tenta fazer esquecer o que acabou de chegar. (DEBORD, 1997, p. 178).

Da mesma forma, desde o golpe parlamentar em 2016, o Programa Minha Casa Minha Vida vem sendo alvo de corte orçamentário. No governo Bolsonaro, dos R\$ 564 milhões aprovados para o Orçamento de 2019, aproximadamente 420 milhões estão contingenciados. Em 2020 o cenário se agrava, a proposta orçamentária do Ministro Paulo Guedes prevê 400 milhões de reais para o programa, valor insuficiente mesmo para as obras em andamento e os projetos já aprovados. Diante desse cenário, presume-se que a intenção é acabar com o programa sem alarde, pois mesmo com todas as debilidades já mencionadas, o programa foi um divisor de águas na política habitacional brasileira, tornando o seu fim abrupto medida impopular. Tudo indica que o fim do PMCMV será silencioso e discreto, por meio de uma desidratação orçamentária fruto de uma política de extrema austeridade.

4 “ENTRE OS DENTES SEGURA A PRIMAVERA”: DA LUTA POR MORADIA AO DIREITO À CIDADE

A crítica arrancou as flores imaginárias dos grilhões, não para que o homem suporte grilhões desprovidos de fantasias ou consolo, mas para que se desvencilhe deles e a flor viva desabroche. (MARX, 2013, p. 152).

O direito à moradia, assim como tantos direitos fundamentais, ainda é cotidianamente negado e, portanto, constitui-se como uma das mais emblemáticas bandeiras de luta dos movimentos sociais urbanos. As desigualdades socioterritoriais urbanas são deflagradas pela resistência da classe trabalhadora, em boa parte representadas pelos movimentos sociais vinculados ao direito à moradia. São longas e consistentes trajetórias desses movimentos — Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto, Movimento de Lutas dos Bairros, Vilas e Favelas, Movimento Nacional de Luta pela Moradia, Frente de Luta pela Moradia, Movimento de Direito à Moradia, entre outros. Esses grupos por meio das suas estratégias de resistência buscam alternativas de ruptura com o modelo excludente e segregador das cidades capitalistas.

Oriundos das lutas sociais travadas no processo de redemocratização brasileira, são relevantes os avanços legais no marco regulatório no que tange ao debate sobre a regulação e mediação da vida urbana. Mas para além da já referida constatação de que a legislação em si, assim como as políticas elaboradas para a sua materialização, não se afirmam como contraponto ao modelo de urbanização excludente do país, atualmente se experencia a regressão desse arcabouço legal.

O retrocesso nas leis que regulam a questão fundiária compromete todo o conjunto de relações sociais no espaço urbano. Pois, contando com o aparato legal de defesa da função social da propriedade o país não conseguiu conter a lógica urbana orientada à geração e agravamento das desigualdades, na retração da perspectiva social e com a legitimação da lógica privatista na legislação, espera-se um cenário de profunda hostilidade.

Desde o processo de redemocratização do país, o movimento de resistência da classe trabalhadora aos inúmeros limites das políticas urbanas, de uma forma geral, esteve diretamente vinculado aos espaços de controle e gestão das políticas sociais, criados por esse arcabouço legal em risco. Frente à fragilidade das instituições nacionais e as constantes ameaças de retração dos avanços

conquistados pela classe trabalhadora, exalta-se a ampliação no repertório de lutas com ações que extrapolam o debate institucional e radicalizam a noção de direito à cidade.

Partindo-se do conceito amplo de direito à cidade (lefebvreniano), a análise sobre o urbano tem a cidade como um objeto de disputa societário, expressa no cotidiano por uma disputa territorial. O estudo foi orientado para compreender as determinações que incidem sobre a questão habitacional nas relações estabelecidas pela sociedade capitalista, e como elas se manifestam nas regiões centrais das cidades, utilizando-se como referência Porto Alegre. Resta saber, diante de tantos imóveis ociosos em áreas plenamente servidas de infraestrutura urbana, o que realmente impede a ocupação desses espaços centrais pelas populações historicamente lançadas à margem do tecido urbano, qual seja a classe trabalhadora de baixa renda.

Os movimentos de luta pela moradia se diferem dos movimentos populares conhecidos como movimentos de bairros, oriundos da década de 1970. Observa-se um salto qualitativo no debate proposto pela atual forma de organização dos movimentos, tornando mais complexas e abrangentes as bandeiras de luta, antes circunscritas às carências imediatas. Identifica-se como um importante acontecimento, no sentido de politizar esse debate, a preparação para a Conferência Brasileira (preparatória para Istambul), onde foi organizada uma mobilização em escala nacional, articulando diversos segmentos da sociedade. O período foi marcado por uma agenda de atividades que contou com a elaboração da “Carta da Conferência Brasileira - Direito à Moradia e à Cidade⁶³” (1996) que se tornou referência para o debate do fórum dos Movimentos Sociais e ONGs (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ARQUITETOS E URBANISTAS, 1996).

No ano de 1996, nos preparamos para participar da Conferência Internacional Habitat II que teve lugar em Istambul. O governo brasileiro não levou nenhum documento representativo, mas a FNA (Federação Nacional dos Arquitetos) levou este documento: ASSENTAMENTOS (mais) HUMANOS. (...). Participaram da reunião mais de 500 pessoas vindas de todo Brasil e representando entidades profissionais, sindicais e populares. Trata-se hoje de um documento histórico que mostra o espírito da época e o protagonismo dos arquitetos na recuperação da proposta de REFORMA URBANA. (MARICATO, 2016).

⁶³A carta está disponível online através do endereço:
https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2016/05/revista_fna.pdf.

Trata-se de um importante encontro entre os representantes do Fórum Nacional de Reforma Urbana com os atores vinculados à luta pelo direito à moradia, que de um lado permitiu uma expansão da compreensão da questão urbana para desses atores ao passo que enriquece o debate com as noções da realidade material concreta da questão habitacional no país. A troca permitiu que a proposta de Reforma Urbana assumisse um caráter popular. O período foi marcado pela forte mobilização dos até então quatro movimentos nacionais urbanos: a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), a Central dos Movimentos Populares (CMP), o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), a União Nacional de Moradia Popular (UNMP) que juntos somaram mais de 50% dos participantes da conferência. (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ARQUITETOS E URBANISTAS, 1996).

A história e a realidade urbana brasileiras não são feitas apenas de miséria, desigualdades, carências, segregações, discriminações, opressão e exploração. A nossa cidade é, também, e cada vez mais, o lugar da luta, o lugar da constituição de movimentos sociais organizados que querem transformá-la. É o lugar de uma cidadania que não se faz apenas com direitos abstratos, mas sobretudo com experiências concretas de solidariedade e elaboração coletiva tanto de projetos imediatos, quanto de utopias. É o lugar, num número crescente de municípios, da experimentação e afirmação de novas formas de planejamento e administração pública, comprometidos com a democracia e as necessidades da maioria. (CARTA DA CONFERÊNCIA BRASILEIRA, 1996).

A década de 1990 foi marcada por essa articulação nacional dos movimentos pela Reforma Urbana que representaram a delegação nacional do Brasil na 2ª Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, primeiro evento da ONU em que foi permitida a participação e o credenciamento dos movimentos sociais em âmbito nacional e internacional.

Assim identificados:

Quadro 13 – Movimentos vinculado à Reforma Urbana

<p>CONAM</p> 	<p>Fundada em 1982, é “uma entidade presente no movimento nacional popular e comunitário, tendo como seu papel organizar as federações estaduais, uniões municipais e associações comunitárias, entidades de bairro e similares” na defesa da “universalização da qualidade de vida, com especial atenção às questões do direito às cidades” (MANCE, 1991).</p>
<p>CMP</p>	<p>Fundada em 1993, atuante no processo de articulação de movimentos e unificação de lutas, no entanto, as primeiras resoluções de sua criação datam de 1989, no VIII Encontro Nacional da Articulação Nacional do Movimento</p>

	<p>Popular e Sindical (ANAMPOS) com a Pró-Central de Movimento Popular. Nas palavras de um de seus fundadores: “A construção da Central do Movimento Popular vem se concretizando como resultado das experiências práticas de articulação de movimentos e unificação de lutas na última década [1980], buscando a superação do imediatismo, da atomização das lutas, propondo a articulação dos movimentos populares em torno de eixos de lutas estratégicos no enfrentamento do capitalismo como a Reforma Urbana (MANCE, 1991)”.</p>
<p>MNLM⁶⁴</p> 	<p>Surgido em 1990 após o 1º Congresso Nacional dos Movimentos de Moradia, em Goiânia. Apresentam-se como: “Um movimento político de massa que organiza famílias de trabalhadores sem moradia ou com moradia sem condições dignas no projeto de reforma urbana de modo a atender os interesses e as reivindicações legítimas dessas populações”</p>
<p>UNMP</p> 	<p>Criada em 1993 como uma rede de movimentos organizados a partir de entidades regionais existentes sob a perspectiva da Ajuda Mútua e da Autogestão, influenciada por projetos de moradia da FUCVAM, a Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda y Ayuda Mútua.</p>

Fontes: Elaborado pela autora com base em dados extraídos dos Sites das Organizações (2019).

A criação do Ministério das Cidades foi fundamental para a organização da 1ª Conferência Nacional das Cidades, em 2003. O fórum também significou uma vitória dos movimentos vinculados à Reforma Urbana, em estabelecer um espaço de construção democrática da política nacional urbana. Nessa conferência realizou-se a eleição do Conselho Nacional das Cidades, outra importante instância deliberativa para o controle social. Ao longo de 2005 foram incorporadas as agendas das conferências municipais e estaduais preparatórias para a 2ª Conferência Nacional das Cidades. Essa agenda só foi interrompida no último ano, com o processo de desfinanciamento dos Conselhos e extinção do Ministério das Cidades.

A unificação de pautas e bandeiras no período foram significativas para a elaboração da legislação complementar à CF88. Contudo, o fortalecimento desse movimento esbarra no projeto político, econômico e ideológico pautado no modelo neoliberal, que se tornava hegemônico na sociedade capitalista. A construção do sistema de proteção social brasileiro não ocorre em consonância com os padrões desenvolvidos nos países de economia central, o incipiente debate institucional sobre a garantia dos direitos sociais esbarra em novas tendências impostas pelo capital internacional, que nada mais são do que as conhecidas marcas da cultura política originária, que se buscava superar. Assim, o “moderno se constrói por meio do arcaico” (IAMAMOTO, 2010, p. 128), recriando os pilares de fundação do Estado brasileiro patrimonialista, que desde o período da colônia apresenta dificuldade de distinção entre os domínios privados e públicos, espaço privilegiado de apropriação

⁶⁴Site do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, disponível em: <http://www.mnln.org.br/index.html>.

privada pelos setores dominantes, dos recursos públicos gerados pela sociedade. A dita nova ordem hegemônica burguesa emerge como um *déjà vu* da linha constitutiva da formação institucional brasileira, pautada na exclusão e no autoritarismo.

A orientação do ajuste econômico no Brasil refletiu na precarização e instabilidade no campo do trabalho, o aumento do desemprego, a redução na renda da classe trabalhadora e no agravamento da situação da pobreza. A década que seguiu a promulgação da Constituição foi marcada pela fragilização do sistema de proteção social, com políticas sociais fragmentadas, desarticuladas, sobrepostas, pulverizadas, focalistas, de caráter emergencial e disciplinador. Quanto a sua execução, foi retomada a lógica da refilantropização, o acento privatizador estimulado pela articulação entre Estado e o setor privado, especialmente nas áreas da educação, saúde e habitação.

Sob esse poder estrutural, a proteção social pensada como um tipo de provisão de bem estar coletivo tem sofrido as seguintes injunções, para não dizer desmoralizações, principalmente quando se destina aos mais pobres: é tratada, pejorativamente, como *tutela* ou *paternalismo* estatal, o que desqualifica o seu *status* de política pública e estigmatiza tanto os que com ela trabalham quanto os que a ela fazem jus. Contudo, contraditoriamente, apesar de menosprezada, ela não é descartada pelo sistema que a engendra, mas colocada a serviço da satisfação das insaciáveis necessidades do capital, em detrimento da satisfação das necessidades sociais, que vem sendo ostensivamente rebaixadas em nível bestial de sobrevivência animal. (PEREIRA, 2013, p. 640).

O fortalecimento do paradigma neoliberal resultou ainda no enxugamento dos investimentos públicos em políticas urbanas, com reflexo imediato na concentração da pobreza. A matriz de pensamento urbano modernista, que orientou o crescimento das cidades dos países centrais do capitalismo, passou a ser desmontada pelas propostas neoliberais que acompanharam a reestruturação produtiva no final do século XX. No Brasil, esse modelo foi adotado exclusivamente na chamada cidade formal ou legal, deixando o processo de modernização das cidades brasileiras pela metade. Essa intervenção parcial serviu para ocultar a cidade real e para a formação de um mercado imobiliário restrito e especulativo.

Como tantos outros segmentos da sociedade burguesa, os estágios mais primitivos de exploração (apesar de negados) nunca foram eliminados, a exemplo do convívio em mesmo contexto de tempo-e-espço da arrojada legislação trabalhista e trabalho análogo à escravo. A exclusão urbanística, representada pela gigantesca

ocupação ilegal do solo urbano, não compõe a dita cidade legal, trata-se de um fenômeno invisível, não raro camuflado com muros – simbólicos e concretos. A cidade dita informal não é contemplada nas categorias do planejamento modernista/funcionalista, pois a forma da sua existência remonta semelhança com formas urbanas pré-modernas.

É possível reconhecer nas favelas semelhanças formais com os burgos medievais. Ela não cabe também no contexto do mercado imobiliário formal/legal, que corresponde ao urbanismo modernista. Ela não cabe ainda, de modo rigoroso, nos procedimentos dos levantamentos elaborados pela nossa maior agência de pesquisa de dados, o IBGE. E por incrível que pareça, os órgãos municipais de aprovação de projetos, as equipes de urbanistas dos governos municipais e o próprio controle urbanístico (serviço público de emissão de alvarás e habite-se de construções), frequentemente desconhecem esse universo. Mesmo nas representações cartográficas é de hábito sua ausência. (MARICATO, 2013, p. 122).

Na contramão dos avanços políticos, dos marcos jurídicos e mobilizações sociais, as medidas de corte neoliberal solaparam as expectativas de reforma urbana. O enxugamento do papel do Estado nas políticas sociais (dentre elas as urbanas) abriu espaço para as parcerias privadas, dando início ao massivo processo de privatização de serviços essenciais. A reestruturação produtiva e a flexibilização das relações de trabalho afetaram as possibilidades de organização da classe trabalhadora. Mas, se na década de 1980 o protagonismo dos movimentos de luta pela moradia e reforma urbana estiveram caracterizados pela construção e fortalecimento da ação institucional, fazendo jus ao contexto de redemocratização, o início do novo século foi marcado por outras estratégias de luta, a exemplo das ocupações organizadas em terrenos baldios e imóveis ociosos.

Mais recentemente, especialmente sob os efeitos da crise econômica de 2007/2008, com o acirramento das relações de austeridade e a crítica às desigualdades econômicas, as experiências de resistência puderam ser observadas mundialmente. O ano de 2011 foi marcado por uma eclosão simultânea de protestos ao redor do mundo, ainda que com reivindicações distintas em cada caso, resultou em uma onda de mobilizações tomou dimensão de movimento global. Iniciada no norte do continente Africano, com a derrubada de ditaduras na Tunísia, Egito, Líbia, estendendo-se pela Europa, com as greves e ocupações organizadas na Espanha e Grécia e a revolta nos subúrbios Londrinos, entre tantas outras experiências americanas, chegando a Wall Street. De todas essas ações identifica-se uma

semelhança na forma de ação: a ocupação dos espaços. “Occupy”, “Primavera Árabe”, “Indignados”, “Podemos”, são alguns dos exemplos mais emblemáticos. O fenômeno possui múltiplas e controversas interpretações, dentre essas, o receio apontado ainda no período em que ocorriam essas ações, sobre as consequências da ausência de uma unidade organizativa catalizadora, e da condição generalizada de despolitização da economia e, por consequência, despolitização da própria política (ZIZEK, 2016).

Contudo, não se observou nas pautas desses movimentos a reivindicação de um caminho alternativo à ordem capitalista ou ao estado democrático de direito burguês. Ao que parece, cada vez mais, a guerra entre as classes não pode ser debatida, na conjuntura atual tratar do tema é “colocar-se fora do espectro de considerações sérias e até mesmo ser tido como imbecil ou sedioso” (HARVEY, 2012b, p. 60). Não é objeto desse estudo a elaboração de sínteses sobre o fenômeno. Contudo, afirma-se que quando todos os meios para o exercício da oposição aparecem bloqueados, o poder dos corpos coletivos nos espaços públicos mantém seu vigor como instrumento de resistência.

No Brasil, esse período foi marcado por uma série de atividades, eventos e protestos cujo mote esteve ligado direta ou indiretamente à disputa pelo Direito à Cidade, seja por meio da apropriação do espaço público, com as pautas de defesa do Meio Ambiente, da qualidade de vida, da Cultura, lazer, dentre outras tantas bandeiras, a maioria positivada na CF88. Algumas dessas ações tiveram repercussão nacional, a exemplo do caso do Cais Estelita em Recife, e o “Existe Amor em SP” na Cidade de São Paulo em 2012. Em Porto Alegre, realizou-se o Fórum Mundial da Bicicleta, a Massa Crítica, o coletivo de Defesa Pública da Alegria, as festas públicas no então bar Tutti, a defesa pelo Carnaval de Rua na Cidade Baixa, o Ocupa Cais Mauá, as Serenatas Iluminadas na Redenção, o Bloco de Lutas pelo Transporte Público, o Fórum das Ocupações, o movimento contra o corte de árvores no Gasômetro, e ainda outros eventos como os atos puxados pelo “OCUPA Cidade Baixa”, a defesa da Ocupação Saraí (CASTRO, 2015). Esses movimentos, coletivos e ocupações dos espaços públicos, ou ainda a defesa das ocupações populares para fins de moradia (como o caso da Saraí), ocorreram nas zonas centrais da cidade e foram predominantemente organizados através do uso das redes sociais. Esse fato, por si só, já delimita o perfil predominante dos envolvidos: uma população jovem, residente das regiões centrais, majoritariamente branca.

As ações autônomas aos canais institucionais reconhecem a necessária interação com o Estado para garantia de acesso e ampliação dos direitos sociais. Contudo, não se limitaram a esses mecanismos por compreender os limites históricos das intervenções estatais e a necessidade de transformar simultaneamente a sociedade e a cultura patrimonialista / privatista que permite a naturalização de processos violentos de exclusão conduzidos pelo próprio Estado. Mas é sabido que sem uma ampla discussão com os diversos setores da sociedade e a ocupação desses espaços institucionais pela classe trabalhadora, esse agente permanecerá sob o monopólio dos interesses de uma minoria, onde os representantes eleitos via democracia representativa pouco traduzem as necessidades dos seus eleitores.

Esses atos, contudo, por sua relação com alguns movimentos populares (especialmente aqueles que transitam pelas regiões centrais, como os movimentos de moradores de rua e movimento dos sem-teto da região central) semearam um momento importante na história da mobilização popular do Brasil, expressas pelas Jornadas de Junho de 2013. As rápidas transformações da vida nas cidades -e o alijamento do acesso aos seus bens e serviços - gestou uma nova geração de movimentos urbanos. O Movimento pelo Passe Livre, o movimento dos “sem-teto”, o movimento estudantil, que “entre os ‘catracaços’, ocupações e manifestações foram se articulando em redes mais amplas, como os Comitês Populares da Copa e a sua articulação nacional, a Ancop”. (ROLNIK, 2015, p.9). A contestação em relação ao aumento do preço de passagens de transporte público inaugurou a onda que atingiu mais de duzentas cidades no país. O movimento acabou incorporando outras demandas populares precariamente atendidas pelas políticas urbanas. A heterogeneidade de reivindicações foi ocupando as ruas no decorrer dos protestos, algumas características marcantes e que podem ser aglutinadas pela reivindicação do direito à cidade.

(i) a articulação em rede e marcada pela horizontalidade; (ii) a ausência de lideranças, porta-vozes únicos do movimento; (iii) o dado de que a reivindicação “gatilho” das manifestações – o valor da tarifa de ônibus - está intrinsecamente vinculada ao direito à cidade; (iv) a progressiva diversificação de pautas; (v) a surpreendente adesão de diferentes setores sociais aos eventos convocados pelas redes sociais; (vi) o caráter nacional, considerando que manifestações foram observadas em mais de 200 cidades brasileiras; (vii) a força simbólica dos eventos de rua, capaz de arrancar respostas dos poderes públicos em diferentes esferas de governo (ALFONSIN et al., 2015, p. 03).

Tem-se nas manifestações de junho de 2013 um marco na reafirmação da ocupação das ruas como potencialidade da organização social para além dos espaços institucionais. Ressalta-se, porém, que esse fenômeno ocorreu no mesmo contexto histórico de despolitização e fragmentação das reivindicações e, portanto, esteve permeado das mesmas contradições e fragilidades típicas do cenário contemporâneo e já anteriormente identificados no cenário mundial pelo movimento dos “Occupy”. O que originalmente pareceu emergir de uma recusa ao “reformismo fraco, lento, mas persistente, imbuído de politicismo e demasiado taticismo” típico do modelo neodesenvolvimentista⁶⁵ brasileiro, foi se desenhando em um movimento heterogêneo, ou mais, antagônico, tal qual a própria estrutura social (ALVES, 2014, p. 134). As vozes que clamavam por mobilidade urbana e direito à cidade foram sendo diluídas pelos setores mais conservadores do país, que se fizeram presentes com seus cânticos patrióticos, pautas difusas, orientadas ao rompimento do pacto conciliatório interclassista, promovido pelo governo de coalisão. A recusa da participação dos militantes políticos (muitos deles envolvidos diretamente com a pauta da mobilidade urbana) deu início a uma onda de violência e dispersão do movimento, culminando com a saída dos seus idealizadores, o Movimento do Passe Livre.

Em resposta direta ou indireta ao fenômeno social de 2013, os fatos políticos que seguiram no país deflagraram a recomposição da organização do campo da extrema direita conservadora em todo território nacional. Nas eleições municipais de 2015, Porto Alegre elegeu pela primeira vez um representante vinculado à ortodoxia neoliberal. O governo da coligação PSDB e PP vem seguindo o passo-a-passo do receituário, preconizando: a exaltação da crise e necessidade de enxugar gastos, as privatização, as parcerias público-privadas, o incentivo ao voluntariado, o desfinanciamento de políticas, a reforma administrativa (com o aglutinamento de administração direta, autarquias e empresas públicas, a extinção e o rebaixamento de secretarias à condição de diretorias), aumento de impostos, reforma no sistema próprio de previdência e forte ataque aos servidores públicos. A mesma racionalidade econômica não foi observada para as inúmeras contratações de

⁶⁵ Por neodesenvolvimentismo se entende os governos pós-neoliberais, comprometidos programaticamente com o crescimento da economia e com a redistribuição de renda, mas que preservaram e reforçaram, nos anos gestados pelos governos populares, os pilares do Estado neoliberal no Brasil. (ALVES, 2014).

serviços de consultoria. O perfil bélico do então prefeito construiu uma administração pouco estável, com muita rotatividade de secretários e rupturas com os partidos da base aliada, dentre eles o próprio PP, resultando numa cisão entre prefeito e vice-prefeito ainda no terceiro ano de mandato.

Além das práticas privatistas, observa-se o movimento de deteriorização e criminalização dos espaços públicos, um fator de agravamento da violência nas cidades brasileiras. O esvaziamento desses espaços fortalece a sensação de insegurança, o que resulta na política do medo. Dessa forma, a pauta da segurança justifica a ocupação privada dos espaços e sobrepõe o direito à segurança acima de todos outros direitos, inclusive os de acesso à cidade e de ir e vir.

Apesar da sensação de recusa à trajetória de vanguarda progressista do município, Porto Alegre manteve seus polos de resistência. Em 2016 foi realizada a Conferência Popular da Cidade e no ano de 2017 o Fórum Social Mundial das Resistências. Em dezembro de 2019, realizou-se um ato público de entidades⁶⁶ e movimentos que atuam em prol do direito à cidade foi lançado o Manifesto Atua POA, documento que é uma articulação para incluir maior participação dos atores da cidade nas novas revisões que serão feitas no Plano Diretor de Porto Alegre.

⁶⁶ Observa-se no instrumento a ausência de manifestação do CRESS, sinalizando a ausência da interlocução da categoria com as pautas do Direito à Cidade.

Figura 3 - Manifesto “Atua POA”

MANIFESTO “ATUA POA – TODXS NÓS”

Somos cidadãs, cidadãos, lideranças do Movimento Popular, representantes de Institutos, Conselhos, Sindicatos, Grupos de Pesquisa e Organizações Não-Governamentais atuantes na defesa ao Direito à Cidade em Porto Alegre. Formamos o ATUA POA – TODXS NÓS para enfrentar de forma articulada o processo de revisão do Plano Diretor do nosso município.

O que nos une é a defesa da participação ativa da população e do controle social nos processos de transformação da cidade. O Plano Diretor é uma lei que define regras para toda cidade, e toda a população tem o direito de participar da sua elaboração. O processo de revisão é uma oportunidade para realizar um profundo debate sobre a cidade que queremos.

Lutaremos para que o Plano revisado seja um reflexo dos anseios, necessidades e propostas da população. Que valorize o conhecimento popular das comunidades, movimentos e entidades, protagonistas do processo que tornou Porto Alegre referência mundial de participação e democracia. Não aceitamos retrocesso a um patamar anterior às experiências já construídas.

Lutaremos para que a revisão do Plano aponte caminhos para um modelo de desenvolvimento que garanta o respeito à nossa história, ao meio ambiente, à permanência das comunidades já consolidadas, das originárias, dos quilombos urbanos. Um modelo baseado na justa distribuição dos bens comuns, que garanta o acesso de todos à cidade e aos serviços, através da aplicação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade e no Plano Diretor atual.

A atual revisão inicia num contexto de falta de diálogo com a população, e da imposição pelo Executivo Municipal de um modelo que vê a cidade como mercadoria, que propõe a venda de nossas praças, parques e imóveis públicos;

A privatização do mercado público; dos espaços culturais e das empresas públicas de transporte e saneamento. Que desmonta as estruturas públicas e as políticas sociais, e ataca os Conselhos Municipais e espaços de participação e controle social. Que altera o Plano Diretor – elaborado de forma participativa – através de Leis e Decretos isolados, sem o necessário debate público.

Exigimos que o processo de revisão seja aberto, transparente e inclusivo, com metodologia e cronograma de atividades definidos, e regras claras para a efetiva participação popular. A revisão deve partir de uma análise do Plano atual e do resultado de sua aplicação durante os últimos 10 anos. Deve corrigir os aspectos que causaram conflitos e impactos negativos, e fortalecer as regras que promovem inclusão e melhoria na qualidade de vida de toda população.

Ao longo da história, temos visto planos e projetos urbanos que contribuem para a violação de direitos, a criminalização das comunidades pobres e a ameaça ao meio ambiente, como no caso das obras da Copa do Mundo, do projeto da Mina Guaíba, dos recentes conflitos na comunidade Mato Sampaio, no Arado Velho, na Vila Nazaré, Vila Santa Teresinha (Vila dos Papeleiros), nas Ilhas e na expulsão de comunidades no 4º distrito. Precisamos construir um Plano que nos proteja de iniciativas que coloquem em risco a garantia de um meio ambiente saudável para nossos filhos e o vínculo das pessoas com o território.

Acreditamos que somente a participação ativa de TODXS NÓS pode reverter esse quadro construindo coletivamente um Plano Diretor no qual a população se reconheça, e que possa indicar o caminho de uma cidade mais alegre, inclusiva, democrática e aberta, com igualdade de direitos e oportunidades para todas e todos.



Fonte: Site da Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas⁶⁷

⁶⁷ Disponível em: <http://www.fna.org.br/2019/12/18/entidades-lancam-movimento-pelo-direito-a-cidade-em-porto-alegre/>.

Figura 4 - Manifesto “Atua POA” (parte 2)



Assinam este MANIFESTO:

1. Acesso – Cidadania e Direitos Humanos
2. Amigos da Terra Brasil
3. Associação Amigos do Cais do Porto de POA (AMACAIS)
4. Ass Brasileira de Psicologia Social - Reg RS (ABRAPSO/RS)
5. Associação Comunitária Amigos e Moradores da Cidade Baixa e Arredores (MOCAMBO)
6. Associação Cultural Vila Flores
7. Ass dos Moradores e Amigos da Auxiliadora de POA(AMA);
8. Ass dos Técnicos de Nível Superior do Mun POA (ASTEC)
9. Asso Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN)
10. Associação Pais e Mães pela Democracia
11. Associação SoftwareLivre.org (ASL)
12. BR Cidades – Núcleo Porto Alegre
13. CDES Direitos Humanos (Cent de Direitos Econ e Sociais)
14. Central de Movimentos Populares (CMP)
15. Centro Comunitário de Desenvolvimento da Tristeza, Pedra Redonda, Vilas Conceição (CCD)
16. Coletivo A Cidade Que Queremos Porto Alegre
17. Coletivo Cidade Mais Humana
18. Coletivo KSAROSA
19. Coletivo Multiplicidade
20. Coletivo TransLAB.URB
21. Comunidade 247 RS
22. Conf Nacional das Associações de Moradores (CONAM)
23. Conselho Indigenista Missionário (CIMI)
24. Conselho Regional de Psicologia do RS (CRPRS)
25. Conselho Regional por Moradia Popular (CRMP)
26. Emancipa
27. Embolamento Cultural
28. Federação Gaúcha de Associações de Moradores e Entidades Comunitárias (FEGAMEC)
29. Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA)
30. Fora dos Muros: Escola em Movimento
31. Fórum Regional de Planejamento 01 (FRP1)
32. Fórum Regional de Planejamento 04 (FRP4)
33. Frente Quilombola do RS
34. Grupo de Pesquisa Identidade e Território (GPIT - UFRGS)
35. Grupo de Pesquisa: Lab de Estudos Urbanos (UFRGS)
36. Grupo de Pesq Margem_lab de narrativas urbanas (UFRGS)
37. Guayí – Democracia, Participação e Solidariedade
38. ICOMOS Brasil Núcleo RS
39. Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU)
40. Instituto de Arquitetos do Brasil – Depto RS (IAB RS)
41. Instituto Econsciencia
42. Instituto Trocando Ideia de Tecnologia Social Integrada
43. Laboratório de Políticas Públicas e Sociais (Lappus)
44. Levante Popular das Juventude
45. Marcha Mundial das Mulheres/RS
46. Movimento Chega de Demolir Porto Alegre
47. Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)
48. Movimento de Mulheres Olga Benário
49. Movimento de mulheres com Deficiência - Inclusivas
50. Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST)
51. Movimento Nac da População de Rua do RS (MNPR/RS)
52. Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN)
53. Movimento Preserva Belém Novo
54. Movimento Preserva Zona Sul
55. Nuances –grupo pela livre expressão sexual
56. Observatório das Metrôpoles – Núcleo de Porto Alegre
57. Ocupação Baronesa
58. Ocupas: cidade, resistência e subjetividade (UFRGS)
59. ONG Resistência Participativa - Despertar Coletivo
60. ONG Todavía
61. Partido dos Trabalhadores – Diretório Municipal de Porto Alegre (PT POA)
62. Partido Socialismo e Liberdade – Diretório Municipal de Porto Alegre (PSOL POA)
63. RAIZ movimento cidadanista
64. Sindicato dos Arquitetos no Estado do RS (SAERGS)
65. Sindicato dos Artistas e Técnicos de Espetáculos de Diversões do RS (SATED\RS)
66. Sindicato dos Bancários de Porto Alegre a Região (SINDBANCÁRIOS)
67. Sindicato dos Economistas do Rio Grande do Sul (SINDECON-RS)
68. Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (SIMPA)
69. Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul (SOCECON/RS)
70. Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos
71. União de Negros pela Igualdade, seção Rio Grande do Sul (UNEGRO-RS)
72. Unidade Popular pelo Socialismo (UP)
73. Utopia e Luta

Fonte: Site da Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas (ano).

O processo de reavaliação do Plano Diretor de Porto Alegre, conjunto de diretrizes que determina o planejamento arquitetônico e urbanístico da cidade, teve

início no final de 2019, com a assinatura de um Memorando de Entendimentos entre Prefeitura, ONU Habitat e rede Pacto Alegre. Contudo, o documento não foi submetido à instância deliberativa do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre (CMDUA), órgão fundamental na construção do planejamento urbano da cidade. A última revisão do Plano Diretor de Porto Alegre ocorreu no ano de 2010, mesmo que a lei determine que seja feita no terceiro ano de cada gestão. A assinatura do Memorando em 2019 dá início ao processo de revisão sem qualquer participação do CMDUA na sua construção. Em razão do perfil da atual gestão, além da postura antidemocrática, aponta-se para uma tendência fortemente mercadológica nos termos da revisão.

O momento político do país é árido e exige coragem, fôlego e união da militância social e política, sobretudo aquelas que carregam a bandeira do direito à cidade e a terra.

4.1 “ONDE QUERES UM LAR, REVOLUÇÃO”: A OCUPAÇÃO DOS VAZIOS URBANOS E A DERRUBADA DAS CERCAS

As ocupações organizadas pela classe trabalhadora nos vazios urbanos confrontam os limites da intervenção estatal, tornando explícita a direção do Estado ao negligenciar (quando não violar) o cumprimento dos direitos garantidos constitucionalmente, numa posição alheia ao atendimento do conjunto das necessidades humanas. Essas ações conferem maior visibilidade às contradições oriundas da questão urbana. As ocupações se constituem como forma direta de inversão das condições “naturais” da organização urbana. Reivindicam ao mesmo tempo o direito à casa e à cidade. Denunciam a violação do cumprimento da função social da propriedade. Confrontam o direito central da lei burguesa, o direito à propriedade, tornando-se uma sofisticada estratégia de enfrentamento da ordem capitalista e seu modo de apropriação do solo urbano. As ocupações realizadas pela classe trabalhadora para garantir o acesso à moradia no centro das grandes cidades acionam um conflito de relevante carga simbólica no enfrentamento de um modelo urbanístico que reduz a cidade aos interesses especulativos.

Mesmo sendo uma ação realizada, em geral, com o objetivo de pressionar o Estado a liberar mais recursos (ou no mínimo conferir mais atenção ao tema da moradia popular), toda a ocupação de um imóvel vazio por movimento

sem-teto traz consigo um forte conteúdo simbólico, dirigindo à sociedade uma mensagem de contestação ao direito irrestrito de propriedade das classes economicamente hegemônicas. (TRINDADE, 2017, p. 127).

Insiste-se na defesa de que o enfrentamento radical da questão habitacional tem como premissa a ruptura com a lógica patrimonialista, o combate à especulação imobiliária e a defesa da função social da terra. Em outras palavras, trata-se de uma disputa histórica da classe trabalhadora que está longe de findar. As possibilidades de materialização da legislação atual, no que se refere à garantia do direito à moradia, dependem substancialmente do enfrentamento dos interesses do mercado. Desta forma, a base da sociedade burguesa é o próprio limite do pleno acesso ao direito à moradia.

A privatização inerente ao desenvolvimento capitalista significa que a natureza perde seu caráter humanizado, torna-se alienada do ser humano. Os objetos com que o indivíduo isolado se defronta aparecem a ele apenas em seus aspectos utilitaristas (por exemplo o valor comercial, e não a beleza mineralógica), e essa utilidade não possui uso humano social, mas uso estreitamente individual. Assim a necessidade e fruição, em uma inversão direta do processo original de humanização automediadora, adquirem uma nova “natureza egoísta” no mundo da fragmentação capitalista. (MÉSZÁROS, 2016, p. 184).

As ocupações de imóveis ociosos organizadas pela classe trabalhadora como estratégia de morar na cidade expõe as contradições e conflitos originários do modo de produção capitalista, na manutenção da propriedade privada como síntese do direito à liberdade individual, ou ainda, “o direito de desfrutar a seu bel prazer, sem levar outros em consideração, independentemente da sociedade, de seu patrimônio e dispor sobre ele, é o direito ao proveito próprio” desvinculando o exercício desse direito das relações sociais, na prática o exercício do direito dos indivíduos limitados a si mesmos (MARX, 2009a, p. 49).

Além disso, essas ações explicitam a forma de ocupação do solo urbano, a acumulação do capital possui importância geográfica, o espaço como instrumento funcional de dominação, tem por objetivo dispersar, subordinar e segregar a classe trabalhadora. Nesse sentido, discussão sobre o processo de produção da cidade passa inevitavelmente pela relevância da localização. O processo de urbanização, com implantação de bens e serviços urbanos, não é igualmente distribuído nas cidades. Assim, existem regiões mais bem equipadas e, por consequência, mais disputadas e valorizadas. O “centro” é um local de disputa por diferentes setores da

sociedade. A classe trabalhadora almeja as regiões centrais por ali se concentrarem os serviços e as oportunidades de trabalho. Mas o fato de ser área equipada com infraestrutura, o centro atende aos interesses comerciais, imobiliários e especulativos de mercado.

A ocupação de um imóvel se configura em processo de espacialização-territorialização da luta. Assim, considera-se que o conjunto de atores que compõe a luta da moradia, em razão da estratégia que utiliza, são articuladores de movimentos socio territoriais. Segundo Fernandes (2000), esses atores organizam sua resistência tendo como referencial o espaço e o território. São estratégias que a convite do autor, devem ser percebidas para além das suas formas políticas de organização, mas também pelos processos que desenvolvem, pelos espaços que constroem e pelos territórios que dominam.

A organização dos repertórios de ação dos movimentos de luta pela moradia parte de um reconhecimento georreferenciado de origem empírica, a identificação dos vazios urbanos verticais encravados nos centros das cidades. Como se trata de disputa territorial, a ocupação de domicílios pulverizados não garante o fôlego necessário a imposição do debate acerca da democratização das regiões centrais e da dignidade do morar com urbanidade. A ocupação de prédios inteiros ociosos fornece o cenário necessário para lançar luz na invisibilidade da relação entre a ociosidade dos imóveis (particulares e públicos) e não cumprimento da função social da propriedade.

Trata-se de um segmento de horizonte largo, como requer a luta urbana que “exigente de elevado grau de politização e organização não avança sem um outro elemento indispensável: a utopia” (BUONFIGLIO, 2007, p. 67). O horizonte ilumina o caminho para a realização.

A orientação não se define, portanto, por uma síntese efetiva, mas por uma convergência, virtualidade que se perfila, mas que só se realiza num caso limite. Este limite não se situa no infinito, e, no entanto, é alcançado através de avanços e pulos sucessivos. Impossível instalar-se neele instaurá-lo como uma realidade acabada. Esta é a característica essencial da démarche já antes considerada e denominada “transdução”, construção de um objeto virtual aproximado a partir de dados experimentais. (LEFEBVRE, 2001, p. 125).

A visibilidade dos processos de resistência apresenta potencial multiplicador, as ocupações organizadas nos centros das grandes cidades costumam envolver um

número maior de atores da sociedade civil. São ações que desnaturalizam a ausência dos segmentos populacionais de baixa renda das áreas com maior acesso à bens e serviços urbanos, tornando possível a qualquer indivíduo imaginar a possibilidade de viver no centro.

Por isso, conforme a página do MTST, a ocupação aparece como um sentido muito maior do que a luta por moradia: é uma forma de formação política de novos militantes para a luta, de construir referência nos bairros de periferia e de mostrar para os trabalhadores que – com união e organização – pode-se enfrentar o modelo excludente capitalista. Assim descrevem o horizonte das ocupações que realizam.

A cidade de São Paulo foi onde as estratégias de ocupação dos imóveis ociosos da região central ganharam destaque em escala nacional. As experiências bem-sucedidas de ocupações logo passaram a influenciar outras cidades do país: Recife, Aracaju, João Pessoa, Fortaleza, Natal, São Luís e outras cidades em Minas e Santa Catarina. Na metrópole paulista, esta luta emergiu dos cortiços, com a resistência da população contra a exploração e precariedade habitacional. Atualmente a capital paulista agrega o maior número de movimentos sociais de luta pela moradia do país. Alguns já se tornaram referência nacional, como o caso do MTST que teve seu líder candidato à presidência da república pelo PSOL nas eleições de 2018.

Observa-se que a tensão social promovida pela disputa dos territórios é mais evidente nas zonas centrais das cidades, onde “[...] os valores globalizados da propriedade colidem com a necessidade desesperada dos pobres de morar perto das fontes centrais de renda.” (DAVIS, 2006, p. 106). Em que pese os processos de degradação das regiões centrais das grandes cidades, estes ainda servem à metrópole e atendem às presenças populares mais do que local de trânsito ou encontro, mas como local de sobrevivência. O centro da cidade, assim, constitui-se em espaço urbano privilegiado onde se revela a territorialização de uma forma de luta contemporânea pela moradia empreendida pelos sem-teto nas ocupações de edifícios vazios.

Quando ocorrem nas áreas centrais urbanas, as ocupações contribuem para visibilizar os processos de exclusão das cidades contemporâneas, denunciando a desigual distribuição espacial da cidade, que tradicionalmente empurra os mais pobres para as zonas periféricas e desprovidas de infraestrutura urbana. Desta forma, sinalizam simultaneamente a limitação das políticas urbanas no atendimento

das necessidades sociais, a seletividade dos investimentos em infraestrutura urbana em determinadas localizações e a negligência do poder público no controle dos mecanismos de valorização do solo e da propriedade privada.

A ocupação de um imóvel na região central de uma grande cidade representa simbolicamente a subversão do lugar destinado aos não-proprietários nas cidades capitalistas. A dimensão dessa ação ultrapassa a luta por moradia, evocando o direito à cidade, o acesso aos seus bens e serviços. Pode-se dizer que a conquista da casa (e da cidade no que se refere a localização) é o elemento catalisador de transgressão da lógica urbana segregadora. Nessa mesma ação deflagra-se as possibilidades de atendimento do direito à moradia em construções já consolidadas que não cumprem função social em regiões bem servidas de infraestrutura urbana. Convoça ainda à reflexão sobre a artificial homogeneização dos territórios, conferindo maior dinamismo social e cultural aos espaços. Além disso, a ocupação das regiões centrais apresenta importância simbólica por seu potencial de integração (ainda que parcial dados os obstáculos culturais, sociais e econômicos) com a cidade.

As possibilidades de morar e trabalhar no centro da cidade, por sua localização e acesso à infraestrutura, oferecem significativas vantagens para a classe trabalhadora. Contudo, o esgotamento dos processos de expansão urbana, nas últimas décadas, promoveu o retorno ao centro como área de potencial valorização para investimentos financeiros (públicos e privados). Os projetos de requalificação⁶⁸ das áreas centrais se apresentam como medidas de recuperação de áreas degradadas. Mas a intensificação dos investimentos nessas áreas reflete no aumento dos preços do solo, e com isso, a expulsão da classe trabalhadora para territórios marginais:

Quando uma família percebe que sua vizinhança está se transformando drasticamente, quando todos os seus amigos estão saindo, quando lojas estão sendo fechadas e novas lojas para outra clientela estão tomando seus lugares (ou nenhuma outra está tomando seu lugar), quando mudanças nos serviços públicos, no transporte, etc., estão tornando a área cada vez menos habitável, então a pressão para o desalojamento já é severa, e é somente uma questão de tempo para que ele se concretize. (FURTADO, 2014, p. 352).

⁶⁸ Sobre a abrangência e complexidade desses processos de reestruturação urbana, denominados gentrificação, ver “**Gentrificação e (Re)Organização Urbana em Porto Alegre**” de Carlos Furtado, 2013.

Outra característica das zonas centrais é o relevante estoque imobiliário ocioso, que representa um processo de abandono da região pelas elites. Ainda que esses sejam mantidos à espera de processos de revitalização, como forma de especulação imobiliária. Para fins de mensurar esse dado, a pesquisa delimitou a busca nos vazios urbanos verticais no centro, quais sejam: os edifícios completamente desocupados que escancaram o predomínio das noções de propriedade privada em detrimento ao cumprimento da sua função social. Sua existência e manutenção operam na linha de um tecido urbano estéril, homogêneo, segregado.

Como já abordado, dentre a ociosidade imobiliária, ressalta-se o significativo contingente de imóveis ociosos de propriedade do Estado. Nesse caso, serão imóveis igualmente considerados, uma vez que mesmo sendo patrimônio público, obedece a regra exploratória de apropriação capitalista do espaço urbano.

Os vazios urbanos centrais são alvo de análise, porque normalmente são esses os espaços onde ocorrem as ocupações realizadas pelos trabalhadores sem-teto, organizados em movimentos sociais. Essas ações reivindicam simultaneamente o cumprimento da função social da propriedade e o direito à moradia. Para além da solução de uma carência imediata, essas ações acenam possibilidades futuras de ocupação urbana, tornando o prédio ocupado em espaço simbólico de radicalidade da concepção do direito à cidade. Conforme já reportado, o conceito de direito à cidade na obra de Lefebvre apresenta a ideia de uma plataforma política como horizonte orientador da luta da classe trabalhadora urbana contra a lógica capitalista de produção do espaço, responsável pela organização de cidades que negam os conflitos de classe, disciplinam os corpos, mercantilizam o solo urbano e transformam a cidade numa engrenagem funcional exclusivo à expansão do capital:

Nesse sentido, o direito à cidade aparece como o direito de (re)apropriação da centralidade urbana pelas classes populares. A partir dessa definição, o debate acadêmico no Brasil e mesmo na América Latina associou a ideia de direito à cidade à possibilidade de usufruir de forma plena e satisfatória das oportunidades, vantagens e serviços sociais oferecidos pela cidade. O direito à cidade, portanto, não é equivalente ao direito à moradia; o primeiro é muito mais amplo e complexo, pois considera a *localização* do indivíduo no sistema urbano em seu conjunto e a possibilidade de *acesso* às melhores localizações da cidade. (TATAGIBA; PATERNIANI; TRINDADE; 2012, p. 419).

A urbanização desordenada e a ocupação dos espaços privilegiados pelo segmento mais abastado da população, expeliram os trabalhadores pobres e os forçaram a morar em regiões distantes e precárias. A condição de ilegalidade das moradias acabou por estimular uma nova participação cívica e novas lutas por direitos, através das quais os cidadãos e cidadãs exigem sua incorporação legal à cidade. Assim, os movimentos sociais por moradia questionam a ordem desigual da sociedade, cristalizada em sua estrutura.

A cidade de Porto Alegre, que até então tinha casos isolados de ocupação, mobilizados pela necessidade imediata de moradia, mas sem uma estratégia traçada para permanência nas áreas ocupadas, deu início à uma guinada de organização política. Em julho de 2014 surge o Fórum de Ocupações Urbanas da Região Metropolitana de Porto Alegre (FOURM), com objetivo de auxiliar as ocupações na organização das comunidades, com a apropriação dos aparatos legais para a negociação de compra dos terrenos habitados, por meio de associações e cooperativas habitacionais, contratação de assessoria jurídica especializada e também organização do movimento comunitário das ocupações para reivindicar espaços de negociação, por meio, sobretudo, da regularização fundiária das áreas já ocupadas. Atualmente, o FOURM é formado pelas lideranças de 10 ocupações da capital e da região metropolitana,

O FOURM foi pensado como proposta para constituir uma central única das ocupações e estabelecer uma estratégia comum de sobrevivência e permanência nas áreas ocupadas. A primeira orientação do FOURM dentro dessas comunidades é a instituição de uma cooperativa ou associação habitacional, cuja importância é a criação de uma entidade jurídica que possa dar a entrada no processo de compra da área ocupada. O processo de regularização exige que ocorra um loteamento devidamente projetado e aprovado pela prefeitura. Os integrantes do Fórum entendem o cooperativismo/associativismo como o instrumento jurídico que mais traz benefícios às ocupações, por meio dele é que se tem o controle do número das famílias que ali residem, e também são estabelecidas as condições legais para o primeiro passo da regularização fundiária. O setor público municipal, em contrapartida, passa a ter conhecimento do número de famílias em condição de irregularidade e demandantes de política habitacional, por meio do cadastro único obrigatório aos associados/cooperativados.

O segundo passo para a organização das comunidades é a contratação de assessoria jurídica especializada, que conduz os trâmites legais junto ao judiciário para a permanência das famílias na área e estabelecer meios de conciliação entre o proprietário e moradores. Avante aos cabimentos de cunho jurídico dentro da organização das ocupações, o FOURM busca exercer uma pressão social por meio da busca constante de diálogo com os administradores do município de Porto Alegre e do Estado do Rio Grande do Sul.

O espaço mais claro de interação é o Orçamento Participativo (OP), através da eleição de delegados e conselheiros de membros das ocupações. Além da suspensão de várias reintegrações de posse, a conquista mais visível através de uma demanda do FOURM, foi a formação de um Grupo de Trabalho (GT), em fevereiro de 2015, integrado por representantes do Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública com o objetivo de estudar a viabilidade de criação de uma Vara especializada em conflitos fundiários urbanos e agrários em Porto Alegre, bem como para tratar das reintegrações de posse. Ainda que a resposta para a criação da vara especializada tenha sido negativa, as discussões desse GT culminaram na instauração de um projeto-piloto em 16 junho 2015, para tratar das audiências de conciliação nos processos envolvendo reintegração de posse de áreas ocupadas. Com caráter inédito no país, o projeto definiu regime de exceção em 14 processos de reintegração de posse que pendiam de cumprimento sob a área de responsabilidade do 20º Batalhão da Brigada Militar, todas situadas na Zona Norte de Porto Alegre. O objetivo do projeto foi propiciar a conciliação através de audiências, promover o diálogo, convocando para reuniões as partes diretamente envolvidas no conflito e demais órgãos interessados. Das 14 áreas em regime de exceção, 9 foram negociadas, seja para a saída voluntária dos moradores, seja para o início do processo de aquisição ou aluguel da área, destacando-se a relevância do papel da audiência de conciliação.

Ainda que os espaços de diálogo tenham se mostrado restritos, muito se avançou desde que o movimento social foi originado. Duas grandes áreas foram compradas pelos moradores, fato este inédito em Porto Alegre. Além disso, por meio de seu perfil organizativo próprio, o FOURM mostrou-se importante ator social na busca pela concreção do direito à moradia e deu novo teor na reputação das ocupações urbanas, a partir de uma participação inovadora. (AZEVEDO, 2017).

No ano de 2015 surge um novo ator na cena política, a Frente Povo Sem Medo (FPSM), uma frente nacional de mobilização popular construída a partir da associação entre partidos políticos do campo progressista, movimentos sociais e centrais sindicais, para unir forças contra a escalada do conservadorismo e da direita política no Brasil que já se anunciava. A base da militância da frente é formada principalmente por partidos, movimentos e coletivos que se consideravam "oposição à esquerda" ao governo de Dilma Rousseff. Ainda assim, a FPSM esteve junta em diversos momentos com a Frente Brasil Popular (dirigida por grupos governistas e aliados ao PT) nas manifestações contra o impeachment de 2016 (que ambas as frentes classificam como golpe de Estado).

Diferentemente do movimento dos trabalhadores sem-terra, a identidade política dos grupos identificados como sem-teto ainda está em processo de formação, ainda que estejam todos engajados na luta pela moradia, estão divididos em diversos movimentos que possuem diferentes trajetórias e especificidades culturais e regionais. Acerca dessas particularidades, Buonfiglio (2004) destaca que em São Paulo, a presença de lideranças femininas nas ocupações ocorre predominantemente com a presença da mulher migrante oriunda do interior do Estado ou de outros Estados, mãe solteira, e simultaneamente a chefe de família. Em Porto Alegre, a autora identificou predominância masculina no período em que realizou a pesquisa. Contudo, a presença das mulheres vem se intensificando. A exemplo da Ocupação no centro da capital gaúcha "Mirabal", exclusivamente composta por mulheres.

A Casa Mirabal não só garante a possibilidade de moradia de mulheres no centro da cidade, como se tornou uma referência no acolhimento de mulheres vítimas de violência, com situações encaminhadas pela Delegacia Especializada da Mulher e Defensoria Pública. A Ocupação surgiu a partir do Movimento de Mulheres Olga Benário, criado em 2011. Em 2016, as participantes passaram a planejar a ocupação de um espaço como forma de protesto às medidas que vinham sendo tomadas, como a extinção da Secretaria de Políticas para Mulheres pelo Governo Estadual.

Um árduo e complexo trabalho de formação social e de construção coletiva se desenvolve durante toda vida de uma ocupação, que antecede a ação da tomada de um imóvel. A mobilização para a ocupação é uma etapa crucial para o sucesso da ação. Apesar do grupo dos sem tetos se organizarem em movimentos sociais, não

raro uma ocupação aglutina diferentes atores, dentre eles, inclusive, àqueles sem nenhuma experiência na militância política. Por ser espaço heterogêneo, os conflitos são latentes. São espaços construídos por uma luta em comum, mas permeado pelas contradições, disputas e conflitos próprias de uma organização social e política.

No site⁶⁹ do Movimento dos Trabalhadores sem Teto, é possível identificar os princípios norteadores da ação, as formas de organização e disciplinamento. Constituem-se como princípios de organização do movimento:

- Unidade na ação e liberdade na discussão;
- Decisão coletiva e responsabilidade individual;
- Só decide quem atua;
- Disciplina militante e valores socialistas;
- Transparência nas relações;
- Construção de poder popular.

O MTST é uma organização coletiva. A forma de organizar o movimento e suas lutas se alicerça na construção de 3 tipos de coletivos, cada qual com sua função:

- Coletivos Políticos (Coordenações Estaduais e Coordenação Nacional) – tem a função de tomar as decisões políticas gerais do movimento, no estado ou no país;
- Coletivos Organizativos (Setores) – tem a função de tomar decisões e executar tarefas em relação a diversas questões necessárias para a construção do MTST;
- Coletivos Territoriais (Coordenações de Acampamento, de Núcleos e Coordenações Regionais) – tem a função de tomar decisões e organizar o trabalho territorial do MTST, na relação com a base, decidindo e realizando as tarefas referentes ao seu espaço de atuação, seja a ocupação, o núcleo ou uma região mais ampla.

⁶⁹ Site do MTST “quem somo”, linhas políticas e forma de organização do movimento. Disponível em: <https://mtst.org/quem-somos/a-organizacao-do-mtst/>.

Quanto aos setores:

- Formação Política – responsável pela formação de militantes.
- Negociação – responsável pela relação com o Estado.
- Organização – responsável em garantir o funcionamento coletivo.
- Autodefesa – responsável pela segurança da organização.
- Autossustentação e Finanças – responsável por desenvolver iniciativas de financiamento, pela organização dos recursos e prestação de contas.
- Comunicação e Simbolismo – responsável pelos canais de divulgação do MTST e pelo fortalecimento de identidades simbólicas próprias.
- Trabalho Comunitário – responsável pela relação com as comunidades.

Ainda segundo as informações do site, o movimento compreende que o conjunto destas formas de organização (coletivos políticos, territoriais e setores) é fruto de um processo de construção. Mas, respeitando as dificuldades e ritmos de construção do MTST em cada estado, deve-se ter esta proposta como uma referência organizativa unitária. O movimento também possui um Regimento Interno Nacional do MTST.

O site ainda vincula um financiamento coletivo⁷⁰ onde qualquer pessoa identificada com a pauta do MTST pode apoiar. Através desse canal, 204 pessoas assinam a contribuição mensal para o movimento.

Em visita à Ocupação Povo Sem Medo, de São Bernardo do Campo, organizada pelo MTST, foi possível observar a tentativa contínua de desenvolver senso coletivo a partir do amadurecimento das relações sociais e estímulo à outras possibilidades de socialização, que em nada se assemelham às relações convencionais de vizinhança. Impressiona a condução dos organizadores e organizadoras nos espaços coletivos estruturados para as atividades cotidianas e a divisão de tarefas adequadas ao perfil de cada ocupante, nesse caso aproximando-se noção marxiana de cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades.

A ocupação teve início em 2 de setembro de 2017, com um grupo de 500 famílias. Em poucos dias, o número de ocupantes havia saltado para 8 mil. Nas

⁷⁰ No site do MTST possui um link que direciona para o canal de contribuição. Disponível em: https://www.catarse.me/colabore_mtst.

centenas de barracos de lonas pretas que tomaram a área estavam crianças, idosos e idosas, trabalhadores e trabalhadoras.

Figura 5 - Ocupação Povo Sem Medo no dia da decisão pelo fim da Ocupação



Fonte: Site Rede Brasil Atual⁷¹.

Na visita realizada às vésperas da comemoração dos 20 anos do Movimento de Trabalhadores Sem Teto, observou-se a organização espacial da ocupação. Por se tratar da mais densa ocupação do país, o espaço foi dividido em ruas e quarteirões. Cada barraco possuía uma numeração. Para cada quarteirão se instalou uma cozinha comunitária de referência. As três refeições diárias eram servidas naquele espaço. Segundo informações da liderança que recebeu a visita, os ocupantes com vínculo profissional, portanto com menor disponibilidade de tempo, contribuíam na aquisição de alimentos para complementar o recebido por meio das doações. Os/as ocupantes desempregados/as, ou com turno reduzido de trabalho, contribuíam na elaboração das refeições e tarefas coletivas. A organização do território do MTST, em tão precárias condições materiais, supera a capacidade de muitos municípios na prestação de serviços urbanos.

A maioria absoluta dos barracos era constituída por lona em estrutura de varas. Em condições extremamente precárias. A visita foi realizada no mês de dezembro, agravando a precariedade do espaço, do ponto de vista do mínimo conforto. O extremo calor fazia com que aqueles que dispusessem de algum vínculo,

⁷¹ Reportagem sobre o término da ocupação Povo Sem Medo de São Bernardo. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2018/04/apos-sete-meses-familias-conquistam-terrenos-deixam-ocupacao-povo-sem-medo/>.

intercalassem o período na ocupação com alguns dias na casa de amigos ou familiares. Além das cozinhas, a ocupação contava com uma biblioteca, um espaço infantil e uma área para as assembleias (que recebeu o cantor Caetano Veloso, a atriz Sonia Braga, entre outras figuras públicas). Também havia uma sede para o recebimento e distribuição das doações e informes diários da agenda de lutas.

O terreno, localizado entre a fábrica de caminhões Scania e um condomínio de prédios residenciais, pertence à construtora MZM, desocupado há pelo menos 30 anos. Em 2014 a administração municipal de São Bernardo, sob a gestão do prefeito Luiz Marinho (PT), notificou a proprietária pelo não cumprimento de função social e exigiu um plano de parcelamento da área, que nunca ocorreu. Tão logo foi ocupado o terreno, a construtora ingressou com pedido de reintegração de posse. Mesmo após uma série de negociações do Grupo de Apoio às Ordens Judiciais de Reintegração de Posse (Gaorp) – uma iniciativa do Tribunal de Justiça de São Paulo formada por representantes do Judiciário e dos governos federal, estadual e municipal, do Ministério Público e da Defensoria Pública para tratar de reintegração de alta complexidade – o juiz ordenou, em setembro, que as famílias desocupassem a área em 72h. O movimento recorreu e conseguiu suspender temporariamente a decisão.

Para garantir a permanência na área, as famílias marcharam por 23 quilômetros, da ocupação até o Palácio dos Bandeirantes, no Morumbi. Em dezembro de 2018, pelo menos 900 integrantes do MTST ocuparam a sede da Secretaria Estadual de Habitação de São Paulo, no centro da capital paulista, para pressionar o governo. Foram inúmeras negociações e ameaças até o desfecho da ocupação, o movimento garantiu os quatro terrenos para construção de moradias populares.

Apesar das proporções históricas e do apoio de figuras públicas, publicizado amplamente por meio das redes sociais, a ocupação foi tratada com hostilidade pela grande mídia, conforme trecho da reportagem do dia 20/03/2018 do Jornal Folha de São Paulo intitulada: “Governo cede casas para desfazer a ocupação⁷²”. Na matéria a jornal explica: “As famílias que **invadiram e ergueram barracos em um terreno**

⁷² Reportagem sobre o fim da Ocupação Povo sem Medo de São Bernardo do Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/governo-de-sp-cede-casas-para-desfazer-ocupacao-de-sem-teto-no-abc.shtml>

particular em São Bernardo do Campo (Grande São Paulo) resolveram deixar a área após um acordo firmado com a gestão Alckmin (PSDB)”.

O uso da terminologia “invasão” já deflagra a posição do veículo em relação à ação do MTST. “Ocupar” e “invadir” são palavras semanticamente semelhantes, no que se refere à ação de adentrar ou tomar posse de determinado espaço, no caso observado, espaço urbano, logo social. Contudo, resta claro que esses termos possuem conotações antagônicas. O invadir é tido negativamente como forma de tomar posse de um espaço (propriedade) alheio, de outrem, privado. Enquanto o ocupar, assume conotação positiva, referente ao ato de conferir função social a um espaço vazio, inabitado ou inútil.

Dessa forma o conjunto de lutas da classe trabalhadora, em especial as ocupações, ao expor os conflitos por sua raiz, contam com rechaço da grande mídia, que busca desqualificar os polos de resistência por meio do estigma e criminalização.

A miséria humana elevada à condição de espetáculo é um fenômeno facilmente observável na programação da grande mídia nacional. Contudo, o estímulo à contemplação das privações humanas ocorre apenas nas situações em que o alvo da miséria é passivo, dócil, está em posição de conformidade com a situação dada e é, portanto, digno de compaixão. O mesmo não ocorre quando há reação à condição de opressão. Essas manifestações não existem para serem vistas, são uma ameaça por seu potencial em criar participação e solidariedade. É o perigo da “revelação do avesso. Verdade vindo à tona. (CHAUÍ, 2014, p. 266).

Os movimentos vinculados à moradia e à terra reafirmam a distinção entre os termos sistematicamente, explicitando que não se trata de um uso aleatório, senão de um discurso ideológico próprio da sociedade burguesa. A necessidade da propriedade cumprir com função social está expressa na CF88, nos seus artigos 5^{o73} e 170^o, o que torna as ocupações realizadas em terras ociosas legítimas e legais.

[...] é preciso diferenciar os termos invasão e ocupação. Invasão foi o que fizeram os portugueses e depois deles os grandes proprietários brasileiros. É grilar e roubar uma terra que é pública e que deveria ter destinação social, em benefício da maioria. Ocupação é algo bem diferente. É retomar a terra

⁷³ Art. 5^o - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] Inciso XXIII - a propriedade atenderá a sua função social; e Art. 170^o - A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: [...] Inciso III - função social da propriedade. (BRASIL. 1988).

dos invasores, para que possa ser utilizada em favor da maioria, dos trabalhadores. É transformar uma área vazia, que só serve para a especulação e lucro dos empresários, em moradia digna para quem precisa. (BOULOS, 2014, p. 46).

As experiências das ocupações reivindicam as necessidades humanas como inegociáveis, propõe a apropriação do espaço por seu interesse coletivo e revelam a possibilidade de interação urbana para além da colonização do capital. A organização coletiva prima pela socialização dos espaços e democratização das relações. A construção de equipamentos e dinâmicas coletivas são comuns, a exemplo das assembleias, cozinhas comunitárias, as bibliotecas e creches. O processo de luta que leva a ocupação dos prédios abandonados pode fazer emergir uma consciência transformadora, não só daqueles que ocupam, como também da sociedade quando explicitadas as correlação de forças contidas nessas ações, o estímulo ao aprendizado de valores e práticas contrapostos ao individualismo e à competição entre os trabalhadores têm suscitado entre seus participantes uma nova forma de habitar a grande cidade.

4.2 NEM PORTO, NEM ALEGRE: DA VANGUARDA AO RETROCESSO

A cidade de Porto Alegre possui um histórico de vanguarda no tratamento dispensado ao planejamento urbano. No Brasil, foi a primeira cidade a formular um Plano Urbanístico. No ano de 1914 foi elaborado o “Plano Geral de Melhoramentos” do Engenheiro e Arquiteto João Moreira Maciel. A cobertura do plano apresentado, extrapolava os limites territoriais do centro histórico, razão de especial destaque entre as cidades brasileiras. Através deste foram definidas as vias que permitiram a organização do centro urbano e a expansão do traçado viário nos sentidos norte, sul e leste, prevendo a construção de avenidas largas, bulevares e rótulas. Muitas das propostas desse plano original, foram sendo realizadas no decorrer do século passado. Na década de 1930, o Urbanista Edvaldo Pereira Paiva e o Engenheiro Ubatuba de Farias lançaram o conceito das radiais perimetrais. Em 1959 entrou em vigor o primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, elaborado por Edvaldo Pereira Paiva e Demétrio Ribeiro, que reuniu em uma mesma legislação o conjunto de normas para a totalidade da área do município com inúmeras inovações técnicas e

-sobretudo- administrativas prevendo a participação da sociedade no processo de planejamento, inaugurando uma tradição participativa da cidade.

A primeira entidade ambientalista do Brasil foi fundada em 1971, tornando Porto Alegre pioneira também na relação do tratamento dispensado às questões ambientais. Em 1978, além dos Parques Moinhos de Vento e Farroupilha, foi construído o Parque Marinha sobre um aterro sanitário que seria um grande loteamento. O projeto do parque foi escolhido por meio de concurso público nacional. O Patrimônio Histórico também foi alvo de apropriação social e defesa da cidade. Em 1970 o Mercado Público sofreu ameaça de demolição para permitir o prolongamento de uma avenida e a construção de um edifício garagem. A aberração urbanística foi evitada pela mobilização da sociedade organizada. Caso semelhante ocorreu com a antiga usina de produção de energia elétrica à carvão da cidade, o Gasômetro sofreu diversas ameaças de demolição com o objetivo de ampliação da circulação de veículos pela Orla. A resistência da população resultou no tombamento do edifício e sua chaminé no início da década de 1980. Em 1991, o município tornou o edifício um Centro Cultural, tornando-o o maior símbolo da cidade de Porto Alegre.

Mas o espírito vanguardista da cidade teve projeção mundial por meio do apreço a ampliação democrática e ao desejo de construção de um outro mundo possível. No ano de 1989 o município de Porto Alegre, sob a gestão de Olívio Dutra implantou o Orçamento Participativo, instrumento de participação popular nas decisões de interesse público, tornando-se a primeira cidade a materializar a participação direta da população nas decisões sobre o orçamento público previstas constitucionalmente. Em razão disso, a cidade Porto Alegre surgiu como uma referência natural para sediar o Fórum Social Mundial, evento de contraponto ao Fórum Econômico de Davos. Na sua primeira edição reuniu 117 países representados, 4.702 participantes que somavam vozes por um outro mundo possível.

O passado recente soa como uma memória nostálgica distante. Nos últimos anos, Porto Alegre parece recusar o seu original caráter de vanguarda, adotando o retrocesso como bandeira. Acompanhando o circuito de mercadorização das cidades na era das finanças. O que se observa nas últimas duas décadas é um planejamento urbano refém dos interesses do mercado imobiliário, o asfixiamento do orçamento participativo, com orçamentos pífios e não cumprimento dos prazos para

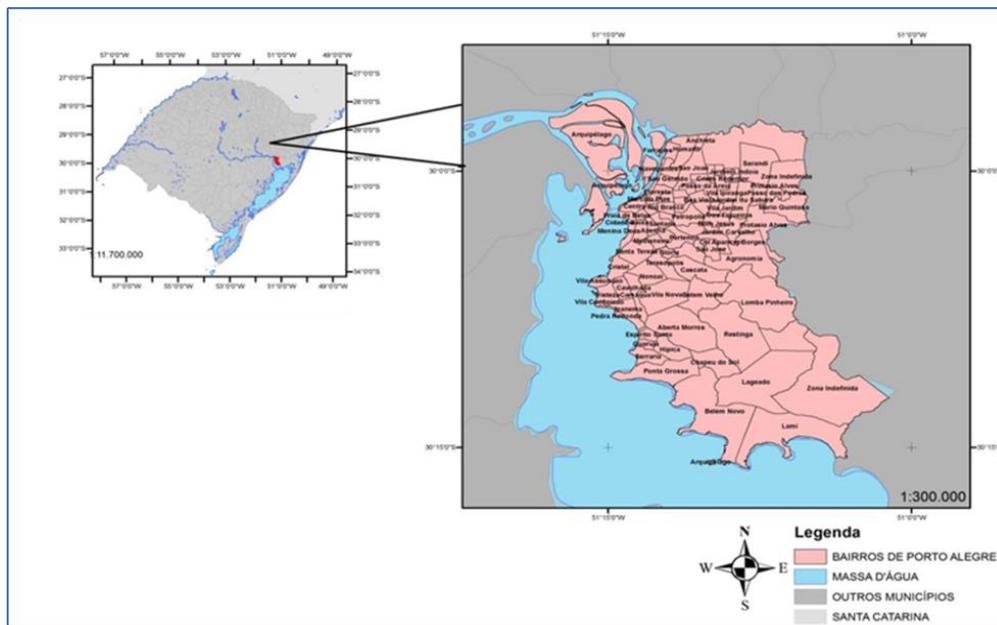
os repasses, os inúmeros processos de reassentamentos involuntários e expulsão das camadas populares das regiões centrais, a privatização dos espaços públicos em larga escala, o desprezo aos modelos de mobilidades urbanas alternativos ao uso do transporte individual, e por consequência, o investimento obsessivo em obras viárias, um rolo compressor de piche acinzentando a paisagem, derrubando a vegetação e removendo comunidades inteiras.

Do ponto de vista geográfico, Porto Alegre é situada na porção leste do estado do Rio Grande do Sul. O município é banhado pelo lago Guaíba. A cidade possui uma área total de 476,30 km². Sua superfície abrange áreas continentais (431,85 km²) e ilhas (44,45 km²). Divide-se em 352,02 km² de área urbana e 144,08 km² de área rural. Com uma população de 1.409.351 habitantes (IBGE, 2010) Porto Alegre é a décima capital no país em densidade populacional, apresentando uma taxa de crescimento populacional de 0,35% ao ano (IBGE, 2010). No intervalo entre os anos de 2000-2010, segundo dados do censo, houve um crescimento populacional de aproximadamente 1,17% no Brasil. No estado do Rio Grande do Sul o índice foi de 0,49% ao ano (IBGE, 2010). O baixo crescimento, se comparado à períodos anteriores, corresponde ao atual fenômeno de baixa fecundidade⁷⁴. O que representa uma densidade média no município de 2.958 habitantes/km². A cidade é formada por 81 bairros oficiais que compõem 17 macrorregiões denominadas Regiões do Orçamento Participativo (OP)⁷⁵.

⁷⁴ Esse fenômeno tem sido responsável pela inversão da pirâmide etária em diversos locais no mundo, apresentando uma tendência de envelhecimento da população.

⁷⁵ A regionalização da cidade é parte do processo de implantação do OP, instrumento de participação popular nas decisões de interesse público criado em 1989, uma ação pioneira na proposta de gestão democrática do orçamento público, previsto na Constituição Federal de 1988.

Figura 6 - Localização do Município de Porto Alegre em relação à Região Metropolitana, Brasil



Fonte: Elaboração de Túlio Watanabe, imagem de CABETTE (2015).

Figura 7 – Regiões do OP do Município de Porto Alegre



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2019).

A população de Porto Alegre está concentrada na metade norte da cidade, onde estão localizados os principais equipamentos públicos e institucionais do município. De acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA, 2010), essa região que já possui área de ocupação intensiva, conta com incentivo para maior adensamento pelo poder público municipal, dada a valorização imobiliária decorrente da infraestrutura e dos equipamentos urbanos já consolidados.

No setor sul, a cidade possui um conjunto de morros que se impõe como uma barreira natural à expansão urbana para o setor sul da cidade (Santana, Companhia, da Polícia, Pedra Redonda e Teresópolis), denominado Crista de Porto Alegre (ATLAS AMBIENTAL DE PORTO ALEGRE, 1997), e caracterizado como área de interesse ambiental (PDDUA, 2010). Por essa razão, nessa região ainda se observam a manutenção de atividades rurais e grandes vazios urbanos, além de assentamentos populacionais consolidados como Belém Velho, Belém Novo, Lomba do Pinheiro e Restinga. A associação entre a oferta de grandes áreas não ocupadas -com o menor preço do solo nas áreas periféricas da cidade- fez com que a maior parte dos empreendimentos vinculados ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) se localizassem nessas áreas, conforme já reportado. São as condições históricas, geográficas e sociais que vão conformar as desigualdades socioeconômicas e territoriais entre os bairros e regiões da cidade. Isso explica a concentração de moradias precárias ficar restrita apenas à algumas localidades.

Porto Alegre, assim como boa parte das metrópoles do Brasil, passou pelo acelerado e tardio processo de urbanização, estimulado pela instalação de núcleos industriais a partir da segunda metade da década de 1940. A industrialização configura o eixo de crescimento e expansão urbana no município, que parte da zona norte para além dos limites municipais, desencadeando o processo de metropolização. Além da expansão territorial, a indústria -por sua necessidade de mão-de-obra- mobiliza significativos fluxos migratórios no sentido interior – capital. O contingente populacional atraído pela oferta de trabalho, encontra dificuldade de se instalar nos centros urbanos. Com cidades despreparadas, a mão de obra industrial se organiza por meio da produção habitacional informal em loteamentos e ocupações clandestinas ou irregulares, localizadas principalmente nas áreas periféricas da cidade.

As possibilidades de moradia empreendida pelos trabalhadores oriundos do processo migratório no sentido do interior para a capital foram conformadas por meio

de aluguéis -em cortiços e antigos casarões, em ocupações irregulares marcadas pela autoconstrução. O período foi marcado pelo substancial aumento das chamadas “malocas” e “vilas”, que passam a ser alvo de fiscalização e remoções, objetivos do primeiro órgão criado para lidar com os problemas habitacionais na década de 1940⁷⁶ (D’AVILLA, 2000).

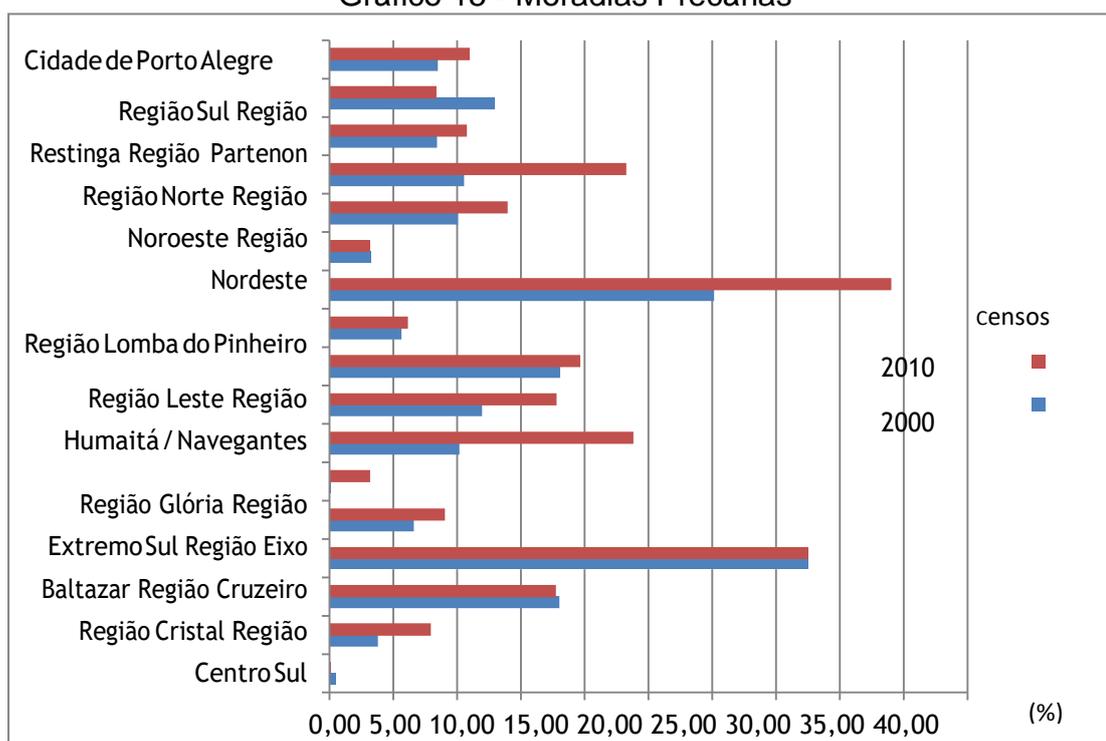
Um segundo movimento, dá início ao processo de desindustrialização da cidade. Dessa forma, se o movimento migratório desencadeado pelo processo de industrialização tornou o acesso à moradia difícil para a classe trabalhadora, o refluxo da fase industrial da capital agravou esse cenário, tornando difícil também a oferta de trabalho. O deslocamento do polo industrial para outras regiões, somado ao cenário de reestruturação produtiva, com redução de contratação de mão-de-obra, flexibilização das relações trabalhistas e a estagnação econômica iniciada na década de 1980, simboliza a restrição da oferta de emprego, especialmente para os segmentos populacionais de baixa escolaridade. A classe trabalhadora de Porto Alegre passa a ser constituída predominantemente por novas ocupações laborais, emergindo um novo proletariado do setor terciário, onde predomina a má remuneração, precárias condições de trabalho e vínculos trabalhistas frágeis. Retraída a capacidade de absorção da mão-de-obra na capital, a situação de pobreza da classe trabalhadora se acentua. Ou ainda, na medida em que se aprofunda o quadro da desigualdade social, o território se consolida a partir da dualidade centro/periferia.

O impacto do processo de desindustrialização da cidade na oferta de empregos oscila de acordo com a conjuntura econômica. No início dessa década, quando se experienciou o cenário de crescimento econômico do país, a taxa de desemprego de Porto Alegre esteve entre 5% e 6%. Contudo, o atual contexto de recessão econômica e retração de investimentos públicos elevou o índice à 8% e 9%. Ressalta-se que esse percentual é geograficamente concentrado nas áreas distantes do centro da cidade. Também são nas regiões com maior dificuldade de acesso à infraestrutura urbana que se encontram os mais elevados índices de precariedade nas relações de trabalho, as menores rendas e os piores índices de escolaridade. É possível traçar análises comparativas intraurbanas, disponibilizadas

⁷⁶ 34 O primeiro órgão público criado para tratar das questões habitacionais em Porto Alegre foi a Comissão da Casa Popular, em 1946.

pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA)⁷⁷, ratificando a situação de georreferenciamento da desigualdade social na cidade. A espacialização das desigualdades reflete o sucesso ou fracasso das políticas públicas na área da distribuição de renda, em especial as políticas urbanas (KOGA, 2011).

Gráfico 15 - Moradias Precárias



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Observapoa, sistematizados pela autora (2018).

Uma complexificação no processo de urbanização da metrópole pode ser identificada nas últimas décadas (1990-2010), onde a tendência de uma configuração fragmentada e difusa na escala metropolitana e na escala intraurbana foi conjuntamente reforçada pela conjuntura (SOARES e FEDOZZI, 2015). Em síntese, o espaço urbano é composto por cisões: os bairros mais centrais ainda são os melhores servidos por infraestrutura e são ocupados predominantemente pelo extrato populacional de maior renda; a periferia, por sua vez, constitui-se no espaço designado à população de baixa renda, e convive com um processo de urbanização inacabado, com infraestrutura precária e, normalmente, localizadas distante das

⁷⁷O Observatório da Cidade de Porto Alegre (ObservaPOA) disponibiliza uma ampla base de informações georeferenciadas sobre o município de Porto Alegre contribuindo para a consolidação da participação cidadã na gestão da cidade. O georreferenciamento das informações por regiões e bairros tem um papel pedagógico e político fundamental. Trata-se de reforçar a identidade do local, promovendo o sentido de comunidade nas pessoas e nas famílias.

áreas centrais. Apesar disso, novas centralidades emergem com a reestruturação urbana, o que denota a importância do fator demográfico como componente do ordenamento territorial.

Dessa forma, o espaço geográfico se apresenta como conceito fundamental para a compreensão da dinâmica urbana, pois ele é constituído por um conjunto “[...] indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único na qual a história se dá.” (SANTOS, 2012a, p. 63). Os lugares em si são desprovidos de existência própria. A margem do contexto da totalidade são abstrações. Sua significação é dada pela totalidade de recursos e muda conforme o movimento histórico. É o movimento da totalidade que irá delinear como irão ser distribuídos os recursos totais do mundo, quer seja o capital, a população, a força de trabalho, o excedente etc. E a cada momento histórico, esses recursos são distribuídos de diferentes maneiras e são localmente combinados, ocasionando uma diferenciação no interior do espaço total e conferindo a cada região ou lugar uma especificidade e definição particular (SANTOS, 2012a).

O espaço de uso e ocupação das classes populares em Porto Alegre remonta a noção de expansão de território em forma de periferização, nos moldes das grandes cidades latino-americanas. Um modelo que estabelece uma lógica de segregação territorial, por meio da distância espacial e da dificuldade de acessos aos bens e serviços urbanos que a região central proporciona. Essa distribuição do espaço produz o efeito local territorialmente construído.

O que configura como espaço dos pobres no município de Porto Alegre, são os grandes bairros localizados nas regiões periférica que se constituíram em torno de conjuntos habitacionais populares para onde, inicialmente como parte de uma política de ocupação dos anos 1970 e 1980, foi deslocada a populações oriundas de remoções das áreas centrais, como é o caso da Restinga e posteriormente a Lomba do Pinheiro, além do bairro Rubem Berta, Jardim Leopoldina e seus adjacentes na zona norte da cidade, bairros que hoje concentram proporcionalmente o maior contingente populacional da cidade. São essas as localidades periféricas que terão como atrativo os mais baixos índices de valores de aluguéis e de moradias, onde posteriormente se instalou boa parte do contingente populacional vindo do interior do Rio Grande do Sul em direção a capital. Essas localidades distantes geograficamente da região central, por sua ocupação, tornam-se distantes também

no sentido e socioeconômico.

Os distanciamentos promovidos entre centro e periferia, estabelecem relação direta com o deslocamento entre estudo/ trabalho/ moradia/ lazer. No caso brasileiro, a questão da mobilidade urbana configura um obstáculo ao livre trânsito da classe trabalhadora, o custo do transporte público consome grande parte do rendimento das famílias que dependem desse tipo de deslocamento.

Orientado por uma tendência nacional, as habitações populares foram alocadas em áreas periféricas. Algumas delas, com a extensão da malha urbana, tornaram-se áreas centrais, aumentando os atrativos comerciais e resultando em novas remoções das camadas populares, a exemplo dos bairros Cidade Baixa e Menino Deus. Esse processo de transformação de áreas historicamente não valorizadas em expansões da central, permitiu a valorização de espaços até então periféricos e rurais – como se deu com a zona sul da cidade.

O mais emblemático caso remoção involuntária na história do município ocorreu entre as décadas de 1970 e 1980 com a remoção dos “territórios negros” do centro para a margem da cidade. Zamboni (2009), ao recuperar o processo de saída das vilas “Santa Luzia” e “Ilhota” da região central da cidade para o atual Bairro Restinga⁷⁸, no extremo sul do município, relata que inicialmente essas famílias foram instaladas em “casas de emergência” providenciadas pelo DEMHAB para aguardar a construção das moradias definitivas. Passadas quatro décadas, em visita ao bairro, é possível encontrar as mesmas casas de emergência, transformadas pelo o tempo e pelas melhorias realizadas pelos seus moradores. O bairro da Restinga é frequentemente tratado como área à parte do município de Porto Alegre, em razão da sua distância do centro, extensão territorial e densidade populacional:

Sendo um traço do próprio capitalismo excluir, desenraizar, para inclui de outro modo, segundo as próprias regras, o problema agora é que “o período de passagem do momento da exclusão para o momento da inclusão está se transformando num modo de vida, está se tornando mais que um período transitório. (RAICHELIS, 2006, p. 16).

As experiências dos anos que seguiram à redemocratização do país, o município esteve sob administração de governos populares que investiram em projetos habitacionais orientados à inclusão socioespacial, primando pela manutenção das famílias nos seus locais de origem. Um exemplo desse processo é

⁷⁸ Bairro localizado no extremo sul do município, 30 km de distância do centro da cidade.

Vila Planetário, regularizada em 1992 partir de um projeto habitacional que legitima a manutenção das vilas em seu espaço já consolidado na região do OP centro, no bairro Santana. Portanto, durante o período de governo da Frente Popular no município de Porto Alegre nascem os conjuntos residenciais: Planetário, Lupicínio Rodrigues, Princesa Isabel, dentre outros. As experiências de manutenção e regularização de antigas ocupações nas regiões centrais, em seu espaço de origem, incrustada no tecido urbano consolidado são marcadas pela heterogeneidade da paisagem. Uma política contrária ao movimento contemporâneo homogeneizador do tecido urbano, em termos visuais e sociais. Se por um lado as ações permitem a permanência das classes populares em regiões abastecidas de bens e serviços urbanos, por outro, a capacidade da interação dessas comunidades com uma vizinhança elitizada esbarra numa série de obstáculos simbólicos e materiais. Dessa não interação, ocasionada também pelos limites das demais políticas sociais orientadas à proporcionar alguma mobilidade social, resulta a formação de pequenos guetos centrais.

Em 2004, o fim do ciclo das três gestões consecutivas de governos populares, somada a conjuntura nacional de internalização irrestrita do ideário neoliberal, observa-se na cidade a articulação dos setores de investimentos imobiliários para flexibilizar a legislação urbanística e ambiental, sugerindo mudança dos índices construtivos e alteração na legislação quanto ao recuo da orla do Guaíba para grandes construções e empreendimentos privados. Um exemplo emblemático que marca essa mudança de rumo das políticas habitacionais de Porto Alegre, é remoção involuntária da “Vila Chocolateão⁷⁹”.

Atualmente o trabalho na área habitacional no município é gerido através do Departamento Municipal de Habitação (DEM HAB), autarquia criada em 1965, e está subdividido em programas de promoção habitacional, programas integrados, programas de regularização fundiária e cooperativas habitacionais. Porto Alegre não possui um Conselho das Cidades. A participação social está estruturada por três espaços que, direta ou indiretamente, tratam de habitação de interesse social: o

⁷⁹ A Vila Chocolateão, ocupação de aproximadamente 200 famílias em condições precárias, localizada no centro histórico do município há quase três décadas foi removida em 2011, para a região nordeste da cidade, próximo ao município de Viamão, mais de 10km de distância do local de origem. No terreno desocupado, está prevista a construção de um prédio, que a priori será destinado para o Ministério Público Federal, a liberação da área viabilizará também construção de um novo estacionamento para o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4).

Conselho Municipal de Acesso à Terra e a Habitação (COMATHAB), o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA), e ainda o Conselho do Orçamento Participativo (CROP). Esse último não está diretamente ligado à habitação, mas por ele passam as várias demandas dessa política. (AHLERT, 2017).

O período recente, contudo, é marcado pelo descaso do poder público no tratamento dispensado à questão habitacional de Porto Alegre. A política foi reduzida às remoções e reassentamentos que, via de regra, servem exclusivamente para deslocar as famílias de baixa renda para as regiões mais periféricas da cidade, em locais comumente desprovidos de infraestrutura urbana. A atuação do órgão municipal responsável pela política de habitação, que ao longo de um período importante desenvolveu um trabalho complexo, transversalizando a atuação com outras políticas, como a saúde e a assistência social, foi sendo esvaziada. Não em vão, na gestão atual o Departamento foi incorporado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte (SMDSE⁸⁰), assim como a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC).

O Centro Histórico de Porto Alegre é delimitado pela Lei Municipal nº 10.364, de 22 de janeiro de 2008. A legislação demarca o seu espaço absoluto dentro da 43 organização espacial municipal. Para fins da discussão das disputas territoriais que envolvem a região central nesse estudo, será considerado o conceito de centro expandido de Porto Alegre, uma vez que considera-se que os benefícios apontados como alvo de disputa se estendem à essas áreas, pois o espaço além de absoluto, também é relativo e relacional; dessa forma, para além do que corresponde a Lei Municipal de 2008, identifica-se como região central os bairros Centro Histórico, Cidade Baixa, Praia de Belas, Farroupilha, Bom Fim, Independência e também todas as intersecções possíveis de territórios onde atuam os movimentos que disputam o espaço público da cidade.

A região do Centro da cidade já foi o espaço da totalidade urbanística, a partir da expansão imobiliária, a cidade passou a dar novas funções para a zona central.

[...] em um determinado momento histórico, o centro perdeu sua utilidade para seus 'usuários', tendo sido decretada sua obsolescência pela elite que partiu em busca de novos espaços, bairros e equipamentos urbanos, deixando para trás, um grande acervo imobiliário que é produto da industrialização do pós-guerra. Essas edificações destinadas ao serviço

⁸⁰ A nova secretaria aglutina ainda as extintas Secretarias do Esporte e dos Direitos Humanos.

público e à residência da elite urbana da época, testemunhos da riqueza material e simbólica, foram paulatinamente convertidas em ruínas. (BUONFIGLIO; PENNA, 2011, p. 118).

Acompanhando as transformações urbanas comuns às demais capitais do país, Porto Alegre teve sua região central em processo de deterioração. O fenômeno ocorreu com a extensão da malha imobiliária ocorrida em meados da década de 1980, que despertou o interesse das elites para outras localidades, relegando o centro à degradação. A migração de setores de serviços e comerciais para áreas mais nobres, como os bairros Moinhos de Vento, Avenidas Carlos Gomes e Praia de Belas, muitas vezes ancoradas pela instalação de shoppings centers. O resultado dessa reorganização do espaço região central gerou diversos vazios urbanos, com prédios e imóveis abandonados e sem uso. Com o aquecimento do mercado imobiliário vivido na segunda metade da década de 2000, a possibilidade de revitalizar a área central da cidade, com fins residenciais e de novos usos comerciais, passou a ser uma possibilidade para os proprietários dos imóveis.

O abandono da região central ampliou os níveis de ociosidade dos imóveis, que em razão da farta oferta e baixa demanda, tiveram seus preços reduzidos. Essa foi uma oportunidade para que os movimentos socioterritoriais urbanos pudessem ocupá-los, como a possibilidade de reconfiguração e reorganização da função desse território, em especial a partir dos interesses daqueles que dele dependem para morar, trabalhar e obterem acesso aos bens e serviços de uma infraestrutura urbana plenamente estabelecida.

[...] em que pesem as notórias notícias de deterioração e obsolescência dos centros, estes têm desempenhado a importante função de acolhida, atendendo às presenças populares mais do que mero local de passagem ou de encontro, mas como local de sobrevivência [...] na busca de inserção nos fluxos da renda urbana, as classes populares foram inventando, ao longo do tempo, estratégias de sobrevivência e de uso do espaço ainda que improvisadas e precárias. (BUONFIGLIO; PENNA, 2011, p. 119).

Contudo, o deslocamento dos interesses mercadológicos dos territórios são oscilatórios. Trata-se de um movimento pendular que, após o limite de extensão territorial para as margens do tecido urbano (em razão das inúmeras dificuldades de mobilidade das áreas mais afastadas e os altos custos de implantar infraestrutura urbana), retorna aos centros, num movimento que ora degrada, ora revitaliza as áreas centrais. Se por um lado retorno dos investimentos públicos nas áreas

centrais, chamados normalmente de projetos de revitalização, reconstituem o patrimônio histórico de um determinado lugar, essa revalorização costuma resultar na expulsão das camadas populares que – diante o abandono inicial, por sua desvalorização, se alojam nesses locais resultando nos processos de gentrificação. Nas últimas décadas, a região centro tem sido o espaço de intensa especulação imobiliária, que aponta para a reformulação dos espaços públicos e da área portuária para fins comerciais e empresariais.

O que se evidencia é que a especulação imobiliária ganha tanto com a disputa pelo espaço central e sua reformulação, assim como com a aquisição e venda de terrenos localizados nas margens urbanas. A real dimensão do estoque de prédios abandonados nos centros urbanos é uma incógnita. São dados de difícil acesso, apesar da legislação exigir tais informações nos instrumentos urbanísticos para o planejamento municipal, estadual e federal de forma transparente e acessível. Mas esse levantamento é fornecida, sobretudo, pelos movimentos sociais, que mapeiam constantemente as cidades onde atuam, buscando alternativas de espaços ociosos sem cumprimento de função social.

Acompanhando o “retorno ao centro” de muitas capitais brasileiras, Porto Alegre elaborou um projeto de revitalização do bairro Centro, contando com a recuperação do mobiliário urbano, reorganização do uso comercial, combate à informalidade e a apresentação de um novo planejamento urbano, colocando em perspectiva a recuperação da paisagem urbana para torna-la mais atraente e reaver assim o valor de troca dos empreendimentos imobiliários da região central. Rapidamente se espalhou pela cidade a possibilidade de empreender e adquirir imóveis numa região revitalizada, com centralidade no espaço urbano, com infraestrutura e que, a longo prazo, estaria mais valorizada. O mercado imobiliário concluiu tal objetivo inclusive com mudanças legais, movimento consolidado pela já referida lei nº 10.364/2008, promulgada em 22 de janeiro de 2008, que delimitou a região e o novo nome para o bairro: Centro Histórico. (CABRAL, 2018).

Essas mudanças legais e de tendência de mercado também foram seguidas de uma ação política mais agressiva dos agentes privados do mercado imobiliário na região central, que, após um período de abandono do espaço central da cidade, buscaram com todo o empenho, força econômica, política e social retomarem para si o território a partir da possibilidade e viabilidade de revalorização urbana. Esse

“retorno ao território” acaba por recriar inúmeros conflitos envolvendo a ocupação da região central.

Porto Alegre disseminou uma política de “combate” ao comércio informal, tratando-o como nocivo ao interesse do comerciante formal. Evidente que os agentes econômicos e o poder público responsáveis pelas mais violentas formas de cerceamento à informalidade não trazem à tona as reais causas do surgimento e proliferação desta nos centros urbanos – o desemprego. A informalidade é reduzida a “vantagem” do vendedor sonegador sobre o contribuinte. Simplificação que camufla as condições de extrema precariedade do exercício de uma atividade laboral à margem de uma proteção trabalhista. Mesmo soando absurda a comparação entre um vendedor ambulante de água e refrigerante com o proprietário de um estabelecimento comercial, o pretense discurso da injustiça angaria adesão popular, o que permite as constantes expulsões de carrinheiros, camelôs, ambulantes, flanelinhas, entre outros casos já abordados nos capítulos anteriores.

Dentre os tantos conflitos acionados pelo movimento de “revitalização” da região central, ressalta-se o papel desempenhado pelos movimentos de luta pelo direito à moradia. As ocupações dos imóveis ociosos resultaram em novas territorialidades no município de Porto Alegre.

4.3 “MORO ONDE NÃO MORA NINGUÉM”: AS OCUPAÇÕES NA REGIÃO CENTRAL DE PORTO ALEGRE

“Entre a cidade e a cidadania há um enorme vazio urbano”. (Ronnie Barbosa⁸¹).

As ocupações, tanto nas regiões periféricas quanto nas regiões centrais, demarcam os principais processos que ocorrem na transformação das metrópoles brasileiras. Constituem-se em instrumento de luta que, por meio da sua atuação, denunciam a negligência (ou má fé) do Estado no provimento do direito à habitação digna (que inclui para além de uma casa, o saneamento básico e fornecimento de luz, disponibilidade de mobilidade, entre tantos outros recursos urbanos) e organizam indivíduos à margem desse direito para a construção coletiva de estratégias de resistência.

⁸¹ Militante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (BUONFIGLIO, 2007, p. 40).

Os movimentos sociais constituídos pelos sem-tetos que tem sua atuação voltada para as ocupações em áreas centrais encontram diversos desafios em seu processo de luta. A maior visibilidade dessas ações provoca simultaneamente reações de rechaço e apoio. Além disso, por romperem com as barreiras simbólicas do espaço reservado às classes populares, lidam com uma base estrutural fortemente instrumentalizada para a sua mais breve expulsão, sejam os vizinhos, seja a mídia, seja os interesses de mercado como o próprio estado. A união entre Estado e entidades privadas nas determinações da ocupação do espaço urbano foi ainda mais intensificada na última década, dada a revalorização dos espaços centrais.

O Brasil não tem o mapeamento extado das ocupações existentes no território nacional. Além de uma realidade extremamente dinâmica, observa-se um desinteresse em evidenciar a dimensão desse fenômeno. Contudo, o dado que não se pode negar é relativo às causas que levam movimentos a ocuparem os centros urbanos: o direito à cidade. De fato, os centros metropolitanos ainda concentram grande parte de serviços que são referência para regiões metropolitanas inteiras. No caso do Rio Grande do Sul, o centro de Porto Alegre oferece serviços e equipamentos que não existem em nenhuma outra parte da cidade e do Estado. E ainda, o processo de ocupação do centro denota o retorno de diversas famílias que em gerações anteriores foram removidas dos centros através das reformas urbanas do início do século XX. Ao serem removidas para as periferias, passaram a enfrentar problemas de mobilidade urbana, ausência de oportunidades de trabalho, infraestrutura precária de serviços, entre outros.

A ocupação mais antiga realizada no centro de Porto Alegre ocorreu com a formação da Vila Chocolatão, localizada na região administrativa da cidade, no início da década de 1970. Foi uma ocupação predominantemente realizada por indivíduos em situação de rua, oriundos de outros bairros e cidades que buscavam no centro da cidade melhores condições de vida. Como fonte de renda principal, a atividade de coleta, triagem e comercialização de resíduos recicláveis, realizados em oito galpões de reciclagem. Após décadas de negociações, a Vila Chocolatão foi removida e reassentada para o bairro Morro Santana em 2011. A remoção ocorreu através do cerceamento de diversos direitos conquistados pelos moradores, além de apresentar impactos negativos para a população reassentada em termos de desterritorialização.

Ainda na década de 1980 ocorreram, na zona norte do município de Porto Alegre, as primeiras ocupações de imóveis em conjuntos habitacionais, inaugurando a experiência de ação de grande porte na luta pela moradia na cidade. Tratavam-se de ocupações espontâneas, realizadas por famílias mobilizadas pela necessidade habitacional. Os registros desse episódio citam a participação de aproximadamente 2 mil famílias ocupando terrenos e imóveis no bairro Parque dos Maias. (PAZ, 2004).

Ao longo dos anos, a maior parte das ocupações ocorridas na cidade esteve relacionada à oferta de terrenos e imóveis ociosos, parte significativa desses, de propriedade do próprio Estado. Diante da atual configuração do espaço urbano de Porto Alegre, em suas dimensões metropolitanas e distantes das periferias, os movimentos reforçam os argumentos da urbanidade historicamente negada, dando origem a uma nova orientação ao repertório de lutas dos movimentos sociais de luta pela moradia: a reivindicação do centro. Não se trata, portanto, de uma luta pela inserção em programas habitacionais localizados nas margens urbanas, senão pela luta em estar inserido na cidade, fazer parte dessa, desfrutar de seus bens e serviços e ainda, pela presença no espaço, ampliar as possibilidades de transformá-la.

Em 2005, um grupo vinculado ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia de Porto Alegre, havia realizado uma ocupação em um imóvel emblemático localizado na Rua Caldas Junior, construído pelo extinto BNH, de propriedade da Caixa Econômica Federal. A ocupação tentou negociar com o banco, que acabou vendendo para um agente da iniciativa privada. Curiosamente os compradores privilegiados no período das tratativas com a Caixa, revenderam o imóvel a um outro comprador intermediário, popularmente chamado de “laranja” que o repassou para o Primeiro Comando da Capital (PCC). A exemplo da obra cinematográfica “Os Trapaceiros” de Woody Allen, a intenção da aquisição do imóvel foi a construção de um túnel subterrâneo para uma operação de assalto aos cofres dos Bancos da Caixa e Banrisul. A operação foi interrompida pela ação da Polícia Civil, interditando o edifício.

No dia 20 de novembro de 2006, o MNLM reocupou o imóvel interditado. A ocupação durou 4 meses, mas durante sua existência sediou eventos culturais e políticos, convertendo-se em base da rádio livre e padaria para a geração de renda dos seus ocupantes. Ampliando as possibilidades de sociabilidade e ação de uma ocupação.

Nas primeiras edições do Fórum Social Mundial, observou-se uma agitação dos movimentos no acionamento de conflitos urbanos e rurais. Em alguma medida esse ânimo revolucionário inspirou uma série de ações políticas em Porto Alegre, que como já referido, foi sede inclusive por seu caráter de vanguarda no tratamento dispensado às políticas urbanas. Inspiraram mais duas ocupações do MNLM na região do centro de Porto Alegre. A primeira ocupação ocorreu no II FSM, em 2002, no antigo edifício da Sul América Seguros, localizado na Avenida Borges de Medeiros. A ocupação foi protagonizada por uma delegação de 350 pessoas, dentre lideranças nacionais e ativistas internacionais. A ocupação serviu como estratégia de visibilizar a luta por moradia no sul do país, denunciando o estoque de imóveis ociosos em áreas centrais da cidade. A desocupação ocorreu poucos dias depois, tendo servido mais como um grande ato simbólico do que de fato como uma estratégia de avançar para a garantia de posse e permanência no local.

No ano de 2005, no período que a cidade recebia a 5ª edição do Fórum Social Mundial, foi elaborada a Carta Mundial pelo Direito à Cidade⁸². Uma construção coletiva que propunha a elaboração de um modelo alternativo de sociedade e vida urbana. O documento destaca três princípios sobre os quais entende ser regido o direito à cidade: o exercício pleno da cidadania, a gestão democrática da cidade e a função social da propriedade. De uma forma geral, as edições do FSM, em sua proposta de construção de um outro mundo possível, contribuíram para o fortalecimento das estratégias de organização dos movimentos sociais como um todo, promovendo a articulação internacional das grandes pautas contemporâneas. No evento de abertura do Fórum, o MNLM realizou mais uma ocupação. O objetivo remontava a experiência de 2002, promover visibilidade nacional e internacional à pauta da luta por moradia, reafirmando a existência de sem-teto no Rio Grande do Sul e a manutenção de imóveis ociosos. No dia 25 de janeiro de 2005, um grupo de pessoas se reuniu na Praça da Matriz a espera das palavras de ordem do MNLM: “ocupar, resistir pra morar!”. A ocupação durou 21 dias, mas trouxe profundas transformações.

Dessas experiências emerge o Projeto Utopia e Luta em Porto Alegre, localizados nos números 719, 727 e 731 da Avenida Borges de Medeiros, em um prédio tombado pelo patrimônio sobre o Viaduto Otávio Rocha. O prédio pertencia

⁸² Disponível na íntegra em: <https://www.polis.org.br/uploads/709/709.pdf>.

ao Instituto Nacional de Seguridade Social. As primeiras manchetes na mídia tradicional, como de costume, abordavam a ação pelo viés criminalizante da invasão. Em razão ao vínculo com o FSM, a ocupação foi retratada como “invasão internacional” ou “invasão do Fórum”. Trata-se da única cooperativa que obteve regularização fundiária através do Programa Crédito Solidário do governo federal. Tornou-se uma ocupação consolidada onde residem 42 famílias. No prédio, contam com um espaço cultural, lavanderia comunitária e uma horta hidropônica, localizada no terraço do prédio ocupado. Seu financiamento de R\$719 mil conta com recursos do governo federal, a serem pagos em 20 anos através de financiamento da Caixa Federal.

A inserção do coletivo Utopia e Luta nas políticas urbanas, ocorreu por meio da mediação do recém criado (e já extinto) Ministério das Cidades, haja vista que o PMCMV-E só surgiu em 2009. Contudo a inserção ocorreu via crédito solidário para o atendimento das famílias com renda inferior à 5 salários mínimos. Essa situação de “contrapartida” financeira alterou o perfil dos ocupantes substancialmente. A perspectiva utópica foi tolhida pelo contexto da mercadorização da casa.

Segundo a pesquisa realizada por Buonfiglio (2007), os dias de ocupação do referido prédio foram profícuos em semear deias e compartilhar ideais, a moradia cedeu lugar ao delineamento de utopias, conciliando diversos projetos de cultura, arte, geração de renda e resistência política. Evidente que esse caráter expandido de horizonte não era plenamente hegemônico. Como já abordado, as ocupações são permeadas de contradições. Assim, o “ideal utópico” objetivado estava sendo disputado com os limites inerentes aos indivíduos inseridos num modelo social burguês, fazendo com que a internalização de uma perspectiva maior que o acesso à moradia fosse parte de uma disputa de consciência. A pesquisadora destaca as duas dimensões de uma mesma luta: a dos lutadores urbanos, empenhados na recuperação do centro como perspectiva de apropriação da cidade, e a luta dos sem-teto em busca de sanar uma necessidade radical e urgente de moradia.

O processo de remoção involuntária da primeira ocupação realizada na região do centro de Porto Alegre “Vila Chocolatão” resultou na Ocupação Lanceiros Negros em 2015. Após o reassentamento, diversas famílias se vincularam ao Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). A ocupação foi realizada por 70 famílias em prédio de propriedade do estado ocioso desde o ano de 2006 (quando abrigava os escritórios do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul), localizado no

centro-histórico. A ação simbolizou o retorno para o centro das famílias expulsas no processo de remoção involuntária.

O nome escolhido para a ocupação relembra um episódio trágico na história do Rio Grande do Sul. No dia 14 de novembro de 1844, os Lanceiros Negros, batalhão formado por escravos que ao lutarem na Revolta Farroupilha ganhariam sua liberdade, foram dizimados no Massacre de Porongos. Desarmados, os lanceiros sofreram uma emboscada idealizada pelo General David Canabarro (líder farroupilha) e o então Barão de Caxias, chefe e comandante do exército imperial, que após tal feito tornou-se Duque. Os Lanceiros Negros foram a linha de frente em diversos combates e podemos atribuir à eles muitas das vitórias que ocorrem na Revolta. Foram combatentes que lutaram por sua liberdade, elemento crucial que permeia a luta pela moradia no Brasil. (SANCHES, 2017).

A ocupação destacou-se pelos processos de socialização que desempenhou, criando espaços de convívio entre os ocupantes e abrindo as portas para a cidade. Numa ação que angariou muitos simpatizantes, pela possibilidade de desmistificação do perfil criminalizante do “invasor”, “depredador”, “vândalo”, que permeia o imaginário coletivo. Internamente, os espaços de alimentação e educação da ocupação eram coletivos. Os moradores contribuíam mensalmente para o provimento da alimentação. Em relação à rede construída com a sociedade civil, destaca-se o papel das redes sociais no acionamento e socialização dos eventos promovidos pela ocupação. A pesquisadora esteve em muitas atividades organizadas pelos ocupantes, além das festas realizadas com participação de artistas locais, com objetivo de ampliar a visibilidade, angariar apoiadores e arrecadar recursos financeiros.

Mas essa experiência também foi marcada pela intransigência do poder estatal em negociar com as famílias o prédio que estava fechado há mais de dez anos, culminando em uma ação de despejo extremamente violenta, numa das noites mais frias do inverno gaúcho, em sentido literal e simbólico. A ocupação denominada “Lanceiros Negros” ocupou o prédio de novembro de 2015 à junho de 2017. A ação de despejo promovida pelo estado, apresentou como justificativa a necessidade de reformar o prédio para alocar a “Empresa Gaúcha de Rodovias” (EGR), órgão que por decisão do governador eleito em 2018, será extinto. Assim, passados quase três anos do processo de reintegração de posse, o prédio de propriedade do estado permanece ocioso.

Organizada pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), em 2013 foi realizada a (re)ocupação do prédio localizado na Caldas Júnior (ocupado pelo movimento nos anos de 2005, 2006 e 2011). Nessa última ação de ocupação do edifício (até o momento, haja vista que a edificação permanece ociosa), a ocupação Saraí obteve apoio do governo estatal, que através de decreto assinado pelo então governador Tarso Genro em 2014 possibilitou a permanência das famílias no local. Na ocasião, o proprietário do imóvel pediu ao Estado R\$ 4,8 milhões enquanto o governo Tarso teria oferecido R\$ 2,2 milhões. Não havendo acordo. Sem a desapropriação e com a transição do governo estadual, as 24 famílias da ocupação enfrentaram um processo de reintegração de posse expedido pela Justiça em setembro de 2015. A reintegração de posse ocorreu em 2017.

O Assentamento 20 de Novembro é fruto de uma longa trajetória do MNLN. A primeira vez que as famílias que formam a Cooperativa 20 de novembro ocuparam um edifício em Porto Alegre foi na data que os batizou, Dia Nacional da Consciência Negra, em 2006. Conforme já relatado, o prédio ocupado então era o mesmo na esquina da Avenida Mauá com a Caldas Jr, que veio a se tornar Ocupação Saraí. Nos últimos 10 anos, as famílias ligadas à Cooperativa trocaram de endereço mais duas vezes. Somente no ano de 2018 que o Movimento Nacional de Luta Pela Moradia (MNLN), mantendo a tradição histórica da integração com os Fóruns Sociais, celebrou dentro da programação do Fórum das Resistências, a assinatura do contrato com a Caixa Federal para a reforma do prédio. A ocupação resulta dos trabalhos realizados pelo MNLN e Confederação de Associação de Moradores (CONAM). O assentamento é formado substancialmente com integrantes da Ocupação Saraí. Juntos, estes moradores formaram a Cooperativa 20 de Novembro e aguardam liberação de recursos para o início da reforma do prédio.

Foram realizadas inúmeras visitas ao Assentamento 20 de Novembro. O acesso ao assentamento é facilitado pela liderança, na perspectiva de socializar essa trajetória de lutas (e conquistas) do MNLN. São muitas as atividades que ocorrem no espaço, que ainda não recebeu nenhuma benfeitoria, exceto a dos próprios moradores. Além das atividades festivas, ocorrem oficinas de formação, organizadas pela Cooperativa. Já na primeira abordagem, a pesquisadora teve a atenção chamada pela liderança, sobre grave equívoco cometido. Ao referir a intenção da pesquisa à liderança, denominou-se o espaço como "Ocupação". Situação imediatamente corrigida: "Isso é um Assentamento!". Essa distinção é

importantíssima do ponto de vista da representação da vitória do movimento de ocupação.

Nas sucessivas visitas, identificou-se a heterogeneidade no perfil dos moradores e moradoras. É interessante observar que o relato da pesquisa realizada por Buonfiglio (2007) permanece presente, mesmo com a maior maturidade do Movimento Social. Mesmo não havendo tantas diferenças sociais entre os assentados e assentadas, como no caso do Utopia e Luta, observa-se que para alguns integrantes, a luta que vai para além da garantia da posse pode perder o sentido, o fôlego. Da mesma forma, assim como a construção de espaços coletivos podem desencadear sujeitos de luta, na ausência de um objetivo maior de ordem mais imediata, esse vigor pode se perder, esvaziando o sentido da coletividade. Essa constatação não diminui em absoluto a luta desses atores até a consolidação do assentamento, tampouco negligência o flagrante esforço das lideranças em manter (e as vezes impor) o horizonte ampliado. Essa experiência também foi observada na pesquisa da dissertação de mestrado, onde a existência de um cadastro habitacional no Departamento Municipal era suficiente para amenizar os espaços de luta.

Aborda-se essas questões, para que não se mistifique essas experiências como bolhas paradisíacas imune às contradições, com poder imediato de descolonizar o imaginário burguês internalizado por tantos anos e tantos meios. Acredita-se que depositar sobre essas experiências uma expectativa romanceada possa ser tão nociva ao desenvolvimento dessas estratégias quanto à demonização feita pelo aparato burguês. Afirma-se que as ocupações são responsáveis hoje pela mais sofisticada estratégia de luta orientada à construção de uma “nova lógica de organização”, uma “proposta de resistência” e de “organização coletiva”, onde predomina o “interesse coletivo da maioria”, a “organização autônoma dos trabalhadores”, ao mesmo tempo em que há o “enfrentamento do Estado”, e a “afrenta ao direito absoluto de propriedade”, apostando que:

As ocupações organizadas por movimentos populares, além de serem resultado da falta de alternativa de moradia, trazem muitas vezes valiosas lições para uma nova lógica de organização do território urbano. Muitas das experiências mais interessantes de questionamento à segregação e irracionalidade da cidade do capital foram e são produzidas nas ocupações (BOULOS, 2014, p.106).

Outra experiência emblemática para a cidade é a Casa de Referência da Mulher - Mulheres Mirabal. A ocupação tem início em 25 de novembro de 2016, uma ocupação realizada por mulheres e orientada ao acolhimento de outras mulheres vítimas de violência. A existência e resistência dessa ocupação é diária, haja vista as já incontáveis ações de reintegração de posse. A ocupação, além da peculiaridade do corte de gênero, deflagra uma perversa contradição da perniciosa relação do estado com os interesses privados. O mesmo Estado que ameaça cotidianamente o grupo com a reintegração de posse, utiliza dos serviços prestados pela casa na lacuna de uma rede própria de serviços de proteção à mulher, como é o caso dos encaminhamentos realizados pela Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) e a Defensoria Pública.

A Ocupação Mirabal surgiu a partir do Movimento de Mulheres Olga Benário, criado em 2011. Três anos depois, o Movimento chegou ao Rio Grande do Sul. Em 2016, as participantes passaram a planejar a ocupação de um espaço como forma de protesto às medidas que vinham sendo tomadas, como a extinção da Secretaria de Políticas para Mulheres pelo Governo Estadual. Por parte do Movimento, já havia a experiência de outra casa ocupada em Belo Horizonte, para abrigar vítimas de violência doméstica, a Tina Martins, realizada em 8 de março de 2016. O nome é uma homenagem às irmãs Mirabal, mulheres torturadas e assassinadas numa emboscada ordenada pelo ditador Rafael Leónidas Trujillo, na República Dominicana, em 25 de novembro de 1960.

A ocupação ocorreu com aproximadamente 50 mulheres no prédio localizado na Avenida Duque de Caxias. Tão logo realizaram a ocupação, passaram a ofertar o espaço como acolhida das mulheres vítimas de violência, tornando-se uma referência na cidade. Segundo reportagem vinculada ao Jornal de Direitos Humanos⁸³, as representantes da casa estimam que nos primeiros dois anos de ocupação já tenham atendido cerca de 200 mulheres, abrigando a mais de 70.

Diante das constantes ameaças de reintegração de posse, o movimento deixou o imóvel de propriedade privada no centro da cidade e realizou nova ocupação no prédio na Souza Reis, de propriedade do estado que na ocasião, devido à não utilização do imóvel, cedeu ao município, recomendado o repasse para o Movimento Olga Benário.

⁸³ Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2018/12/13/sextante-existir-e-resistir-dois-anos-de-ocupacao-mirabal/>

O município, por sua vez, em nota divulgada em 31 de agosto de 2018 informou que "a eventual cessão nos moldes sugeridos pelo Estado poderia caracterizar improbidade administrativa, pois descumpriria apontamentos feitos pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) no que diz respeito aos trâmites para cessão de imóveis". A nota encerra dizendo que a Prefeitura se coloca à disposição para atender, em conjunto com a Fasc e a Secretaria Municipal da Saúde, as mulheres que estiverem acolhidas na ocupação. Ressalta-se que a proposta de absorver as mulheres atendidas pela ocupação na rede de acolhimento municipal não corresponde à pouca disponibilidade de vagas na rede municipal. Tanto é verdade, que os encaminhamentos da Delegacia da Mulher e Defensoria Pública se socorrem da Mirabal, mesmo diante da controversa relação de posse da sede e informalidade do serviço na rede de apoio às mulheres vítimas de violência.

O município entrou com pedido de reintegração de posse, acolhido em decisão em primeira instância. A equipe jurídica de mulheres que apoiam o Movimento prontamente recorreu da decisão, que suspendeu temporariamente a possibilidade de reintegração. O ganho de prazo permitiu que o juiz de primeiro grau acessasse a versão do Movimento e as provas de que a entrada no imóvel era justificada pela longa negociação com entes públicos, ao contrário do que foi apresentado na argumentação do prefeito Marchezan. A decisão foi então revogada, sob argumento de que ao ocupar, o Movimento agiu de boa-fé, fez o justo. O juiz também pontuou que é obrigação do município prestar esse serviço hoje atendido pela Casa de Referência Mulheres Mirabal e, ainda, que o município deve buscar o diálogo com o movimento. Uma importante vitória do movimento.

Se é verdade que a reprodução da vida da maior parte dos alijados da sociedade se dá em grande medida na constituição do coletivo e da formação de redes de solidariedade, ressalta-se aqui o papel da mulher na construção dessas redes. A luta pela implantação de escolas infantis e creches para os cuidados com a criança, as reivindicações por melhores condições de saúde, os processos de autoconstrução da casa e as manifestações por melhorias urbanísticas no bairro são lutas compartilhadas e travadas por uma majoritária presença feminina. Com destaque para as mulheres negras, que ao mesmo tempo em que representam a base da pirâmide econômica, são as protagonistas na luta pela moradia na cidade.

No livro comemorativo “MTST 20 anos de história”, as mulheres da coordenação do movimento, em prefácio, mostram que a luta pela moradia vai além da “propriedade”, e ressignificam o lar a partir dos afetos e da resistência política:

A luta pela moradia é mobilizadora para as mulheres, pois é a luta pela sobrevivência e pela autonomia afetiva. (...) Enquanto a vida cotidiana na cidade é de sofrimento, a luta é a busca por essa felicidade. E mesmo quando a vida política destrói afetividades, a presença da mulher as reinventa. Nós, mulheres sem teto, encontramos em nossas ocupações significados maiores para nossas vidas, conseguimos compatibilizar o compromisso afetivo com o político (Mulheres da Coordenação Nacional do MTST). (SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017, p. 11).

Silva (2018) relata que nas lutas travadas pelas ocupações urbanas da cidade, sejam as mais antigas ou mais recentes, observa-se a predominância de mulheres negras, sobretudo mães sozinhas. A autora destaca que essa presença predominante também é observada nas comunidades quilombolas, onde as lideranças religiosas, políticas e sociais são predominantemente mulheres.

Nessa direção, o capitalismo não é apenas um padrão de produção: trata-se de um amplo, complexo e expansivo processo histórico-social e político-econômico. Seria, portanto, necessariamente ligado ao racismo e ao sexismo (FEDERICI, 2017), não como legado, mas como necessidade própria do capitalismo, pois existe “[...] não apenas uma relação simbiótica entre o trabalho assalariado contratual e a escravidão, mas também, e junto com ela, a dialética que existe entre acumulação e destruição da força de trabalho[...]”, situação que as mulheres vivenciam de forma particular através da apropriação, opressão e exploração de seus corpos, seu trabalho e sua vida. Disso apreende-se a consubstancialidade entre patriarcado, racismo e capitalismo e, conseqüentemente, a indissociabilidade entre exploração e opressão. Essa imbricação, com frequência invisível, caracteriza o atual modelo societário e compõe uma nova realidade historicamente constituída.

Ainda que a observação participante realizada seja de um universo muito restrito para inferir sobre a feminilização da luta pela moradia, ressalta-se que nas experiências vivenciadas, os contatos foram exclusivamente com mulheres, na condição de liderança dos movimentos ou de moradoras, ocupantes. São indícios que devem ser mais bem explorados. Mas a histórica relação da mulher na luta pela terra, desde o início da acumulação primitiva, fornece algumas pistas. É possível que haja ancestralidade feminina na relação do acesso à terra como um meio de

sobrevivência própria, familiar e comunal. Uma ancestralidade originada das inúmeras mulheres destituídas do saber, da terra, dos seus corpos, que permanecem resistindo à fogueira da ordem patriarcal burguesa.

5 CONCLUSÕES: “VOU APRENDER A LER PARA ENSINAR MEUS CAMARADAS”

(...) A divergência entre o sonho e a realidade nada tem de ruim, desde que o sonhador acredite seriamente em seu sonho sem deixar de atentar para a vida, comparando a observação desta com seus castelos no ar e trabalhando escrupulosamente na realização daquilo que imagina. Quando existe algum contato entre o sonho e a vida, vai tudo bem. É preciso sonhar! (Lênin, em *Que fazer?*).

O percurso de construção desta tese foi atravessado por profundas mudanças. Incidiram sobre essas, as mais recentes ameaças aos direitos da classe trabalhadora, que foram vivenciadas em amplo sentido pela pesquisadora, como militância política, como estudante e, claro, como parte da classe trabalhadora. Ao longo dos últimos anos a “esperança equilibrada” migrou do pessimismo revolucionário de Benjamin à exaltação utópica crítica de Lefebvre. Diante de um horizonte distópico que se avizinha, é preciso sonhar! A tarefa foi facilitada pelo tema escolhido, analisar a luta pelo direito à cidade e à moradia pela perspectiva da resistência da classe trabalhadora foi providencial para não sucumbir ao domínio da descrença e do medo paralisante. O trajeto teve que ser adequado às condições mais restritas de navegação. Algumas escolhas foram temporariamente abandonadas, por força das condições que se impuseram, mas que agora, diante do compromisso com as lutas populares e com o êxtase conferido pelo vigor dessas manifestações de resistência, pretende-se retomar em breve. “O trem que chega é o mesmo trem da partida”.

É preciso relatar das dificuldades encontradas pela pesquisadora ao eleger como objeto de análise um fenômeno não diretamente vinculado ao exercício profissional. Essa condição “estrangeira” produziu receio de uma abordagem superficial ou apropriação inadequada da narrativa das experiências de lutas nunca efetivamente vivenciadas. Foi ainda difícil conter o afã de elevar tais experiências à condição de “salvação” para todas as mazelas de um modelo urbano gravemente comprometida pelo modo de produção capitalista. Descobriu-se que, abordar os fenômenos partindo dos limites impostos pela estrutura capitalista é um caminho mais seguro do que pela perspectiva dos processos de resistência, ou seja, das potencialidades, que mobiliza tantas paixões. Buscou-se manter a vigília sobre os

riscos de excessos e faltas, para uma abordagem crítica, comprometida, cuidadosa e responsável.

Das sínteses provisórias que o percurso alcançou, tem-se as ocupações urbanas organizadas pelo segmento da classe trabalhadora intitulado como “sem-teto”, como uma nova expressão da luta pela moradia, em resposta ao processo de marginalização espacial da pobreza. A ocupação de prédios verticalizados em abandono nos grandes centros urbanos trava uma disputa socioterritorial. A adoção dessa estratégia vai delinear as ações de luta pelo direito à cidade e à moradia digna.

Com base nessa síntese, formulou-se a seguinte tese:

As ocupações dos vazios urbanos em regiões centrais, como estratégia de resistência da classe trabalhadora, são ações diretas de caráter disruptivo que confrontam as contradições da questão urbana. Estas ações, respaldadas pela necessidade de cumprimento da função social da propriedade, desnudam a irracionalidade das cidades organizadas para a reprodução do capital e a parcialidade do Estado como mediador dos inconciliáveis interesses de uma sociedade dividida em classes. A derrubada -material e simbólica- das cercas erguidas pelo modelo urbano excludente, são uma sofisticada ferramenta incorporada à luta pela moradia, que eliminam o tédio das paisagens homogeneizantes e convocam à outras experiências de vida nas cidades.

A elaboração desta tese parte de uma indagação original, na forma de problema levantado pela pesquisa, que buscou responder como as Ocupações Urbanas se efetivam em estratégias da classe trabalhadora para o acesso ao direito de moradia, numa perspectiva de radicalização do direito à cidade. A resposta encontrada no processo de investigação extrapola a pergunta. As ocupações urbanas realizadas nas regiões centrais das grandes cidades são responsáveis pela mais radical transformação do repertório da luta por moradia no Brasil. Constituem-se em ações coletivas que se utilizam da fenda aberta -pelo Movimento Nacional da Reforma Urbana- na incondicionalidade da propriedade privada, que estabelece necessidade de cumprimento de uma função social dessa, e avançam, promovendo ações que constroem o Estado à manifestação diante da ilicitude da especulação imobiliária, expressa pela revoltante relação entre pessoas sem domicílio e imóveis ociosos. .

A radicalidade conferida pelas ocupações às noções de direito à cidade são evidenciadas pela disputa dos espaços centrais, privilegiados por sua localidade e

pela acessibilidade aos bens e serviços urbanos, mas também, e principalmente, pelas relações que estabelecem entre si, na construção de espaços coletivos de sociabilidade, geração de renda, formação política, além das interações com a cidade, por meio da abertura das portas para a vizinhança e a promoção de eventos culturais e festivos, angariando novos parceiros e muitos militantes, remontando experiências de “agregação”. As ocupações retomam o sentido de apropriação da cidade pelo centro, assinalando um intervalo coletivo contra a determinação arbitrária das ordens de comando excludente no espaço urbano, suficiente para a invenção de formas utópicas e solidárias (HARVEY, 2004).

Acerca da produção de conhecimento do Serviço Social, na pesquisa bibliográfica, observou-se que o fenômeno das ocupações urbanas ainda é residual na agenda de pesquisa da categoria. Ao passo que as expressões da questão urbana se constituem em objeto de intervenção da ampla maioria dos e das Assistentes Sociais (através espaços socio-ocupacionais nas políticas de assistência social, saúde, habitação, previdência.), a abordagem dos determinantes da matéria em si não possuem destaque na produção de conhecimento da categoria. A questão urbana aparece como pano de fundo nas análises sobre a questão habitacional, mais precisamente, da política habitacional.

Na escassez de produções que tratam especificamente do fenômeno das Ocupações Urbanas, deslocou-se a pesquisa para “movimentos sociais urbanos”. Ainda assim não foi reportado um quantitativo relevante, nem nas publicações da editora Cortez, nem nos artigos vinculados à Revista Serviço Social e Sociedade ou ainda, na produção de teses e dissertações.

Para aprofundar as condições de análises, socorreu-se da pesquisa realizada por Bezerra, Santana, Cruz, Diniz e Pereira (2018). Na pesquisa, com abordagem um pouco distinta, sobre a tríade questão urbana, agrária e ambiental, as pesquisadoras analisaram um universo bem mais abrangente. Com isso, identificou-se que, acerca das comparações que foram possíveis estabelecer, a realidade não se mostrou distante do encontrado pela amostra dessa pesquisa. Além da tendência à dicotomização das relações urbano, agrário e ambiental (apontamento que suscitou profundas reflexões na elaboração dessa escrita), as pesquisadoras apontam para uma escassez ainda mais relevante nas discussões agrárias, sobretudo na discussão dos processos de organização dos trabalhadores.

No que se refere a busca por linhas de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, apesar do fenômeno de expansão da área 32 nos últimos 20 anos, identificou-se apenas 5 instituições com linhas de pesquisa orientadas ao debate sobre as estratégias de resistência da classe trabalhadora. A pesquisa realizada por Bezerra, Santana, Cruz, Diniz e Pereira (2018) avançou para a análise dos projetos políticos pedagógicos dos cursos de Serviço Social, que identificou que a ampla maioria dos componentes curriculares que tratam dessa temática são apresentadas como disciplinas facultativas. Segundo Marro (2014), é possível identificar uma maior presença do debate sobre as manifestações de resistência da classe trabalhadora nas experiências de extensão universitária. A autora aponta para a oportunidade de ampliação de horizontes do Serviço Social por meio da articulação com as formas organizativas da sociedade.

Diante das conclusões acerca das razões para esse dado, tem-se as mais restritas possibilidades de interlocução com essas experiências por meio do estágio curricular ou do exercício profissional, aponta-se que em visita ao Assentamento 20 de Novembro, a pesquisadora identificou que no projeto “Ciranda” -espaço para educação infantil do próprio Assentamento- havia um grupo de estagiários do curso de Pedagogia da UFRGS. Bem como na oficina realizada pela cooperativa do assentamento, na produção de sabonetes e produtos de limpeza, as oficinas eram vinculadas aos cursos de Enfermagem dessa mesma universidade. Ao que parece, as portas das Ocupações e Assentamentos estão abertas para a academia, e o Serviço Social tem muito a contribuir e a aprender ocupando esse espaço.

Mas não só na relação entre o campo acadêmico e as Ocupações que se observa uma lacuna do Serviço Social. O envolvimento da profissão no debate da questão urbana também carece avançar. Destaca-se o estranhamento na ausência da manifestação do Conselho Regional de Classe (CRESS) no manifesto “atua poa” que convoca à articulação das forças progressistas para a participação da revisão do Plano Diretor da cidade. Situação que sugere um engajamento limitado aos fóruns de discussão local acerca do tema também na esfera dos trabalhadores e trabalhadoras do Serviço Social.

Destaca-se, assim, a necessária articulação entre a questão fundiária e as políticas sociais, que são o objeto predominante de análise das produções no Serviço Social. Reforça-se que apesar do salutar o esforço da profissão em se apropriar da mais relevante forma de mediação das expressões da questão social na

contemporaneidade, compete à profissão uma análise mais aprofundada da questão social pela perspectiva da resistência, que não se restringe às respostas do Estado. O acirramento das relações impostas pelo tempo presente reforça a urgência do chamado para incorporar -acadêmica e socialmente- o movimento que emerge das ruas. Para tal, a categoria pode se valer de uma aproximação com outras profissões que já apresentam um debate mais amadurecido sobre as manifestações de resistência, questão fundiária e expressões da questão urbana. Destaca-se nesse contexto o papel dos Arquitetos e Urbanistas e dos Geógrafos, sobretudo pela predominante abordagem pautada na dialética crítica. A articulação das experiências desses atores no campo das lutas e o conhecimento do serviço social acerca das condições materiais da classe trabalhadora, aprimora a capacidade de análise do fenômeno e contribui para o fortalecimento do repertório de lutas da classe trabalhadora.

Para compreensão sobre como a questão fundiária determinou o modelo de urbanização brasileiro, buscou-se retomar a questão na sua raiz, representada pela colonização portuguesa orientada à expropriação predatória. Ainda que a experiência colonial não seja em si a definidora da questão fundiária, esse traço definiu não só a distribuição desigual da posse da terra, como também instituiu a violência como instrumento de acesso. A questão fundiária brasileira é fruto da fusão da experiência de país-colônia com a condição de capitalismo periférico.

A Revolução Industrial foi o acontecimento histórico que desencadeou a mais profunda transformação das paisagens e da vida nas cidades. Os efeitos desse fenômeno, que culminou em grandes aglomerações humanas, são descritos e analisados por Engels na obra “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, obra do século XIX. Desde então, tanto o modo de produção capitalista, como os seus reflexos sobre a vida urbana, sofreu significativas metamorfoses. Contudo, no que tange as condições de vida da classe trabalhadora, detalhadamente descrita no clássico europeu, as passagens assumem desconcertante atualidade. O retrato das condições das moradias “(As casas) tem um aspecto tal que ninguém desejaria morar nelas” e a relação de localização dos bairros destinados à classe operária “[...] é-lhe designada uma área a parte, na qual, longe do olhar das classes mais afortunadas, deve safar-se, bem ou mal, sozinha.” (ENGELS, 2013, p. 70), são facilmente identificados no cotidiano urbano contemporâneo, sobretudo nos países de economia periférica como o Brasil. Tempo e espaço são comprimidos na

similaridade entre a situação da classe trabalhadora inglesa do século XIX e a crueza do diário de uma favelada em seu Quarto de Despejo⁸⁴, “Os vizinhos de alvenaria olha os favelados com repugnância. [...] tem nojo da pobreza” (JESUS, 2018, p. 55). A manutenção e agravamento da condição de precariedade da vida urbana - especialmente dos mais pobres - são cotidianamente denunciadas nas manifestações culturais que emergem das favelas e subúrbios das grandes cidades, como as letras de RAP⁸⁵, Funk⁸⁶ ou o conteúdo dos SLAMS⁸⁷”.

A atividade produtiva dominada pelo isolamento capitalista interrompe a mediação orgânica entre o ser humano e a natureza, ou ainda, torna-o “exterior” a ele, afasta da consciência do seu gênero e o reduz ao estado de natureza animal. Tudo é reificado, as relações ontológicas fundamentais são invertidas. O indivíduo se confronta com meros objetos (coisas, mercadorias), uma vez que “[...] seu corpo inorgânico natureza aprimorada e força produtiva exteriorizada foi alienado dele. Ele não está consciente que é um ser genérico.” (MÉSZÁROS, 2016, p. 80). A identificação da essência humana à individualidade reduz a humanidade à sua condição biológica, o culto à individualidade exige apenas meios de subsistência em detrimento da plena realização das necessidades, que por sua condição humana, são necessidades sociais. Dito isso, a interrupção da satisfação das necessidades humanas só é naturalizada mediante o processo de estranhamento à essência humana e, portanto, a fruição dos sentidos e a objetificação humana.

O território expressa as contradições do modo de produção capitalista, a cidade, ao reunir os diferentes atores em disputa por sua ocupação, deflagra o confronto entre os interesses do capital e da classe trabalhadora. A produção do espaço urbano é, portanto, seio das contradições e geradora de tensões entre os distintos segmentos que a constituem. O território, por meio da mediação humana, se consolida também em espaço da resistência. A articulação dos sujeitos em luta emerge da negação do atendimento das necessidades mais elementares para a

⁸⁴ Obra de Maria Carolina de Jesus que retrata o cotidiano na vida nas favelas paulistas da década de 1950.

⁸⁵ Estilo musical de poesia ritmada originado nos EUA da década de 1970. No Brasil o estilo tem forte caráter político, com letras que evidenciam o cotidiano de privações da classe trabalhadora, sobretudo a realidade vivenciada pela população negra nas periferias.

⁸⁶ Estilo musical original dos EUA nas comunidades afro-americanas nos anos 1960. No Brasil se tornou o ritmo das favelas cariocas a partir de 1980, assumindo um estilo próprio, assumindo um fenômeno de massa. O ritmo é alvo de perseguições de cunho moralista, numa espécie de repetição ao ocorrido com o Samba nos inícios do século XX.

⁸⁷ Também originário da cultura negra norte-americana, trata-se de uma “batalha de versos”, com poesia falada e literatura das periferias.

reprodução da vida. No Brasil, essas lutas se reatualizam diariamente, por meio dos embates pelo acesso e permanência nos territórios, rurais e urbanos. Populações indígenas, quilombolas, em situação de rua, pessoas sem-teto, sem-terra, residindo em favelas, ocupações irregulares, são alguns exemplos da resistência da classe trabalhadora para a manutenção da vida nas cidades.

A moradia como mercadoria tem seu acesso mediado predominantemente pelo mercado. O processo de mercadorização das necessidades humanas, basilar do modo de produção capitalista, é cotidianamente legitimado. A casa, pela lógica de mercado e por sua condição utilitária, secundariza a necessidade humana por moradia. Desde a origem da hegemonia burguesa o direito à propriedade, antecipadamente reservada para alguns, negou (e nega), em força maior, a materialização dos demais direitos humanos. (ALFONSIN; FERNANDES, 2006).

Portanto, se a propriedade dos meios de produção e da terra atravessa a história, no capitalismo ela se torna abstrata e, em sua forma jurídica, naturalizada. Convém não esquecer que as constituições burguesas do século XVIII colocam a propriedade privada como direito, situação esta que vigora até hoje, orientando e determinando as relações sociais de produção e o lugar de cada um na cidade (CARLOS, 2013, p. 97).

Quanto ao questionamento de como as políticas urbanas tem respondido ao déficit habitacional, tem-se a triste conclusão que a eliminação do déficit não é, nem nunca foi, objeto de nenhuma política urbana. Assim como a eliminação da desigualdade social é antitética ao modo de produção capitalista, a questão fundiária é condição para a acumulação do capital e a insegurança da moradia é uma prerrogativa para o controle da força de trabalho. Por essa razão, não raro, essas políticas são as grandes promotoras do déficit. A propriedade privada fundiária é base da escassez habitacional, constituindo-se, assim, em peça chave do processo de acumulação no modo de produção.

As distintas soluções habitacionais encontradas pela classe trabalhadora, que configuram a cidade até os dias de hoje, são caracterizadas pela precária tipologia construtiva e por sua localização territorial marginal. O questionamento acerca das possibilidades infinitas de acumulação em detrimento do atendimento das necessidades humanas mais elementares revela a irracionalidade da lógica das cidades organizadas para a reprodução do capital. Desse cenário de negação de um direito fundamental emergem os focos de resistência da classe trabalhadora, com

destaque aos movimentos de luta pela moradia. Ao recuperar a dimensão da necessidade humana, reivindicando a moradia por seu valor de uso, esses movimentos confrontam ordem burguesa no seu processo de mercadorização da vida.

Conforme já mencionado, a perniciosa relação entre “pessoas sem moradia x moradias sem pessoas” evidencia que a questão central do déficit habitacional no país tem sua raiz na lógica capitalista de acumulação. Os 7,8 milhões de imóveis ociosos seriam mais do que suficientes para sanar a necessidade dos 6,8 milhões de famílias brasileiras sem moradia adequada. Essa equação é resultado do também desequilibrado peso dispensado pelas instituições do país no tratamento da “função social da propriedade x (defesa incondicional da) propriedade privada”. Essa proporção suscita o questionamento dos mecanismos utilizados pelas políticas habitacionais nos últimos anos, a exemplo do PMCMV, voltado prioritariamente à construção de novas unidades habitacionais, secundarizando a questão estrutural do fenômeno: o cumprimento da função social dos imóveis já existentes, normalmente localizados em áreas urbanizadas, que seriam suficientes para sanar senão toda, parte significativa da demanda por moradia no país⁸⁸.

Assim, identifica-se que o papel das ocupações de imóveis vazios na agenda de luta pela moradia é representada pela resistência frente aos processos imbricados no modo como a produção do espaço urbano ocorre. Além de reverterem o processo de periferização e garantirem o direito à cidade, estas ocupações evidenciam o óbvio. Há menos custos envolvidos nas reformas de prédios públicos e privados ociosos em comparação a construção de novos conjuntos habitacionais localizados às margens da malha urbana, o que demanda, além dos gastos com a sua construção, a garantia de equipamentos como escolas, postos de saúde, pavimentação e serviços que não existem nestas áreas de avanço imobiliário/exclusão social.

Os conflitos acionados pelas ocupações dos vazios urbanos nas regiões centrais das grandes cidades deflagram o complexo mecanismo de negação das

⁸⁸ Evidente que esse é apenas um exercício para explicitar as contradições da questão habitacional. A complexidade do fenômeno não permite que seja resolvido por meio de equação simples. Sabe-se que a lógica do PMCMV esteve voltada não só à questão habitacional, como também -pode-se dizer que prioritariamente- ao aquecimento da economia nacional a partir da mobilização de diversos setores: o financeiro com a popularização do crédito, o sistema imobiliário e, sobretudo, o setor da construção civil. Esse último responsável pela massiva geração de postos de trabalho, elemento que por si só estimula o crescimento da economia interna.

necessidades sociais promovido pela hegemonia burguesa. A realidade camuflada, a negação dos conflitos e o tratamento individualizado da questão social, confunde horizontes. “Ao trabalhador só é permitido ter tanto para que se queira viver, e só é permitido querer viver para ter” (MARX, 2009, p. 142). O que explica as transformações societárias e os avanços tecnológicos ocorridos nas distintas fases do capitalismo não estarem voltadas à satisfação das necessidades mais elementares da sociedade? Trata-se, pois, de desvendar a quem interessa a negação dessas necessidades na captura da racionalidade humana. Não estivessem tão bem travestidas de interesses comuns ou consequências naturais, as cidades não estariam sendo organizadas para coisas em detrimento de pessoas.

A supressão da propriedade privada é, por conseguinte, a emancipação completa de todas as qualidades e sentidos humanos; mas ela é esta emancipação justamente pelo fato desses sentidos e propriedades terem se tornados humanos, tanto subjetiva quanto objetivamente. O olho se tornou olho humano, da mesma forma como seu objeto se tornou um objeto social, humano, proveniente do homem para o homem. Por isso, imediatamente em sua práxis, os sentidos se tornam teóricos. Relacionam-se com a coisa por querer a coisa, mas a coisa mesma é um comportamento humano objetivo consigo própria e com o homem, e vice-versa. Eu só posso em termos práticos, relacionar-me humanamente com a coisa se a coisa se relacionar humanamente com o homem. A carência e a fruição perderam, assim, a sua natureza egoísta e a natureza a sua mera utilidade, na medida que a utilidade se tornou utilidade humana. (MARX, 2009, p. 108).

As ocupações, ao elevar as necessidades humanas a condição inegociável, utilizando-se do discurso da legalidade (muitas vezes utilizado para o cerceamento dos acessos, considerando que majoritariamente os legisladores defendem interesses das elites, por consequência, seus próprios), acionam as bases de sustentação da ordem burguesa. Não em vão são os movimentos vinculados aos sem-teto e sem-terra os eleitos como os maiores inimigos da “ordem das coisas”. As legislações que se desdobraram da CF88, como instrumentos para sua materialidade, resultaram do esforço coletivo do campo progressista da sociedade brasileira. Ainda que não resolvessem em si as contradições da própria carta magna, definida por Fernandes (1989) como colcha de retalhos, ou ainda, do ponto de vista do seu significado político, inacabada, significaram um importante avanço no processo de democratização do país. Não como garantia de escudo protetor, mas como possibilidade da classe trabalhadora disputar seus interesses pela via institucional, ampliando o debate para o seu aperfeiçoamento. Mais do que os frutos

colhidos pela existência desse aparato legal, a trajetória de lutas para a sua garantia e as possibilidades do vir-a-ser justificam a radical defesa de sua manutenção.

Desse desvendar de contradições e subversão das determinações (explícitas e implícitas) da organização dos territórios, depreende-se a forte escalada conservadora mobilizada à descaracterização da atual legislação. A demonização dos atores em luta não é uma novidade, bem como a espúria aliança entre o conservadorismo e a ordem burguesa. Com isso, alerta-se sobre os riscos que apresentam as leis 13.844, a PEC 870, a extinção do Ministério das Cidades e as alterações no Censo 2020, que inviabilizaram essas ações pela via democrática, criminalizando não só simbolicamente, mas judicialmente a reivindicação popular por melhores condições de vida na cidade, usando para isso o aparato do Estado. Essas alterações legais propostas (muitas já em curso) significam a expressa autorização para roubar enormes pedaços de floresta, áreas públicas e eliminar as parcas garantias de demarcação em terras indígenas e quilombolas. Trata-se da exaltação ao genocídio da população negra e indígena. É preciso alinhar esforços para uma recusa contundente a toda forma de retrocesso, “o passado é uma roupa que não nos serve mais”, é preciso avançar!

A partir da recuperação da trajetória de casos de ocupações realizadas na região central de Porto Alegre nos últimos anos, buscou-se situar o contexto em que ocorrem essas ações, os caminhos que se utilizam para garantir o acesso à moradia e a forma como constroem novas sociabilidades. Aponta-se para o importante papel do Fórum Social Mundial na organização da luta urbana, interface que a pesquisadora só veio a acessar em decorrência da elaboração dessa pesquisa. Porto Alegre, marcada pela construção de experiências democráticas e pelo caráter de vanguarda progressista, passa agora por um momento soturno. Mas se a vitória do projeto privatista de cidade nas eleições municipais de 2014 sinalizava a negação dessa trajetória a resistência, materializada por inúmeras manifestações com destaque às ocupações urbanas demonstra que essa história, apesar dos esforços, permanece viva na memória da cidade.

O presente trabalho não pretende à idealização das ações realizadas pelos movimentos vinculados à luta pela moradia. As ocupações são espaços permeados por disputas e contradições, assim como a atuação dos movimentos sociais organizados. Contudo, contra esses atores, tem-se todas as forças da estrutura social burguesa. O que se pretende destacar é a capacidade organizativa dessas

ações e o conjunto de conflitos acionados simultaneamente por esses atores. As ocupações aglutinam os trabalhadores em torno de uma necessidade que lhe é comum: a moradia. Mas esse não é o fim em si, trata-se de uma disputa histórica, que versa pela apropriação privada de todas as riquezas produzidas, e que, portanto, carecem de uma luta contínua para a sua superação. Essas ações assumem caráter contra-hegemônico pela sua intencionalidade de transformar a condição material de “sem-teto” em ferramenta de luta contra as distintas formas de segregação socioterritorial. As experiências promovidas por essas ações contribuem para elevar à consciência das determinações históricas e econômicas da questão urbana, o que resulta na construção de um novo capítulo na história da luta pela moradia. A ativista Ângela Davis bem sinalizou, a liberdade é uma luta constante!

REFERÊNCIAS

- AFOLNSÍN, B. de M. **Legalidad e ilegalidad en la producción del Espacio Urbano**: Nuevas sendas para superar viejos caminhos – Porto Alegre y el Urbanizador Social. Acceso y Gestión de Suelo Urbano para pobres en America Latina. Educación a Distancia – Programa para America Latina y Caribe, 2009.
- AHLERT, B. MUNHOZ, M. R., “A contramola que resiste: o trabalho do Assistente Social na Política Habitacional. *In*: SANTANA, J. V. (org.). **Habitação e Serviço Social**: Dimensões teóricas, históricas e metodológicas. Campinas: Papel Social, 2018.
- ALFONSIN, B. de M. Da escala local à escala global: tendências hegemônicas de privatização do espaço público e resistências contra-hegemônicas em Porto Alegre. **Revista da Faculdade de Direito Uniritter**, Porto Alegre, n. 11, p. 79-100, 2010.
- ALFONSIN, B.; FERNANDES, E. **Direito à moradia e segurança da posse no estatuto da cidade**: diretrizes, instrumentos e processos de gestão. Belo Horizonte: Fórum, 2006.
- ARAGÃO. L. X. A. Ágora (ainda) não é agora: aproximações iniciais entre a urbanização trágica e a mistificação da consciência. *In*: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. (org.). **Desafios da Metropolização do Espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 187-204.
- ARAÚJO, M. S de C. **Os donos da casa**: das políticas habitacionais aos significados da casa. 2005. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade)-Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005.
- BACHELARD, G. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BARBOSA, J. L. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada. *In*: SANTOS, M., BECKER, B. K. (org.) **Territórios, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. p. 125-145.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 2011.
- BENSAÏD, D. Apresentação os Despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e os direitos dos pobres. *In*: MARX, K. **Os Despossuídos**: debate sobre a lei referente ao furto de madeira. São Paulo: Boitempo, 2017
- BEZERRA, C. S.; SANTANA, J. V.; CRUZ, S. S.; DINIZ, T. M. R. de G. PEREIRA, T. D. O Serviço Social e as dimensões agrária, urbana e ambiental articuladas na particularidade histórica. *In*: SANTANA, J. V. **Habitação e Serviço Social**: Dimensões teóricas, históricas e metodológicas. Campinas: Papel Social, 2018.
- BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.
- BOULOS. G. **Por que Ocupamos?** Uma Introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

BRAGA, M.C.A.; LACERDA, N. A gestão do patrimônio imobiliário sob a responsabilidade das instituições militares brasileiras. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 12, Belém, 2007. **Anais [...]**. Belém: ANPUR, 2007. p. 1-7.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Medida Provisória nº 759**, de 22 de dezembro de 2016. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União, e dá outras providências. Brasília, DF: Planalto, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv759.htm. Acesso em: 24 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Cidades. **Estatuto da cidade**: Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília. DF: Câmara dos Deputados, 2001.

BRASIL. Ministério da Cidades. Política Nacional de Habitação. **Cadernos MCidades Habitação**, Brasília, DF, n. 4, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.977**, de 07 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF: Planalto, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm. Acesso em: 27 dez. 2016.

BRUM, ELIANE. Os cúmplices: em 2020, cada um saberá quem é diante de uma realidade que exige coragem para enfrentar e coragem para perder. **El País**, [S. l.], 01 jan. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-01-01/os-cumplices.html>. Acesso em: 07 jan. 2020.

BUONFIGLIO, L. V. **Os espaços de vida provisórios**: os sem-teto do centro da cidade de São Paulo. 2004. Monografia (Graduação em Geografia)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CABETTE, A. **Dinâmica demográfica e a produção imobiliária em Porto Alegre/RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/128939/000975914.pdf?sequence=1>. Acesso em: 06 jan. 2019.

CAPES. **Relatório de Avaliação Quadrienal 2017**. Brasília, DF: MEC, 2017.

Disponível em:

<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/relatorios-finais-quadrienal-2017/20122017-Administracao-quadrienal.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2019.

CARDOSO, I. C. da C. Terra e Propriedade como Fundamentos da Análise das Questões Agrária, Urbana e Ambiental. In: SANTANA, J. V. **Habitação e Serviço Social**: Dimensões teóricas, históricas e metodológicas. Campinas: Papel Social, 2018.

CARLOS, A. F. A. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

CARVALHO, M. do C. B. O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social. In: NETTO, J. P.; CARVALHO, M. C. B. de. **Cotidiano, Conhecimento e Crítica**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 13-63.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

CFESS. **Regulamentação da Profissão de Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1996.

CHAUÍ, M. **Conformismo e Resistência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

CHAUÍ, M. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

CHAVES, S. N. S. **Ocupa**: uma experiência educativa. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

COM DORIA, lógica da especulação imobiliária voltará a reinar em São Paulo. Entrevistadores: Helder Lima. Entrevistada: Erminia Maricato. [S. l.]: Rede Brasil Atual, 3 out. 2016. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/10/com-doria-logica-da-especulacao-imobiliaria-voltara-a-reinar-em-sao-paulo-5364/>. Acesso em: 07 jan. 2020.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAVIS, M. **Cidade de quartzo**: escavando o futuro em Los Angeles. São Paulo: Boitempo, 2015.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ENGELS, F. **Anti-Düring**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ENGELS, F. **Sobre a Questão da Moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015a.

ESCORSSIM, L. N. **O Conservadorismo Clássico**: Elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

FARAGE, E. J.; DIAS, S. S. Serviço Social e o direito à cidade: experiência com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto no Rio de Janeiro. *In*: SANTANA, J. V. (org.). **Habitação e Serviço Social**: Dimensões teóricas, históricas e metodológicas. Campinas: Papel Social, 2018.

FEDERAÇÃO NACIONAL ARQUITETOS E URBANISTAS. More humansettlements = **Assentamentos mais humanos**. Conferência Brasileira para o Habitat II. Rio de Janeiro: 1996.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, B. M. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, n.15, p.59-85, 2000.

FERNANDES, E. **Carta aberta sobre a desconstrução da Regularização Fundiária no Brasil**. 2017.

FERNANDES, E. **Reforma urbana e reforma jurídica no Brasil**: duas questões para reflexão. *In*: COSTA, G.M. e MENDONÇA, J. Planejamento urbano no Brasil: trajetória e perspectivas. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2008. p.123-135.

FERNANDES, F. **A Constituição Inacabada**: vias históricas e significados políticos. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

FERNANDES, L. Trabalho Social e habitação para população de baixa renda: desafios de uma ação profissional democrática no início do século XXI. *In*: GOMES, M.de F. C. M., PELEGRINO, A. I. de C. (org.) **Política de Habitação Popular e Trabalho Social**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

FERNANDES, F. **A Constituição Inacabada**: vias Históricas e Significado Político. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

FERREIRA, A. **A cidade no século XXI**. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

FIX, M. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2011.

FURTADO, C. R. Intervenção do Estado e (re) estruturação urbana: um estudo sobre gentrificação. **Caderno Metrópole**, São Paulo, v. 16, n. 32, 2014.

FURTADO, C.R. **Gentrificação e (re) estruturação urbana no Brasil: o caso de Porto Alegre: 1965 – 1990**. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

GADOTTI, M. **Concepção Dialética da Educação**: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 1983.

GOHN, M da G. O papel dos movimentos sociais para o avanço teórico da questão urbana e regional. *In*: PAVIANI, Aldo (org.). **A questão epistemológica da pesquisa urbana e regional**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

GOHN. M. da G. Associativismo em São Paulo: novas formas e participação no planejamento urbano da cidade. *In*: NUNES, B.F (org.). **Sociologia de Capitais Brasileiras**: participação e planejamento urbano. Brasília: Liber Livro, 2006.

GOHN. M. da G. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2014.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo. Boitempo, 2016.

HARVEY, D. A liberdade da cidade. *In*: MARICATO, E. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**: geopolítica do capitalismo. São Paulo: Annablune, 2005.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. 23. ed. São Paulo: Loyola, 2012a.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2012.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005a.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013a.

HERMANY, R; VANIN, F. S. Análise crítica das mudanças promovidas pela Medida Provisória n. 759/2016 na regularização fundiária da Brasil. **Revista de Direito da Cidade**, v. 09, n. 2. p. 482-516, 2018. Disponível em: <https://www.e->

publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/27233/20470. Acesso em: 06 jan. 2019.

HOLSTON, J. **Cidadania insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempos de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IASI, M. As manifestações de massa e a dimensão estratégica. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. **Movimentos Sociais e Serviço Social uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

IASI, M. L. A Rebelião, a cidade e a consciência. In: MARICATO, E. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: características da população e dos domicílios: resultados do universo. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2011.

Imobiliário e nova Produção do Espaço em Fortaleza. 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

JESUS, C. M. de. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2018.

KOGA, D. **Medidas de Cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2011.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEFEBVRE, H. **O Pensamento Marxista e a Cidade**. Lisboa: Ulisseia, 1972.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 1999.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999a.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, H. **Para compreender o pensamento de Karl Marx**. Lisboa: Edições 70, 1966.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à Filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LIMA NETO, V. C.; FURTADO, B. A.; KRAUSE, C. Estimativas do Déficit Habitacional brasileiro (PNAD 2007-2012). *In: Nota Técnica*, n. 5, Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/nota_tecnica/131125_notatecn icadirur05.pdf. Acesso em: 06 jan. 2019.

LIMA, S. L. R. Metamorfoses da luta por habitação no Rio de Janeiro. *In: GOMES, M. de F. C. M; BARBOSA, M. J. de S. (org.). Cidade e Sustentabilidade: Mecanismos de controle e resistência*. Rio de Janeiro: Terra Vermelha, 2010.

LIMONAD, E. Urbanização e organização do espaço na era dos fluxos. *In: SANTOS, M. BECKER, B. K. Territórios, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

LIS, C; SOLY, H. **Poverty and Capitalism in Pré-Industrial Europe**. Atlantic Highlands: Humanities Press, 1979.

LÖWY, M. O Romantismo revolucionário dos movimentos de maio. *In: LÖWY, M., BENSALD, D. (org.). Centelhas*. São Paulo: Boitempo, 2017.

LÖWY, M. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

MANSE, E.A. “Eixos de Luta e a Central de Movimentos Populares”. **Revista de Cultura Vozes**, v. 85, n. 6, p. 645-671, nov./dez. 1991. Disponível em: <http://www.milenio.com.br/mance/eixos.htm>). Acesso em: 15 dez. 2019.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARICATO, E. As Ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. *In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). A Cidade do Pensamento Único*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 121-192.

MARICATO, E. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

MARICATO, E. **Brasil, Cidades**: Alternativas para a crise urbana. São Paulo: Vozes, 2011.

MARICATO, E. **O Impasse da Política Urbana nos Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MARICATO, E. **Para entender a Crise Urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARTINS, J. S. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, K. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo, Boitempo, 2011.

MARX, K. **Manuscritos Econômico- Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, K. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Capital**. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, K. **Os Despossuídos**. São Paulo. Boitempo, 2017.

MARX, K. **Sobre a Questão Judaica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MASCARO, A. L. Prefácio à Edição Brasileira. *In*: ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MÉSZÁROS, I. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, M.C.S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MNLM. MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA POR MORADIA. Disponível em: <http://www.mnln.org.br/index.html>. Acesso em novembro de 2017.

MOREIRA, R. O espaço e o contraespaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. *In*: SANTOS, M. BECKER, B. K. **Territórios, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

NETTO, J. P. Introdução ao método na teoria Social. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

OLIVEIRA, F. **Crítica a razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

PAGANI, E. A. **O Direito de Propriedade e o Direito à Moradia: um diálogo comparativo entre o direito de propriedade urbana imóvel e o direito à moradia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

PEREIRA, C. P. **Proteção social no capitalismo contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes**. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social)-Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PEREIRA, P. A. P. Concepção de bem-estar (social) em Marx. *In*: PEREIRA, C. P.; PEREIRA, P. A. P. (org.) **Marxismo e Política Social**. Brasília, DF: Ícone Gráfica e Editora, 2010.

PEREIRA, P. A. P. Discussões Conceituais sobre Política social pública e direito de cidadania. *In*: BOSCHETTI, I. (org.) **Política Social no Capitalismo Tendências Contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades Humanas Subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PEREIRA, P. A. P. Proteção Social Contemporânea: cuiprodest? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 116, p.636-651, 2013a.

PEREIRA, T. D. Movimentos Urbanos: lutas e desafios contemporâneos. *In*: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. **Movimentos Sociais e Serviço Social uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

PINTO. M. B. A questão habitacional como expressão da questão social na sociedade brasileira. *Libertas*, Juiz de Fora, v.4 e 5, n. especial, p.92-117, jan-dez / 2004, jan-dez / 2005.

PINTO. M. B. Captura do direito de morar pelo capital e as exigências ao Serviço Social. *In*: SANTANA, J. V. **Habitação e Serviço Social: Dimensões teóricas, históricas e metodológicas**. Campinas: Papel Social, 2018.

PRATES, J. C. O método marxista de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre/RS: EDIPUCRS, v. 11, n. 1, 2012a.

PRATES, J. C. Políticas Sociais e Neodesenvolvimentismo: o desafio de formar para além de procedimentalismos. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre: v. 13, n. 1, 2014. Disponível em:
http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7979/2/Políticas_sociais_e_neodesenvolvimentismo_O_desafio_de_formar_para_alem_de_procedimentalismos.pdf. Acesso em: 07 jan. 2020.

PRATES, J. C. **Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do Assistente Social**. 2003. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: PUCRS, 2003.

PRATES, J. C. Serviço Social e pesquisa: O método marxiano de investigação e o enfoque misto. *In*: SEMINARIO LATINOAMERICANO DE ESCUELA DE TRABAJO SOCIAL, 20, 2012, Córdoba. **Anais [...]**. Córdoba: [s. n.], 2012. Disponível em:
<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/VZ733F30vyYV048tULD0.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2020.

RAICHELIS, R. **Gestão pública e a questão social na grande cidade**. São Paulo: Lua Nova, 2006.

RIBEIRO, L. C. de Q. **Da propriedade fundiária ao Capital Incorporador**: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. FAU-USP. São Paulo, 1991.

RIBEIRO, S. P. F. Lutas sociais contemporâneas: entre os desígnios pós-modernos e os imperativos da classe trabalhadora. *In*: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. **Movimentos Sociais e Serviço Social uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

ROLNIK, R. (org.). **Como produzir moradia bem localizada com os recursos do programa minha casa minha vida?**: implementando os instrumentos do estatuto das cidades. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2010. Disponível em: http://polis.org.br/wp-content/uploads/como_produzir_moradia.pdf. Acesso em: 20 abr. 2017.

ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares**. A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo. Boitempo, 2015.

ROLNIK, R. **O que é Cidade**. Brasília. Brasiliense. 2012.

ROLNIK, R. **Territórios em Conflitos**. São Paulo: espaço, história e política. São Paulo: Três Estrelas, 2017a.

ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo. Martins Fontes, 1999.

RUFINO, M. B. C. **Incorporação da Metrópole: Centralização do Capital no**

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. H.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTANA, J. V. Gestão de cidades, infraestrutura e discurso de diminuição da pobreza do BID: notas sobre Brasil e Argentina. *In*: GOMES, M.de F. C. M., MAIA R. S., CARDOSO, I. C. C., FRANÇA, B. A. **Renovação Urbana, Mercantilização da Cidade e Desigualdades Socioespaciais**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2013.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2012a.

SANTOS, M. **Cidadanias Mutiladas**. *In*: Lerner, Julio (ed.). **Preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997. Disponível em: http://www.miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/12/As-cidadanias-mutiladas_MiltonSantos1996-1997SITE.pdf. Acesso em: 07 jan. 2020.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2012.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. **O Brasil Territórios e Sociedade no início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SECOVI/RS-AGADEMI. **Panorama do mercado imobiliário 2003**. Porto Alegre: SECOVI/RS-AGADEMI, 2004.

SECOVI/RS-AGADEMI. **Panorama do mercado imobiliário 2004**. Porto Alegre: SECOVI/RS-AGADEMI, 2005.

SECOVI/RS-AGADEMI. **Panorama do mercado imobiliário 2005**. Porto Alegre: SECOVI/RS-AGADEMI, 2006.

SECOVI/RS-AGADEMI. **Panorama do mercado imobiliário 2006**. Porto Alegre: SECOVI/RS-AGADEMI, 2007.

SECOVI/RS-AGADEMI. **Panorama do mercado imobiliário 2007**. Porto Alegre: SECOVI/RS-AGADEMI, 2008.

SECOVI/RS-AGADEMI. **Panorama do mercado imobiliário 2008**. Porto Alegre: SECOVI/RS-AGADEMI, 2009.

SECOVI/RS-AGADEMI. **Panorama do mercado imobiliário 2009**. Porto Alegre: SECOVI/RS-AGADEMI, 2010.

SECOVI/RS-AGADEMI. **Panorama do mercado imobiliário 2010**. Porto Alegre: SECOVI/RS-AGADEMI, 2011.

SILVA, J. F. S. da. **Serviço Social: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, M. O. S. **Política Habitacional Brasileira: verso e reverso**. São Paulo. Cortez, 1989.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues; FEDOZZI, Luciano (org.). **Porto Alegre: transformações na ordem urbana**. Porto Alegre: Observatório das Metrópoles, 2015.

TATAGIBA, L.; PATERNIANI, S. Z.; TRINDADE, T. A. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 399-426, nov. 2012.

TRINDADE, T. A. **Protesto e democracia ocupações urbanas e luta pela cidade**. Jundiaí: Paco, 2017.

TRIVIÑOS, A. N. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2011.

UZZO, K.; SAULE JUNIOR, N. J. A trajetória da reforma urbana no Brasil. **DPH**, [S. l.], 2009. Disponível em: <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8583.html>. Acesso em: 8 abr. 2017.

VAINER, C. Pátria, Empresa e Mercadoria. *In*: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. **A Cidade do Pensamento Único**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

VILLAÇA. F. O Território e a Dominação Social. **Margem a Esquerda**, São Paulo, v. 24, jun. 2015.

WISNIK. G. **Estado Crítico à Deriva nas Cidades**. São Paulo: Publifolha, 2009.

ZAMBONI, V. **Construção Social, identidades e territórios em processos de remoção**: o caso do bairro Restinga – Porto Alegre/RS. 2009. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional)-Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ZIZEK, S. **Um mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br